

ex æquo



ex aequo

Revista semestral • N° 46, 2022 • preço: 15€

Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM

Edições Afrontamento

2022

ex æquo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres
Revista semestral • N.º 46, 2022

Diretora

Virgínia Ferreira – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Diretoras/es Associadas/os

Cristina C. Vieira – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra
Maria João Silveirinha – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra
Lina Coelho – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra
Sara Isabel Magalhães – Centro de Psicologia, Universidade do Porto
Carla Cerqueira – Universidade Lusófona do Porto
Manuel Abrantes – Centro de Estudos para a Intervenção Social

Diretoras de Secções

Cristina C. Vieira – Recensões; Maria João Silveirinha – Estudos e Ensaios

Diretoras Anteriores

Virgínia Ferreira (1999-2003); Helena Costa Araújo (2003-2007); Teresa Pinto (2007-2014)

Revisão: Teresa Mourinho Tavares

Propriedade do Título: Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM

NIPC: 502914513

N.º Registo no ex-ICS, atual ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 123506

ISSN: 0874-5560; **ISSN eletrónico:** 2184-0385

Depósito Legal: 136336/99

Sede da Redação: Centro Maria Alzira Lemos – Casa das Associações, Parque Infantil do Alvito, Estrada do Alvito, 1300-054 Lisboa

Telefone: 962730527 **E-mail:** apem1991@gmail.com

URL: <http://exaequo.apem-estudos.org/>

Edição/Impressão: Edições Afrontamento; Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda. /Santa Maria da Feira/Portugal

Sede da Editora/Impressão/Encomendas: Edições Afrontamento, Rua de Costa Cabral, 859, 4200-225 Porto / geral@edicoesafrontamento.pt

Capa: Departamento Gráfico /Edições Afrontamento

Tiragem: 500 exemplares

Publicação apoiada por:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÉNCIA

A *ex æquo* é uma revista com dupla arbitragem científica, sob anonimato.

DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2022.46.00>

Indexação: SCOPUS – <https://www.scopus.com/sources>;

SciELO Citation Index da Thomson Reuters: SciELO Citation Index

http://wokinfo.com/products_tools/multidisciplinary/scielo/;

SciELO/Portugal – Scientific Electronic Library Online:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_serial&pid=0874-5560&lng=pt;

DOAJ (Directory of Open Access Journals) – <https://doaj.org/toc/2184-0385>

SHERPA/Romeo: <http://www.sherpa.ac.uk/romeo/issn/0874-5560/>

Catálogo Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal:

<http://www.latindex.unam.mx/latindex/ficha?folio=14734>;

ERIH PLUS (European Reference Index for the Humanities):

<https://dbh.nsd.uib.no/publiseringskanaler/erihplus/periodical/info?id=482587>;

Qualis CAPES (Brasil): <https://qualis.capes.gov.br/>

Nota: Ver Estatuto Editorial e composição do Conselho Científico no final da revista.

ÍNDICE

Editorial	5
<i>Virgínia Ferreira</i>	
Artigos	
Struggling for 'Woman': A Reconciliation with the Ordinary	11
<i>Camila Lobo</i>	
Gender equality under siege: Perceptions and satisfaction of telecommuting women workers with the distribution of unpaid work during the Covid-19 lockdown	25
<i>Maria Helena Santos, Miriam Rosa, Rita B. Correia e Eduardo Xavier</i>	
Entre a pandemia e o populismo: um olhar sobre as candidaturas femininas às eleições presidenciais de 2021 em Portugal	49
<i>Carla Martins, Ana Cabrera e Isabel Ferin Cunha</i>	
“O problema do gênero” na política educativa: dos marcos internacionais ao quadro atual do Brasil	69
<i>Priscila Freire</i>	
Barreras en el acceso a salud sexual y reproductiva: Experiencias de mujeres con discapacidad en el extremo sur de Chile	89
<i>Melissa Hichins-Arismendi y Andrea Yupanqui-Concha</i>	
“Se quiere desalentar el matrimonio”. La heteronorma en las discusiones sobre el Acuerdo de Unión Civil en Chile	107
<i>Rodolfo Morrison</i>	
La comercialización de los cuerpos en el cine de Li Yu	125
<i>Cora Requena</i>	
Influencias familiares y educativas en la infancia y juventud de mujeres altamente creativas	139
<i>Marina Porto y Manuela Romo</i>	
Feminismo e republicanismo na imprensa de Portugal: incursão investigativa no jornal <i>A Capital</i> (1910)	155
<i>Charliton José dos Santos Machado e Juliana Aparecida Lemos Lacet</i>	

Recensões

<i>A Economia XX. O épico potencial das mulheres</i> , de Linda Scott. Tradução de Linda Caetano. Lisboa: Conjuntura Actual Editora, 2021, 392 pp. <i>Lígia Amâncio</i>	173
<i>Mulheres empresárias e empreendedoras</i> , de Ana Paula Marques. V.N. Famalicão: Húmus, 2021, 281 pp. <i>Rosa Monteiro</i>	176
<i>Le care, théories et pratiques</i> , de Helena Hirata. Paris: La Dispute, 2021, 208 pp. <i>Albertina Jordão</i>	180
<i>The Gender-Sensitive University. A Contradiction in Terms?</i> , organizado por Eileen Drew e Siobhán Canavan. London: Routledge, 2021, 208 pp. <i>Caynnã de Camargo Santos</i>	184
<i>Mulheres da minha ilha, mulheres do meu país. Igualdades que Abril abriu</i> , de Ana Cristina Pereira. Lisboa: Bertrand Editora, 2022, 263 pp. <i>Alexandra Oliveira</i>	189
<i>Não Serei Eu Mulher? As Mulheres Negras e o Feminismo</i> , de bell hooks. Tradução de Nuno Quintas. Lisboa: Orfeu Negro, 2018, 320 pp. <i>Ana Cristina Pereira</i>	192
Todos, presentes! Em <i>Rapariga, Mulher, Outra</i> , de Bernardine Evaristo. Tradução de Miguel Romeira. Amadora: Elsinore, 2020, 480 pp. <i>Sheila Khan</i>	195
Estatuto Editorial	199
Normas de preparação, publicação e submissão de artigos	201
Prémios ex æquo/APEM e Direitos de Publicação	207
Declaração de ética e de boas práticas da ex æquo	209
Conselho Científico/Scientific Board	213
Proposta de assinatura	215

A **ex æquo** consta da lista de revistas diamante em acesso aberto (*Open Access Diamond Journals*), por ser de acesso livre para quem lê e para quem nela publica / **ex æquo** is an “Open Access Diamond journal” – free for readers and authors.

Os conteúdos dos textos publicados são da responsabilidade de quem os assina, não refletindo, necessariamente, a posição da APEM ou da Direção da ex æquo.

EDITORIAL

 Virgínia Ferreira

O quadragésimo sexto número da *ex æquo* não tem, excepcionalmente, uma temática central, perante a necessidade de dar à estampa textos já aprovados e prontos, mas sem espaço e oportunidade nos números anteriores. Assim, a seleção dos textos e a sua ordenação é da responsabilidade do Conselho Editorial. O conjunto inclui textos que abordam temáticas recorrentes no âmbito da área de Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas (EMGF), como seja a desconstituição de categorias, nomeadamente, a de “mulher” e a descoberta do passado dos movimentos de mulheres, casos do primeiro e último artigo incluído. A maior parte dos textos, no entanto, aborda fenómenos emergentes, como os efeitos de género da pandemia da COVID-19, que aparecem, pela primeira vez, na *ex æquo*, incidindo no teletrabalho e nas campanhas políticas.

Nos cinquenta anos de desenvolvimento dos EMGF temos assistido aos mais diversos debates e diversos aspectos da vida têm sido objeto de questionamento sob também diversas tendências teóricas. Temos analisado dificuldades e políticas ditas vocacionadas para as ultrapassar. Temos também tido a oportunidade de, na sequência das lutas travadas, vivenciar novos direitos, no campo profissional, cultural, político, sexual e identitário e, no entanto, todas as conquistas parecem estar sempre em risco de *backlash*, retaliação, seja no que respeita aos direitos reprodutivos, em face da crescente propagação de ideologias anti-género, seja nos direitos laborais, em face da crescente vulnerabilização de populações inteiras ou da precarização que tão profundamente marca as relações laborais atualmente e atira, especialmente, as mulheres para condições de trabalho e vida desumanas. E, como se não bastasse, sobrevivem (reforçam-se?) todas as formas de violência contra as mulheres, autêntico flagelo em todas as sociedades. Com os artigos e recensões incluídas neste número da *ex æquo* esperamos contribuir para um maior conhecimento das realidades de desigualdade e discriminação de género vivenciadas sob condições e em contextos diferenciados. A perspetiva interseccional generaliza-se e hoje prestamos especial atenção a grupos que enfrentam condições e desafios com características distintas.

Vejamos, brevemente, em que se consubstancia o contributo de cada um dos artigos deste número.

O primeiro artigo retoma um debate recorrente em torno da categoria ‘mulher’ e propõe uma saída com recurso à filosofia da linguagem comum de inspiração wittgensteiniana. Camila Lobo assina este texto que tem por título “Struggling for ‘Woman’: A Reconciliation with the Ordinary”. Tratando-se de uma questão largamente debatida na literatura, os termos em que aqui é tratada são inovadores para o contexto nacional.

Em “Gender equality under siege: Perceptions and satisfaction of telecommuting women workers with the distribution of unpaid work during the Covid-19 lockdown”, Maria Helena Santos, Miriam Rosa, Rita B. Correia e Eduardo Xavier desvelam o impacto da pandemia da COVID-19 no agravamento da sobrecarga com tarefas domésticas de mulheres com crianças pequenas, em regime de teletrabalho, durante o primeiro confinamento. O estudo na origem do artigo auscultou mulheres nesta condição sobre as suas experiências e grau de satisfação com as mesmas.

O contexto pandémico condicionou também a realização da eleição presidencial em Portugal, em 2021, tendo as campanhas sofrido adaptações em face das restrições na mobilidade, contactos face-a-face e a inevitável transferência para os *media*. Carla Martins, Ana Cabrera e Isabel Ferin Cunha dão conta da análise que fizeram da cobertura conferida às presidenciais nos jornais televisivos da noite dos quatro principais canais televisivos em Portugal, durante o período da campanha eleitoral, tendo como objeto central as duas candidatas mulheres, Ana Gomes e Marisa Matias. Com o seu texto “Entre a pandemia e o populismo: um olhar sobre as candidaturas femininas às eleições presidenciais de 2021 em Portugal” consubstanciam um contributo para uma problemática ainda pouco explorada no âmbito dos Estudos de Comunicação.

De algum modo, Priscila Freire dá continuidade ao diálogo em torno das questões associadas à crescente influência do populismo no seu texto sobre “O problema do ‘gênero’ na política educativa: dos marcos internacionais ao quadro atual do Brasil”. No caso, a autora realça os entraves a uma educação sensível ao género, em face da primazia dada na política pública educativa à perspetiva androcêntrica e pró-mercado capitalista. É de assinalar a originalidade da revisão sistemática feita dos instrumentos de política que servem de pilar ao sistema educativo brasileiro, recorrendo à metodologia “What’s the Problem Represented to be?”, de Carol Bacchi.

Recorrendo também à metodologia proposta por Carol Bacchi, Rodolfo Morrison analisa as limitações do Acordo de União Civil no Chile, ao deixar de fora o reconhecimento de filhos/as de pessoas LGBTIQ+. No seu artigo intitulado “Se quiere desalentar el matrimonio’. La heteronorma en las discusiones sobre el Acuerdo de Unión Civil en Chile”, o autor analisa as discussões que ocorreram durante o processo de deliberação para a alteração da legislação.

O texto de Morrison insere-se na perspetiva interseccional, expressa também em outros textos, que nos dão conta de problemas que afetam categorias específicas de pessoas. É o caso do texto de Melissa Hichins-Arismendi e Andrea Yupanqui-Concha sobre “Barreras en el acceso a salud sexual y reproductiva: Experiencias de mujeres con discapacidad en el extremo sur de Chile” e o de Marina Porto e Manuela Romo sobre “Influencias familiares y educativas en la infancia y juventud de mujeres altamente creativas”.

Os estudos culturais estão representados pela análise feita por Cora Requena à filmografia de Li Yu no texto que intitulou “La comercialización de los cuerpos

en el cine de Li Yu”, e no qual mostra a inevitabilidade dos contrastes entre o olhar sobre a representação dos corpos das mulheres e os corpos masculinos, por efeito das normas patriarcais.

Fechando o conjunto dos artigos selecionados para este número da *ex æquo*, recuamos no tempo, com o contributo de Charliton José dos Santos Machado e Juliana Aparecida Lemos Lacet, para o enriquecimento da nossa leitura sobre o tratamento dado por alguma comunicação social ao movimento sufragista em Portugal, veiculado no artigo intitulado “Feminismo e republicanismo na imprensa de Portugal: incursão investigativa no jornal *A Capital* (1910)”. A sua relevância decorre do facto de se centrar num período de transição política, em que as mulheres ganharam maior visibilidade.

Para além dos artigos, alargámos neste número as sugestões de leitura. Temos uma política de chamar a atenção para obras originais e de publicação recente, mas isso não invalida que exceções não sejam abertas, como é o caso da recensão da obra de bell hooks – *Não serei eu mulher?* – cuja tradução para a língua portuguesa é um marco assinalável, assim como do romance de Bernardine Evaristo – *Rapariga, Mulher, Outra*. Ambas as obras são de mulheres negras e lésbicas e trazem para a nossa percepção como se traduz a matriz de opressões na vida das mulheres e o seu silenciamento.

Assinam as recensões, por ordem, Lígia Amâncio, Rosa Monteiro, Albertina Jordão, Caynnã de Camargo Santos, Alexandra Oliveira, Ana Cristina Pereira e Sheila Khan, e a lista completa de obras recenseadas é a seguinte:

- *A Economia XX. O épico potencial das mulheres*, de Linda Scott, 2021.
- *Mulheres empresárias e empreendedoras*, de Ana Paula Marques, 2021.
- *Le care, théories et pratiques*, de Helena Hirata, 2021.
- *The Gender-Sensitive University. A Contradiction in Terms?* Org. de Eileen Drew e Siobhán Canavan, 2021.
- *Mulheres da minha ilha, mulheres do meu país. Igualdades que Abril abriu*, de Ana Cristina Pereira, 2022.
- *Não Serei Eu Mulher? As Mulheres Negras e o Feminismo*, de bell hooks, 2018.
- *Rapariga, Mulher, Outra*, de Bernardine Evaristo, 2018.

A diversidade de temáticas, contextos e abordagens teóricas irão certamente despertar o interesse de quem tem na *ex æquo* uma fonte imprescindível de informação e formação. As palavras-chave dos textos científicos que divulgamos continuarão centradas em problemáticas decorrentes da adoção de perspetivas feministas e interseccionais.

Artigos

STRUGGLING FOR ‘WOMAN’: A RECONCILIATION WITH THE ORDINARY

 *Camila Lobo**

Abstract

This article aims to show that Ludwig Wittgenstein’s ordinary language philosophy provides an adequate framework to approach the feminist debate over the meaning of ‘woman’. I begin by clarifying the philosophical problems that are at the basis of the debate. I then expound Wittgenstein’s later conception of meaning and briefly survey some of the most relevant Wittgensteinian feminist descriptive analyses of ‘woman’. I argue that such analyses must be at the basis of an ameliorative approach to the debate, while the latter should be understood as a practice of conceptual delimiting in view of a special purpose.

Keywords: Feminism, ordinary language philosophy, political philosophy, ameliorative approaches.

Resumo

Lutas sobre o significado de ‘mulher’: uma reconciliação com o comum

Este artigo procura demonstrar que a filosofia da linguagem comum de inspiração wittgensteiniana oferece uma abordagem adequada ao tratamento do debate sobre o significado de ‘mulher’. Nesse sentido, começo por clarificar os problemas filosóficos que estão na base do debate. Introduzo, depois, a conceção de significado tardia de Wittgenstein e apresento algumas das mais relevantes análises descritivas wittgensteinianas do conceito de ‘mulher’. Argumento que tais análises feministas devem preceder qualquer abordagem melhorativa ao debate, enquanto esta última deve ser entendida como uma prática de delimitação conceptual com vista a um propósito especial.

Palavras-chave: Feminismo, filosofia da linguagem comum, filosofia política, abordagens melhorativas.

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (NOVA – FCSH), Lisboa, Portugal.

Postal address: Av. de Berna, 26 C, 1069-061 Lisboa, Portugal.

Electronic address: camilalimalobo@gmail.com

Resumen

Luchas sobre el significado de ‘mujer’: una reconciliación con lo común

Este artículo procura demostrar que la filosofía del lenguaje común de inspiración wittgensteiniana ofrece un abordaje adecuado al tratamiento del debate sobre el significado de ‘mujer’. En este sentido, empiezo por clarificar los problemas filosóficos que están en la base del debate. Introduzco, después, la concepción de significado tardía de Wittgenstein y presento algunos de los más relevantes análisis descriptivos wittgensteinianos del concepto ‘mujer’. Argumento que tales análisis feministas deben preceder cualquier enfoque mejorativo al debate, dado que este último debe ser entendido como una práctica de delimitación conceptual con vista a un propósito especial.

Palabras clave: Feminismo, filosofía del lenguaje común, filosofía política, abordajes mejorativos.

Feminist Detachment from the Ordinary

Feminist thought has long been dealing with the problem of defining ‘woman’. And, indeed, supposing for a moment – bold move – that women are the subject of feminism, it becomes necessary to understand who we are speaking about. In this article, I argue that such endeavour is still called for and that Wittgenstein’s ordinary language philosophy can help us clarify the problems over which the debate around the meaning of ‘woman’ is founded. To do so, I begin by surveying Wittgensteinian “descriptive” analyses of the concept of ‘woman’. These analyses, I later contend, must be at the basis of any “ameliorative” approach to the debate. Simultaneously, I will be arguing in favour of a Wittgensteinian view of philosophy as a critical exercise that should inform debates which must ultimately be settled politically, i.e., in pursuance of some political purpose.

While the first feminist wave did not problematise ‘woman’ as a place of conflict, the sex-gender distinction that established the movement’s second wave, along with developments in social constructionist thought, actuated the debate about identity concepts.¹ From the 1960s to the 1980s, particularly in the North-American context, it was common among feminist theorists to endorse realist positions, in which they grounded their political work and practice: one was a ‘woman’ insofar as they shared particular features or lived under specific conditions. While it was generally assumed that these were largely socially or culturally constructed characteristics, some of the stances associated with philosophical realism took on a highly essentialist character that both homogenised the concept of ‘woman’ and naturalised certain gender norms.² Realist conceptions

¹ I employ the concept of “identity” in a broad sense. See Heyes (2020) for a thorough examination of the history and use of “identity” in contemporary political discourse.

² Black North-American feminism has played a primordial role in challenging the universalising character with which some prominent feminist theorists had described women. See, in this respect, hooks (1981).

of 'woman' became subject to contestation from the 1980s onwards, as a growing concern with intersectional forms of oppression led some authors to assert that "the category of 'women' is normative and exclusionary and is invoked with the unmarked dimensions of class and racial privilege intact" (Butler 1990, 14). This was the case with post-structuralist philosophers, whose emphasis on the oppressive normative dimension of language often resulted in a suspicious attitude towards any sort of classification that made it virtually impossible to posit any commonality between women. Some feminists have thus looked at this form of scepticism with disquiet, as it resulted in a fragmentation of the category of 'woman' found to be adverse to political action itself.³ The radical deconstruction of the concept as a fiction or as a discursive practice of gender was now regarded as negligent, as it would render inviable the very conceptualisation of oppression as a structural process, systematically directed toward specific groups. As Linda Zerilli (2003, 132) puts it, "How can feminism organize in the name of no one and without a sense of collective interests? [...] The essentialist scare of the 1980s gave way to the post-structuralist scare of the 1990s, in which feminist critics of foundationalism were accused of having taken things too far."

Former theoretical debates over the meaning of 'woman' have recently evolved into one of the most delicate issues of contemporary feminist practice, namely that of considering whether trans women ought to be included in the category of 'woman'.⁴ Current discussion of the matter contemplates more than mere metaphysical analysis over categories and kinds, assessing matters of great practical import such as the stipulation of criteria for legal gender reassignment, access to women-only spaces and resources, protection from violence for both natal and trans women, etc. Although I am not going to engage with the extensive practical consequences of such debate here, I find the terms of this contemporary dispute still reflect the same problems observed in the long-standing debate around the concept of 'woman'. More so, I find they reflect the very problems Wittgenstein has diagnosed in traditional philosophy.

If we look at the problem of defining 'woman' as a linguistic problem, it is useful to consider Wittgenstein's claim that "philosophical problems arise when language goes on holiday" (PI § 38), which suggests that the philosophical practice of abstracting concepts from their ordinary use often creates the very misunderstandings it seeks to resolve. Considering that an investigation of language provides important insights about the world we are to act on, Wittgenstein acidly blames "the general concept of the meaning of a word" for surrounding "the working of language with a haze which makes clear vision impossible" (PI § 5).

³ See Alcoff (1988) for a critique of the negative approach to politics promoted by post-structuralist feminists.

⁴ See Bettcher (2014a) for a survey of feminist perspectives on trans issues and an analysis of the at times uneasy relationship between feminism and trans theory and politics.

Alternatively, he argues that for “a large class of cases of the employment of the word ‘meaning’ [...] this word can be explained in this way: the meaning of a word is its use in the language” (PI § 43). And its use, far from being uncommitted to certain theoretical frameworks, is nevertheless more complex and flexible than theory makes it out to be.

Many of the conceptual problems we are faced with in feminist thought have often had the same origins as the philosophical problems Wittgenstein diagnoses: an excessive theorisation that leads us to abstract concepts and strips them of their actual use in language. In a reassessment of her own position within the debate over the meaning of ‘woman’, Zerilli (2003, 133) similarly states that “feminist theory has not been exactly immune to this theoretical practice of decontextualization and abstraction from the ordinary”. When examining the meaning of ‘woman’, both realist and post-structuralist theorists have delved into an abstraction of the concept either by pursuing an ultimate, neutrally attained definition, or by taking the irrevocably local character of our linguistic practices to vaticinate the abandonment of any claim to objectivity. On either account, the very notion of (objective) meaning has been too tightly associated with abstract modes of understanding which have kept us “riveted to – indeed obsessed with – searching out and destroying” the supposed fixity of the category ‘woman’ (Zerilli 2003, 147).

A similar deadlock is observable in some contemporary debates between trans advocates and gender critical feminists, where two competing views often fail to engage with each other. Even though these discussions are not circumscribed to a theoretical sphere – they have recently taken over social media and other media outlets –, they often seem to be endowed with the sort of abstract reasoning that has characterised philosophical disputes. Consider the question at the core of the debate to be: is ‘woman’ a gender concept or a sex concept?⁵ Thus formulated, the question is ambiguous enough – because intrinsically abstract – to jeopardise our answer at the outset. On a more careful examination, however, two questions seem to actually be implicit here: for one thing, we may want to pose a descriptive question: what does ‘woman’ mean? While this formulation might well be motivated by the desire to uncover the concept’s presumed essential meaning, it may also be tracking its legal meaning, its dictionary definition, its mainstream uses, etc. Alternatively, we may formulate an ameliorative question: what do we want ‘woman’ to mean? As we will see, this question can be answered in different ways depending on the purposes according to which it is being considered, but it

⁵ Some have argued that, given the socially constructed character of reality, there is no tenable distinction between sex and gender (Butler 1990, 8). I will not go into the details of this discussion here, but it seems that the position which makes sex identical to gender incurs in a false equivalence which assumes that the (disputable) fact that sex is socially constructed is reason enough to equate it with gender. As other authors have pointed out, the distinction remains defensible within a social constructionist framework (see Stone 2007).

always presupposes some sort of a priori knowledge about the concept's descriptive meaning, i.e., about its use.⁶ In what follows, I will argue that an adequate descriptive analysis of 'woman' is key to any ameliorative approach that follows. I believe the distinction between these two types of approaches is crucial to guide us through the debate, and I suggest we look at the two questions through the lens of Wittgenstein's ordinary language philosophy.

The Descriptive Question: 'Woman' as a Family Resemblance Concept

Recently, some feminist philosophers have tried to approach the debate over the meaning of 'woman' from a new angle. Acknowledging the problematic character of traditional practices of abstraction and subsequent essentialisation of meaning, they have found an unlikely ally in Ludwig Wittgenstein. Indeed, Wittgenstein's later philosophy allowed them to elaborate an internal methodological critique and urge fellow feminists to go "back to the rough ground" of ordinary language (PI § 107). But the ordinary, it seemed, had been rejected as too flawed or too oppressive to be taken into consideration. What, then, might the role of ordinary language in accounting for meaning be?

In *Philosophical Investigations*, Wittgenstein rejects a naturalised vision of concepts thought to pre-exist language, a misunderstanding he believes had permeated the bulk of western thought. In particular, he is interested in challenging the dogmatic premises that grounded the scientific philosophy of his time and the metaphysical legacy upheld by twentieth century logicism. Underlying this critique is the recognition that we are dominated by a certain vision of the world, conveyed by Wittgenstein in passages such as the following: "A picture held us captive. And we couldn't get outside it, for it lay in our language, and language seemed only to repeat it to us inexorably" (PI § 115). The "picture" Wittgenstein refers to is, strictly speaking, the idea of a canonical language – a dominant philosophical model since at least Plato – whose perfection natural languages could only feebly search for. Calling this model into question, Wittgenstein's later ordinary language philosophy targets the dogmatic character of a conception of language which sustains the existence of a necessary logical structure of the world and fails to reflect our actual use of language (PI § 94).

In a Wittgensteinian account, then, a descriptive question about the meaning of 'woman' is a question about its use in ordinary language. Feminist philosophers

⁶ Note that the terms 'descriptive' and 'ameliorative' are employed here to account for the existence of two distinct analytical approaches to the meaning of a concept. I do not mean to imply that the descriptive meaning of a concept does not bear a normative dimension. In fact, I understand "descriptive" to refer to the Wittgensteinian task of looking for the *rules* that render our application of words intelligible.

such as Cressida Heyes, Marilyn Frye and Natalie Stoljar, among others, thoroughly engage with the idea that, in order to grasp the meaning of a word, we must “look and see” how it is used in language (PI § 66). Starting from the “rough ground” of ordinary language, they recognise the different uses the concept of ‘woman’ acquires in our discourse, examining the limits of its application. Their purpose is “to bring words back from their metaphysical to their everyday use” (PI § 116) and thus free us from the captivity of a dogmatic picture of language which has hampered the possibility of dialogue. Employing Wittgenstein’s descriptive method to account for the meaning of ‘woman’, they take seriously his argument that what we find when we look at the world are mere resemblances which form assortments that language seeks to define, but which do not necessarily share a single common denominator. Not unlike the way members of a family are closely – and often genetically – related, so too different uses of some concepts share resemblances with each other. The Wittgensteinian notion of “family resemblances” has thus become a key element of feminist Wittgensteinian philosophies, enabling feminist authors to explain how the various senses of a concept such as ‘woman’ relate, without reducing it to a final static meaning.

Cressida Heyes (2000) offers the most thorough Wittgensteinian approach to the problem of defining ‘woman’ in feminist theory. By understanding similarities between women as family resemblances, she draws on this notion to present a feminist social ontology that seeks to sustain a cogent political alternative. According to Heyes, ordinary language philosophy provides feminist studies with a method that allows for important generalisations to feminist practice, while ensuring they do not incur in false or violent uniformization. It does so by means of a clarification exercise that registers the ambiguous and contested nature of many concepts, including that of ‘woman’. Heyes’s version of *Philosophical Investigations* in “a feminist voice” thus reads:

Let us consider the construct we call “women.” I don’t just mean white, middle-class, heterosexual, able-bodied, young, attractive, western women, but all women. What is common to them all? Don’t say: “there must be something in common or they wouldn’t be called ‘women.’” Likewise, don’t say: “If women have nothing in common, then how can feminism form a political movement?” Look and see what the construct of women consists of, and what women might have in common. For, if you look, you will not see something that is common to all, but similarities, relationships, and a whole series of them at that. (Heyes 2000, 77)

According to this view, this “complicated network of similarities overlapping and criss-crossing” (Wittgenstein, PI § 66) is the only thing connecting the – otherwise so distinct – members of the social category of ‘woman’. The various uses of the term ascribe it different, albeit related, senses which cannot objectively be reduced to any single characteristic. The case of bodily features is paradigmatic

in a feminist context because, although they are central to the construction of the concept of 'woman', reality shows us not all women share every single primary and secondary sexual characteristic typically associated with female organisms. Some of us do not menstruate, have not developed breasts, others are born without a uterus. And what to make of genetic males born with female genitalia and raised like girls? If we look and see, as Wittgenstein recommends, we realise that ordinary language users do interchangeably apply the term 'woman' to refer to sex and gender and are not always referring to a defining characteristic that all women share. When we think of different women, instead of focusing on some picture of 'woman', we see that some of these features disappear while giving room for other similarities to crop up (PI § 66). This analysis leads to an understanding of the meaning of 'woman' that does no longer imply presenting necessary or sufficient conditions for membership in the category. But just as there is no finite set of defining features that all women share, Heyes is left with the bizarre consequence that two women may actually share nothing in common apart from the fact that they are both called 'women' (Heyes 2000, 84). This paradox brings us to another Wittgensteinian approach that I believe complements Heyes's otherwise more comprehensive take on Wittgensteinian feminism.

In her examination of the concept of 'woman' as a category of feminist analysis, Marilyn Frye (2011) too concludes that 'woman' is more appropriately considered through the metaphor of "family resemblances" rather than the more traditional metaphor of "sets". Asserting that 'woman' is a necessary analytic category of feminism, she argues that the observation that the concept bears no necessary or sufficient conditions for membership should not be taken as proof that the social category of 'woman' is somehow unreal, but simply that it is not a set (Frye 2011, 86). Frye, however, reminds us that what we do when we approach meaning descriptively is to examine the principle of coherence of a given category. While this principle might not be as fixed as one initially made it out to be, it should nevertheless exist for it is a function of intelligibility of language use. In this sense, "it is not useful to be told that there is 'nothing common'" to all members of the category of 'woman' (Frye 2011, 91). Instead, we should expand on the Wittgensteinian idea of a "complicated network of similarities" connecting the different senses of a family resemblance concept to look for the particular kind of density that is common to all. In Frye's words (2011, 91), "There has to be something more here than overlapping attributes, even 'complicated networks of them' [...]. For everything is similar to and different from everything in indefinitely many ways. [...] 'Similarity' only has traction if something is at work to select some similarities as salient."

What Frye seems to identify as the relevant commonality between members of a category is the very relation they maintain with typical and characteristic attributes observed in prototypical members (Frye 2011, 91). Indeed, when applied to social categories, the metaphor of family resemblances resonates both with the idea of a "prototype structure" of categories and with the particular densities that

are characteristic of living kinds, that is, the “webs of correlations which empirically support inferences from the presence of one feature to the presence of another” (Frye 2011, 93). In this light, the principle of coherence guiding our application of the social category of ‘woman’ is given by a particular sort of clustering built upon observable patterns of correlations.

The idea of ‘woman’ as a cluster concept whose coherence is dependent on webs of correlations is also present in Natalie Stoljar’s (1995) understanding of ‘woman’ as a type that applies to a “resemblance class”. In the same vein as Heyes and Frye, Stoljar concedes that there is no disjunctive property or set of features that delimits membership in the category of ‘woman’. Instead, she suggests that membership is defined by participation in the “relevant resemblance structure” (Stoljar 1995, 264). Expanding on Wittgenstein’s idea of family resemblance concepts, Stoljar presents a definition of cluster concepts as types whose application to individuals is dependent on resemblance relations to certain general features or paradigms. She goes on to identify four general features that cluster together to form the ordinary concept of ‘woman’: primary and secondary female sex features; phenomenological features such as female sexual experience or menstrual cramps; gender roles such as wearing typical female clothes or being oppressed on the basis of sex; self-attributions and attributions of others which result from the previously identified features (Stoljar 1995, 283-284). On Stoljar’s account, then, an individual is part of the resemblance class in as much as they resemble any one of these paradigms sufficiently closely (Stoljar 1995, 284). Though perhaps not faultless, Stoljar’s explanatory model constitutes a noteworthy effort to examine the limits of the application of the ordinary concept of ‘woman’. Indeed, its inclusion of both biological and social features in the extension of ‘woman’ accounts for the roots of contemporary disputes over the concept by revealing its meaning to involve two primary, distinct, while often interchangeable, uses: the sex concept and the gender concept.⁷

All three feminist Wittgensteinian approaches I have surveyed insist on the “contingent and revisable”, albeit “observationally supported” (Frye 2011, 93), character of their analyses. Notwithstanding, they also share a concern toward the post-modern legacy of category-scepticism and about misled understandings of the workings of language. With Wittgenstein, they establish that inquiring about the meaning of a concept entails an exercise of clarification of its ordinary uses. The relevance of these approaches lies, then, on having found a middle ground between purportedly descriptive, essentialist accounts of ‘woman’ and anti-essentialist, “anything goes” conceptions of meaning. By doing so, they begin to

⁷ Feminist Wittgensteinian accounts of ‘woman’ closely resonate with approaches which consider the meaning of ‘woman’ to be determined by the relevant standards of similarity that are in place in a particular context (see, in this respect, Saul 2012). A related view is Bettcher’s multiple-meaning approach which equates the question about the meaning of ‘woman’ to a question of how the concept is used in different “worlds of sense” (Bettcher 2014b, 389).

outline an alternative to both identity politics founded on linguistic essentialism and the post-modern legacy of political paralysis. Such correspondence between conceptual analysis and practice is particularly apparent in Heyes's approach, which recommends we take seriously Wittgenstein's claim that it is possible to delimit a concept's boundaries for a "special purpose" (PI § 69). While admitting that our ontological concerns might sometimes offer good reasons for leaving a concept open, she argues that conceptual delimiting is a strategy we should engage in our political practice (Heyes 2000, 96). But while Heyes illustrates the need for conceptual delimiting with specific examples of contextual decisions about inclusion and exclusion in feminist practice, she evades the question of whether feminists can legitimately advocate in favour of a substantial revision of the concept of 'woman'. Is a Wittgensteinian account of meaning as use reconcilable with a revisionary approach of this kind?

The Ameliorative Question: Rethinking Normativity

Feminist Wittgensteinian philosophers have expanded on the idea of family resemblances to develop descriptive approaches to the meaning of 'woman' which reveal the multiplicity of uses and senses it acquires in different ordinary contexts. This should not be taken to mean, however, that all senses falling under the concept of 'woman' are acceptable. Indeed, feminists have long denounced the way some uses of 'woman' are profoundly constrained by the existence of power relations that act normatively to keep them in place. In this section, I will not attempt to articulate a new ameliorative concept of 'woman'. Instead, I will argue against a traditional view of Wittgenstein's later philosophy that sees it as incompatible with this sort of project by indicating that a descriptive account of 'woman' as a family resemblance concept is reconcilable with an ameliorative approach. I will also suggest that Wittgenstein's conception of normativity might help us navigate this project without falling prey to the threat of category-scepticism.

Wittgenstein introduces the notion of "language-game" to consider a "whole, consisting of language and the activities into which it is woven" (PI § 7), which refers to the very use of language. Furthermore, he places the application of a natural language in the context of a "form of life" (PI § 23), i.e., a particular linguistic community where we learn to use language. As learning the meaning of a word always occurs through participation in language-games, understanding a word is not tantamount to possessing a sort of unshakable knowledge about its meaning, but being able to grasp the rules that establish its use, just as we learn the rules in a game. The language-game is, thus, an activity that integrates individuals who share specific forms of life and defines the meaning of a concept over its participants' mutually intelligible use. To understand a word is, therefore, to be able to use it in a certain language-game effectively.

What the idea of meaning as use tells us is that the criteria for the correct application of language are actually laid out by rules arising out of usage itself, which suggests that meaning is normative in at least one relevant sense. Indeed, it is from the notion of “rule-following” that Wittgenstein’s famous argument against the possibility of a private language derives (PI § 243-315). Surely, if intelligibility by other participants in the language-game sets the criteria for the correct application of a term, then this implies 1) that the criteria of correctness cannot be found in some a priori truth, and 2) that speakers do not have private domain over signification, i.e., we use a given concept in situations in which our application of it will generally agree with our interlocutors’ (McManus 2003, 67). These two consequences have earned ordinary language philosophy significant criticism over the years, as Wittgenstein’s account of meaning as use may now appear to legitimise the status quo.⁸ In light of this, one might certainly feel discouraged to ally feminist purposes to an author that seems to urge us to bring back words to their ordinary uses and leave “everything as it is” (PI § 124). If our goal, as language users, is to reach a certain degree of intelligibility when applying concepts, are we not trapped with prevailing rules of usage?

Let us recall what we said was the primary purpose of Wittgenstein’s later philosophy: to get rid of a philosophical picture that has held us captive and is to blame for most philosophical misunderstandings (PI § 115). David Owen translates this purpose into political philosophy as the goal to dissolve “a certain class of nonphysical constraints on our capacity for self-government”, that is, on our capacity to judge and act according to those judgements (Owen 2003, 82). Owen refers to such type of constraints as “aspectival captivity” and describes it as the phenomenon in which a picture functions either as the implicit background of our thought and action or as an explicitly acknowledged limit taken to be utterly necessary (Owen 2003, 82-83). While some versions of post-modern thought would have us believe captivity comes about due to the normative character of such a picture, the fact that all meaning is itself normative in at least one relevant sense should make us suspicious of this claim.

To be sure, pictures do set forth sets of rules that regulate our language and action, and some of these are certainly profoundly oppressive. But we should be clear at this point: according to Wittgenstein, not all world pictures are bad pictures, and their existence is, moreover, a necessary condition for thinking and acting in the world. This is where the Wittgensteinian critique goes a step further than post-modern analyses: trust in a system of judgements is never entirely epistemically grounded, but rather translates our progressive adherence – perhaps through learning – to a picture of the world, and that is not a bad thing per se. Therefore, Owen suggests that “the value of a given picture is given by its capacity to orient

⁸ See Wertheimer (1976) for a presentation of a set of criticisms accusing ordinary language philosophy of conservatism.

our practical judgements such that we can go on in the world, that is, experience ourselves as agents" (Owen 2003, 83). Accordingly, we can identify an illegitimate picture to be one whose coercion power is so strong that it imposes even when it is prejudicial to our lives – in the form of, say, a philosophical, social, or cultural model. This means that the world pictures we inherit, along with the rules we learn to follow, can easily stop making sense to us and compromise our agency (Owen 2003, 84).

Over the years, feminists have staunchly denounced the many ways in which pictures of 'woman' have compromised women's agency by associating the concept with certain imposed social roles. In a Wittgensteinian account of normativity, however, such pictures are illegitimate not because they are regulated by rules, but inasmuch as those rules are naturalised in language in a way that allows for no questioning. Accordingly, whether a conception of 'woman' is oppressive – and therefore illegitimate – turns not on its normative nature, but on whether it integrates systematically imposed practices that do not reflect the necessities or interests of its participants. A misguided equivalence between the normative character of our language and its oppressive force has, however, led some authors to engage in a form of anti-essentialism that has been rightfully accused of a negligent and irresponsible attitude towards politics. In view of this, feminists who believe in the political relevance of preserving the category of 'woman' might look at the Wittgensteinian practice of conceptual delimitation as an alternative to both linguistic essentialism and scepticism. Instead of dismissing categories as normative and thus "exclusionary", this approach entails an examination and revision of prevailing rules of usage. This solution has the advantage of valuing the importance of meaning and language in our political lives and analyses and may motivate the impending ameliorative question: what do we want 'woman' to mean?

Contrary to common interpretations, Wittgenstein does suggest we engage in such a project by acknowledging that language is flexible enough to allow for the rejection of particular sets of rules and enter new language-games (PI § 23). While it is certainly true that his language critique does not seek to replace a specific set of rules with another, it does urge us to awake for a permanent state of alert and to reevaluate the pictures that guide our conduct. Even if that is not the role he attributes to philosophy, Wittgenstein believes "a [language] reform for particular practical purposes, an improvement in our terminology designed to prevent misunderstandings in practice, may well be possible" (PI § 132). Inciting us to go forward and make "new discoveries and inventions" (PI § 126), it is precisely in its purely critical character that lies Wittgenstein's contribution to political philosophy. The implication here is that the capacity to experience ourselves as agents is one which must be secured before any sort of political action takes place – an insight which additionally meets the interpretation of Wittgenstein's later thought as a sort of therapy destined, not to solve philosophical problems, but to dissolve them (PI § 133-133d). Accordingly, it is not for philosophy to ground any sort of conduct,

but to dissolve linguistic confusions that precede problems of a practical nature by surveying the state of affairs from which they emerge.

I want to argue that a descriptive approach of the kind Wittgensteinian feminists have engaged in is a desideratum for the elaboration of any ameliorative definition of ‘woman’. Failing to distinguish between descriptive concepts (what use reveals the concept to mean) and ameliorative concepts (what we want a concept to mean, according to some special purpose) contributes to hinder any constructive debate over the meaning of ‘woman’. Hence, the importance of the Wittgensteinian feminist projects put forward by Heyes, Frye and Stoljar is that, by clarifying the rules that govern the concept’s ordinary application, they may act as a steppingstone to any ameliorative project that follows. Ordinary language philosophy has demonstrated how two distinct sets of rules have come to govern the application of the concept of ‘woman’: a biological set of rules that defines ‘woman’ in virtue of certain biological features and a social set of rules that picks out particular social roles, identities, or status. By revealing the ordinary meanings of ‘woman’, it presents the very objects of ameliorative revision.

Far from committing us to ordinary conceptions of ‘woman’, understanding how such a broad concept effectively circulates in ordinary speech is rather an opportunity to argue in favour of some of its senses and condemn others. This is the goal of feminist ameliorative projects: to revise the rules that guide our usage of concepts and delimit them for some special purpose.⁹ While meaning is descriptively determined by its ordinary uses, in an ameliorative project it is in principle legitimate to question such uses and to offer reasons why these should be revised. An answer to the ameliorative question is thus dependent on what one defines as the relevant purposes guiding the development of a revised concept of ‘woman’. Indeed, as our practical commitments might differ in many legitimate and relevant ways, there is no shortcircuiting the need to thoroughly define what motivates our revision. Ultimately, the very recognition that ‘woman’ bears an oppressive normative charge is precisely the reason why feminism must assume the responsibility to articulate the concept so that it expands what Seyla Benhabib described as the “feminist commitment to women’s agency and sense of selfhood” (Benhabib 1995, 29).

I believe current disputes over the meaning of ‘woman’ should be located in this context. Feminists who engage in ameliorative projects, within or outside academia, can plausibly agree that a relatively well-defined concept of ‘woman’ is fundamental to feminist politics if it is to understand women’s problems as collective ones and avoid succumbing to the liberal atomisation of the individual.

⁹ Sally Haslanger’s account of what ameliorative approaches amount to is an invaluable tool in this context. Haslanger describes ameliorative approaches as projects which deliberately seek to develop concepts that would help achieve certain previously identified legitimate purposes. For Haslanger’s own ameliorative approach, see Haslanger (2005).

For this to be realised, however, the ameliorative claim must not pretend to pass as a descriptive one, and the argument for which it is the conclusion must be clearly laid out. When presented as an ameliorated concept, the claim can be seen “as what it is, as an object of comparison – as a sort of yardstick; not as a preconception to which reality must correspond” (Wittgenstein, PI § 131). By presenting both ordinary and ameliorated concepts as what they are, the method offered by ordinary language philosophy allows for a clarification of what is at stake in feminist disputes over the meaning of ‘woman’. Meanwhile, whether ‘woman’ will ultimately amount to a biological or a social category – or whether a compromise is made between these two – is a matter of how ordinary speakers are going to employ it. Feminists might well have an important part to play in persuading ordinary speakers to revise their ordinary use of ‘woman’. But if they are committed to an ameliorative project, they must not bypass the need to present reasons and engage in practices of deliberation guided by a vision of their political commitments. In this context, Wittgenstein’s recommendation that we attend to the various uses of a concept, the purposes it serves, its historical load, etc., may only provide us with the necessary tools to strengthen our own claims to meaning.

While philosophy might not supply the criteria to settle political disagreements, a Wittgensteinian understanding of the workings of language shows us the way forward, presenting the (often hidden) possibilities for breaking the rules that guide our conduct and holding us accountable for the creation of new ones. Thus, if Wittgenstein allies with feminist theory in a critical exercise of clarification, he also assigns it a reconstruction task which is intimately articulated with practice. What follows is a struggle for the meaning of ‘woman’ – one feminism has long been fighting, even when it got entangled in abstract discussions over it. For is that not largely what politics is about? In this context, the most important lesson feminism can draw from Wittgenstein’s ordinary language philosophy is this: philosophy may help clarify the state of affairs before the problem is solved (PI § 125), but it is on us to take responsibility for what we want ‘woman’ to mean and, I would add, what we want women to be.

Conflict of interest

The author has no conflicts of interest to declare.

References

- Alcoff, Linda. 1988. “Cultural Feminism versus Post-Structuralism: The Identity Crisis in Feminist Theory.” *Signs* 13(3): 405-436. DOI: <https://doi.org/10.1086/494426>
- Benhabib, Seyla. 1995. “Feminism and Postmodernism.” In *Feminist Contentions: A Philosophical Exchange*, edited by Linda Nicholson, 17-34. New York, London: Routledge.

- Bettcher, Talia Mae. 2014a. "Feminist Perspectives on Trans Issues." *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (2020). Visited on 12 August 2021. Available from: <https://plato.stanford.edu/entries/feminism-trans/>
- Bettcher, Talia Mae. 2014b. "Trapped in the Wrong Theory: Rethinking Trans Oppression and Resistance." *Signs* 39(2): 43-65. DOI: <https://doi.org/10.1086/673088>
- Butler, Judith. 1990. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge.
- Frye, Marilyn. 2011. "Metaphors of Being a Φ." In *Feminist Metaphysics: Explorations in the Ontology of Sex, Gender and the Self*, edited by Charlotte Witt, 85-95. London, New York: Springer.
- Haslanger, Sally. 2005. "What Are We Talking About? The Semantics and Politics of Social Kinds." *Hypatia* 20(4): 10-26. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1527-2001.2005.tb00533.x>
- Heyes, Cressida. 2000. *Line Drawings: Defining Women through Feminist Practice*. Ithaca: Cornell University Press.
- Heyes, Cressida. 2020. "Identity Politics." *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Visited on 5 March 2020. Available from: <https://plato.stanford.edu/entries/identity-politics/>.
- hooks, bell. 1981. *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism*. Boston: South End Press.
- McManus, Denis. 2003. "Wittgenstein, Fetishism, and Nonsense in Practice." In *The Grammar of Politics: Wittgenstein and Political Philosophy*, edited by Cressida Heyes, 63-81. Ithaca: Cornell University Press.
- Owen, David. 2003. "Genealogy as Perspicuous Representation." In *The Grammar of Politics: Wittgenstein and Political Philosophy*, edited by Cressida Heyes, 82-96. Ithaca: Cornell University Press.
- Saul, Jennifer. 2012. "Politically Significant Terms and Philosophy of Language: Methodological Issues." In *Out from the Shadows: Analytical Feminist Contributions to Traditional Philosophy*, edited by Sharon L. Crasnow and Anita M. Superson, 195-216. New York: Oxford University Press.
- Stoljar, Natalie. 1995. "Essence, Identity and the Concept of Woman." *Philosophical Topics* 23(2): 261-293. DOI: <https://doi.org/10.5840/philtopics19952328>
- Stone, Alison. 2007. *An Introduction to Feminist Philosophy*. Cambridge: Polity Press.
- Wertheimer, Alan. 1976. "Is Ordinary Language Analysis Conservative?" *Political Theory* 4(4): 405-422. DOI: <https://doi.org/10.1177/009059177600400402>
- Wittgenstein, Ludwig. 2009. *Philosophische Untersuchungen/Philosophical Investigations*, Fourth Edition. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Zerilli, Linda. 2003. "Doing without Knowing: Feminism's Politics of the Ordinary." In *The Grammar of Politics: Wittgenstein and Political Philosophy*, edited by Cressida Heyes, 129-148. Ithaca: Cornell University Press.

Camila Lobo. PhD student in Philosophy at Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. She was awarded a PhD scholarship by FCT so as to develop the doctoral project "The Perspective of Care – Toward a Feminist Epistemology of Work". Her research interests range from social epistemology to feminist theory, philosophy of language and Wittgensteinian philosophy.

Received on 6 December 2021 and accepted for publication on 29 April 2022.

GENDER EQUALITY UNDER SIEGE: PERCEPTIONS AND SATISFACTION OF TELECOMMUTING WOMEN WORKERS WITH THE DISTRIBUTION OF UNPAID WORK DURING THE COVID-19 LOCKDOWN

 *Maria Helena Santos**

 *Miriam Rosa***

 *Rita B. Correia****

 *Eduardo Xavier*****

Abstract

This study analyses the impact of the Covid-19 pandemic on the division of domestic work as regards women in opposite-gender relationships, telecommuting and living as a couple, during the first lockdown in Portugal. Quantitative and qualitative data was collected ($N = 171$) to understand women's perceptions of time spent on unpaid work, satisfaction, and main difficulties in this period. Results revealed women's dissatisfaction, especially mothers of underage children, who perceived an increase in caregiving tasks. Women's satisfaction also impacted their perception of the causes for these gender asymmetries. The less satisfied women ascribe gender inequalities mainly to socio-normative factors and gender stereotypes, while the more satisfied women ascribe them to aspects of socialisation and upbringing, as well as innate dispositions that differ between men and women. The trend towards more equality found prior to Covid-19 was not found.

Keywords: Gender inequality, unpaid work, Covid-19, division of housework and caregiving tasks.

* Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIS-IUL, Lisboa, Portugal.
Postal address: Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal.
Electronic address: helena.santos@iscte-iul.pt

** Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIS-IUL, Lisboa, Portugal.
Postal address: Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal.
Electronic address: miriam.rosas@iscte-iul.pt

*** Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, 1600-189 Lisboa.
Postal address: Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 1600-189 Lisboa, Portugal.
Electronic address: ritacorreia@ics.ulisboa.pt

**** Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal.
Postal address: Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal.
Electronic address: egpxavier@gmail.com

Resumo

Igualdade de género sob cerco: percepções e satisfação de mulheres em teletrabalho com a distribuição do trabalho não pago durante o confinamento da Covid-19

Este estudo analisa o impacto da pandemia de Covid-19 na divisão do trabalho doméstico de mulheres em relações com o sexo oposto, em teletrabalho e a viver em casal, durante o primeiro confinamento em Portugal. Recolheram-se dados quantitativos e qualitativos ($N = 171$) para compreender as percepções das mulheres sobre o tempo gasto em trabalho não remunerado, a satisfação e as principais dificuldades. Os resultados revelaram a insatisfação das mulheres, especialmente mães de crianças menores, que viram aumentar as tarefas de prestação de cuidados. A satisfação das mulheres também mostrou diferenças na percepção das causas destas assimetrias de género. As mulheres menos satisfeitas atribuem as desigualdades de género principalmente a fatores socionormativos e estereótipos de género, enquanto as mulheres mais satisfeitas as atribuem a aspectos de socialização e educação, bem como a disposições inatas que diferem entre homens e mulheres. A tendência de maior igualdade encontrada antes da Covid-19 não foi observada.

Palavras-chave: Desigualdade de género, trabalho não remunerado, Covid-19, divisão das tarefas domésticas e de cuidados.

Resumen

Igualdad de género bajo asedio: percepciones y satisfacción de mujeres en teletrabajo con la distribución del trabajo no remunerado durante el cierre de Covid-19

Este estudio analiza el impacto de la pandemia del Covid-19 en la división del trabajo doméstico de mujeres en relaciones de sexo opuesto, teletrabajando y viviendo en pareja, durante el primer encierro en Portugal. Se recogieron datos cuantitativos y cualitativos ($N = 171$) para conocer la percepción de las mujeres sobre el tiempo dedicado al trabajo no remunerado, su satisfacción y las principales dificultades. Los resultados revelaron la insatisfacción de las mujeres, especialmente las madres de hijos menores, que vieron aumentar las tareas de cuidado. La satisfacción de las mujeres también influyó en su percepción de las causas de estas asimetrías de género. Las mujeres menos satisfechas atribuyen las desigualdades de género principalmente a factores socio-normativos y a estereotipos de género, mientras que las mujeres más satisfechas las atribuyen a aspectos de socialización y educación, así como a disposiciones innatas que difieren entre hombres y mujeres. No se observó la tendencia a una mayor igualdad encontrada antes de Covid-19.

Palabras clave: Desigualdad de género, trabajo no remunerado, Covid-19, reparto de las tareas domésticas y de cuidado.

Introduction

The Covid-19 pandemic has had unprecedented global implications that go beyond health concerns and have profound consequences for world politics, the economy, and the social lives of individuals. With a seemingly non-discriminatory spread, the immediate and long-term impacts of this pandemic are likely to affect men and women very differently (Alon *et al.* 2020; OECD 2020). Existing discrepancies between men and women in caregiving and household work, as well as other pre-existing gender inequalities, such as gender-based violence and eco-

nomic inequality, could be exacerbated by the unexpected onset of the pandemic (Alon *et al.* 2020; Correia 2020; Rosenfeld *et al.* 2020; World Economic Forum 2021).

In this article, we present an analysis of the impacts of the Covid-19 pandemic on the dynamics of gender roles within mixed-gender couples. Specifically, we analysed how the first lockdown in Portugal affected the division of household and caregiving tasks between Portuguese men and women who were living together as a couple during this period. Using qualitative and quantitative approaches, we aimed at gaining insight into women's perceptions of their satisfaction with the division of household and care responsibilities within the couple, and the difficulties they faced in managing their workload during this period.

1. Pre-pandemic division of paid and unpaid workload among mixed-gender couples

In recent decades, there have been gradual developments toward greater gender equality in the labour force (Santos & Amâncio 2014; Casaca & Lortie 2017). The inclusion of women in the labour market, better educational opportunities, and the implementation of egalitarian laws have led to women's increasing independence and economic empowerment (Lyonette, Crompton, & Wall 2007; Wall *et al.* 2017). According to the Eurostat database (Eurostat 2020), the employment rate of Portuguese women aged 15–65 was 66.9% in 2018, only slightly higher than the average of 63.3% for the 28 European Union Member States. However, the introduction of the dual-earner model in Portugal, as in most Western countries, has led to a disproportionate increase in women's total working hours. The increase in women's paid workload has not been accompanied to the same extent by a significant change in structural family dynamics. Also, there is an increasing pressure from the labour market on both male and female workers, since dominant socio-economic structures continue to conform to the representation of the worker as exempt from family responsibilities, highly available in terms of employment and working time flexibility (Casaca 2013). These processes exacerbate social and gender inequalities and entail important social costs.

Most women continue to bear the bulk of domestic responsibilities and the burden of balancing work and childcare. According to the European Institute for Gender Equality's Gender Equality Index Report (EIGE 2019a), about 38% of European women spend an hour or more per day caring for children, the elderly, and people with disabilities, compared with less than 25% of men who spend the same amount of time on these activities. For housework tasks (e.g., cooking and cleaning), the imbalance widens, with an average of 34% of men spending an hour or more every day on these activities, compared with 79% of women (EIGE 2019a). These asymmetries are also found to a greater extent in Portugal. On average, 37% of women spend at least one hour per day caring for family members, compared with 28% of men. For couples with children, this proportion increases to 87% of

women and 79% of men. The gap also widens for household tasks, with 78% of women devoting at least one hour per day to these activities while only 19% of men do so (EIGE 2019b). Perista *et al.* (2016) also concluded that the sharing of household chores and care work within families in Portugal remains largely asymmetrical from a gender perspective, with women spending on average 4 hours and 23 minutes on unpaid work on weekdays, 1 hour and 45 minutes/day more than men. This trend is reinforced on weekends, when the authors estimate that women spend 12 hours (half a day) more than men doing unpaid work.

While data on time spent on paid and unpaid work reported by men and women provide a relatively objective view of inequalities, analysing satisfaction in the division of unpaid work offers valuable insights into subjective gender role norms based on individuals' cultural and ideological values that enable the perpetuation of this issue (Amâncio & Correia 2019; Cunha & Atalaia 2019; Ramos, Rodrigues, & Correia 2019). In an analysis of the 2002 and 2014 International Social Survey Program (ISSP) of housework sharing arrangements between Portuguese men and women, Amâncio and Correia (2019) showed that, despite the perception among women that they do more work than would be fair, and of men that they do less, there were significant changes in indicating a recognition of a more egalitarian division of housework.

Although promising, these numbers may not indicate a real change. According to recent research, small contributions by men in domestic and caregiving tasks are often perceived as sufficient to achieve equity (Wall *et al.* 2017). This "good enough" assumption can be counterproductive and can be seen as a modern take on the traditional gender roles, and further contributes to the persistence of gender asymmetries in domestic work. Also, women with higher education are less likely to perceive the division of housework as inequitable, which relates to their probable higher income, which frequently allows them to outsource housework and childcare, postponing the need to negotiate the division of these tasks within the couple (Amâncio & Correia 2019).

2. The impact of Covid-19 on gender dynamics within the couple: Effects of lockdown and widespread telecommuting

Recent research on the impact of the Covid-19 pandemic suggests that conformity to traditional gender roles and gender stereotypes is likely to be endorsed by women and men during this period (Rosenfeld & Tomiyama 2020). The pressure of having to provide additional care for children at home may return to women's responsibility, conforming to traditional female roles.

To maintain physical distance, many workplaces were forced to switch to telecommuting. This new reality, which affected a large portion of the workforce, had the potential to disrupt family dynamics. Under normal circumstances, working from home can eliminate commuting time, increase free time for leisure, family, and community activities, and thus reduce stress levels (Casaca 2002). In a

recent study, in Portugal, 54% of women responded positively to working from home during the initial closure period in March 2020, compared with 62% of men (Silva *et al.* 2020). Positive responses tended to increase during the lockdown, especially among women. However, previous research has also shown that the greater flexibility that telecommuting offers in terms of time allocation, disrupts work and family boundaries, and can sometimes increase stress levels, especially for women, as work and family spheres interfere with each other (Casaca 2002).

The drastic changes brought about by the pandemic and the need to reorganize paid work and housework are nevertheless an opportunity, as couples may be forced to adapt in the face of these new challenges (Arntz, Yahmed & Berlingieri 2020; Rosenfeld *et al.* 2020). The overrepresentation of women in key work settings (over 70% of healthcare workers – OECD 2020) may promote positive perceptions of men and legitimize women's work, both paid and unpaid. In cases where both members of the couple work from home, and even more so for couples with children, the need to negotiate the division of housework and childcare may become one of their main concerns, especially since the possibility of outsourcing this type of work was not available.

The studies conducted during the first period of the lockdown are not categorical, but most have shown that gender inequalities in housework and caregiving have persisted or even increased, depending on different variables (e.g., Craig & Churchill 2020; Del Boca *et al.* 2020; Dunatchik *et al.* 2021; Santos *et al.* 2021). In Australia, Lyn Craig and Brendan Churchill (2020) analysed data from a sample of 1536 parents in dual-earner couples during the May 2020 lockdown, asking participants how much time they spent on paid and unpaid work, including active and supervised care, and how satisfied they were with work-life balance and share of the burden. They found an overall decrease in paid work and a sharp increase in overall unpaid work during lockdown, mainly among mothers, and a relative increase in childcare by fathers. Overall, lower satisfaction was found, with mothers less satisfied with work-life balance (Craig & Churchill 2020).

These gender asymmetries were also found in two European Union countries, by Del Boca *et al.* (2020) in Italy, and by Santos *et al.* (2021) in Portugal, particularly among couples with underage children. The latter authors found, for example, that women reported doing much more work than was fair, both in housework and in caregiving. Parents reported higher workload in caregiving tasks compared with participants without children, regardless of gender. Del Boca *et al.* (2020) also showed that most of the additional housework and childcare associated with Covid-19 was performed by women, while childcare was more evenly distributed within the couple than housework. In addition, the authors emphasised that working women with younger children (0-5) were those for whom work-life balance was more difficult during Covid-19. More recently, EIGE has also shown that the pandemic crisis is widening the gender gap and increasing gender inequality in the labour market, with women being more penalised (Pereira 2021). Women were, thus, doubly penalised, both in the professional and domestic spheres.

In this article, we aim to clarify how the Covid-19 pandemic, and the resulting first lockdown in Portugal from March 18 to May 2, 2020, has affected the negotiation of unpaid work among mixed-gender couples, from the perspective of women. We anticipated that the burden of caregiving responsibilities resulting from school closures and increased housework would affect both women and men, but fall more heavily on women.

Following recent research (e.g., Amâncio & Correia 2019), we focus on who usually takes care of housework and caregiving, and how satisfied participants are with the division of these tasks. We also aim at understanding women's perceptions about the causes of gender imbalance on share arrangements and what areas they found more challenging to balance during lockdown. As telecommuting was a major stressor, we also asked women the main advantages and disadvantages of working from home.

Considering our theoretical framework, parental status is present throughout our analyses. We seek to understand if women with and without underage children showed differences in i) who performs most housework within the couple; ii) who performs more caregiving tasks within the couple; iii) satisfaction with the way housework and caregiving are divided; iv) difficulty managing multiple activities during lockdown; and v) the impact of telecommuting.

3. Method

3.1. Participants

The study targeted Portuguese women (over 18 years old) living in a mixed-gender relationship. A convenience sample was obtained through the dissemination of a hyperlink on social media. A total of 171 female participants between the ages of 18 and 67 responded ($M = 36.71$, $SD = 10.61$), most of whom were highly educated (67.2% with higher education). Differences in degrees of freedom represent a small number of missing values in the variables analysed.

3.2. Procedure, instrument, and variables

Data collection was performed using a Qualtrics online questionnaire (Provo, UT), which was available in the second half of May 2020. General principles and practical guidelines described in first author institutions' Code of Conduct for Research Ethics were followed (e.g., informed consent, anonymity of data, voluntary participation, contact information, and debriefing). Demographic questions were used as filtering criteria: age, gender, marital status, and work status (experience with home-based work).

Additional demographic questions were asked at the end of the questionnaire: educational attainment, estimated average monthly income, and estimated hours per week of paid work (see Table 1 for general demographic data).

Table 1
Demographic data: valid counts, variable distribution (in percentage),
means and standard deviations (when applicable)

Variables Measured	n	%	M	SD
Age	171	—	36.71	10.61
Level of Education				
Secondary education or less	11	6.43%		
Graduated	44	25.73%		
Post-graduated	71	41.52%		
N/A	45	26.32%		
Legal marital status				
Single	30	17.60%		
Divorced	4	2.30%		
Married or <i>de facto</i> union (civil partnership)	137	80.10%		
Parental status				
Parent of underage children living in the same household	61	35.67%		
Not a parent of underage children or children don't live in the same household	110	64.33%		
Work status				
Not telecommuting (working outside of home, unemployed)	20	11.70%		
Telecommuting (presently or anytime during Covid-19)	136	79.53%		
N/A	15	8.77%		
Average estimated monthly income				
> 5,000 euros	4	2.34%		
> 3,000 to <= 5,000 euros	27	15.79%		
> 1,000 to <= 3,000 euros	78	45.61%		
<= 1,000 euros	13	7.60%		
N/A	49	28.65%		

3.2.1. Assessment of the division of housework and caregiving responsibilities within the couple

Participants were asked who usually does the housework and caregiving tasks ("always/mostly me", "both equally", "mostly/always the partner", or "another person [family, friends, neighbours, paid help]"). Questions about caregiving were general in order to compare parents of underage children with non-parents, who might have other caregiving situations (e.g., caregiving of elder/disabled family members).

3.2.2. Perceptions of changes in workload during lockdown

Participants were asked whether they perceived spending more or fewer hours on housework and caregiving compared to the pre-Covid-19 period. Answers were rated on a scale of 1 (much fewer hours) to 5 (much more hours).

3.2.3. Satisfaction with division of tasks

Participants were asked about their satisfaction with the division of (1) housework and (2) caregiving (two Likert scales, from 1 = "very dissatisfied" to 5 = "very satisfied").

3.2.4. Main difficulties while telecommuting

To better understand the impact of the pandemic on couples' gender dynamics, quantitative variables were included to determine how several activities were balanced during the lockdown: (1) managing paid work, (2) managing childcare, (3) managing housework, (4) managing care for other family members, (5) balancing work and family life. Participants' responses were rated on a Likert scale (from 1 = "much easier" to 7 = "much more difficult" than before the lockdown).

3.3. Open-ended questions

3.3.1. Main reasons for the inequalities

To gain a deeper understanding of gender dynamics in task sharing, an open-ended question followed: "In your opinion, what are the main reasons for the inequalities between men and women in the sharing of housework and caregiving tasks?"

3.3.2. Perceptions of the advantages/disadvantages of working from home

Working from home represented a major change for the women participating in this study, and two qualitative questions were also asked that focused on their perceptions of the advantages/disadvantages of working from home.

Outside the scope of this study, additional variables were measured (estimates of time spent on housework and caregiving – own and partner – and perceptions of justice of these arrangements. These variables were analysed, and the results have been published elsewhere (Santos *et al.* 2021).

4. Results

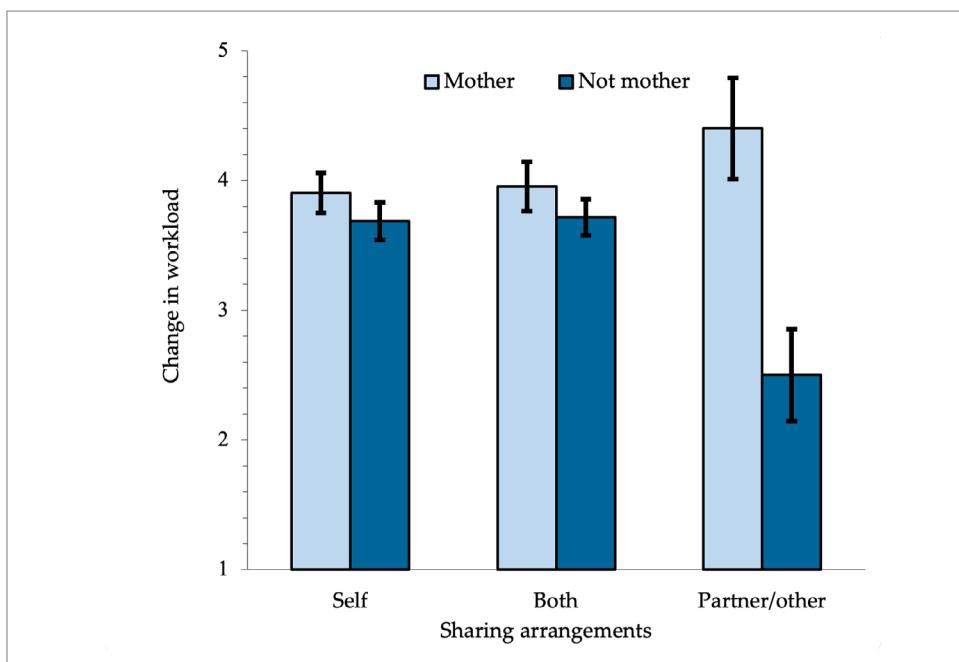
Data were analysed considering sociodemographic variables (age, income, changes in occupational arrangement during Covid-19, and educational level) as covariates. None of these variables showed a significant role on the variables analysed. Therefore, the results are presented without covariates.

4.1. Perception of change in household workload

To understand how the workload of women who participated in this study changed regarding housework, a multivariate 3x2 GLM (General Linear Model) was performed using assessment of the extent of sharing (who usually performed these tasks before lockdown) and parental status (parenting underage child/children) as factors and perception of change in workload since lockdown, as dependent variable.

Figure 1

Perceptions of change in workload regarding housework tasks, compared to pre-Covid-19, depending on sharing arrangements and parental status



Note: Estimated means and standard errors. Scale from 1 = "Much less hours" to 5 = "Much more hours".

Source: Authors' own data.

While all women perceived an increase in workload ($M = 3.76$, $SD = .909$), there was a general perception of higher increase for mothers ($M = 3.97$, $SD = 0.84$) compared to non-mothers ($M = 3.61$, $SD = 0.93$), $F(1,132) = 14.68$, $p > .001$, $\eta^2_p = .10$, qualified by an interaction with who usually performed these household tasks, $F(2,132) = 4.63$, $p = .011$, $\eta^2_p = .07$ (Figure 1). Accounting for this interaction, simple main effects of parental status showed differences in women's perception of increased workload in household tasks when those tasks were usually done by their partner before lockdown, $F(1,132) = 13.02$, $\eta^2_p = .09$, but not when tasks were done by both ($p = .32$) or by themselves ($p = .30$). Simple main effects on task division pre-lockdown showed differences in arrangements only for those who were not mothers of underage children $F(2,132) = 5.32$, $p = .006$, $\eta^2_p = .08$, but not for mothers ($p = .50$).

Further analysis of the collective significant effect between pre-pandemic sharing arrangements and parental status revealed that, while all mothers reported an increase in time spent on housework (even those who did not perform these tasks before the pandemic), this was not the case for women without underage children. In fact, for these, and specifically when they were not primarily responsible for this kind of tasks before Covid, perception of time spent on domestic tasks was lower than before the lockdown.

4.2. Perceptions of changes in workload for caregiving tasks

A similar 3x2 GLM with sharing arrangements and parental status as factors and perceptions of changes in caregiving since the lockdown as the dependent variable showed no differences, neither main effects nor interactions ($p > .07$). In fact, all women reported an increase in time spent caring for family members, even women without underage children, possibly older children, their partners, or family elders.

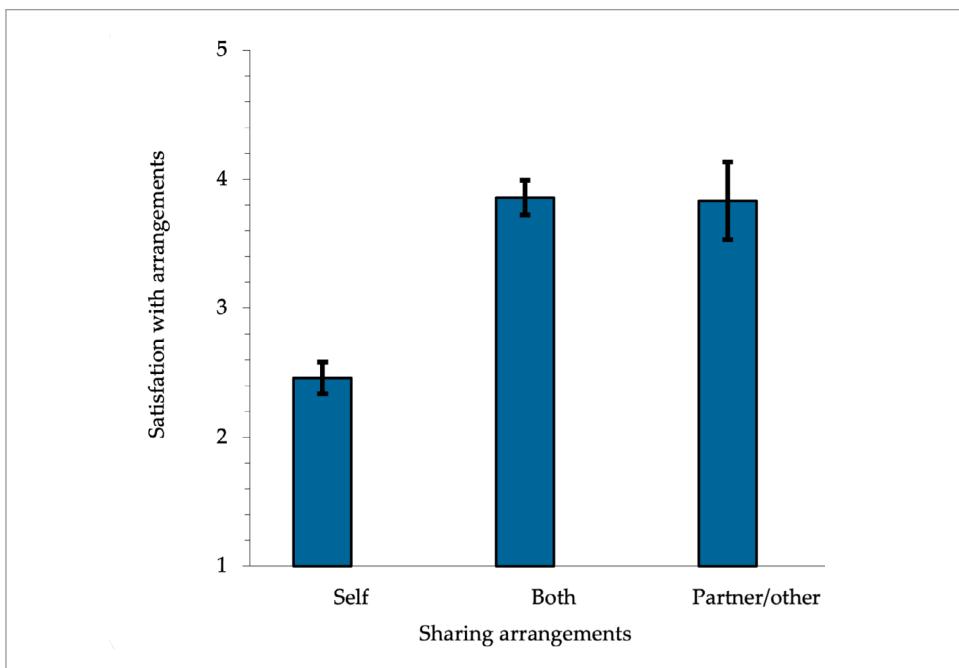
Nonetheless, it is interesting to note that women who reported a more equal sharing of caregiving responsibilities in their household, that is, where both members of the couple shared caregiving responsibilities equally in a pre-pandemic scenario, are the ones for whom the parental status showed a bigger impact. Pairwise comparisons corroborated a perception of higher increase in time spent in caregiving tasks in this subgroup of women. This implies that the presence of young children may be a factor that increases perceptions of inequality during the lockdown, as the additional childcare burden due to Covid-19 does not appear to be as evenly distributed as it was before lockdown.

4.3. Satisfaction with the division of housework

A 3x2 GLM was conducted with sharing arrangements (who usually performed these household tasks) and parental status (underage children) as factors, and satisfaction with workload sharing since confinement as the dependent variable. There was an overall difference in satisfaction as a function of household arrangements $F(2, 130) = 32.23$, $p > .001$, $\eta^2_p = .33$ (Figure 2), with higher satisfaction

when tasks were performed by both ($M = 3.90$, $SD = 1.00$), followed by tasks performed by partner or others ($M = 3.82$, $SD = 0.98$), and significantly lower satisfaction when tasks were usually performed by themselves ($M = 2.46$, $SD = 0.97$). There was neither a main effect of parental status nor an interaction ($p > .62$). That means that women who usually are primarily responsible for housework are highly dissatisfied with this arrangement, independently of the fact of being or not mothers of small children.

Figure 2
Satisfaction with division of housework, depending on sharing arrangements



Note: Estimated marginal means and standard errors. Scale from 1 = "Very unsatisfied" to 5 = "Very satisfied".

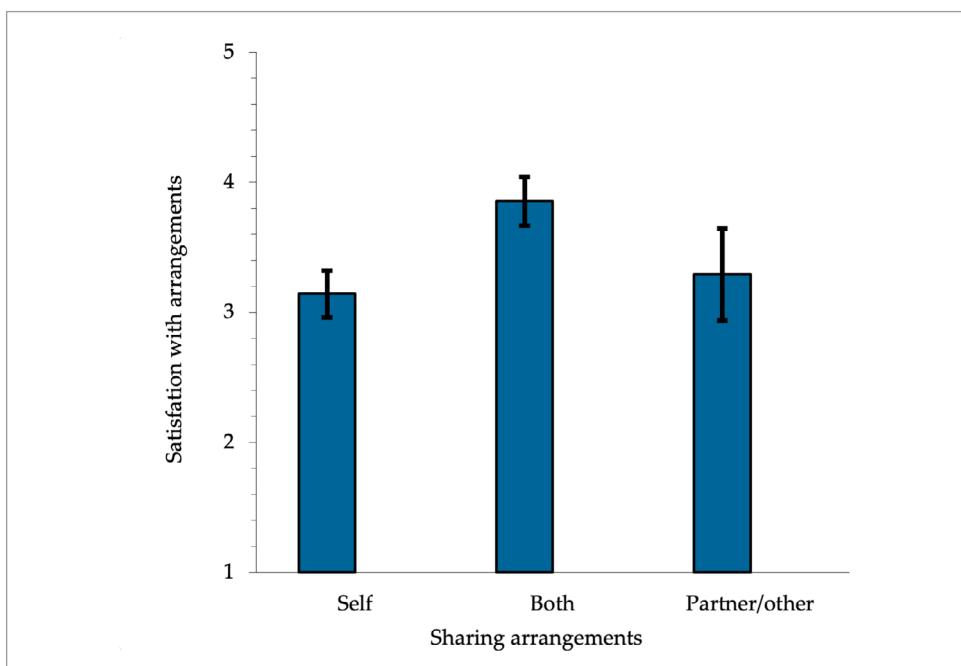
Source: Authors' own data.

4.4. Satisfaction with the division of caregiving responsibilities

A similar 3x2 GLM was conducted with sharing arrangements and parental status as factors, and satisfaction with the sharing arrangements concerning caregiving since Covid-19 as the dependent variable. There was an overall difference in satisfaction as a function of arrangements, $F(2, 78) = 3.85$, $p = .025$, $\eta^2_p = .09$, with higher satisfaction when tasks were done by both ($M = 3.85$, $SD = 0.93$), followed by tasks taken on by the partner or others ($M = 3.40$, $SD = 1.17$), and lower

satisfaction when tasks were usually taken on by themselves ($M = 3.10$, $SD = 1.19$). Pairwise comparisons show that only the difference between being done by both and by themselves was significant ($p = .008$) (Figure 3). There was neither a main effect of parental status nor an interaction ($ps > .12$). This means that, similarly to the satisfaction with the sharing of housework, women who usually are the sole responsible persons for caregiving tasks are highly dissatisfied with this arrangement, independently of being or not mothers of small children.

Figure 3
Satisfaction with division of caregiving tasks, depending on sharing arrangements



Note: Estimated marginal means and standard errors. Scale from 1 = "very unsatisfied" to 5 = "Very satisfied".

Source: Authors' own data.

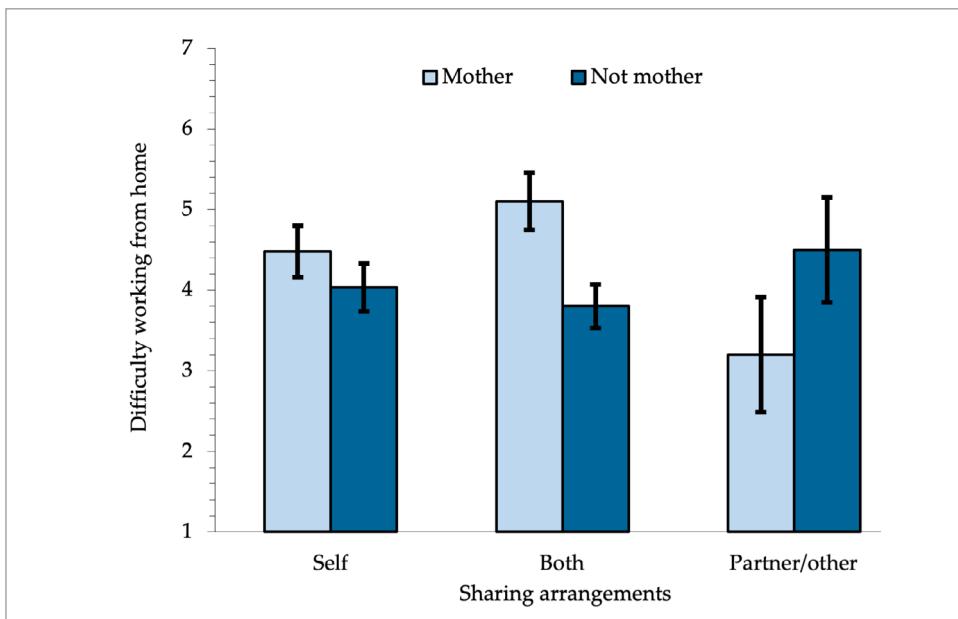
4.5. Perception of difficulties managing paid work while telecommuting

A 3x2 GLM was conducted using division of housework (who usually did these housework tasks before Covid-19) and parental status (mother/non-mother of underage children) as factors, and perceived difficulty in managing paid work while telecommuting as the dependent variable.

Maternal status and division of housework had an interactive effect on the perception of difficulties managing paid work while working from home

$F(2,114) = 3.22, p = .044, \eta^2_p = .05$ (Figure 4.) Taking this interaction into account, simple main effects of parental status showed differences in the difficulty of working from home only when housework was usually done by both members of the couple, $F(1,114) = 8.49, p = .004, \eta^2_p = .07$, but not when the tasks were done by others ($p = .18$) or by women themselves ($p = .31$).

Figure 4
Perceived difficulties working from home, depending on housework sharing arrangements and maternal status



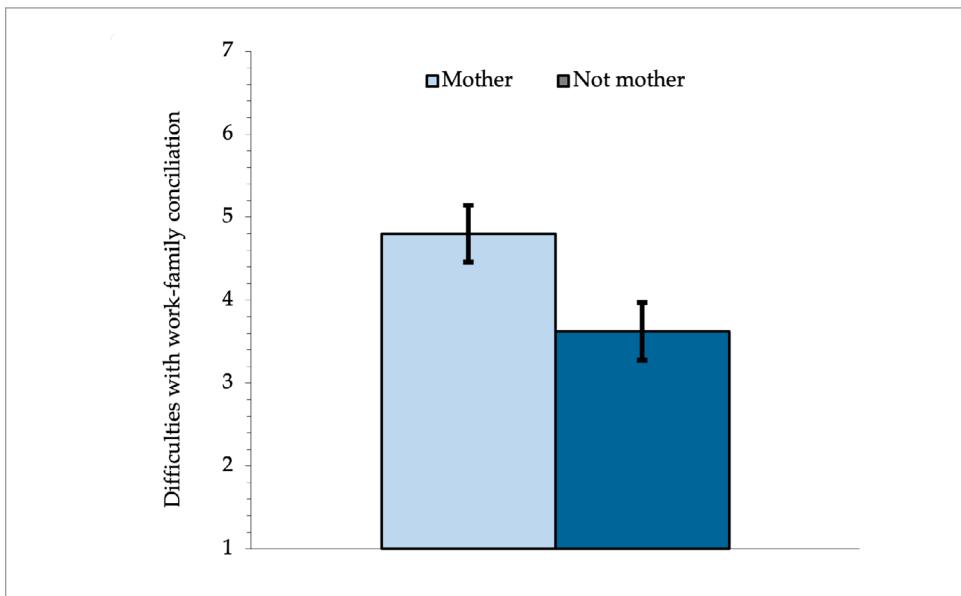
Note: Estimated marginal means and standard errors. Scale from 1 = "Much easier" to 7 = "Much more difficult" than before lockdown.

Source: Authors' own data.

4.6. Perception of difficulties in work-family conciliation

Regarding the effects on work-family conciliation, a 3x2 GLM was conducted using division of housework (who usually did these housework tasks before Covid-19) and parental status (mother/non-mother of underage children) as factors, and perceived difficulty on managing work-family conciliation as the dependent variable. There was only a main effect of parental status ($F(1,117) = 4.31, p = .04, \eta^2_p = .04$) in the division of housework, with mothers of underage children expressing more difficulties ($M = 5.09, SD = 1.97$) compared to other women ($M = 4.03, SD = 1.80$) (see Figure 5).

Figure 5
Perceived difficulties with work-family conciliation, depending on
housework sharing arrangements



Note: Estimated marginal means and standard errors. Scale from 1 = "Much easier" to 7 = "Much more difficult" than before lockdown.

Source: Authors' own data.

Multiple 3x2 GLMs were conducted using division of housework (who usually did household tasks) and parental status (mother/non-mother of underage children) as factors, and other areas of perceived difficulty (managing caregiving, managing housework, managing other tasks) as dependent variables. No significant interactions were found. The same tests were conducted considering the usual division of caregiving (who was usually in charge of care) and parental status as factors. Again, no significant effects or interactions were observed.

4.7. Reasons for inequality in housework considering women's satisfaction

To explore women's perceptions of the reasons for inequality between men and women in the division of housework, the sample was divided into two groups based on their level of satisfaction with their current division of housework. This split was based on the median (3.50), with the group above the median being the less satisfied and the group below the median being the more satisfied (see Appendix A1-A3).

The main differences in perceptions of the reasons for the disparity in the division of housework of the less satisfied group fell mainly on categories related to the presence of general socio-normative factors and gender stereotypes as the main causes of such inequalities (categories 1.1 and 1.2 with 44.07% and 27.12%, respectively). Women cited “cultural aspects and even modern families that perpetuate the idea that women are the caregivers” and reasons that are “due to cultural and gender role issues”, stating that “[...] there is still an inequality in the way domestic tasks are divided between men and women, with lower social and cultural expectations regarding the amount of time and type of tasks that men have to do in relation to domestic tasks”. These women clearly focused their rationale on historical social inequalities and complex dominance social systems.

The responses of the more satisfied group on the main reasons for inequality were mostly related to aspects of socialisation and upbringing, as well as essentialization, which refers to more innate dispositions that differ between men and women (mainly categories 1.3 and 2, with 37.04% and 29.63%, respectively). Examples of the justifications of this group were: “it is in women’s nature to take care of the house and children more [...] it is their instinct as a woman and a mother”, but also “the way people are brought up”. This focus on nature versus nurture for these women seems to reframe the reasons for inequality on the intergroup level.

4.8. Advantages and disadvantages of working from home

To analyse the advantages and disadvantages of working from home, responses were evaluated according to whether participants had children.

Among the advantages of working from home, the most frequently cited by both groups (mothers vs. non-mothers) was the subcategory related to avoiding travel time and traffic on the way to/from work (subcategory 4.2, at 25.45% and 21.59%, respectively). The second most frequently cited benefit by both groups related to work-life balance (category 1), including the ability to spend more time with family, better organize housework, and better manage time. There were no notable differences between mothers and non-mothers in the reported benefits of working from home.

In terms of disadvantages, the most noticeable difference between groups was in the subcategory related to the creation of tensions between family, housework, and work (e.g., taking care of children during working hours, subcategory 1.1). In fact, 21.30% of mothers reported this disadvantage, compared to 4.24% of non-mothers of underage children. In addition, mothers were more likely to report the lack of adequate working conditions (13.33%) than non-mothers (5.56%). The most frequently reported overall disadvantage of working at home by both groups was related to the feeling of loneliness and monotony resulting from isolation (category 3.1). 14.81% of mothers and 20.61% of non-mothers reported this disadvantage.

5. Discussion

The aim of our study was to understand how women living in mixed-gender couples dual-earner households and working from home during the first wave of Covid-19 in Portugal perceived the change in workload related to housework and caregiving tasks. Overall, results show that housework workload perception increased for all women during the lockdown, except for childless women. Regarding caregiving tasks, the results were even more homogeneous. All women indicated that they perceived their workload to have increased, despite previous arrangements within the couple and despite the women's parental status. Women with young children who, in the pre-pandemic period, lived in households in which both members of the couple shared caregiving responsibilities, are the ones who show greater differences in their perceptions of increased workload. These overall results alert us to the fact that women were highly overworked during the Covid-19 pandemic. However, results also suggest that the presence of young children could be a factor of increased inequality during lockdown, as the additional burden of childcare due to Covid-19 could fall on women, even if this was not the usual arrangement. The fact that all women, including those without underage children, reported increased time spent on caregiving, sheds light on other realities not thoroughly explored in this article, namely the increased caregiving needs of other family members (e.g., older children, partners, elderly parents).

It is also noteworthy that the level of satisfaction with the division of household tasks is consistent with the results of studies published in the last 15 years on the division of housework within the couple (Stevens, Kinger, & Riley 2001; Amâncio 2007; Amâncio & Correia 2019). In general, women are dissatisfied with the division of housework, but this is especially true when these tasks are mainly performed by themselves, and this perception is not influenced by their parental status. The same general pattern was found regarding satisfaction with the division of caregiving tasks. Nevertheless, satisfaction was higher in households where tasks are usually performed by both members of the couple and lower when tasks are usually performed exclusively or mainly by the woman. When comparing more dissatisfied with less dissatisfied women in our sample, it is interesting to assess the possible psychological processes underlying the reasons for the disparity. Women who are more dissatisfied tend to cite sociological, structural, and systemic reasons that are beyond their individual control, whereas less dissatisfied women tend to cite reasons that are more related to group relations, socialization practices, and interpersonal factors and are therefore much easier to change soon.

Not surprisingly, women in this study reported difficulty working from home, caring for children, managing household chores, and supporting other family members during the lockdown. Parental status and division of tasks appear to be relevant only for women who work from home and have young children. These women expressed more difficulty in accomplishing these tasks when they

used to be commonly shared before the lockdown, compared to when they were not responsible for these tasks before Covid-19, or even when they were solely responsible for this type of work. This is significant in that it shows that the additional workload comes with the added burden of couples having to negotiate how to divide their time during particularly stressful times. Consistent with recent research (Power 2020; Carlson, Petts, & Pepin 2021; Fisher & Ryan 2021; Santos *et al.* 2021), the results also show that it is particularly difficult to manage work from home and balance work and family roles when there are underage children in the household, especially in a labour market that expects full availability (Casaca 2013)

Although most women cited the advantages of working from home in terms of saving time by avoiding commuting time and traffic on the way to/from work, as well as being able to spend more time with family and better organise housework and time management, differences in disadvantages were also evident in women's discourse. Women with young children were more likely to report experiencing tensions between family, household, and work than women without children. Women without children tended to mention physical environmental characteristics, such as the lack of adequate working conditions, more frequently than women with children, who seemed to be less concerned about this issue.

Also important is the general mention of feelings of loneliness and monotony due to isolation. Mental health issues are cited as a major concern during the pandemic period, especially for women (Paulino *et al.* 2021), and overworked mothers are of particular concern (Prados & Zamarro 2020; Xue & McMunn 2021).

6. Conclusions

This study brings important insights to our understanding of family life during the Covid-19 pandemic, and especially to the situation of women during this period. Overall, its greatest strength lies in the combination of quantitative and qualitative data that give us important insight into the different realities experienced by women during the pandemic. This important contribution allowed us to understand the situation of women during the pandemic in a heterogeneous way and to break the traditional male/female dichotomy that prevails in traditional studies of the division of domestic tasks among mixed-gender couples.

Nonetheless, relevant limitations of this study should be addressed. Our sample is quite small and focused on women of childbearing age. In addition, it is biased toward educated women. The results may not be generalizable to younger or older women and to women with lower qualifications. It is possible that younger women living as a couple find that cohabiting greatly reduces the stress of family work and previous asymmetries in the division of domestic and caregiving tasks. It is also possible that older women found that caring for older family members increased their workload during Covid-19. These facts could not be considered in

our study. Nevertheless, several studies published during the Covid-19 pandemic found little evidence that the division of domestic labour or changes in the amount of time women spent on chores during the pandemic varied by educational level (e.g., Carlson, Petts, & Pepin 2020; Chung *et al.* 2020; Shafer *et al.* 2020).

Finally, we were only able to address women's perspectives on this topic, and we used a narrow definition of gender in this study, primarily for comparative aspects, which limits the scope of our conclusions. A broader definition that includes non-binary approaches could be instrumental in understanding gender inequalities more thoroughly during Covid-19 (Fisher & Ryan 2021).

In spite of these limitations, our study showcases how in times of crisis, of which the Covid-19 pandemic is a mere example, gender equality suffers a rollback. This is an important lesson to take for potential crises to come.

Author contributions

MHS, RBC and ED had the idea for the paper. **MR, RBC and ED** participated in the application of statistical, mathematical, computational, or other formal techniques to analyze or synthesize study data; **MHS, MR and RBC** developed the study design; **MR** conducted the empirical research. All authors have read and agreed to the published version of the manuscript.

Acknowledgements

This work was supported by Portuguese national funds through FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., within the project UIDB/03125/2020. In addition, this research was funded by the FCT, I.P., under the Transitory Norm – DL 57/2016/CP 1359/CT0023 and DL 57/2016/CP1359/CT0027 – provided to Maria Helena Santos and Miriam Rosa, respectively.

Conflict of interest

The authors have no conflict of interest to declare.

References

- Alon, Titan, *et al.* 2020. "The Impact of Covid-19 on Gender Equality." *NBER Working Paper* 26947. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research. Available at <http://www.nber.org/papers/w26947> [Accessed 14 May 2021].

- Amâncio, Lígia. 2007. "Género e divisão do trabalho doméstico: o caso português em perspectiva." In *Família e género em Portugal e na Europa*, edited by Karin Wall & Lígia Amâncio, 181-209. Lisboa: ICS-ULisboa.
- Amâncio, Lígia, & Rita B. Correia. 2019. "Em busca da igualdade: Perceção de justiça e divisão do trabalho doméstico-mudanças e continuidades." *Sociologia, Problemas e Práticas* 90: 77-94. DOI: <https://doi.org/10.7458/SPP20199015529>
- Arntz, Melanie, Sara Ben Yahmed, & Francesco Berlingieri. 2020. "Working from Home and COVID-19: The Chances and Risks for Gender Gaps." *Intereconomics* 55: 381-386. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10272-020-0938-5>
- Carlson, Daniel L., Richard Petts, & Joanna R. Pepin. 2020. "Changes in Parents' Domestic Labor during the COVID-19 Pandemic." *SocArXiv*. DOI: <https://doi.org/10.31235/osf.io/jy8fn>
- Casaca, Sara Falcão. 2002. "Questions and controversies revolving around telework – a gender perspective." Paper presented at the 24th IATUR Conference *Work Time and Leisure Time – Dynamics and Convergence in Changing Contexts*, ISEG, Lisbon, October 16-18.
- Casaca, Sara Falcão. 2013. "As novas dinâmicas laborais e os desafios da articulação com a vida familiar." *Sociologia, Problemas e Práticas* 72: 31-52. Available at <https://journals.openedition.org/spp/1174>
- Casaca, Sara Falcão, & Johanne Lortie. 2017. *Handbook on Gender and Organizational Change*. Turin: International Training Centre/International Labour Organization.
- Chung, Heejung, et al. 2020. "Working from Home and the Division of Housework and Childcare Among Dual Earner Couples During the Pandemic in the UK." *SocArXiv*. December 18. DOI: <https://doi.org/10.31235/osf.io/4esf7>
- Craig, Lyn, & Brenda Churchill. 2020. "Dual-earner parent couples' work and care during COVID-19." *Gender, Work & Organization* 28(S1): 66-79. DOI: <https://doi.org/10.1111/gwao.12497>
- Correia, Rita B. 2020. "Efeitos da pandemia nas famílias portuguesas: Principais impactos, legislação e medidas governamentais entre março e agosto de 2020." *OFAP Policy Brief* 2020. Lisboa: ICS-ULisboa. Available at <https://ofap.ics.ulisboa.pt/publicacoes/publicacoes-ofap/> [Accessed 14 May 2021].
- Cunha, Vanessa, & Susana Atalaia. 2019. "The gender(ed) division of labour in Europe: patterns of practices in 18 EU countries." *Sociologia, Problemas e Práticas* 90: 113-137. DOI: <https://doi.org/10.7458/SPP20199015526>
- Del Boca, Daniela, et al. 2020. "Women's and men's work, housework and childcare, before and during COVID-19." *Review of Economics of the Household* 18: 1001-1017. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11150-020-09502-1>
- Dunatchik, Allison, et al. 2021. "Gender, Parenting, and the Rise of Remote Work during the Pandemic: Implications for Domestic Inequality in the United States." *Gender & Society* 35(2): 194-205. DOI: <https://doi.org/10.1177/08912432211001301>
- EIGE. 2019a. *Gender Equality Index 2019: Work-life balance*. Luxembourg: Publications Office of the EU. Available at <https://eige.europa.eu/publications/gender-equality-index-2019-work-life-balance> [Accessed 20 May 2021].
- EIGE. 2019b. *Gender Equality Index 2019: Portugal*. Vilnius, Lithuania: European Institute for Gender Equality. Available at <https://eige.europa.eu/publications/gender-equality-index-2019-portugal> [Accessed 20 May 2021].
- Eurostat. 2020. Employment rates by sex, age and citizenship (%). Available at https://eige.europa.eu/gender-statistics/dgs/indicator/bpfa_f_offic_f11_lfsa_ergan/bar [Accessed 21 May 2021].

- Fisher, Alexandra, & Michelle K. Ryan. 2021. "Gender inequalities during COVID-19." *Group Processes & Intergroup Relations* 24(2): 237-245. DOI: <https://doi.org/10.1177/1368430220984248>
- Lyonette, Clare, Rosemary Crompton, & Karin Wall. 2007. "Gender, occupational class and work-life conflict: A comparison of Britain and Portugal." *Community, Work and Family* 10(3): 283-308. DOI: <https://doi.org/10.1080/13668800701456245>
- OECD. 2020. "Women at the core of the fight against COVID-19 crisis." *OECD Policy Responses to Coronavirus (COVID-19)*. Available at <https://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/women-at-the-core-of-the-fight-against-covid-19-crisis-553a8269/> [Accessed 18 May 2021].
- Paulino, Mauro, et al. 2021. "COVID-19 in Portugal: exploring the immediate psychological impact on the general population." *Psychology, Health & Medicine* 26(1): 44-55. DOI: <https://doi.org/10.1080/13548506.2020.1808236>
- Pereira, Maria do Mar. 2021. "Researching gender inequalities in academic labor during the COVID-19 pandemic: Avoiding common problems and asking different questions." *Gender, Work & Organization* 28(S2): 498-509. DOI: <https://doi.org/10.1111/gwao.12618>
- Perista, Heloísa, et al. 2016. *Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal*. Lisbon: CESIS & CITE.
- Power, Kate. 2020. "The COVID-19 pandemic has increased the care burden of women and families." *Sustainability: Science, Practice and Policy* 16(1): 67-73. DOI: <https://doi.org/10.1080/15487733.2020.1776561>
- Prados, María, & Gema Zamarro. 2020. "Gender differences in couples' division of child-care, Work and mental health during COVID-19." *CESR-Schaeffer Working Paper No. 003*. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3667803>
- Ramos, Vasco, Leonor B. Rodrigues, & Rita B. Correia. 2019. "Atitudes face à divisão do trabalho familiar em Portugal em 2002 e 2014: mudanças e continuidades." *Sociologia, Problemas e Práticas* 90: 95-112. DOI: <https://doi.org/10.7458/SPP20199015528>
- Rosenfeld, Daniel L., & A. Jane Tomiyama. 2020. "Can a pandemic make people more socially conservative? Political ideology, gender roles, and the case of COVID-19." *Journal of Applied Social Psychology* 51(4): 425-433. DOI: <https://doi.org/10.1111/jasp.12745>
- Rosenfeld, Daniel L., et al. 2020. "Psychological Science in the Wake of COVID-19: Social, Methodological, and Meta-scientific Considerations." *PsyArXiv Preprints*. DOI: <https://doi.org/10.31234/osf.io/6gjfm>
- Santos, Maria Helena, & Lígia Amâncio. 2014. "Sobreminorias em profissões marcadas pelo género: consequências e reações." *Análise Social* 49(212): 700-726. Available at http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_212_d04.pdf [Accessed 10 May 2021].
- Santos, Maria Helena, et al. 2021. "Gender roles and dynamics in COVID-19 times: Changes and continuities in sharing arrangements of housework and caregiving." *Psicología* 35(1): 147-156. DOI: <https://doi.org/10.17575/psicologia.v35i1.1688>
- Shafer, Kevin, Casey Scheibling, & Melissa A. Milkie. 2020. "The Division of Domestic Labor before and during the COVID-19 Pandemic in Canada: Stagnation versus Shifts in Fathers' Contributions." *Canadian Review of Sociology/Revue canadienne de sociologie* 57(4): 523-549. DOI: <https://doi.org/10.1111/cars.12315>
- Silva, Pedro Adão, et al. 2020. "Trabalho e desigualdades no Grande Confinamento." *Estudos CoLABOR* 2. Available at <https://colabor.pt/en/publications/trabalho-desigualdade-grande-confinamento-rendimento-teletrabalho-en/> [Accessed 08 November 2022]
- Stevens, Daphne, Gary Kinger, & Pamela J. Riley. 2001. "Working Hard and Hardly Working: Domestic Labor and Marital Satisfaction Among Dual-earner Couples." *Journal of*

- Marriage and Family* 63(2): 514-526. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2001.00514.x>
- Wall, Karin, & Lígia Amâncio. 2007. *Família e Género em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin, et al. 2017. *White paper: Men and gender equality in Portugal*. Lisboa, Portugal: ICS – ULisboa & CITE. Available at <http://hdl.handle.net/10451/31936> [Accessed 10 May 2021].
- World Economic Forum. 2021. *Global Gender Gap Report 2021*. Geneva: WEF. Available at <https://www.weforum.org/reports/global-gender-gap-report-2021> [Accessed 08 November 2022].
- Xue, Baowen, & Anne McMunn. 2021. "Gender differences in unpaid care work and psychological distress in the UK Covid-19 lockdown." *PLoS ONE* 16(3). DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0247959>

Maria Helena Santos concluded her PhD in Social and Organisational Psychology at ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa in 2011. She is currently a researcher at CIS-IUL, Portugal. Her main research interests focus on gender studies and affirmative action in professional contexts that are markedly feminine and masculine, and also in the private context and in work-life balance.

Miriam Rosa concluded her PhD in Social and Organisational Psychology at ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa in 2013. She is currently a researcher and professor at ISCTE – University Institute of Lisbon (CIS-IUL). Her research focuses on relations between social groups of asymmetric status, in areas such as diversity and inclusion. She is also an expert in research and data analysis methods.

Rita B. Correia is a psychologist, with a double specialization in Social and Organizational Psychology and Clinical and Health Psychology. She has been developing research on two main topics: 1) work-life balance, family policies, gender equality and masculinities; and 2) children's social development. She is a member of the Observatory of Families and Family Policies at the Institute of Social Sciences of the University of Lisbon.

Eduardo Xavier is a psychology researcher and PhD student in Cognitive Science, at ULisboa. His work has been mainly in cognitive, experimental, and social psychology. He has also been interested in exploring the societal impacts of the Covid-19 pandemic, including changes in the dynamics of gender roles and asymmetries in the population.

Received on 30 June and accepted for publication on 17 October 2022.

Appendix A – Category System

Appendix A1 – Reasons for inequality

“What are the main reasons for inequalities between men and women in the division of domestic tasks and family care?”

Category 1. Sociocultural Factors	
Covers the responses related to cultural, ideological and social norms, rooted and acquired throughout development that characterize the Portuguese cultural context.	
1.1. Socio-normative factors	Role of culture and / or the existence of a social context that promotes inequality.
1.2. Gender stereotypes	Preconceptions and gender stereotypes, present in Portuguese society, that position men and women as having different roles and responsibilities in the division of domestic tasks and / or care provision.
1.3. Socialization	Attributes the existence of differences in the division of tasks to education and the acquisition of habits and skills throughout development, learning through example in the family context and assigning different responsibilities to men and women since childhood.
Category 2. Essentialization	
Covers the responses that demonstrate an essentialization (intrinsic/essentialness/innate reason for...) of gender differences, referring to biological predispositions, or different abilities, motivations and personality differences between men and women as innate and / or immutable.	
Category 3. Work-related Factors	
When work context is mentioned as a catalyst for differences in the context of unpaid work.	
3.1. Schedule availability	A greater availability on the part of women / men to perform household chores, due to a greater workload by their partner.
3.2. Differences in paid work	Salary and / or hierarchical differences, conditions for career progression and work environment differences between men and women as a factor for inequality, that ends up having an impact on the division of domestic tasks between the couple.
Category 4. Relational Factors	
When relational issues and couple dynamics are mentioned	
4.1. Lack of relational negotiation	Lack of dialogue, organization and lack of negotiation between the couple, leading to inequalities in unpaid work. It includes the responses in which one or both members of the couple are unable to delegate tasks, or lack of assertiveness, resulting in some conformity regarding asymmetries in the division of tasks.
4.2. Man as “helper”	Role of the man in family dynamics is mentioned, particularly in domestic tasks and care provision, as being merely a helper and not equally responsible for these tasks.

Appendix A2 – Coding table for advantages of working from home

1. Conciliation	
1.1. Proximity to family, easier to provide care	Mentions the possibility of being closer to the family, partner and/or friends, as well as greater ease in managing the provision of care.
1.2. Conciliation with domestic work	Considers the advantage of being able to perform/manage domestic work better (cleaning, cooking, etc.).
1.3. Better time management	Greater flexibility or improvement in time management.
2. Work-related Topics	
2.1. Higher productivity at work	Considers an increase in productivity, speed and/or efficiency in work tasks.
2.2. More autonomy	Greater autonomy/freedom is mentioned, in general or in specific areas – time management, work-related tasks – without depending on bosses or co-workers.
2.3. Better concentration	Decrease in distractions and better conditions to focus on work.
2.4. Taking advantage of technologies/changing the work paradigm	Mentions the re-adaptation of the work context, whether in terms of work dynamics or in the use of new tools/technologies, etc., as being advantageous.
3. Well-being	
3.1. Increased quality of life	Alludes to an increase in quality of life in general, specifically with regard to increased comfort and reduced stress. Covering responses in which the participant says she can sleep later, not having to worry about the image, etc.
3.2. Greater availability for other tasks/leisure time	Greater availability to perform other tasks in general, including leisure, physical exercise, etc.
3.3. Being in your own space/meals at home (etc.)	Advantageous possibility of being in one's own space to work, eat meals, etc.
3.4. Decreased risk of contagion	Refers to the context of the pandemic, with the advantageous possibility of continuing to work while avoiding contagion, etc.
4. Resources (financial, time, environment)	
4.1. Less expenses	Reduction in expenses/costs associated with working away from home.
4.2. Avoiding travel/traffic	Absence of travel and/or time spent in traffic.
4.3. Less pollution	Reduction in pollution is mentioned (concern with the ecological footprint).

Appendix A3 – Coding table for disadvantages of working from home

1. Conciliation	
1.1. Tension between family life, domestic and professional work	Overlap of family life and domestic work with professional life, with difficulties in providing care, monitoring children, etc.
1.2. Less separation between private life and work	Decrease of boundaries between private and work life, including sharing spaces, “invasion” of privacy through online meetings, etc.
2. Working conditions	
2.1. Lack of relationships at work/ interaction with co-workers/ more impersonal work	Decrease in contact with co-workers, collaborators, managers, customers and consequently a decrease in the opportunities provided by these interactions.
2.2. Greater job and remuneration insecurity (when dependent on results)	Greater insecurity/instability in relation to work, given the lesser ability to present results, and salary changes resulting from the pandemic context.
2.3. Constant availability/ Contacts/ frequent meetings	Greater control by managers regarding work time, and a need for constant availability for meetings, phone calls, etc.
2.4. Schedules not defined/ Absence of routine	Lack of regular schedules and the lack of routine, with a consequent need for greater discipline.
2.5. Worse working conditions	Decrease in working conditions, problems connecting to the online network, lack of adequate space, materials, etc.
2.6. Less concentration	Concentration difficulties and more distractions are reported.
2.7. More working hours	A perception of longer working times.
2.8. Lower productivity	Being less productive, efficient, and quick to get the job done.
3. Well-being	
3.1. Isolation / Loneliness / Monotony	Increase in isolation in general, with increased feelings of loneliness, monotony, lack of contact with family and friends.
3.2. Lower quality of life	Decrease in quality of life is mentioned, in terms of less movement, sedentary lifestyle and worse diet.
3.3. More stress	An increase in negative emotions associated with working from home, including more stress, anxiety and lack of motivation.
4. Resources (financial, time)	
4.1. Increased costs	Increase in the costs associated with working from home (e.g., energy, groceries, cooking meals at home).

ENTRE A PANDEMIA E O POPULISMO: UM OLHAR SOBRE AS CANDIDATURAS FEMININAS ÀS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2021 EM PORTUGAL

 *Carla Martins**

 *Ana Cabrera***

 *Isabel Ferin Cunha****

Resumo

A pandemia afetou o modo e a substância da campanha oficial para as eleições presidenciais portuguesas de 2021 e obrigou a um ajustamento das ações planeadas, subtraindo mobilidade, mobilização e rua aos/as candidatos/as. Mais profundamente, favoreceu a fermentação de discursos populistas e a radicalização do debate. Estas circunstâncias tornaram a disputa única na história da democracia portuguesa contemporânea. Um dos temas menos explorados nos estudos sobre o populismo é a questão de género e o lugar da mulher na sociedade globalizada. Neste quadro, propomo-nos analisar a cobertura conferida às presidenciais nos jornais televisivos da noite da RTP1, SIC, TVI e CMTV, durante o período da campanha eleitoral, tendo como objeto central as duas candidatas mulheres, Ana Gomes e Marisa Matias.

Palavras-chave: Eleições, pandemia, populismo, cobertura televisiva, candidatas.

Abstract

In between the Pandemic and Populism: A look into the 2021 female presidential candidates in Portugal

The COVID-19 pandemic changed the form and substance of the official campaign for the 2021 Portuguese presidential elections. It called for several adjustments to planned campaign actions, constraining candidates' mobility and popular mobilization. This context favored the fermentation of populist discourses and the radicalization of political debate.

* Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa (ICNOVA); Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), Lisboa, Portugal.

Endereço postal: Av. de Berna, 26 C 1069-061, Lisboa, Portugal.

Endereço eletrónico: carlamartins@netcabo.pt

** Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC-UNL), Lisboa, Portugal.

Endereço postal: Av. de Berna, 26 C 1069-061, Lisboa, Portugal.

Endereço eletrónico: cabrera.anacabrera@gmail.com

*** Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa (ICNOVA), Lisboa, Portugal.

Endereço postal: Av. de Berna, 26 C 1069-061, Lisboa, Portugal.

Endereço eletrónico: barone.ferin@gmail.com

These circumstances led to an unprecedented electoral contest in the recent history of democracy in Portugal. One of the least explored topics in studies about populism is gender and the place of women in the globalized society. In this context, this paper examines the media coverage of the 2021 Portuguese presidential elections in television news services of the following channels: RTP1, SIC, TVI and CMTV. This analysis covered the period of the official campaign and focused on the two female candidates, Ana Gomes and Marisa Matias.

Keywords: Elections, pandemic, populism, TV coverage, female candidates.

Resumen

Entre la pandemia y el populismo: una mirada a las candidatas para las elecciones presidenciales de 2021 en Portugal

El contexto general de la pandemia afectó en modo y sustancia la campaña oficial para las elecciones presidenciales portuguesas de 2021 y obligó a un ajuste de las acciones previstas, restando movilidad, movilización y calle a los candidatos. Más profundamente, favoreció la fermentación de los discursos populistas y la radicalización del debate político. Estas circunstancias hicieron que esta disputa fuera única en la historia de la democracia portuguesa contemporánea. Uno de los temas menos explorados en los estudios del populismo es el tema del género y el lugar de la mujer en la sociedad global. En este marco, proponemos analizar la cobertura periodística que se le da a los/as candidatos/as presidenciales en los diarios televisivos nocturnos de RTP1, SIC, TVI y CMTV durante el período de campaña electoral, teniendo como objeto central a las dos candidatas, Ana Gomes y Marisa Matias.

Palabras clave: Elecciones, pandemia, populismo, cobertura televisiva, candidatas.

1. Introdução

As eleições presidenciais de 2021 em Portugal são um acontecimento singular na história da democracia portuguesa contemporânea. A disputa ficou indelevelmente marcada pela terceira vaga de contágio por Covid-19 e a reincidência de graves efeitos sociais e económicos da crise pandémica no país. A declaração do novo estado de emergência, a 15 de janeiro, ocorreu em plena campanha oficial, afetando-a no modo e na substância e obrigando a um ajustamento das ações planeadas, subtraindo mobilidade, mobilização e rua aos/as sete candidatos/as. Neste cenário, a simples realização de atos democráticos colocou desafios às habituais formas de comunicação e de “fazer política”, abrindo espaços inovadores, embora na generalidade restritivos, às estratégias e ações das campanhas eleitorais. Os contactos com os/as eleitores/as reduziram-se, salvo exceções onde se tornaram “manifestos ideológicos” sobre convicções políticas e a própria pandemia.

Este contexto favoreceu a fermentação de discursos populistas e a radicalização do debate político. Convém lembrar que o rótulo de “populista” é quase sempre utilizado para descrever um leque vasto de indivíduos, partidos e movimentos, da esquerda à direita, que estruturam a sua estratégia política em torno de uma conceção dualista e simplificadora da realidade, baseada em juízos e dicotomias fáceis,

com vista a dividir a sociedade em grupos ou indivíduos, categorizados como “bons e maus”. Na verdade, e por isso preocupante e difícil de discernir em democracias plenas, os movimentos populistas “aceitam” determinadas regras democráticas, embora se manifestem, ruidosamente, contra os valores da democracia liberal. As mensagens centram-se em valores xenófobos, racistas, homofóbicos e sexualmente conservadores, embora não abandonem os princípios do capitalismo neoliberal.

Neste artigo propomo-nos analisar a cobertura conferida nos jornais televisivos da noite da RTP1, SIC, TVI e CMTV às duas candidatas à Presidência, Ana Gomes e Marisa Matias. O objetivo é aprofundar um tema menos explorado nos estudos sobre o populismo, a questão de género e o lugar da mulher na política, na sociedade globalizada. Este é o enfoque, não se ignorando a existência de estudos que versam especificamente sobre a representação simbólica de líderes femininas de movimentos populistas de extrema-direita (e.g., Siim e Meret 2015; Snipes e Mudde 2020). Trata-se de uma dimensão que abrange a relação entre o capitalismo neoliberal, sob as suas formas financeira e digital, e o crescimento da extrema-direita populista-conservadora, a qual implica todos os fundamentalismos, incluindo os religiosos, em particular os católicos e pentecostais. Esta dimensão do populismo deve ser analisada tendo em conta, primeiramente, a transição de um capitalismo financeiro para o digital, associado às alterações na conceção e “escassez” de trabalho, bem como à precarização que atinge, maioritariamente, as mulheres¹. Acresce que o ângulo de género no populismo pode ser entendido como uma reação política, social e religiosa ao que é designado por “ideologia de género”, considerada, em muitos países ocidentais e democráticos, como “colonização ideológica”, promovida por vozes decadentes ocidentais, incluindo *lobbies* ativos na UE e ONG (Dietze e Roth 2020). Neste contexto, os discursos das candidaturas populistas sobre as mulheres articulam-se, prioritariamente, com base em temáticas como educação sexual das crianças e jovens; afirmação da família heterossexual tradicional; negação dos direitos LGBTI+; valorização/desvalorização de estereótipos da masculinidade e feminilidade.

O estudo empírico comprehende as seguintes perguntas de investigação: 1) que temas privilegiam as candidatas?; 2) que indicadores de comunicação não-verbal constituem a sua performance televisiva?; 3) ao nível da narrativa jornalística desenvolvem estratégias eleitorais assentes na sua afirmação como mulheres, feministas e defensoras de uma agenda de igualdade?; 4) há um direcionamento das ações de campanha para grupos de mulheres, sobretudo após o episódio “Vermelho em Belém”?

¹ Em Portugal, um estudo da CGTP – Intersindical Nacional, com dados de 2020, vem confirmar este impacto agravado da precariedade e perda de emprego, sem proteção social, sobre as mulheres (cf. Agência Lusa, “Mais de 136 mil trabalhadores precários perderam emprego, revela um estudo da CGTP”, 23-02-2021. Disponível em <https://observador.pt/2021/02/23/mais-de-136-mil-trabalhadores-precarios-perderam-emprego-revela-um-estudo-da-cgtp/>).

2. Contexto português

As eleições presidenciais de 2021 realizaram-se a 24 de janeiro, tendo a campanha eleitoral decorrido entre 10 e 22 do mesmo mês. Entre as sete candidaturas, incluíam-se duas mulheres, Ana Gomes e Marisa Matias, ambas do quadrante de esquerda.

A participação política feminina desde a Revolução democrática de 1974 em Portugal apresenta momentos, sobretudo a partir de meados dos anos 90 do século XX, em que se denunciou o campo político como um “clube masculino” e se identificou, como problema da democracia, a invisibilidade e o défice de participação das mulheres (Cabrera e Martins 2019a; Cabrera 2021). Entre estes momentos destaca-se a aprovação, em 2006, da “Lei da Paridade de Género” (Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto), que estabelece que as listas eleitorais para a Assembleia da República, o Parlamento Europeu e as autarquias locais devem assegurar uma representação mínima de cada um dos sexos, atualmente fixada em 40%. Este mecanismo constituiu um avanço legislativo significativo – ainda que, na sua génese, carecesse de consenso político generalizado –, que favoreceu o aumento gradual e partidariamente transversal da participação política feminina. Esse incremento abrange igualmente os governos, ainda que a Lei da Paridade não tenha aplicação direta na composição dos executivos. Não obstante, constata-se a manutenção dos *glass ceilings* nas posições executivas e no topo da hierarquia de poder, como sucede na Presidência da República, que nunca foi liderada por uma mulher. Além disso, em quase cinco décadas de regime democrático, poucas foram as mulheres que concorreram a esta eleição: Maria de Lourdes Pintasilgo em 1986 e, apenas 30 anos depois, em 2016, com as candidaturas de Maria de Belém Roseira e Marisa Matias. Estas duas candidatas investiram em estratégias de afirmação como mulheres, feministas e defensoras de uma agenda de igualdade (Almeida 2016).

Como referido, nas presidenciais de 2021, a participação política feminina foi assegurada por Ana Gomes e Marisa Matias, esta última recandidatando-se. Trata-se de duas mulheres cujo percurso pessoal e profissional, de modo distinto e representando duas gerações diferentes, está inquestionavelmente ligado à luta pela igualdade de género e pela afirmação da participação política das mulheres.

Ana Gomes tem uma história de intervenção nas áreas diplomática e política. Foi deputada ao Parlamento Europeu entre 2004 e 2019, eleita pelo Partido Socialista (PS). O grande trunfo político de Ana Gomes foi a forma como abraçou a causa timorense nos quatro anos em que foi chefe da missão diplomática portuguesa na Indonésia, durante o processo de independência de Timor-Leste (1999-2003). Para Ana Gomes, a crítica e a denúncia são constantes, visíveis em dossiers internacionais, como os voos secretos da CIA, ou em casos de corrupção e de má governação, mesmo aqueles em que o seu partido está envolvido (Henriques 2019). Um caso recente que suscitou emoções extremas foram as questões ligadas ao Benfica desvendadas pelo hacker Rui Pinto. As suas opiniões são fortes e extre-

mas. Há algo de radicalidade associado ao discurso de Ana Gomes, que não é, de facto, uma mulher moderada. São estas características intrínsecas à sua personalidade que abrem caminho a procedimentos associados ao populismo. Desde 17 de maio de 2020 que refletia na possibilidade de ser candidata à Presidência da República, sobretudo depois das declarações do primeiro-ministro, António Costa, que instava o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, a recandidatar-se e aventava a hipótese de o vir a apoiar. Ana Gomes entendia que era indispensável uma candidatura da área socialista e um erro o PS não ter um candidato próprio. Ana Gomes considerou que a voz da esquerda democrática ligada ao PS seria fundamental justamente numa altura em que projetos de extrema-direita se afirmavam, como a candidatura de André Ventura, líder do Chega (Alvarez 2020). Apresenta formalmente a sua candidatura a 10 de setembro de 2020 e anuncia como prioridade política o preenchimento do espaço da esquerda tradicional do PS e o combate ao populismo de extrema-direita (Coelho 2020).

Marisa Matias reclama para si o orgulho da sua origem rural na aldeia de Alcouce, distrito de Coimbra, uma infância vivida numa casa sem água e sem luz, os dias passados aapascentar gado. Para esta candidata, os laços familiares e os afetos ainda residem por lá e não há campanha onde as imagens de Alcouce não estejam presentes. Estudou em Coimbra, na área de sociologia política, e o seu tirocínio político entrelaçou-se entre Alcouce, Coimbra e depois Lisboa (Câncio 2015; Lopes 2015). Aderiu ao Bloco de Esquerda (BE) em 2005, sendo eleita quatro anos mais tarde pela primeira vez para o Parlamento Europeu, onde continua a desempenhar as funções de eurodeputada. Em 2016 concorreu pela primeira vez à eleição para a Presidência da República, apoiada pelo BE, ficando em terceiro lugar, com 10,12% dos votos. Marisa Matias afirmou na altura que sentia muito orgulho e responsabilidade em ser mulher e candidata (Ferro 2016). Em seu entender, uma das áreas fundamentais para o combate à desigualdade de género é a da fiscalidade (Matias 2018), com atenção aos desníveis no emprego e salários. Na apresentação da sua candidatura para as presidenciais de janeiro de 2021, manifestou-se como “republicana laica e socialista”, declarou-se como “candidata contra o medo” e comprometeu-se durante a campanha “a ouvir, a dar voz à gente sem medo, a apoiar a coragem de quem cuida dos outros” (Botelho e Sapage 2020).

3. Jornalismo, campanhas eleitorais e género

As campanhas eleitorais são tradicionalmente um campo de luta política, mas também jornalística, numa dinâmica de mediatisação em que as lógicas política e mediática se sobrepõem, em busca de atingir objetivos específicos nos seus respetivos campos (Grabe e Bucy 2009; Hepp e Krotz 2014). Mesmo em contexto pandémico, os/as jornalistas não esmorecem o habitual clima de cobertura adversarial face aos partidos e aos políticos e, também, procedimentos miméticos, os

quais se enquadram na ideia de partilhar uma comunidade interpretativa e na preferência de socializar entre pares (Zelizer 1993; Crouse 2003). Já os atores políticos, em função das circunstâncias adversas, reforçam, atualizam e improvisam estratégias de comunicação, com vista a sair do “confinamento político” e a criar eventos, ou melhor, pseudo-eventos, capazes de chamar a atenção dos/as jornalistas e de aumentar a visibilidade nos *media*, tendo como objetivo superar o vazio, provocado pelas medidas sanitárias, e a concorrência dos adversários em campanha.

A tensão entre instituições e atores políticos e mediáticos decorre em torno do grau da “visibilidade da mensagem” e da forma como as mensagens – verbais e visuais – são acondicionadas, tendo em vista a apreensão final pelos/as eleitores/as (Harcup e O’Neill 2017). Outro fator de tensão é o tratamento das sondagens. Os *media* tendem a eleger “ganhadores” e “perdedores” em função desses resultados, surgindo como *kingmakers* ou *killers of dreams* (Graber e Dunaway 2010).

Obviamente o conflito é uma característica da democracia e constitui um fator de potencial mobilização para a cidadania e para a participação em eleições. Contudo, as coberturas centradas em notícias com elevado grau de conflitualidade, onde se acentuam os aspetos mais negativos, se acirram contradições entre candidaturas, se focam e instigam os insultos, em detrimento das temáticas estruturantes, constituem fatores de enfraquecimento e desqualificação das democracias (Jackson e Thorson 2015).

Outro aspeto valorizado neste enquadramento analítico é a comunicação não-verbal, reconhecida como uma componente importante nas estratégias de comunicação política, na perspetiva da construção da imagem do político e nas formas de este se expressar e persuadir os/as eleitores/as (Lieb e Shah 2010; Rodríguez-Escanciano e Hernández-Herrarte 2010; Seiter e Weger 2020).

Assume-se que o ato eleitoral de 2021 constituiu um desafio às práticas discursivas dos/as jornalistas, não apenas pelo facto de se encontrarem condicionados/as nos seus movimentos, em resultado das medidas sanitárias impostas pelas autoridades, mas também face a uma campanha pontuada por um candidato antissistema, André Ventura, que criou uma rutura política e discursiva, em que se acentuaram os indicadores de “fulanização”, críticas e insultos. Com efeito, a cobertura destas presidenciais conferiu grande visibilidade ao conflito político, não só entre candidatos/as, como entre estes/as, o Governo e o Presidente da República em exercício. A seleção do conflito como ângulo noticioso na maioria das peças televisivas e a visibilidade outorgada a declarações desta natureza atribuíram uma enorme centralidade ao candidato que maior ênfase proporcionou a esta estratégia na campanha. São os seus atos e discursos que prevalecem como referentes, ou contrapontos, para os *media*, candidatos/as e cidadãos/ãs nesta campanha eleitoral.

O caso do “Batom Vermelho”, com réplicas no “Vermelho em Belém”, centrado em discursos machistas e discriminatórios face às mulheres, é um exemplo. Este episódio tem origem na noite de 13 de janeiro quando, num comício em

Portalegre, André Ventura dirigiu insultos a Jerónimo de Sousa, João Ferreira, Ana Gomes e Marisa Matias. O candidato afirmou:

Jerónimo de Sousa é aquele avô bêbedo que a gente tem em casa. Depois de beber uns copos começa a dizer assim umas coisas e a partir de um certo momento começa a não achar muita graça às piadas. Temos ainda o João Ferreira, com aquele ar de operário beto de Cascais... Quando eu ouço uma candidata como a Ana Gomes, como se fosse a aura da pureza, e importa uma vacina ilegal... De facto, para contrabandista falta pouco. Depois temos a Marisa Matias. Não quero dizer nada de que me arrependa amanhã, mas não está muito bem em termos de imagem, performance... Assim com os lábios muito vermelhos.

Já por si o facto de duas mulheres concorrerem a esta eleição – o que, como referido, ainda constitui a exceção – justificaria uma análise da cobertura jornalística das suas campanhas, procurando determinar a existência de um enviesamento de género na cobertura da política, assente numa conceção que afasta as mulheres do poder e as enquadraria à luz de estereótipos de género. Estudos anteriores sobre a realidade política portuguesa vieram comprovar a prevalência desta “mediação genderizada” (e.g., sobre o caso português, Martins 2015; Cabrera *et al.* 2016; Cabrera e Martins 2019a; 2019b). Num plano mais global, esses enviesamentos foram confirmados na meta-análise empreendida por Aaldering e Van der Pas (2020), tendo por base 90 estudos incidindo sobre cerca de 4 mil mulheres políticas e 750 mil peças noticiosas. No presente caso, a dimensão de género é articulada com a presença de um candidato populista de extrema-direita cujo discurso se caracteriza pela agressividade e misoginia. O referido episódio, que deu origem ao movimento “Vermelho em Belém”, constitui uma oportunidade para, do prisma dos *media* e do jornalismo, aprofundar a relação entre género e populismo.

4. Estudo empírico

Metodologia

O estudo empírico debruça-se sobre as peças dos serviços noticiosos da noite, dos canais de televisão portugueses de acesso aberto RTP1 (*Telejornal*), SIC (*Jornal da Noite*), TVI (*Jornal das 8*) e CMTV (*CM Jornal 20h*). O período de análise decorreu entre 10 de janeiro, dia do arranque oficial da campanha, e 22 de janeiro, quando a mesma foi encerrada. A constituição do *corpus* fez-se a partir da identificação de peças noticiosas relativas às ações de campanha das sete candidaturas.

Foi aplicada ao *corpus* recolhido a técnica de análise de conteúdo, metodologia que permitiu o registo e tratamento numérico dos conteúdos manifestos tendo como objetivo extrair indicadores capazes de suportar inferências sobre a temática

em análise, com vista à compreensão da forma como se processou a cobertura. Esta é uma técnica de investigação aplicável a todos os meios de comunicação, visando a descrição sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto (Cunha e Peixinho 2020), bem como a *objetividade* e a *sistematização* de dados, com a finalidade de apontar indicadores que permitam a sua *generalização* em contextos semelhantes (Bauer e Gaskell 2002). O percurso envolve uma fase de pré-análise e a posterior formulação de categorias unívocas de análise, isto é, categorias teoricamente fundamentadas e justificadas, de forma a atenuarem as ambiguidades de interpretação, utilizando-se para tal um instrumento de codificação. Segue-se a recolha de dados, parametrizados pelas categorias, registados no programa Excel.

As categorias utilizadas fundamentam-se em literatura relevante acima revisitada, trabalhos empíricos anteriores e nos objetivos do estudo, que visam apreender a representação das candidatas às presidenciais de 2021 através da cobertura jornalística televisiva da campanha eleitoral.

5. Resultados

O *corpus* é constituído por 281 peças noticiosas. Os canais diversificaram as rubricas sobre as presidenciais, nomeadamente a TVI com o programa “Respostas Imperfeitas”, e a CMTV, com as entrevistas aos/as candidatos/as conduzidas pelo jornalista Octávio Ribeiro.

O *Telejornal* da RTP1 registou o maior número de peças (84), seguido pelo *Jornal das 8* da TVI (76), do *Jornal da Noite* da SIC (65) e do *CM Jornal 20h* da CMTV (56). É perceptível que os canais televisivos tendem a apresentar uma peça por candidato/a, em cada serviço noticioso, excetuando Vitorino Silva que, tendo decidido fazer campanha *online* a partir da sua casa, teve uma cobertura mais limitada.

Ana Gomes, João Ferreira e Marisa Matias surgem com 40 peças (14,23%) cada um; André Ventura com 39 (13,88%); Tiago Mayan Gonçalves com 35 (12,46%); Marcelo Rebelo de Sousa, que entrou na campanha eleitoral apenas a 15 de janeiro, obteve 33 registos (11,74%); e Vitorino Silva 24 peças (8,54%). Foram anotadas 30 peças (10,68%) que referem várias candidaturas. Por conseguinte, Ana Gomes e Marisa Matias encontram-se no conjunto das candidaturas com maior visibilidade mediática conferida em número de peças.

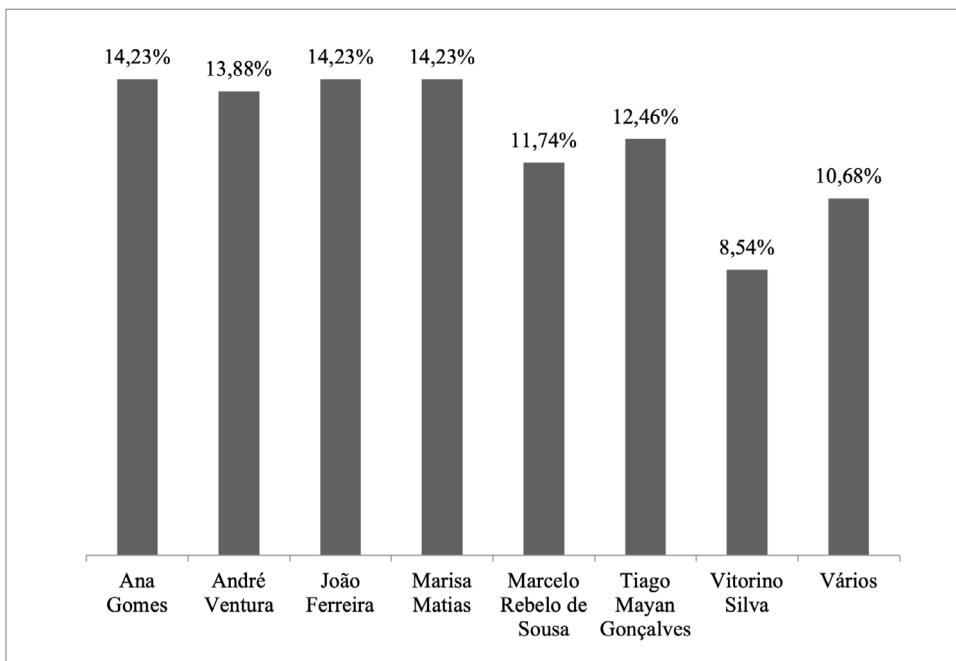
i) Temas dominantes

Os temas dominantes são muito diversos e dispersos nas sete candidaturas. Embora se tenham codificado dois temas principais por cada peça noticiosa, estes foram agregados e agrupados em quatro macrotemas: 1) temas mais diretamente relacionados com a pandemia e o contexto de estado de emergência e confinamento; 2) temas indiretamente relacionados com a pandemia e o estado de emer-

gência; 3) temas associados à campanha e ao combate político; 4) temas específicos da agenda de campanha.

Gráfico n.º 1

Distribuição das peças noticiosas sobre as eleições presidenciais por candidatura



N = 281 peças noticiosas (difundidas pelo *Telejornal* (RTP1), *Jornal da Noite* (SIC), *Jornal das 8* (TVI) e CM *Jornal 20h* (CMTV) entre 10 e 22 de janeiro de 2021).

Na campanha de Ana Gomes os temas diretamente associados à pandemia representam mais de um terço dos retratados nas peças, a par dos estritamente ligados ao combate político. Se o contexto de pandemia prevaleceu na agenda noticiosa, o mesmo se poderá dizer do enquadramento político, designadamente, as peças focadas nos apoios à candidata, ou na sua ausência (recorda-se que o seu partido não apoiou oficialmente qualquer candidato/a), bem como nas críticas a adversários, Presidente da República e Governo. A campanha é marcada por um tom mais acintoso. Sobressaem como temas específicos da campanha questões da democracia, corrupção ou justiça, sendo marginais os temas indiretamente relacionados com o contexto da pandemia, como economia, desemprego e trabalho.

Quadro 1
Temas dominantes na cobertura jornalística de Ana Gomes

Macrotemas	Temas	%
Mais diretamente relacionados com o contexto de estado de emergência e novo confinamento	Confinamento	7,9
	Crise pandémica	6,6
	Encerramento de escolas	6,6
	Saúde (inclui SNS)	11,8
	Vacinação	1,3
<i>Subtotal</i>		34,2
Indiretamente relacionados com o contexto de estado de emergência e novo confinamento	Economia/Empresas	2,6
	Emprego/Desemprego/Trabalho	1,3
<i>Subtotal</i>		3,9
Estritamente campanha e combate político	Apoios à candidatura	15,8
	Críticas a candidatos/as, PR e Governo	13,2
	Apelo ao voto	3,9
	Funções presidenciais	1,3
<i>Subtotal</i>		34,2
Específicos da agenda da campanha	Democracia (inclui riscos)	9,2
	Corrupção	5,3
	Justiça	2,6
	Segurança	2,6
	Ataques a jornalistas	1,3
	Balanço da campanha	1,3
	Comunidade cigana	1,3
	Constituição	1,3
	Cultura	1,3
	Populismo	1,3
<i>Subtotal</i>		27,5

N = 40 peças difundidas no *Telejornal* (RTP1), *Jornal da Noite* (SIC), *Jornal das 8* (TVI) e CM *Jornal 20h* (CMTV) entre 10 e 22 de janeiro de 2021; referenciados 76 temas.

Similarmente, perpassa a cobertura jornalística da campanha de Marisa Matias o novo estado de emergência, com uma expressão de 37,1%. Porém, por contraste, ganham relevância os temas focados nos efeitos sociais e laborais da pandemia e a pobreza (28,2%). São ainda distintivos os temas específicos da campanha, com prevalência dos “insultos”, em referência aos ataques do candidato André Ventura. Tratando-se de uma candidata apoiada pelo BE, o tema dos apoios à candidatura é marginal, sendo também jornalisticamente menos valorizadas as críticas aos adversários, Presidente da República e Governo.

Quadro 2
Temas dominantes na cobertura jornalística de Marisa Matias

Macrotemas	Temas	%
Mais diretamente relacionados com o contexto de estado de emergência e novo confinamento	Crise pandémica	11,5
	Saúde (inclui SNS)	11,5
	Confinamento	9,0
	Encerramento de escolas	5,1
<i>Subtotal</i>		37,1
Indiretamente relacionados com o contexto de estado de emergência e novo confinamento	Emprego / Desemprego / Trabalho	25,6
	Economia / Empresas	1,3
	Pobreza	1,3
<i>Subtotal</i>		28,2
Estritamente campanha e combate político	Apelo ao voto	6,4
	Críticas a candidatos / as, PR e Governo	3,8
	Apoios à candidatura	1,3
	Balanço da campanha	1,3
<i>Subtotal</i>		12,8
Específicos da agenda da campanha	Insultos	7,7
	Ambiente	3,8
	Cultura	3,8
	Democracia (inclui riscos)	2,6
	Ataques a jornalistas	1,3
	Igualdade	1,3
	Populismo	1,3
<i>Subtotal</i>		21,8

N = 40 peças difundidas no *Telejornal* (RTP1), *Jornal da Noite* (SIC), *Jornal das 8* (TVI) e *CM Jornal 20h* (CMTV) entre 10 e 22 de janeiro de 2021; referenciados 78 temas.

ii) Comunicação não-verbal

No plano da comunicação não-verbal, os registos recolhidos revelam diferenças significativas no que respeita aos movimentos do corpo, expressão de emoções e indumentária.

Quanto ao primeiro aspetto, Ana Gomes surge com um comportamento descontraído, mas também tenso, enquanto Marisa Matias se apresenta com um ar sobretudo descontraído.

As candidatas também se distinguem na expressão de emoções: Ana Gomes com maior manifestação de assertividade e Marisa Matias demonstrando maior aproximação e nenhuma agressividade ou distanciamento.

Em termos de indumentária, Ana Gomes surge sempre com uma aparência mais formal e Marisa Matias mais colorida e informal.

Quadro 3

Movimentos do corpo, emoções e indumentária de Ana Gomes e Marisa Matias (em %)

Eixos de análise	Categorias	Ana Gomes	Marisa Matias
Movimentos do corpo	Descontração	40,0	67,5
	Rigidez	5,0	0,0
	Sorriso	17,5	20,0
	Tensão	37,5	12,5
	Total	100,0	100,0
Emoções	Agressividade	10,0	0,0
	Aproximação	10,0	32,5
	Assertividade	52,5	25,0
	Cumplicidade	2,5	17,5
	Distanciamento	10,0	0,0
	Total	100,0	100,0
Indumentária	Colorida	2,5	50,0
	Formal	42,5	10,0
	Informal	35,0	40,0
	Sem Colorido	20,0	0,0
	Total	100,0	100,0

N = 80 peças noticiosas difundidas no *Telejornal* (RTP1), *Jornal da Noite* (SIC), *Jornal das 8* (TVI) e *CM Jornal 20h* (CMTV) entre 10 e 22 de janeiro de 2021 (Ana Gomes – 40 peças; Marisa Matias – 40 peças).

O contraste entre as candidatas não permite validar a existência de uma cobertura homogénea assente na idealização de um perfil político feminino, aproximando as mulheres de um comportamento mais doce e cooperativo.

Na análise não se identificou a prevalência de *entourages* femininas a acompanhar as ações de campanha – ainda que se considere que as medidas de confinamento e as recomendações de evitar agrupamentos ou manter o distanciamento social conduziram a uma reorganização das estratégias de campanha, com menos rua e pessoas. Por outro lado, com algumas exceções, não foi percutível uma estratégia da apresentação das candidatas como mulheres, pelo menos comparativamente com o sucedido nas presidenciais de 2016, em que foi mais explorada a novidade de duas candidaturas femininas ao fim de 30 anos. Ainda assim, a análise permitiu recensear ações políticas mais direcionadas às mulheres e ao seu universo de necessidades e preocupações, além da valorização do “ângulo feminino” na abordagem jornalística, sobretudo no que concerne à candidatura de Marisa Matias.

A título ilustrativo, na entrevista à candidata apoiada pelo BE conduzida por Octávio Ribeiro (*Jornal CM 20h*, CMTV, 14/01/2021, 20h20), este insiste em qualificá-la como “um símbolo do poder feminino”, leitura à qual a entrevistada não adere. Esta limita-se a concordar que “em Portugal nós não temos mulheres a mais na política. [...] E acho bem que a política não seja já totalmente só dominada por homens”. Porém, ressalva que considera que as “políticas” preconizadas são o mais importante, reputa de positiva a existência de “variação”, “que tenhamos gostos quer masculinos quer femininos”, desviando-se de uma resposta direta à questão “Há uma maneira feminina de fazer política?”:

Eu acho que a história nos diz que não há propriamente uma maneira feminina e uma maneira masculina. Há políticas que nos distinguem. [...] O que é importante é que a gente perceba que a sociedade é composta por homens e mulheres e ser representante das populações significa tentar ser o mais próximo possível das populações. (*Jornal CM 20h*, CMTV, 14/01/2021, 20h20)

Esta linha de questionamento não é adotada pelo mesmo jornalista quando entrevista Ana Gomes, a 17 de janeiro.

Em algumas situações de campanha, são as próprias eleitoras que rodeiam as candidatas e proclamam uma partilhada condição feminina. Por exemplo, na Mouraria, em Lisboa, onde uma ação de despejo ameaça deixar várias pessoas sem casa, a peça jornalística da RTP capta o seguinte diálogo entre Marisa Matias e uma cidadã:

MM: Vocês são o exemplo de luta, do direito à habitação.
Cidadã: Somos mulheres. É a palavra-chave, somos mulheres.
MM [sorri e concorda]: Sim. (*Telejornal*, RTP1, 14/01/2021)

iii) Impacto do episódio “Vermelho em Belém”

De forma inesperada, o episódio do “Batom Vermelho”, desencadeado pelo insulto de André Ventura a Marisa Matias, acaba por propiciar um momento iconográfico de afirmação feminina.

Num primeiro momento, a cobertura jornalística das televisões analisadas não destrinça as declarações de André Ventura dirigidas a vários/as candidatos/as, procurando os/as jornalistas recolher as reações dos/as visados/as, numa prática ritualizada assente na exploração noticiosa do conflito. No dia seguinte ao comício em que foram produzidas, a 14 de janeiro, apenas o *Telejornal* exibe o vídeo das declarações de André Ventura, enquanto nos demais serviços noticiosos são apenas referidas. Há também pouco consenso entre as estações sobre como enquadrar estas declarações: na RTP1 trata-se de “um nível de insulto nunca ouvido numa campanha” (14/01/2021, 20h22); no *Jornal das 8* da TVI, as declarações de André Ventura são “críticas” e “palavras menos simpáticas [dirigidas] a todos os adversários” (14/01/2021, 20h33).

A conscientização sobre o caráter profundamente sexista das declarações ocorre apenas no dia 15 de janeiro, já em sequência da contestação viral às mesmas nas redes sociais. Só nesta data os noticiários de *prime time* que integram o *corpus* refletem a posição de vários/as candidatos/as às declarações de André Ventura visando especificamente Marisa Matias e que deram origem ao movimento “Vermelho em Belém”. A própria candidata afirma:

Senti-me muito feliz com a onda de solidariedade em relação a mim e às outras mulheres, que ainda hoje têm de ouvir este tipo de comentários.

O insulto de André Ventura às mulheres não diz nada sobre as mulheres, e diz tudo sobre esse senhor.

No *Jornal das 8* da TVI de 16 de janeiro, o pivô assinala:

Aconteça o que acontecer nestas eleições, a campanha fica desde já marcada por uma cor, esta [aponta para os lábios vermelhos do cenário]. Depois de, nas últimas horas, as redes sociais terem multiplicado lábios pintados de vermelho, uma espécie de onda de indignação, depois do comentário do candidato André Ventura, e que tinha como alvo Marisa Matias.

Figura 1

Intervenção do pivô da TVI sobre o movimento gerado nas redes sociais



Fonte: *Jornal das 8* da TVI, 16/01/2021, 21h03.

Nas redes sociais Ana Gomes solidariza-se em palavras e em gestos com a sua adversária:

“Estou com todas as mulheres e homens progressistas deste país que o ‘Vermelho em Belém’ faz a diferença”, declara, enquanto pinta os lábios de vermelho. Este momento é destacado em vários serviços noticiosos, como no Jornal da Noite da SIC, numa peça em que se associa o “vermelho” também à ideia “de convergência de esquerda”.

Figura 2
Ana Gomes solidariza-se com Marisa Matias



Fonte: *Jornal da Noite da SIC*, 15/01/2021, 20h09.

Nas peças noticiosas salienta-se ainda a capitalização deste movimento por parte de dirigentes do BE, o partido que apoia MM. Num comício, a 16 de janeiro, José Manuel Pureza pinta os lábios de vermelho enquanto discursa. Noutra iniciativa, no dia seguinte, o líder histórico bloquista Francisco Louçã declara: “Quem vota à esquerda sabe com quem contamos. E por isso digo-te, Marisa: leva todas as cores do arco-íris mas, por favor, põe o vermelho em Belém”.

Figura 3
José Manuel Pureza pinta os lábios de vermelho num comício



Fonte: *Telejornal da RTP*, 16/01/2021, 20h33.

Os lábios pintados tornam-se, por outra via, símbolo de empoderamento feminino e de esperança, pela sua apropriação por parte de grupos de mulheres. As peças jornalísticas também ecoam esta dimensão, que converge com uma das bandeiras da candidatura de Marisa Matias, a de dar visibilidade e voz a pessoas em situação vulnerável. A título ilustrativo, tal sucede numa ação de campanha no Porto, em que trabalhadoras precárias do Instituto de Emprego e Formação Profissional envergam uma máscara com a imagem dos lábios pintados.

Figura 4

Imagen de uma ação de campanha no Porto com trabalhadoras precárias



Fonte: CM Jornal 20H da CMTV, 17/01/2021, 20h46.

6. Conclusões

Começa por destacar-se o contraste de imagens jornalísticas das duas candidatas às eleições presidenciais portuguesas de 2021. Em relação a uma das candidatas, esbateu-se o quadro simbólico tendente à idealização do perfil e agenda políticos no feminino, aproximando as mulheres de um comportamento mais doce e cooperativo e também de preocupações sociais, como a pobreza e as desigualdades por esta geradas. Ainda que ambas oriundas do quadrante da esquerda, a apresentação e representação das candidatas traduzem menos homogeneidade e mais diversidade na prestação política no espaço público.

Foi a categoria que definimos como “Insultos” que marcou a agenda da campanha eleitoral das presidenciais de 2021. O insulto é uma ofensa, um ultraje, uma injúria, uma forma de violência verbal, que tem como objetivo humilhar e rebaixar o adversário. O insulto foi a arma política primordial que André Ventura utilizou de forma contumaz, e equitativa, contra todos os adversários políticos.

Em Portalegre, no comício que se realizou a 13 de janeiro de 2021, o candidato procurou ridicularizar e insultar vários dos seus oponentes, tendo como principais destinatários as duas mulheres candidatas à Presidência da República: Ana Gomes

e Marisa Matias. A sua intolerância é em relação às mulheres livres, emancipadas, de esquerda, que defendem a igualdade de género e que, por uma ou outra razão, lhe disputam o território machista e o domínio patriarcal.

Ana Gomes é vista como a principal adversária com quem disputa o segundo lugar nestas eleições. Para ela vêm os insultos de “contrabandista”, e acaba por a integrar na sua argumentação contra os estrangeiros e contra a comunidade cigana, quando afirma “Ana Gomes não é bem-vinda a Portugal [...] nunca serás Presidente da República”. A candidata, por seu turno, mobiliza-se para o combate direto contra André Ventura. O desígnio maior da campanha é travar o seu arqui-inimigo ideológico (representante da “ultradireita”, como o classifica), o que acaba por aproximar os temas específicos de campanha de ambos.

A partir da análise efetuada da cobertura televisiva, pode concluir-se que a abordagem de género é ativada sobretudo nas peças protagonizadas por Marisa Matias que, tanto no plano da comunicação política como mediática, é mais associada às questões das mulheres, como a precariedade do trabalho, a menor valorização das profissões onde estão em maioria, a violência doméstica, agravadas no contexto de pandemia. Embora resista a este enquadramento, ela é vista como “um símbolo do poder no feminino”. André Ventura escolhe atacá-la precisamente na vertente da afirmação do poder feminino e as suas observações machistas originaram o movimento de solidariedade “Vermelho em Belém”.

Qual é o significado, então, da alusão aos lábios vermelhos? O vermelho simboliza poder, vitalidade, mas também ambição e paixão. Isto confronta e provoca o machismo de Ventura, que não deixa de demonstrar o seu desprezo pelas mulheres, ao ponto de as destituir de vontade própria quando afirma que “não gosta de mulheres pintadas”. Esta atitude, de menosprezo pelas mulheres, é comum na extrema-direita populista e foi usada como arma para as ofender e, simultaneamente, oprimir e estigmatizar. De uma forma geral, é uma reação típica de quem tem medo de perder a sua masculinidade perante uma mulher sem medo.

Dietze e Roth (2020, 7) associam ao populismo de direita “uma obsessão com o género e a sexualidade em diferentes arenas”², o que significa que as representações que oferecem se pautam por reafirmar o valor da família nuclear heteronormativa, a rejeição da educação sexual e do casamento entre pessoas do mesmo sexo, ao mesmo tempo que promovem o regresso da mulher ao lar e às suas funções “tradicionalis”. O populismo de direita procura, deste modo, resolver a crise da masculinidade nas sociedades ocidentais, reafirmando a masculinidade por meio de estratégias antigénero, tais como cercear medidas antidiscriminatórias e projetos contra a igualdade de oportunidades (Sauer 2020).

A reação contra as palavras de Ventura foi forte e expressiva nas redes sociais, indo além de Marisa Matias e do BE. A situação uniu também as mulheres candi-

² Nas palavras das autoras, “a common feature can be observed in all current versions of right-wing populism: an ‘obsession with gender’ and sexuality in different arenas”.

datas. Ana Gomes fez questão de publicar a sua imagem na Internet a pintar os lábios. Sobretudo para os candidatos de esquerda, o vermelho foi apropriado como símbolo, não apenas de solidariedade entre mulheres candidatas, de afirmação da igualdade, mas também do vigor de um projeto ideologicamente situado à esquerda contra as propostas da extrema-direita.

Os locais de indignação generalizada e imediata foram as redes sociais, por onde proliferaram os lábios pintados de vermelho. Devido a este episódio, “a campanha fica desde já marcada por uma cor” (TVI). Porém, a informação televisiva de *prime time* apenas despertou para o tema reativamente, a partir da intensidade do movimento gerado externamente, noutros *fora*. Num primeiro momento, a nosso ver problematicamente, as televisões banalizaram estes insultos que incidiaram sobre os traços femininos e feministas de uma candidata.

Contributos das/os autoras/es

CM: Concretualização; investigação; metodologia; validação dos resultados; redação do rascunho inicial; revisão e edição do texto final.

AC: Concretualização; investigação; metodologia; redação do rascunho inicial; revisão e edição do texto final.

IFC: Concretualização; investigação; metodologia; redação do rascunho inicial; revisão e edição do texto final.

Conflito de interesses

As autoras declaram não existirem quaisquer conflitos de interesses.

Referências bibliográficas

- Aaldering, Loes, & Daphne J. Van der Pas. 2020. "Gender Differences in Political Media Coverage: A Meta-Analysis." *Journal of Communication* 70(1): 114–143. DOI: <https://doi.org/10.1093/joc/jqz046>
- Bauer, Martin, e George Gaskell (Eds.). 2002. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som*. Petrópolis: Vozes.
- Cabrera, Ana. 2021. "Feminismo, poder e representações mediáticas ao longo dos 40 anos da democracia portuguesa." *RIHC – Revista Internacional de Historia de la Comunicación* 16: 179-203. DOI: <http://dx.doi.org/10.12795/RiCH.2021.i16.09>
- Cabrera, Ana, e Carla Martins. 2019a. "Participação política feminina: entre a bondade do projeto paritário e a reprodução de imparidades de género na partilha do poder." In *Mulheres e Eleições*, editado por Ana Paula Pires, Fátima Mariano, e Ivo Veiga, 141-168. Coimbra: Edições Almedina.
- Cabrera, Ana, e Carla Martins. 2019b. "Representações jornalísticas do poder político no feminino em tempo de crise." In *Media: Poder, representação e epistemologias. Diálogos a*

- propósito da obra de Isabel Ferin Cunha*, editado por Ana Cabrera, Clara A. Santos, e Rita Figueiras, 95-121. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Cabrera, Ana Baptista, et al. 2016. *Política no Feminino*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- Crouse, Timothy. 2003. *The Boys on the Bus*. New York: Random House.
- Cunha, Isabel Ferin, e Ana Teresa Peixinho. 2020. *Análise dos Media*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. DOI: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1988-0>
- Dietze, Gabriele, & Julie Roth. (2020). "Right-Wing Populism and Gender: A Preliminary Cartography of an Emergent Field of Research." In *Right-Wing Populism and Gender: European Perspectives and Beyond*, editado por Gabriele Dietze e Julia Roth, 7-21. Bielefeld: Transcript Verlag. DOI: <https://doi.org/10.14361/9783839449806-001>
- Grabe, Maria Elizabeth, & Erik Page Bucy. 2009. *Image Bite Politics. News and the Visual Framing of Elections*. Oxford: Oxford University Press. DOI: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195372076.001.0001>
- Graber, Doris A., & Johanna Dunaway. 2010. *Mass Media and American Politics*. London: SAGE Publications.
- Harcup, Tony, & Deirdre O'Neill. 2017. "What is News? News values revisited (again)." *Journalism Studies* 18(12): 1470-1488. DOI: <https://doi.org/10.1080/1461670X.2016.1150193>
- Hepp, Andreas, & Friedrich Krotz. 2014. "Mediatized Worlds Understanding Everyday Mediatization." In *Mediatized Worlds: Culture and Society in a Media Age*, editado por Andreas Hepp e Friedrich Krotz, 1-15. London: Palgrave Macmillan.
- Jackson, Daniel, & Einar Thorson. 2015. *UK Election Analysis 2015: Media, Voters and the Campaign. Early reflections from leading UK academics*. Poole: The Centre for the Study of Journalism, Culture and Community.
- Lieb, Kristin, & Dhavan V. Shah. 2010. "Consumer Culture Theory, Nonverbal Communication, and Contemporary Politics: Considering Context and Embracing Complexity." *Journal of Nonverbal Behavior* 34(2): 127-136. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10919-010-0085-y>
- Martins, Carla. 2015. *Mulheres, liderança política e media*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- Matias, Marisa. 2018. *Relatório sobre a igualdade de género e as políticas fiscais na EU*. Relatório. Parlamento Europeu. Disponível em https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2018-0416_PT.html
- Rodríguez-Escanciano, Imelda, e María Hernández-Herrarte. 2010. "Analysis of José Luis Rodríguez Zapatero's nonverbal communication." *Revista Latina de Comunicación Social* 65: 879-921. DOI: <https://doi.org/10.4185/RLCS-65-2010-911-436-459-EN>
- Sauer, Birgit. 2020. "Authoritarian Right-Wing Populism as Masculinist Identity Politics. The Role of Affects." In *Right-Wing Populism and Gender. European Perspectives and Beyond*, editado por Gabriele Dietze e Julia Toth, 23-39. Bielefeld: Transcript Verlag. DOI: <https://doi.org/10.14361/9783839449806-002>
- Seiter, John S., & Harry Weger Jr. 2020. *Nonverbal Communication in Political Debates*. Lanham, Maryland: Lexington Books.
- Suum, Birte, & Susi Meret. 2015. "Right-wing Populism in Denmark: People, Nation and Welfare in the Construction of the 'Other'." In *The Rise of the Far Right in Europe*, editado por Gabriella Lazaridis et al., 109-136. London: Palgrave Macmillan. DOI: <https://doi.org/10.1057/978-1-37-55679-0>
- Snipes, Alexandra, & Cas Mudde. 2020. "'France's (Kinder, Gentler) Extremist': Marine Le Pen, Intersectionality, and Media Framing of Female Populist Radical Right Leaders." *Politics & Gender* 16(2): 438-470. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1743923X19000370>
- Zelizer, Barbie. 1993. "Journalists as interpretive communities." *Critical Studies in Mass Communication* 10(3): 219-237.

Artigos de imprensa

- Almeida, São José. 2016. "Duas mulheres candidatas representam uma 'viragem' na política portuguesa." *Público*, 02-01-2016.
- Alvarez, Luciano. 2020. "Ana Gomes candidata à Presidência da República." *Público*, 07-09-2020.
- Botelho, Leonete, e Sónia Sapage. 2020. "Marisa Matias, candidata para 'dar voz à gente sem medo'." *Público*, 09-09-2020.
- Câncio, Fernanda. 2015. "A miúda que perdia cabras e o ex-padre que não quis ser 'boi manso'." *Diário de Notícias*, 28-10-2015.
- Coelho, Liliana. 2020. "Ana Gomes candidata a Belém. 'Esperei meses e meses que o meu partido apresentasse um candidato'." *Expresso*, 11-09-2020.
- Ferro, Rita. 2016. "Marisa Matias: 'Já visitei muitas vezes o inferno'." *Caras*, 20-01-2016.
- Henriques, Graça. 2019. "Do Benfica a Timor, passando pela CIA. As 7 grandes guerras de Ana Gomes." *Diário de Notícias*, 29-07-2019.
- Lopes, Maria João. 2015. "Marisa Matias: já tem uma aldeia e o mundo dentro dela, agora quer Belém." *Público*, 18-10-2015.

Carla Martins. Professora da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, nas áreas de Comunicação e Jornalismo. Investigadora integrada do ICNOVA. Coordenadora da Unidade da Transparência dos Media da Entidade Reguladora para a Comunicação. Coautora de *Política no Feminino* (2016) e autora de *Mulheres, Liderança Política e Media* (2015) e *O Espaço Público em Hannah Arendt* (2005).

Ana Cabrera. Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Fundadora do Centro de Investigação Media e Jornalismo; coordenadora de projetos de investigação financiados pela FCT como *Política no Feminino* e *Censura e Métodos de Controlo das Informações em Teatro e Cinema*. Participa em projetos financiados como *Corrupção Política e História do Jornalismo em Portugal*. Investigadora FCT entre 2009-2015.

Isabel Ferin Cunha. Professora Associada, com Agregação, aposentada, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigadora integrada do ICNOVA. Coordenou os seguintes projetos aprovados pela FCT: *Imagens do Feminino na Televisão; Televisão e Imagens da Diferença; Jornalismo e Actos de Democracia;* e *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: uma perspectiva comparada – Brasil, Moçambique e Portugal*. Com o apoio do ACIME, coordenou o projeto *Media, Imigração e Minorias Étnicas*.

Artigo recebido a 10 de julho de 2021 e aceite para publicação em 20 de outubro de 2021.

“O PROBLEMA DO GÊNERO” NA POLÍTICA EDUCATIVA: DOS MARCOS INTERNACIONAIS AO QUADRO ATUAL DO BRASIL[§]

 Priscila Freire*

Resumo

Este artigo incide sobre a questão do gênero na política educativa e tem por objetivo analisar a forma como as conceptualizações de gênero estão presentes, ao nível macro, em instrumentos de política para a educação escolar no Brasil e nos marcos de orientação internacionais. Trata-se de uma abordagem feminista que propõe um olhar crítico sobre o discurso da política pública de educação. A análise dá conta de que a igualdade de gênero, em contexto nacional e internacional, se depara com entraves macroestruturais que ainda privilegiam a educação escolar numa perspectiva masculinista e pró mercado capitalista.

Palavras-chave: Gênero, sensibilidade de gênero, política educativa, Brasil, crítica feminista.

Abstract

“The Gender Problem” in Educational Policy: From international guidelines to the current framework in Brazil

This article focuses on the issue of gender in educational policy, and aims to analyze how conceptualizations of gender are present, at the macro level, in policy instruments for school education in Brazil and in international guidelines. It is a feminist approach that proposes a critical look at the discourse of public education policy. The analysis shows that gender equality, in both national and international contexts, faces macro-structural obstacles that privilege a masculinist and procapitalist perspective in school education.

Keywords: Gender, gender sensitivity, educational policy, Brazil, feminist criticism.

[§] Este artigo se baseia em parte da minha tese de doutoramento em Sociologia, intitulada “Educação sensível ao gênero? Uma análise pós-estruturalista da política de educação do Brasil” (Universidade de Coimbra, Portugal, 2022).

* Escola Normal Superior da Universidade do Estado do Amazonas, 69050-010 Manaus, Brasil.
Endereço postal: Av. Djalma Batista, 3578 – Flores – CEP 69050-010 Manaus, Brasil.
Endereço eletrônico: pfrodrigues@uea.edu.br; priscillafreyre@hotmail.com

Resumen

“El problema del género” en la política educativa: de los lineamientos internacionales al marco actual en Brasil

Este artículo incide en la cuestión del género en la política educativa y tiene como objetivo analizar cómo las conceptualizaciones de género están presentes, a nivel macro, en los instrumentos de política para la educación escolar en Brasil y en los lineamientos internacionales. Es un enfoque feminista que propone una mirada crítica al discurso de la política pública educativa. El análisis muestra que la igualdad de género, en el contexto nacional e internacional, enfrenta obstáculos macroestructurales que aún privilegian la educación escolar en una perspectiva masculinista y procapitalista.

Palabras clave: Género, sensibilidad de género, política educativa, Brasil, critica feminista.

Introdução

Este artigo aborda a questão do gênero na política educativa numa perspectiva macro da política pública. A partir do panorama recente da política educativa brasileira, se propõe analisar a forma como as conceptualizações de gênero estão presentes em instrumentos de política para a educação escolar. A perspectiva macro da política é justificada pela influência internacional quanto às orientações ao contexto nacional, posto que o sistema internacional global e o sistema nacional têm uma relação de interação na produção de políticas (Rua 2013).

Submete-se um conjunto de documentos a uma análise discursiva e de viés crítico feminista (Bacchi e Goodwin 2016) no modo como apresentam as questões de gênero na educação. Especificamente, considero o recorte temporal das últimas duas décadas devido à emergência de instrumentos internacionais como *Educação para Todos* (UNESCO 2001), *Agenda 2030* (ONU 2015), *Estratégia de Montevidéu* (CEPAL 2017), bem como as recentes mudanças na política educativa do Brasil com o novo Plano Nacional de Educação (2014/2024) e a Base Nacional Comum Curricular (2017/2018). A política pública como texto e discurso é mediada por diferentes sujeitos e contextos e, em uma abordagem atenta para as suas formas discursivas, é possível evidenciar o modo como produções de verdade e conhecimento servem ao exercício do poder (Ball 1993).

A análise do nível macro da política de educação a partir daqueles documentos tem por objetivo compreender os discursos em relação ao gênero na educação para problematizar seus pressupostos e representações. Analisar as conceptualizações do gênero implica tomar em conta processos instáveis da política nos quais os instrumentos de orientação internacional e do Brasil guardam proximidades e distanciamentos.

Para atingir o objetivo em tela, emprego a metodologia “What’s the Problem Represented to be?” (WPR) (Bacchi 1999; 2009; Bacchi e Goodwin 2016) na análise documental (Rocha e Deusdará 2005), que parte do pressuposto de que os documen-

tos são passíveis de problematizações. A abordagem WPR de políticas incide numa análise teórica e metodológica crítica do modo como se olha para as políticas e o que se comprehende a partir delas. Essa perspectiva implica o questionamento da forma como o “problema” da política pública é representado, bem como o que é deixado de fora. Como procedimento metodológico, três aspectos iniciais são utilizados para a análise dos documentos: a) a natureza de um problema social se constitui em sua descrição; b) aquilo a que temos acesso são afirmações contestáveis sobre a existência e a natureza dos problemas sociais; c) representações implícitas de problemas em propostas de políticas existentes são o ponto de partida para perguntar o que não é problematizado. Utilizo esses aspectos num processo de reinterpretation para combiná-las em quatro níveis de desdobramentos para a análise: o da pergunta; o da representação; o da problematização¹ e, a partir daí, identifico um tipo de abordagem no texto da política que foi classificado em três categorias: “gênero neutro”, “favorável à mulher” e “sensível ao gênero” (Forde 2014; Sinnes e Løken 2014).

Situando o contexto: síntese das questões de gênero na política educativa do Brasil

A entrada das questões de gênero na política de educação do Brasil é muito recente e contrasta com outros espaços de reivindicação feminista no âmbito do trabalho e saúde, por exemplo. Na década de 1990, caracterizada pelas reformas educacionais influenciadas pelos organismos internacionais (UNESCO, Banco Mundial, dentre outras) e em torno da conferência mundial de Jomtien, o tema da educação das mulheres entra na agenda nacional e internacional atrelada ao discurso do combate às desigualdades sociais e erradicação da pobreza. As questões de gênero, contudo, na política de educação não foram tão expressivas. Em síntese, o Estado não via problemas de desigualdade de gênero na educação porque a considerava uma situação sanada na sociedade brasileira com base no facto de as mulheres apresentarem indicadores próximos aos dos homens quanto ao acesso à educação escolar. O caráter das políticas de educação no que diz respeito às questões de gênero as torna um aspecto subsumido à “noção geral dos direitos e valores” (Vianna e Unbehaum 2006, 409).

A partir dos anos 2000, o Plano Nacional de Educação (PNE) não apresentou ênfase na necessidade de uma atenção especial desde uma perspectiva de gênero.

¹ Os níveis de análise da metodologia WPR são orientados por um conjunto de perguntas como procedimentos da abordagem: Qual é o “problema” do gênero na política de educação? Quais são os pressupostos ou suposições subjacentes à representação do problema? Como surgiu essa representação do problema? Quais os efeitos discursivos, subjetivos, vividos, que são produzidos por essa representação? Onde estão os silêncios em relação ao gênero na política de educação? Qual o currículum omitido? Como e onde foi difundida, disseminada e defendida a representação do problema? Como tem sido interrompida e/ou substituída?

O PNE (2001/2010) contemplava algumas diretrizes internacionais sem preocupação com a temática. Somente a partir do governo Lula da Silva, e prosseguindo no governo Dilma Rousseff, com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, é que emerge uma atenção mais específica e problematizadora numa perspectiva de gênero para a educação. Os Planos Nacionais de Política para as Mulheres contemplaram um capítulo específico para a educação (Rosemberg 2013; Vianna e Unbehaum 2006). Um dos destaques nesse processo foi a criação do Programa Mulher e Ciência – parceria Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) –, que instituiu o prêmio “Construindo a igualdade de gênero” com a realização de concurso de redações e trabalhos científicos para promover a reflexão de estudantes do ensino médio à pós-graduação sobre as questões de gênero. A incorporação efetiva da perspectiva de gênero, das questões raciais, diversidade sexual e direitos humanos na educação formal através da formação de docentes da educação básica com o Programa Diversidade na Escola ocorreu em parceria com as Universidades. Ainda no âmbito do Ministério da Educação, foi instituído o Comitê de Gênero, de caráter consultivo, em 2015. O referido comitê, contudo, não teve muito tempo de atuação, e foi extinto juntamente com outros comitês, conselhos, fóruns, etc., pelo decreto presidencial Nº 9.759 de 11 de abril de 2019. As recentes mudanças nas políticas públicas, e em especial na educação, ocorreram com a crise política no país a partir do ano de 2013 com as manifestações estudantis. Devido ao crescimento dos protestos, outras pautas políticas pegaram carona no movimento, de maneira que há uma multiplicidade de leituras possíveis sobre o momento que ficou conhecido como “jornadas de junho”. Contrário a essa expressão, pelo seu não caráter de insurreição, Singer (2013, 34) afirma que “setores de classe média de centro e de direita intuíram que havia ali uma oportunidade para expressar um mal-estar difuso com a situação do país”.

Mascaro (2018) faz uma leitura marxista do contexto da crise brasileira como resultante de duas crises das formas sociais: a econômica mundial, pontuando a crise financeira de 2008, que atravessa a política nacional, e a jurídica. A crise iniciada nos Estados Unidos, causada pela bolha imobiliária decorrente dos empréstimos bancários, engendrou uma crise da forma política pelos Estados, na medida em que cobrou soluções de alto custo aos governos e mesmo à democracia. A acumulação de grandes corporações capitalistas encontrou no Brasil uma oportunidade de conquista de mercado; a barreira a superar eram os obstáculos parciais do governo petista frente ao modelo privatista e neoliberal. O direito é então reclamado pela crise. A forma de subjetividade jurídica, tanto como causante e pretendidamente resolutiva da crise, confluíu contraditoriamente na gestão do *impeachment* de Dilma Rousseff, sem existência e comprovação de crime, e na sequência de acontecimentos até à chegada da extrema direita ao poder.

Diferentemente, a explicação do contexto da crise na leitura de Souza (2019) parte do conceito de patrimonialismo de Weber no modo como é utilizado pelo pensamento social brasileiro em autores como Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro. Embora a noção de patrimonialismo seja complexa, sucintamente diz respeito a uma variação do tipo de dominação tradicional que se caracteriza pela existência de um quadro administrativo (*idem*, 221). Para o autor, o uso descontextualizado e mesmo equivocado desse conceito criou uma ideia-força em que o Estado é visto desde ‘sempre’ como poroso à corrupção, portanto, a corrupção é apenas da política. Tal visão confunde as esferas pública e privada como se apenas o Estado fosse detentor de interesses, e com isso se constrói a ideia de que a elite poderosa está no Estado, sem nunca falar da elite real que está no mercado. Essa narrativa espalhada pela grande mídia mobilizou a sociedade, especialmente a classe média, contra o Estado através de um discurso moralista da corrupção escondendo de facto interesses econômicos em torno do que foi a Operação Lava Jato².

As abordagens dos referidos autores são mais complexas e aprofundadas, interessando aqui apenas pontuar alguns aspectos macroestruturais que contextualizam a instabilidade no país, não como um mero fenômeno social, mas sim como insistente processo instável de rupturas e rearranjos pró-mercado no qual situou as questões de gênero na educação formal.

Com a crise política, o impacto da presença da perspectiva de gênero nas políticas educacionais foi um dos aspectos mais evidentes da mudança nos rumos da política no país. O atual Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014 (vigência até 2024), sofreu um rotundo retrocesso ao ser polemizado em torno da manipulação do discurso da “ideologia de gênero”, o que foi acompanhado por vários planos ao nível estadual e municipal de diferentes regiões do país, e, do mesmo modo, com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular em 2017/2018, com a retirada das questões de gênero do currículo escolar.

Com o governo Bolsonaro (2019-2022), a derrocada das questões de gênero na política de educação ocorre, inclusive, com a afirmação de intervenções nos livros didáticos e perseguições a docentes³. A descontinuidade de todas as políticas educativas com perspectiva de gênero não tem representado apenas uma mudança na gestão governamental atual, mas sim a verdadeira orientação de governo que é contrária à igualdade, aos direitos humanos e sociais, e da educação sensível ao gênero.

² Conjunto de investigações federais de crimes de corrupção, gestão fraudulenta, etc., iniciadas em 2014 e finalizadas em 2021. A Operação Lava Jato desencadeou uma série de procedimentos controversos na esfera jurídica, tendo alguns dos seus efeitos arbitrários sido anulados, como o caso da prisão do ex-presidente Lula da Silva.

³ A então Ministra Damares Alves, em parceria com o MEC, anunciou a criação de um site para a denúncia de docentes que abordassem questões de gênero em sala de aula. Ver notícia do *Jornal Nacional* da Globo (20/11/2019), disponível em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/11/20/governo-cria-canal-para-denuncias-sobre-oocorrencias-em-escolas.ghtml> [Consultado em 10/01/2020].

As conceptualizações do gênero e uma crítica necessária à desigualdade na educação escolar

O Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017/2018, avançaram numa perspectiva contrária a um movimento favorável à presença das questões de gênero na educação como noutras políticas nacionais.⁴ Isto demonstra que a política educativa brasileira avançou de maneira negativa em relação aos compromissos internacionais dos quais o país é signatário na Organização das Nações Unidas (ONU), descontinuando assim a sua postura em prol da igualdade de gênero face aos compromissos *Educação para Todos: O compromisso de Dakar* (2000), *Educação 2030: Declaração de Incheon* (2015), *A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável* (2015) e ainda o instrumento *Estratégia de Montevidéu para a implementação da Agenda Regional de Gênero no âmbito do desenvolvimento sustentável até 2030* (2017).

A partir da categoria “gênero neutro”, que torna insignificantes quaisquer disposições em relação ao gênero na educação, duas questões são colocadas em análise. Uma primeira problematização diz respeito à subjetivação do corpo, um corpo supostamente neutro e forjado subjetivamente e materialmente para um ideal de “cidadão e trabalhador”⁵. Uma segunda problematização faz referência ao aspecto de um efeito de proximidade que a prática discursiva da expressão “erradicação de todas as formas de discriminação” (PNE 2014) constrói para as questões de gênero, pois mescla um universo de experiências de discriminação, exclusão, estigmatização e violências, como se todas as formas pudessem ser consideradas equivalentes. O mesmo pressuposto está presente nos planos de educação, onde, de maneira análoga, se afirma a prática discursiva “sem preconceito de qualquer natureza” (BNCC 2017).

A não consideração das distintas experiências das relações de gênero demonstra que as expressões “todas” e “qualquer forma” legitimam realmente todos os tipos de preconceito – discriminação, exclusão, estigmatização e violências. Em última instância, o “gênero neutro” não quer tornar o gênero invisível, como à primeira vista pode se supor, mas o contrário, porque “o gênero” em tal perspectiva implica uma “verdade” que produz o que é ser “mulher/feminino” e o que é ser “homem/masculino”.

A política de educação que supõe uma abordagem de “gênero neutro” busca evitar a problematização das desigualdades educacionais, não apenas em relação ao gênero, mas também quanto às questões étnico-raciais e sexuais. A discriminação sem sujeito discriminado não aponta para nenhum prognóstico em concreto

⁴ A prerrogativa do tema de gênero na educação escolar está presente, por exemplo, em legislações como a chamada Lei Maria da Penha, que qualifica a violência contra a mulher.

⁵ Parte-se de um dos princípios da educação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que o afirma como “exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (Brasil 1996, 7).

da desigualdade educacional. Por outro lado, colocar o foco do problema na discriminação ou no preconceito direciona a atenção para o indivíduo e, assim, individualiza a capacidade de reação como força coletiva a quaisquer adversidades, como contra as barreiras que encontram na trajetória educacional. Focar o problema de gênero na discriminação e nos preconceitos ignora os processos de subjetivação e de controle dos corpos educados que a instituição escolar produz. E não nomear e situar os sujeitos discriminados em práticas discursivas como “diversidade de indivíduos” e “sem preconceitos de qualquer natureza” esvazia a singularidade/especificidade humana.

O PNE e a BNCC contrastam, assim, com a perspectiva do instrumento de política da ONUBR em comprometimento com a Agenda 2030, que desenvolveu um glossário dos termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS-5) considerando as especificidades do país, em que se afirma: “o gênero é parte do contexto sociocultural mais amplo e junto com raça e etnia, ao menos no Brasil, conformam componentes de desigualdades estruturantes, onde mulheres e população negra apresentam os piores indicadores socioeconômicos” (ONU 2016, 1: 17).

Nos textos da 1.^a e 2.^a versões da BNCC estava presente a consideração em relação ao gênero, classe e a “raça”. No que respeita ao direito à educação, a 1.^a versão (16/09/2015) afirmava entre os seus objetivos:

desenvolver, aperfeiçoar, reconhecer e valorizar suas próprias qualidades, prezar e cultivar o convívio afetivo e social, fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro, para que sejam apreciadas sem discriminação por etnia, origem, idade, gênero, condição física ou social, convicções ou credos. (Brasil 2015, 7)

A 2.^a versão da BNCC (3/5/2016) incluía nas unidades curriculares, desde a educação infantil, aprendizagens também em relação ao gênero e à sexualidade. A BNCC que foi aprovada em 2017, contudo, prefere recorrer à dimensão ampla da noção “diversidade humana” que afronta a complexidade dessa diversidade como sujeitos que tem gênero, “raça”, classe social, porque esta dimensão é social, política e econômica. As disputas em torno da versão final do documento demonstraram isso ao se polarizarem entre a retirada e a permanência de expressões como “identidade de gênero e orientação sexual”. Na 2.^a versão da BNCC (3/5/2016), na componente de biologia, por exemplo, o texto deixava clara a importância de se compreender a dimensão social e biológica da diversidade humana:

Nas questões relacionadas à determinação genética do sexo é importante ponderar a diversidade presente em todos os domínios de seres vivos. Porém, é importante também o destaque para a espécie humana, mostrando que as ideias sobre sexo e gênero também são construções sociais e que a normalidade é um conceito relativo. (Brasil 2016, 603)

A mudança discursiva na última versão da BNCC (2017), com a apropriação da noção de diversidade, oculta as contradições e conflitos que envolvem as questões de gênero, classe social e “raça”/etnia. Dessa maneira, a BNCC consegue propor um currículo que se apresenta como supostamente abrangente por afirmar, com forte repetição, a oposição à discriminação e ao preconceito e o respeito pelas diferenças, mas, ao mesmo tempo, não apresenta um currículo para de facto fortalecer a sua prática na escola.

Os silêncios na BNCC apontam para o/a estudante como sujeito não palpável, sendo apenas um conceito esvaziado de realidade concreta, e a proposta de currículo⁶ não é problematizadora, limitando-se a um tipo de currículo explícito com base nos conteúdos propostos com o discurso do desenvolvimento de competências. O curriculum omisso silencia de facto o/a estudante como sujeito social ao impor a norma dominante da educação escolar como instituição para a preparação de indivíduos que “só” precisariam de competências e não do exercício crítico delas.

A crítica pós-estruturalista ajuda a perceber o efeito discursivo que a política quer dar ao parecer apresentar uma renovação da educação, mas limita-se a uma noção de “sujeito de muitas competências” que se ajusta aos interesses mercadológicos. As mudanças discursivas entre as duas primeiras versões e a última versão que foi homologada demonstram, assim, que a política pode retroceder em direitos ao esvaziar os conceitos e não os direcionar para a realidade social.

A despolitização da política quanto à sua tecnização (Ball 2011) é efeito de práticas neoliberais que fazem emergir com força na educação o discurso em defesa do desenvolvimento das competências. O discurso do novo gerencialismo é um dos eixos que orienta uma noção de “otimização da qualidade educativa” (Tello e Mainardes 2014), o que atinge o modo organizacional das escolas desmantelando o modelo profissional-burocrático em direção ao de regimes empresariais mercadológicos (Ball 2006, 13). O foco sobre as pessoas estipula o sucesso pela competição para que seja o esforço pessoal a alcançar a produção de qualidade e de uma “excelência” delas mesmas (Ball 2006).

As políticas de educação no Brasil acompanham desde os anos de 1990 o discurso gerencialista. Tello e Mainardes (2014) o observam nas orientações dos documentos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a educação secundária na América Latina. A CEPAL também fomenta a recomendação nessas bases, com mais participação do setor privado para a educação na região. Os discursos dos organismos internacionais e da iniciativa privada adentram as escolas públicas como tecnologias de educação e, ao serem defendi-

⁶ A BNCC não se define como uma base para propor um currículo comum e sim uma base de competências para influenciar os currículos que devem ser elaborados pelas redes de ensino e instituições escolares. O conceito de currículo e o seu entendimento na BNCC têm gerado muitos debates e controvérsias. Para uma análise crítica dessa questão, ver Macedo 2018.

dos pela própria escola pública, tornam a “eficácia uma tecnologia de normalização” (Ball 2011, 86).

Assim, pressupostos que focalizam o preconceito/discriminação como uma barreira à liberdade competitiva em geral e o disciplinamento para o mercado laboral querem nos fazer olhar para uma desigualdade apenas como um desequilíbrio de acesso à educação escolar. Uma vez conquistado o acesso à educação, os indivíduos, supostamente, exercitam a livre concorrência a partir de seus próprios esforços e interesses de chegar mais preparados para entrar no mercado de trabalho. Essa perspectiva ignora que o acesso não é uma conquista igualitária para todas as pessoas, bem como as trajetórias educacionais não são simplesmente equivalentes e/ou iguais, pois são marcadas por processos de subjetivização.

O instrumento “Educação para Todos” (EPT) ressalta a questão do acesso, mas no mínimo é contraditório quanto a outros aspectos nos quais a questão econômica é preponderante, como o da garantia da educação escolar nos interesses de grupos econômicos. Muito claramente, o EPT defende o desenvolvimento de uma educação para o crescimento econômico capitalista ao apontar a prioridade do financiamento privado: “Recursos financeiros novos, de preferência sob a forma de subsídios e doações, devem, portanto, ser mobilizados pelas agências financeiras bilaterais e multilaterais, entre elas o Banco Mundial e bancos regionais de desenvolvimento, assim como o setor privado” (UNESCO 2001, 8).

A interferência do Banco Mundial (BM) nas políticas de educação está focalizada em reformas da administração pública e do Estado com o objetivo de promover a “boa governança” (Borges 2003, 125). Tais reformas atingem a educação como resultado de ajustes econômicos, restrições no orçamento, maior incentivo ao setor privado e desburocratização do Estado (Moreira *et al.* 2020, 5). Com o governo de Michel Temer (2016-2018), a intensificação e o reconhecimento de tais medidas levaram a um grande golpe na educação pública do país, principalmente com a Emenda Constitucional (PEC) nº 241/2016⁸. Moreira *et al.* (2020) analisam alguns documentos de orientação do BM para o Estado brasileiro, datados entre 2011 e 2019, e verificam a permanência de uma tendência proveniente dos anos de 1990 na qual a visão política sobre a educação básica é orientada com foco na pobreza e equidade, direcionando o ensino médio e superior para a iniciativa pri-

⁷ O conceito de governança diz respeito “à maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais do país, com vistas ao desenvolvimento” (World Bank 1992, p. 1, *apud* Borges 2003, 125).

⁸ O Projeto de Emenda Constitucional N° 241/2016 (PEC 241) foi proposto no governo Michel Temer (PMDB) e consistiu no congelamento das despesas do Governo Federal por 20 anos com os valores corrigidos pela inflação. As áreas da saúde e educação são fortemente afetadas por essa medida, porque são áreas nas quais as despesas historicamente crescem acima da inflação. As metas do Plano Nacional de Educação, por exemplo, não podem ser cumpridas, dado que requerem investimentos necessários para a realização das suas estratégias que, ao final, estão comprometidas com os limites impostos pela referida PEC.

vada, e promovendo a redução do papel do Estado na prestação de serviços públicos. A análise de Krawczyk (2002) corrobora tal direcionamento ao constatar três dimensões de sustentabilidade das reformas que preocupam os organismos internacionais: a necessidade de construir alianças que possam dar sustentabilidade às reformas educacionais (dimensão política); o modelo de organização e gestão do sistema educacional e da escola, por meio da descentralização e da autonomia escolar (dimensão técnica); e como otimizar a eficiência dos recursos e maximizar o rendimento escolar (dimensão financeira). Essas dimensões emergem de maneira concreta em recomendações do BM, que avalia de maneira negativa as despesas públicas do Estado brasileiro afirmando que estas não se traduzem na melhoria da escola pública. Dentre as recomendações de “solução” está a diminuição de docentes concursados, pois estes são culpabilizados pela ineficiência da educação básica, bem como veem como “prova” de eficácia a gestão do setor privado para os serviços de educação (Ferreira 2020). Na análise de um recente relatório do BM sobre os gastos público do Brasil, Ferreira (2020) observa especificamente as estratégias para a educação e conclui que a proposta está voltada para o estímulo de mudanças fiscais sob o discurso de revisão da eficiência dos gastos, não considerando de maneira adequada o problema histórico do subfinanciamento da educação pública. Todos esses trabalhos apontam a falta de clareza e/ou a contradição do discurso desses organismos internacionais na defesa de melhorias na educação face às suas medidas que ampliam as desigualdades sociais.

Que educação e que equidade de gênero é possível vislumbrar como provocadoras de mudanças num esquema de manutenção da ordem econômica hegemônica? Práticas discursivas sobre a igualdade de gênero que não confrontam as contradições capitalistas não apontam para mudanças nas hierarquias de gênero e relações de poder. O que não é nenhuma surpresa, nesse caso, considerando a crítica feminista de como a “visibilidade” dada às mulheres pelo BM é de interesse para o desenvolvimento econômico (Labrecque 2010).

Nas estratégias e recomendações do BM sobre as questões de gênero no Brasil, no tocante à educação, não apenas são incentivadas parcerias com o setor privado, mas também reforçam a cobrança social e moral do papel materno como a única responsável pelo cuidado da prole: “Fornecer creches é também crucial para as mães, especialmente para aquelas que são forçadas a trabalhar. Creches financiadas com recursos públicos podem não ser uma opção viável ou necessariamente desejável, dado os problemas potenciais com a qualidade” (Pena e Correia 2003, 110).

Se observa, não apenas como os pressupostos e representações do gênero apontam para uma forma de olhar o problema, mas, ao mesmo tempo, como apontam a solução para o problema. Desse modo, no âmbito da política pública, a educação das meninas e mulheres é um meio para atingir outro objetivo, o da eliminação da pobreza. A incorporação da questão de gênero nas políticas tem alguns desdobramentos que, como apontam Marcondes, Diniz e Farah (2018, 40; cf. Farah

2004) iniciadas no Brasil na década de 1980, ganharam maior centralidade com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM, “diz respeito à adoção de uma compreensão instrumental do objetivo de igualdade, em que esse não constitui um fim em si mesmo, mas um meio para potencializar outros objetivos estratégicos do Estado, como o desenvolvimento econômico e o combate à pobreza”.

O instrumento de política *Educação para todos: O compromisso de Dakar* (2000) (EPT) tem uma orientação política que dá visibilidade à educação de meninas e à equidade de gênero como um compromisso político. Contudo, deixa margem para a problematização das condições históricas e estruturais nas quais a desigualdade de gênero na educação é uma consequência e não a causa do problema nos sistemas educacionais, ao mesmo tempo que não observa os sistemas educacionais como espaços de poder que podem reforçar as desigualdades. Este é o contexto no qual cabe a crítica à categoria “favorável à mulher”, que considera que mulheres e meninas contribuem com suas perspectivas, capacidades e valores específicos, porque é questionável o que é o “favorável” face à manutenção das estruturas hegemônicas que marginalizam e/ou excluem as mulheres.

Assim, os atuais instrumentos da política educativa no Brasil, por um lado, afastam-se de orientações internacionais mais progressistas em prol da igualdade de gênero e, por outro, alinham-se numa perspectiva da educação com uma finalidade empresarial procapitalista.

Uma consideração sobre o “sensível ao gênero” e a difícil incorporação da igualdade de gênero na educação escolar

A partir da categoria “sensível ao gênero”, as problematizações dos pressupostos com foco nos “entraves ao empoderamento” (Agenda 2030 – ONU 2015, 4) e à “autonomia e aos direitos das mulheres” (Estratégia de Montevidéu para a Agenda Regional de Gênero – CEPAL 2017, 9-10) possibilitam uma ampla discussão sobre a perspectiva do empoderamento, o que guarda relação com a crítica às reformas educacionais enquanto políticas que podem provocar mudanças na vida das mulheres ou reforçar as desigualdades de gênero.

Outro campo de problematizações é o que possibilita discutir especificamente a instituição escolar como um espaço em que há “discriminação e violência de gênero” (Declaração de Incheon) e qual o lugar que o “sensível ao gênero” ocupa em sala de aula.

A discussão teórica sobre o empoderamento é ampla e complexa. Na literatura clássica e no pensamento social brasileiro, a abordagem focada sobre o patrimonialismo – na concepção weberiana – envolve a relação público e privado, o que remete ao processo da dominação masculina e a sujeição da mulher. A ênfase dessa análise percebe no sistema familiar o lugar da regulação política e econômica que incide sobre o patrimônio e a sexualidade feminina sob a dominação do

patriarca. Aguiar (1997, 172), em análise sobre o patriarcalismo como sistema de poder, dialoga com a abordagem weberiana para uma crítica feminista onde observa a ausência explicativa das relações de poder entre mulheres e homens “que repartem entre si esta autoridade sobre os demais membros do grupo doméstico”. A autora destaca que a consideração da “dimensão de conflito e resistências femininas” enriqueceria a literatura clássica e do pensamento social brasileiro sobre a questão da dominação masculina (Aguiar 1997, 188).

Foucault é particularmente interessante para as análises feministas das relações de poder e implicações sobre o empoderamento feminino. O poder deve ser considerado “como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (Foucault 1989, 9). Sua análise não está centrada em uma instituição e o seu entendimento de poder como “relação de força” deu apoio às discussões sobre “o pessoal é político”, a “internalização da ideologia patriarcal pelas mulheres” e sobre a “criação de ‘corpos domesticados’ femininos” (Sardenberg 2018, 19), em que a noção de resistência se torna significativa em diversas abordagens.

A complexidade em torno desse conceito ampliou as práticas discursivas e concorrentes de como as políticas de gênero avançaram ou teriam bloqueado nesse processo. Na Plataforma de Pequim (ONU 1995, 149), a compreensão conceitual exige mudanças estruturais ao nível da política e da sociedade ao afirmar que: “O empoderamento da mulher (...) consiste em realçar a importância de que a mulher adquira o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-la nesse processo”. E a ONU Brasil, no glossário dos termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS-5), acrescenta a seguinte continuação: “de forma a lhes garantir a possibilidade de realizarem todo o seu potencial na sociedade e a construírem suas vidas de acordo com suas próprias aspirações” (ONU 2016, s.p.).

A Agenda 2030, em tal alinhamento conceptual, apresenta dois objetivos muito significativos no âmbito das orientações das políticas internacionais e nacionais, quais sejam, o objetivo 4 – “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” – e o objetivo 5 – “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. Alinhada com esse instrumento, a Estratégia de Montevidéu (CEPAL 2017, 9) apresenta três categorias que orientam as políticas públicas para o contexto da América Latina e Caribe, dentre elas, “as dimensões críticas para a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres tematizadas em direitos”, categoria na qual se encontra alguma atenção mais específica para a educação dos direitos sexuais e reprodutivos. É sintomático que a Estratégia de Montevidéu considere a educação para a igualdade de gênero com a especificidade de uma “educação sexual integral” (CEPAL 2017, 10). A dificuldade em torno do debate recente das políticas de educação sobre as questões de gênero na escola passou principalmente pela dimensão de temas como sexualidade, identidade sexual, aborto,

dentre outros, nesse âmbito de discussão. Apesar dessas questões figurarem como recentes nas atuais reformas educacionais, como as do Brasil, a presença histórica da igreja católica e de igrejas evangélicas nos rumos da política educativa é desde sempre um fator de desequilíbrio junto com os setores mais conservadores quando se trata das temáticas de gênero e sexualidade.

Nos documentos da política em análise, autonomia e empoderamento são pressupostos convergentes na categoria “sensível ao gênero” e implicam que as políticas de educação apontem ações concretas na escola. Há um conjunto de fatores que devem ser levados em consideração onde a instituição escolar e as relações de gênero ao nível micro estão envolvidas. Do mesmo modo, é necessário situar a política econômica e o papel da governança estatal, portanto, das relações macroestruturais. Nesse contexto, se torna importante evidenciar como o empoderamento é instrumentalizado quando a política de educação se torna cada vez *menos* uma política social, e cada vez *mais* um negócio para empresários da educação.

Morley (1995) analisa o modo como o conceito de empoderamento foi usurpado pela política da Nova Direita⁹ e o tornou uma estratégia do discurso do gerencialismo dos serviços públicos com impactos na educação. Para a autora, a transferência de micro práticas para a mudança macrossocial permanece uma problemática no discurso do empoderamento. O seu questionamento é: o empoderamento é para que finalidade? (Morley 1995, 2). A crítica da autora aponta um entendimento de visões concorrentes e pouco teorizadas sobre o conceito, sendo “para alguns, um exercício cognitivo, com o objetivo de promover benefícios psicológicos; para outros, o objetivo é sociopolítico, com implicações materiais e mudanças na realidade social. Muitas vezes é reduzido a um behaviorismo simplista, buscando uma mudança pessoal descontextualizada socialmente” (*idem*, 2)¹⁰. Ao se apropriar desse conceito, a Nova Direita também pode ter como meta a transformação social, mas com uma base de valor que concentra a atenção na agência individual e não nas estruturas sociais, defendendo assim a autossuficiência e ignorando formações sociais como classe, gênero e “raça”/etnia. Morley (1995, 3) aprofunda mais a crítica e afirma que esse empoderamento, que parece libertador, é um discurso normalizador ou ainda parte da ideologia de que os poderosos são os que carregam o fardo social e econômico dos menos poderosos.

É plausível problematizar, nesse sentido, que o entendimento de empoderamento nos documentos de política internacionais consideram de maneira muito

⁹ O termo Nova Direita – usado inicialmente para descrever as administrações de Thatcher e Reagan – se refere particularmente a mudanças na política social sustentadas pela transição dos valores das relações humanas e do bem-estar para uma economia de mercado nos serviços públicos (Morley 1995, 8).

¹⁰ No original: “For some it is a cognitive exercise, with an objective of promoting psychological benefits, for others the aim is socio-political, with material implications and changes to substantive social reality. Often, it is reduced to simplistic behaviourism, seeking socially decontextualised personal change” (Morley 1995, 2).

próxima tais pressupostos, uma vez que a interferência de grandes grupos de interesses econômicos nos rumos da política de educação não aponta para propostas de mudanças globais, mas sim de adaptações globais. Os discursos fazem referência a questões pertinentes da desigualdade de gênero, mas paradoxalmente estão afirmado um modelo de educação que se ajuste cada vez melhor ao modelo de produção da política neoliberal.

A efetivação da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas dará uma contribuição essencial para o progresso em todos os objetivos e metas. Alcançar o potencial humano e do desenvolvimento sustentável não é possível se para metade da humanidade continuam a ser negados seus plenos direitos humanos e oportunidades. Mulheres e meninas devem gozar de igualdade de acesso à educação de qualidade, recursos econômicos e participação política, bem como a igualdade de oportunidades com os homens e meninos em termos de emprego, liderança e tomada de decisões em todos os níveis. (ONU 2015, 8-9)

O excerto acima da Agenda 2030 é abrangente e denota uma mudança discursiva para com o gênero, mas dentro do modelo político e econômico já existente, o que também se poderia ler como um treinamento das mulheres para o mercado. As reformas educacionais que consideram o empoderamento feminino precisam ser provocadas em seus pressupostos e representações do problema no que tange ao gênero, se quisermos perceber que proposta de transformação social está em causa. O espaço para a mudança na vida das mulheres, construído por práticas discursivas e heterogêneas de empoderamento na e pela educação, deixa dúvidas do quanto é palpável uma sensibilidade ao gênero dentro da perspectiva de autonomia, autossuficiência, autogerenciamento dos indivíduos sem considerar as contradições das relações macropolíticas e da necessidade de se aproximar mais dos processos de subjetivação nos contextos escolares.

O caráter neoliberal de instrumentos internacionais como o *Educação para Todos* (EPT), a *Agenda 2030*, entre outros, limita o alcance de uma perspectiva transformadora, uma vez que atrela a educação aos esquemas de interesse do capital. Os conceitos presentes nesses documentos devem ser “examinados com base nas políticas globais definidas pelos organismos internacionais para os países pobres (BIRD, PNUD, BID, UNESCO, UNICEF)” (Libâneo 2012, 18). Tais políticas limitam a aprendizagem a uma visão instrumental do conhecimento para atender a necessidades mínimas e instrumentalizam as políticas sociais com objetivos econômicos (*idem*, 19ss.). E se a educação é, desse modo, uma finalidade para o mercado, como a igualdade de gênero é construída por uma educação “sensível ao gênero” que prescinde da sensibilidade de uma educação humanística como um meio para o desenvolvimento humano?

A elaboração dos marcos internacionais não problematiza as relações econômicas desiguais e o jogo de interesses entre os países. É preciso tocar na incômoda

discussão das reformas capitalistas e no modo como produzem as decisões políticas provenientes de um campo predominantemente classista, branco e masculino. Nesse contexto, o questionamento das práticas discursivas do “sensível ao gênero” ao nível dos marcos políticos, como o da Agenda 2030 e os das Conferências de Educação, aponta para uma contradição enunciativa. Essa contradição está na maneira como suas orientações apontam para uma espécie de hierarquia horizontal, no sentido de afirmar uma noção de “iguais, mas separados/as”. Isto se reflete no facto de que a educação formal não leva necessariamente as mulheres aos mesmos resultados que os homens, o que aponta para a existência de muitos outros fatores que não são considerados como problemas, porque a desigualdade de gênero na educação perpassa um conjunto complexo de questões que a política tenta simplificar.

Falta adentrar efetivamente o mundo da educação escolar, a Estratégia de Montevidéu, especificamente, que parece um instrumento abrangente na abordagem para as políticas públicas para as mulheres em áreas sociais, políticas e econômicas. Contudo, a educação escolar não tem destaque nenhum nesse documento e nada que seja referente a desigualdade de gênero na educação. Isso é sintomático das demandas na região, como apontado acima sobre as reformas educacionais em matéria de gênero na América Latina. O instrumento da Estratégia de Montevidéu identifica a educação como um dos setores da economia em que o nó estrutural da divisão sexual do trabalho precisa ser transformado, mas não tem nenhum desdobramento específico para chamar a atenção para o contexto escolar sob nenhum aspecto. Das 74 medidas de orientação para políticas de direitos das mulheres, nenhuma considera a educação escolar.

Já o instrumento *Educação 2030: Declaração de Incheon* aponta para aprendizagens sensíveis ao gênero, considerando a formação de docentes e o ambiente da escola:

Reconhecemos a importância da igualdade de gênero para alcançar o direito à educação para todos. Dessa forma, estamos empenhados em apoiar políticas, planejamentos e ambientes de aprendizagem sensíveis ao gênero; em incorporar questões de gênero na formação de professores e no currículo; e em eliminar das escolas a discriminação e a violência de gênero. (UNESCO 2016, 2)

O excerto acima apresenta o discurso do reconhecimento, o que é positivo, mas falta avançar na sua concretização. Repensar a dimensão institucional da educação exige que ela seja objeto/objetivo de transformação social, porque a escolarização é um processo de *genderização*, *racialização*, etc. A presença do discurso sensível ao gênero nos marcos internacionais, portanto, não vislumbrou ainda uma perspectiva feminista crítica da educação, e não o fará enquanto estiver apontando para o progresso capitalista e não para as mulheres como sujeitos históricos.

Considerações finais

A presente análise buscou demonstrar como a atual política educativa no Brasil em relação ao gênero tem relações de distanciamento e de aproximação com as orientações de instrumentos internacionais que tocam na igualdade de gênero no contexto educacional. As mudanças no quadro atual da política brasileira apontam para uma maior evidência de uma perspectiva mercadológica da educação, na qual as questões de gênero, classe, “raça”/etnia não são privilegiadas. Se, por um lado, a defesa pela igualdade de gênero é um horizonte de alento pautado pelos organismos internacionais, por outro, a problematização dos aspectos macroestruturais das relações econômicas e que interferem nas políticas de educação nacionais é ainda um assunto espinhoso e incômodo.

Para que a desigualdade de gênero na educação seja seriamente um comprometimento nacional é preciso superar o espectro antidemocrático vigente e que sufoca a política pública em vários setores sociais. É necessário, fundamentalmente, insistir na discussão escolar em torno das relações sociais de gênero pela crítica feminista e resistir às práticas nefastas da negação da igualdade e direitos de meninas e mulheres na sociedade como um todo. Face ao contexto da história presente, portanto, se faz mister questionar sobre uma educação sensível ao gênero para alertar sobre os impactos que o atual quadro das reformas educacionais brasileira terá na escolarização das próximas gerações de mulheres e homens na sociedade.

Agradecimentos

A autora agradece à direção da Escola Normal Superior da Universidade do Estado do Amazonas, Brasil, a dispensa de serviço letivo durante os anos em que preparou a sua tese de doutoramento. Sem este apoio institucional não teria sido possível concretizar este objetivo.

Conflito de interesses

Declaro não ter qualquer conflito de interesses.

Referências bibliográficas

- Aguiar, Neuma. 1997. “Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro.” In *Gênero e ciências humanas: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres*, organizado por Neuma Aguiar, 161-191. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Bacchi, Carol. 1999. *Women, Policy and Politics: The Construction of Policy Problems*. London: SAGE.

- Bacchi, Carol. 2009. *Analysing Policy: What's the Problem Represented to Be?* Frenchs Forest: Pearson Education.
- Bacchi, Carol, & Susan Goodwin. 2016. *Poststructural Policy Analysis. A Guide to Practice.* New York: Palgrave Macmillan.
- Ball, Stephen J. 1993. “What is policy? Texts, trajectories and toolboxes.” *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education* 13(2): 10-17. DOI: <https://doi.org/10.1080/0159630930130203>
- Ball, Stephen J. 2006. “Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional.” *Currículo Sem Fronteiras* 6(2): 10-32. Disponível em <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/ball.htm>
- Ball, Stephen J. 2011. “Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional.” In *Políticas Educacionais: Questões e Dilemas*, organizado por Stephen J. Ball e Jefferson Mainardes, 21-53. São Paulo: Cortez.
- Borges, André. 2003. “Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 18(52): 125-2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000200007>
- Brasil. 1996. *Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional. Lei No 9394 de 20 de Dezembro de 1996.* Brasília: Ministério da Educação.
- Brasil. 2014. *Plano Nacional de Educação 2014-2024. Lei No 13.005 de 25 de Junho de 2014.* Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara.
- Brasil. 2015. *Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base.* 1.^a Versão. Brasília: Ministério da Educação.
- Brasil. 2016. *Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base.* 2.^a Versão. Brasília: Ministério da Educação.
- Brasil. 2017. *Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base.* 3.^a Versão. Brasília: Ministério da Educação.
- CEPAL. 2017. *Estratégia de Montevidéu para a Implementação da Agenda Regional de Gênero no Âmbito do Desenvolvimento Sustentável até 2030.* Santiago do Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.
- Farah, Marta Ferreira Santos. 2004. “Gênero e Políticas Públicas.” *Estudos Feministas* 12(1): 47-71. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100004>
- Ferreira, Eduardo Carvalho. 2020. “Um ajuste justo ou mais alguns passos atrás para a educação básica pública no Brasil?” *Educação e Pesquisa* 46: e214975. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046214975>
- Forde, Christine. 2014. “Is ‘gender-sensitive education’ a useful concept for educational policy?” *Cultural Studies of Science Education* 9(2): 369-376. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11422-012-9432-0>
- Foucault, Michel. 1989. *Microfísica do poder.* 8.^a ed. Rio de Janeiro: Graal.
- Krawczyk, Nora. 2002. “A sustentabilidade da reforma educacional em questão: a posição dos organismos internacionais.” *Revista Brasileira de Educação* 19: 43-62.
- Labrecque, Marie France. 2010. “Transversalização da perspectiva de gênero ou instrumentalização das Mulheres?” *Estudos Feministas* 16(3): 901-12. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000300015>
- Libâneo, José Carlos. 2012. “O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres.” *Educação e Pesquisa* 38(1): 13-28. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022011005000001>

- Macedo, Elizabeth. 2018. “‘A base é a base’. E o currículo o que é?” In *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*, organizado por Márcia Angela da S. Aguiar e Luiz Fernandes Dourado, 28-34. Recife: ANPAE. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v12i23.900>
- Marcondes, Mariana, Ana Paula Diniz, e Marta Farah. 2018. “Transversalidade de gênero: uma análise sobre os significados mobilizados na estruturação da política para mulheres no Brasil.” *Revista do Serviço Público* 69(2): 36-62. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v69i2.2297>
- Mascaro, Alysson Leandro. 2018. *Crise e golpe*. São Paulo: Boitempo.
- Moreira, Jani, et al. 2020. “Banco Mundial e as recomendações atuais para as políticas educacionais no Brasil.” *Fineduca – Revista de Financiamento da Educação* 10(14): 1-18. DOI: <http://dx.doi.org/10.22491/fineduca-2236-5907-v10-90622>
- Morley, Louise. 1995. “Empowerment and the new right.” *Youth and Policy* 51: 1-10.
- ONU. 1995. “Declaração e plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher.” Pequim. Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf
- ONU. 2015. *Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. A/Res/70/1. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>
- ONU. 2016. *Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas*. Vol. 1. Brasília: Nações Unidas no Brasil. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Glossario-ODS-5.pdf>
- Pena, Maria Valéria, e Maria C. Correia 2003. *A questão de gênero no Brasil*. Relatório. Brasília: Banco Mundial / Rio de Janeiro: CEPIA.
- Rocha, Décio, e Bruno Deusdará. 2005. “Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória.” *ALEA* 7(2): 305-322. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-106X2005000200010>
- Rosemberg, Fúlvia. 2013. “Mulheres educadas e a educação das mulheres.” In *Nova História das mulheres no Brasil*, organizado por Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro, 358-86. São Paulo: Contexto.
- Rua, Maria das Graças. 2013. *Para Aprender Políticas Públicas*. Brasília: Instituto de Gestão Economia e Políticas Públicas.
- Sardenberg, Cecilia Maria Bacellar. 2018. “O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres.” *Inclusão Social* 11(2): 15-29. Disponível em <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4106>
- Singer, André. 2013. “Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas.” *Novos Estudos – CEBRAP* 97: 23-40. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>
- Sinnes, Astrid T., e Marianne Løken. 2014. “Gendered education in a gendered world: looking beyond cosmetic solutions to the gender gap in science.” *Cultural Studies of Science Education* 9(2): 343-364. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11422-012-9433-z>
- Souza, Jessé. 2019. *A elite do atraso* [recurso eletrônico]. 1.^a ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil.
- Tello, Cesar, e Jefferson Mainardes. 2014. “A educação secundária na América Latina como um direito democrático e universal: uma análise de documentos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.” *Educação e Filosofia* 28: 155-179. DOI: <https://doi.org/10.14393/revedfil.issn.0102-6801.v28nespeciala2014-p155a179>
- UNESCO. 2001. *Educação Para Todos: O Compromisso de Dakar*. Brasília: UNESCO CONSEDE Ação Educativa. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127509>

- UNESCO. 2016. *Educação 2030 – Declaração de Incheon e Marco de Ação da Educação*. Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245656_por
- Vianna, Claudia, e Sandra Unbehauem. 2006. “Gênero na educação básica: Quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil.” *Educação & Sociedade* 27(95): 407–28. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302006000200005>

Priscila Freire. Doutorada em Sociologia pela Universidade de Coimbra (2022). Docente da Escola Normal Superior da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Manaus, Brasil. A sua tese de doutoramento incide sobre «Educação sensível ao gênero? Uma análise pós-estruturalista da política de educação do Brasil».

Artigo recebido em 15 de junho de 2021 e aceite para publicação a 3 de novembro de 2022.

BARRERAS EN EL ACCESO A SALUD SEXUAL Y REPRODUCTIVA: EXPERIENCIAS DE MUJERES CON DISCAPACIDAD EN EL EXTREMO SUR DE CHILE

 *Melissa Hichins-Arismendi**

 *Andrea Yupanqui-Concha ***

Resumen

Las mujeres con discapacidad en Chile y el mundo han estado expuestas a diversos sistemas de opresión que dificultan el ejercicio de sus derechos humanos, como ha sucedido con su salud sexual y reproductiva. El objetivo de este estudio fue explorar las barreras de acceso a salud sexual y reproductiva en el sistema público de salud a las que se enfrentan mujeres con discapacidad en Magallanes. Desde un enfoque cualitativo, diseño fenomenológico y feminista, se analizaron 15 entrevistas con análisis de contenido. Como resultados surgen experiencias obstaculizadoras procedentes del personal, del ambiente físico, y de la gestión y administración de salud. Se concluye sobre la necesidad de erradicar estas prácticas de vulneración de derechos.

Palabras clave: Mujeres con discapacidad, salud sexual y reproductiva, derechos humanos, Chile.

Resumo

Barreiras no acesso à saúde sexual e reprodutiva: experiências de mulheres com deficiência no extremo sul do Chile

As mulheres com deficiência no Chile e no mundo têm estado expostas a vários sistemas de opressão que impedem o exercício dos seus direitos humanos, como tem sido o caso da sua saúde sexual e reprodutiva. O objetivo deste estudo foi explorar as barreiras ao acesso à saúde sexual e reprodutiva no sistema de saúde pública enfrentadas por mulheres com deficiência

* Universidad de Magallanes (UMAG) & Red de Protección en Derechos e Inclusión Social (REPRODIS), Punta Arenas, Chile.

Dirección postal: Av. Presidente Manuel Bulnes 01855, Punta Arenas, región de Magallanes y la Antártica Chilena, 6210427, Chile.

Correo electrónico: melissa.hichins@umag.cl

** Universidad de Magallanes (UMAG) & Red de Protección en Derechos e Inclusión Social (REPRODIS), Punta Arenas, Chile.

Dirección postal: Av. Presidente Manuel Bulnes 01855, Punta Arenas, región de Magallanes y la Antártica Chilena, 6210427, Chile.

Correo electrónico: andrea.yupanqui@umag.cl

em Magallanes. A partir de uma abordagem qualitativa, fenomenológica e feminista, foram analisadas 15 entrevistas com análise de conteúdo. Como resultado, emergem experiências de obstáculos provenientes do pessoal, do ambiente físico e da gestão e administração da saúde. A conclusão é que existe uma necessidade de erradicar estas práticas que violam os direitos.

Palavras-chave: Mulheres com deficiência, saúde sexual e reprodutiva, direitos humanos, Chile.

Abstract

Barriers in the Access to Sexual and Reproductive Health: Experiences of women with disabilities in the far south of Chile

Women with disabilities in Chile and the world have been exposed to various systems of oppression that hinder the exercise of their human rights, as has been the case with their sexual and reproductive health. The objective of this study was to explore the barriers to accessing sexual and reproductive health in the public health system faced by women with disabilities in Magallanes. Based on a qualitative, phenomenological and feminist approach, 15 interviews were analyzed using content analysis. The findings show that the obstacles experienced arise from the staff, the physical environment, and the health management and administration. It is concluded that there is a need to eradicate these practices that violate rights.

Keywords: Women with disabilities, sexual and reproductive health, human rights, Chile.

Introducción

El acceso a salud es un fenómeno multifactorial basado en la interacción de las características de los individuos, su contexto físico y social con las características propias de los sistemas de salud y sus respectivos proveedores, como también en aspectos vinculados con la búsqueda, obtención y utilización de la atención médica (Levesque, Harris & Russell 2013). En el caso particular de las mujeres con discapacidad¹, el acceso a salud a nivel mundial presenta características particulares que requieren ser atendidas, pues ser mujer con discapacidad marca una trayectoria de discriminaciones, prejuicios, estereotipos y opresiones, lo que trae consigo una serie de barreras que dificultan el ejercicio de derechos humanos, plena autonomía y participación social, situándolas como un grupo marginado e invisible para la sociedad (Serra 2017; López 2020).

La Convención sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad (United Nations 2006), respecto al derecho a salud, señala que se debe garantizar el acceso de las personas con discapacidad en igualdad de condiciones que las demás, desde una perspectiva de género y sin discriminación. No obstante, el año 2017 la ONU hizo hincapié en los obstáculos que las mujeres y niñas con discapacidad presen-

¹ La definición conceptual que guiará este estudio hace referencia a las características de la condición de salud de las personas y la interacción con factores contextuales, dando énfasis a estas relaciones dinámicas que se entrelazan en diversas dimensiones (United Nations 2006).

tan, como un acceso limitado a los servicios de atención de salud sexual y reproductiva, falta de información accesible y servicios de salud que no cuentan con las adaptaciones para brindar atenciones acordes a las necesidades y expectativas de las mujeres con discapacidad (United Nations 2017).

En Chile, de acuerdo con el II Estudio Nacional de la Discapacidad (Ministerio de Desarrollo Social & SENADIS 2015), el porcentaje de discapacidad en mujeres va en aumento en las zonas extremas, siendo el extremo sur del país, la región de Magallanes y Antártica Chilena, la segunda región con mayor prevalencia (32,4%). Sin embargo, sus necesidades en materia de políticas públicas y género aún siguen históricamente invisibilizadas (Pino-Morán & Rodríguez-Garrido 2019). Incluso, considerando la mayor atención que se ha prestado internacionalmente a los derechos de las personas y mujeres con discapacidad, la investigación en Chile ha sido muy limitada sobre el acceso a salud (Rotarou & Sakellariou 2017a). Eso se ha visto reflejado en la existencia de sólo dos estudios nacionales gubernamentales sobre discapacidad en Chile a lo largo de los últimos 18 años (FONADIS & INE 2005; Ministerio de Desarrollo Social & SENADIS 2015), los que proporcionan información socioeconómica y demográfica sobre las personas con discapacidad de todo el país, pero no analizan el acceso a los servicios de salud (Poblete, Bozo, & Muñoz 2016), ni tampoco el acceso a salud sexual y reproductiva de mujeres con discapacidad. La evidencia científica nacional sobre estos temas ha demostrado que las personas tienen más probabilidades de tener dificultades para acceder a salud si están afiliadas a salud pública (Rotarou & Sakellariou 2017b). Este estudio asevera que en Chile “sólo el 3,4% de las personas con discapacidad están afiliadas a salud privada (debido a que las primas son más altas por discapacidad), en comparación con el 10,5% de las personas sin discapacidad” (2017b, 500).

Desde una aproximación feminista a la salud y discapacidad es posible aseverar que en el país falta una priorización de integración de un enfoque de género en las políticas públicas nacionales (Cubillos 2019; Pino-Morán *et al.* 2021). Por ende, la salud sexual y reproductiva de las mujeres con discapacidad también es un ámbito de carencias. Ello se traduce en una invisibilización permanente por parte del Estado hacia sus necesidades específicas, una clara manifestación de violencia institucional hacia esos cuerpos no normativos (CIMUNIDIS 2015). Asimismo, se ha demostrado que determinadas violencias contra mujeres con discapacidad han sido perpetuadas a través de las instituciones del Estado (Poblete, Bozo, & Muñoz 2016; Yupanqui-Concha, Aranda-Farias, & Ferrer-Pérez 2021; Yupanqui-Concha, Hichins-Arismendi, & Mandiola Godoy 2022).

Específicamente, en la región de Magallanes, los escasos estudios sobre acceso a la salud sexual y reproductiva de mujeres con discapacidad han señalado el insuficiente desarrollo de políticas públicas relacionadas a derechos sexuales y reproductivos con perspectiva de género, educación sexual integral y participación social de esta población (Dehays, Hichins, & Vidal 2012; Dehays *et al.* 2016). En este contexto, y de acuerdo con los antecedentes mencionados, el presente estudio

se planteó el objetivo de explorar las barreras de acceso a salud sexual y reproductiva² en el sistema público de salud a las que se enfrentan mujeres con discapacidad en la región de Magallanes, Chile.

Método

1. Diseño

Este estudio tuvo un enfoque cualitativo con un alcance descriptivo-exploratorio, ya que permitió explorar, caracterizar y describir conceptos, experiencias y necesidades sobre acceso a salud sexual y reproductiva de mujeres con discapacidad, permitiendo aportar mayor conocimiento sobre un contexto particular de la vida cotidiana de esas mujeres en el extremo sur de Chile.

Se optó por un diseño fenomenológico (Hernandez-Sampieri & Mendoza Torres 2018) y un diseño feminista de investigación (Harding 1998; García & Romero 2018), debido a la necesidad de acercarse a las experiencias de mujeres con discapacidad sobre su acceso a salud, experiencias que requieren ser obtenidas a partir de sus propias voces (Harding 1998), las cuales han permanecido ausentes en la creación de conocimiento científico (García & Pérez 2017), junto a un enfoque de salud centrado en la persona, que enfatiza la interacción de las mujeres y su contexto físico y social desde una perspectiva interseccional (Araiza & González 2017; Serra 2017; Cavalcante 2018).

2. Contexto del estudio

La región de Magallanes se caracteriza por una particularidad territorial de aislamiento y lejanía geográfica y se evidencia en la población factores sociodemográficos propios de ambientes extremos que se vinculan con discriminación y exclusión social. Estos antecedentes contribuyen a comprender las dificultades territoriales de habitar el extremo sur de Chile³ para las mujeres con discapacidad.

3. Participantes

Se utilizó un muestreo no probabilístico cuya estrategia fue intencional y en cadena. El acceso inicial a las participantes se realizó a través de activistas de organizaciones de personas con discapacidad existentes en la región de Magallanes, quienes facilitaron el acceso al resto de los informantes.

² Este estudio concibe salud sexual y reproductiva como “el derecho a decidir autónomamente sobre la sexualidad y reproducción sin discriminación, coacción ni violencia y el derecho a acceder a toda una serie de establecimientos, servicios, bienes e información” (United Nations 2017, 5).

³ Magallanes se ubica en el extremo sur del continente americano y posee una particularidad territorial con fiordos, canales y hielos que generan condiciones de aislamiento y lejanía geográfica con el resto del territorio nacional. El clima regional es frío acompañado de fuertes vientos y lluvias.

Los criterios de inclusión fueron ser mujer con discapacidad física y/o sensorial, mayor de 18 años, residir en la región de Magallanes, haber utilizado los servicios públicos de salud sexual y reproductiva durante los últimos 4 años (2017-2021), contar con dispositivos electrónicos como teléfono celular o computador y acceso a internet.

Se invitó a estas mujeres a participar vía telefónica y/o correo electrónico. La invitación se hizo llegar a 28 mujeres con discapacidad, de las cuales 15 aceptaron. Respecto de los motivos, 4 mencionan no disponer de tiempo para responder a la entrevista, 5 señalan sentir vergüenza por hablar de temas personales relacionados con su salud sexual y reproductiva y, por último, 4 declararon nunca haber asistido a una atención de salud sexual y reproductiva hasta la fecha.

Sobre el perfil de las participantes, su edad promedio fue de 48,2 años, en su totalidad vivían en la ciudad de Punta Arenas y pertenecían a organizaciones de la sociedad civil. De las 15 participantes, todas se atendían por el sistema de salud público y todas contaban con una red de apoyo al momento de la entrevista (ver tabla 1).

Tabla 1
Caracterización de participantes

	Información	N = 15	%
Edad	25-34	3	20
	35-44	4	26,6
	45-54	2	13,3
	55-64	2	13,3
	65+	4	26,6
Mujer con discapacidad (McD)	Física	5	33,3
	Visual	6	40
	Auditiva	4	26,6
Nivel educativo	Escolaridad básica	1	6,6
	Escolaridad media	6	40
	Cursando educación universitaria	3	20
	Estudios universitarios completos	5	33,3
Actividad principal	Labores domésticas	7	46,6
	Labores remuneradas	6	40
	Estudiantes universitarias	2	13,3

Fuente: Elaboración propia.

4. Procedimientos recolección de datos y análisis

Se utilizó el instrumento de entrevista semiestructurada en profundidad de tipo episódico (Flick 2004). El instrumento se basó en el marco conceptual propuesto por Levesque, Harris y Russell (2013) sobre acceso a la salud centrado en la persona, considerando los siguientes ejes temáticos generales: necesidades de apoyo, decisiones sobre el uso de las prestaciones de salud, información y asesoría, infraestructura, búsqueda de atención sanitaria, características de servicios sanitarios y prestaciones de los profesionales, prestaciones acordes a las necesidades de las personas con discapacidad.

Las entrevistas se realizaron cara a cara en espacios físicos brindados por organizaciones regionales y en forma remota a través de videollamada, resguardando la privacidad de las participantes. Se aplicaron entre los meses de septiembre y octubre de 2021. La duración promedio de cada entrevista fue de 45 minutos y fueron realizadas por la investigadora principal, con experiencia en metodología cualitativa y aplicación de entrevistas de 8 años, con experiencia docente en investigación y guía de tesis de pregrado. Las transcripciones consideraron *member check* a nueve informantes, quienes aprobaron las transcripciones. La recolección de datos consideró medidas de accesibilidad necesarias para asegurar una inclusión real y efectiva en este proceso investigativo, de acuerdo con la necesidad que presentó cada mujer que participó en este estudio. Dichas adecuaciones implicaron la participación de una intérprete certificada en lengua de señas chilena, mayor tiempo en la ejecución de la entrevista, adecuación en el uso de conceptos técnicos al momento de plantear los ejes temáticos y lectura del consentimiento informado cuando fue necesario.

Para llevar a cabo el análisis, se utilizó la técnica de análisis de contenido y, de manera complementaria, los datos se procesaron con el software Atlas.ti, versión 9.1.7. La investigadora principal analizó en primera instancia las transcripciones narrativas e identificó categorías y dimensiones, luego las investigadoras consensuaron las relaciones y posteriores análisis, los que se apoyaron con citas literales de las participantes.

5. Consideraciones éticas y criterios metodológicos

La protección de los datos obtenidos implicó el respeto permanente en todo este proceso a los estándares de la Declaración de Helsinki (World Medical Association 2013). Previo a la ejecución de las entrevistas se informó a todas las participantes sobre los objetivos de la investigación, sus procedimientos y la solicitud de grabar audios de las entrevistas para su posterior transcripción textual y análisis de datos. Se les solicitó firmar un consentimiento informado, formulario que contó con medidas de accesibilidad como formato audible y lenguaje claro y sencillo. Con el fin de dar transparencia, rigurosidad científica y calidad a esta investigación, se utilizaron como guía los Criterios Consolidados para Reportes de Investigación Cualitativa COREQ (Tong, Sainsbury, & Craig 2007).

Resultados

Los hallazgos encontrados se desprenden de las barreras de acceso a servicios de salud sexual y reproductiva que enfrentan mujeres con discapacidad en la región, los que fueron agrupados en tres ejes temáticos principales: limitaciones en el personal de salud, limitaciones en el ambiente físico y limitaciones en la administración y gestión de salud. A continuación, se describe cada uno de ellos (ver figura 1).

Figura 1
Categorías de análisis sobre las barreras de acceso a salud



Fuente: Elaboración propia.

1. Limitaciones en el personal de salud

Las experiencias de acceso a salud sexual y reproductiva de este colectivo de mujeres se caracterizan por las limitaciones observadas en el personal de salud, que obstaculizan este acceso y se relacionan con (1) ausencia de un abordaje integral de la sexualidad, (2) déficits en la comunicación y (3) desconocimiento sobre la discapacidad.

1.1. Ausencia de un abordaje integral de la sexualidad

Esta categoría es definida como la aproximación limitada y reduccionista a la salud sexual y reproductiva de las mujeres con discapacidad por parte del personal de salud. Las experiencias de estas mujeres lo señalan de forma transversal, de

modo que los sesgos y expresiones de discriminación interseccional hacia las mujeres con discapacidad son cotidianos en contextos sanitarios, predominando ideas prejuiciosas que intensifican las desigualdades y limitan el acceso a salud sexual y reproductiva de este colectivo.

Me atendí a hace 4 años atrás, tenía 70 y me dijeron que posiblemente era la última y me preguntaron, ¿qué era lo que más me causó risa? Me dijeron bueno, no creo que tengas muchos problemas, porque a esta edad no debe tener relaciones sexuales. Y eso me pareció extraño y no me gustó, porque no es así, ¿por qué determinar a qué edad tú puedes tener relaciones sexuales?, eso me incomodó, me hizo sentir incómoda ya. (McD visual, 74 años)

En este ejemplo, es posible ver como se estigmatiza a una persona de acuerdo con sus distintas identidades discriminadas, como es el caso de ser mujer, de edad avanzada y con discapacidad. Estas experiencias reflejan la visión biomédica que tiene directa relación con los modelos patriarcales dominantes, los que repercuten en la vida de las participantes, fomentando su desempoderamiento e infantilización en aspectos relevantes de su propia salud.

1.2. Déficit en la comunicación

Esta segunda categoría es definida por las informantes como la falta de habilidades por parte de los proveedores de atención sanitaria para comunicarse con mujeres con discapacidad. Este déficit en la comunicación es apreciado en la omisión de sus necesidades durante la interacción social, incluso anulándolas como interlocutoras válidas en el proceso de atención sanitaria. Esta desigualdad se manifiesta dependiendo de las características particulares de cada una de ellas. Se subdivide en las subcategorías de escaso acceso a la información y comunicación e invisibilización de la mujer.

1.2.1. Escaso acceso a la información y comunicación

Subcategoría manifestada como la información restringida sobre salud sexual y reproductiva en el contexto donde se desarrolla la atención sanitaria, demostrando claras barreras en la entrega de la información.

Me acompañó [nombre de la intérprete] y mi guagua se había muerto, pero no hubo una respuesta, nada, todos se quedaron callados, la [nombre de la intérprete] trataba de explicarme, pero no entendía nada, tenía que aguantarme. Yo preguntaba: ¿qué problema hubo? No entiendo, y nadie me decía nada. (McD auditiva, 39 años)

Incluso ante situaciones extremas se aprecia cómo la falta de acceso a la información y comunicación se transforma en una barrera, pues las atenciones se entrelazan en forma unificada, sin considerar las características y necesidades particulares de cada mujer.

Yo sola me he acostumbrado a buscar en internet, y yo busco y trato de entender todo. Mi comadre, la [nombre de la intérprete] me explica porque ella entiende más. (McD auditiva, 37 años)

Se destaca la búsqueda de estrategias alternativas para mantenerse informada acerca de su salud sexual y reproductiva debido a la escasez de información entregada en la atención sanitaria.

1.2.2. Invisibilización de la mujer

Se describe como la infravaloración de la mujer con discapacidad en la atención sanitaria, donde los proveedores de salud desvalorizan sus capacidades, generando discriminación arbitraria por discapacidad. Se reconoce que se valida a familiares como participantes legítimos y no a la mujer con discapacidad.

Al principio iba con mi mamá, porque yo sabía que en Punta Arenas no respetan a las personas sordas, yo quiero leer los labios y me pueden escribir y no lo hacen, ninguna de las dos. La doctora me habló bien, me hizo preguntas, pero me di cuenta que prefiero ir sola para que me explique a mí, porque cuando voy con mi mamá le dicen las cosas a ella y mi mamá no me dice todo, sino que me hace un resumen, entonces yo quiero saber todo. (McD auditiva, 27 años)

Yo hablo y yo pido, yo todo. Aunque, por lo general, le hablan a mi acompañante, esa mañana que tienen que hablarle al que está al lado y no a uno. Si uno va acompañado siempre van hablarle al de al lado, no a ti, entonces esa parte les falta. (McD visual, 48 años)

Se destaca la supresión de la independencia en la toma de decisiones, lo que aumenta aún más las limitaciones de este colectivo para acceder a salud.

1.3. Desconocimiento sobre la discapacidad

La ausencia de conocimiento transversal y competencias sobre discapacidad por parte de los proveedores de atención sanitaria se ve reflejada en la escasa capacitación y falta de información sobre las características de las mujeres con discapacidad. Estas limitaciones se explican como expresiones discriminatorias en contextos sanitarios.

Yo le expliqué al doctor. La mayoría de las personas sordas no saben leer el español. Por ejemplo, la [...] tiene dos hijos y ahora está esperando una tercera, y siempre me envía fotos por la comunicación y yo tengo que interpretarle porque los doctores no saben la diferencia entre las personas sordas, y piensan que todos son igual que yo. Y otras personas depende mucho de la familia, y no hay mucho apoyo y ese es el problema, no hay comprensión de lectura en español. (McD auditiva, 37 años)

Es relativo, algunas sí, porque no todas saben tratar con la persona con discapacidad, en [nombre del centro de salud] cuando recién empecé a verme con la matrona, como que no había visto a una ciega antes. (McD visual, 57 años)

Estas experiencias dan a conocer las insuficientes competencias sobre cómo brindar asistencia a una persona con discapacidad y, a veces, son ellas las que deben entregar indicaciones a los profesionales para acceder a una atención sanitaria.

2. Limitaciones en el ambiente físico

Las restricciones en la accesibilidad que poseen las instituciones sanitarias se ven reflejadas en dos tipos de barreras físicas que son indispensables para una atención de salud acorde a las necesidades y características de las mujeres con discapacidad: (1) infraestructura, (2) equipamiento y dispositivos.

2.1. Infraestructura

Hace referencia a los espacios físicos considerados como inaccesibles y da cuenta de los múltiples impedimentos que bloquean o limitan la movilidad, reflejándose en entornos poco amigables para las participantes.

Es muy engorrosa la entrada al hospital para personas con discapacidad, muy mala y los box son chicos igual cuesta, pero igual tienen como una escalinata, igual te ayuda la matrona a subirte pero cuesta igual porque los box en realidad son chicos. (McD física, 65 años)

2.2. Equipamiento y dispositivos

Representan los equipos de diagnóstico inaccesibles o no diseñados para mujeres con discapacidad. Se reconoce la falta de adecuación de los instrumentos ginecológicos, experiencias negativas que implican miedo al maltrato en la atención y desconfianza hacia proveedores de atención sanitaria.

No fue la única vez que yo sentí dolor, porque no adecuó el espéculo como corresponde, porque tienen medidas los espéculos y a las personas gorditas esos espéculos son como finitos y más largos, y ella no buscó el adecuado. (McD visual, 74 años)

Es súper incómodo porque son altas, es muy alto con mi problema de fibromialgia tú sabes a que a uno le duele hasta el alma, y más que yo tengo hernias, me cuesta un huevo subirme y bajarme. (McD visual, 56 años)

3. Limitaciones en la administración y gestión en salud

Las subcategorías que se desprenden son: (1) demora en el acceso a atención, (2) desconocimiento sobre oferta sanitaria regional y (3) privación de ajustes razonables.

3.1. Demora en el acceso a atenciones

Diversas participantes concuerdan que existe una demora preocupante para la población general en la toma de muestras o exámenes preventivos, pero además, falta una atención preferente para mujeres con discapacidad al momento de requerir acceso a estos servicios de salud.

No sé, llevo más de un año... fue este año como en abril que me llamaron para una mamografía y ahí aprovechó de atenderme la doctora, y me dijo que me había encontrado algo raro en la parte izquierda, que no lo veía con la ecografía que ella me hizo. Así que me mandó a hacer una más amplia, y todavía no me llaman. Llevo meses, más de 6 meses esperando. (McD visual, 42 años)

Tenía que esperar y era tremenda hemorragia, no podía colocarme un apósito, era terrible, entonces el esperar me incomodaba, pero había que esperar no más. Tú tienes que saber en la vida que si vas a un médico, aunque sea pagado, da lo mismo. (McD visual, 56 años)

Estas experiencias se relacionan con la situación de desventaja respecto al acceso a salud, debido a que la cobertura universal de salud chilena no considera aspectos de accesibilidad y priorización, los que debiesen relacionarse con las necesidades individuales de estas mujeres, como la visualización o palpación de signos de alerta en casos donde no es posible. Estos elementos exponen a mayor vulnerabilidad a las mujeres con discapacidad.

3.2. Desconocimiento sobre oferta sanitaria regional

La experiencia de mujeres con discapacidad respecto al manejo de la oferta sanitaria sexual y reproductiva disponible en la región es escasa, debido a la inexistente información y difusión con enfoque accesible e inclusivo, convirtiéndose en una clara barrera para acceder a salud en este ámbito.

Fue un caso de urgencia... fui al ginecólogo en el segundo piso del hospital clínico que esta la urgencia ginecológica, porque presentaba hace varios días sangramiento vaginal, entonces... bueno le conté a mi hija y mi hija me mandó rápidamente... no sabía, no sabía que existía urgencia ginecológica. (McD física, 65 años)

3.3. Privación de ajustes razonables

Es descrita como la falta de estrategias para la entrega de información relevante acerca de la salud sexual y reproductiva, no considerando lenguajes alternativos o formatos accesibles. Como sus necesidades de información sobre su propia condición de salud no están siendo abordadas por el personal sanitario, acuden a apoyo externo, apoyos que provienen de familiares directos, amistades o representantes de su organización.

En el hospital es más complicado. Le pedí si podía escribirle para que me entendieran, ahí también me acompañó mi hijo y él me ayuda a interpretar, pero yo soy la mamá de él, yo soy quien tiene que estar a su cuidado, entonces es la falta de respeto a mí. (McD auditiva, 36 años)

Cuando yo asistía al CESFAM⁴ [...], la información es a través de folletos, muchos folletos de las campañas que se están haciendo, las mamografías, campaña del Papa-nicolaou, son escritos, obviamente yo no lo podía ver. [...], siempre que me los pasaban, yo decía gracias, pero no lo voy a poder leer, pero no está preparado el sistema de información, el sistema de folletos con ajustes razonables para personas, por lo menos, con discapacidad visual no existe. (McD visual, 49 años)

Los principales hallazgos obtenidos de los discursos de las participantes dan a conocer escasa satisfacción con la calidad de servicios de salud sexual y reproductiva. Se evidencian experiencias obstaculizadoras de acceso a salud sexual y reproductiva, que se traducen en limitaciones provenientes del personal de salud, limitaciones en el ambiente físico y limitaciones en la administración y gestión de salud. Manifiestan recibir un trato negligente y hostil por parte de proveedores de atención sanitaria, se les invisibiliza, carecen de intimidad en la atención sanitaria y se les niega la información sobre su propia salud, profundizando aún más el desconocimiento y disminuyendo la posibilidad de tomar decisiones de forma independiente.

Discusión

El propósito de este estudio fue explorar las barreras de acceso a salud sexual y reproductiva en el sistema público de salud a las que se enfrentan mujeres con discapacidad en el extremo sur de Chile. Se obtienen experiencias obstaculizadoras de acceso a salud sexual y reproductiva, prácticas de discriminación interseccional vivenciadas por las participantes al enfrentarse a una atención sanitaria que da cuenta de las múltiples experiencias de exclusión y vulneración de las que han sido parte.

Similares hallazgos han sido reportados por estudios internacionales recientes (DeBeaudrap *et al.* 2019; Akazili *et al.* 2020; Hameed *et al.* 2020; Nguyen 2020; Halvorsen *et al.* 2021; Kalpakjian *et al.* 2020), que destacan las múltiples necesidades en materia de derechos sexuales y reproductivos de mujeres con discapacidad, junto con el escaso abordaje por los sistemas públicos de salud sobre las necesidades de este colectivo, originando su exclusión y vulneración de derechos.

En concordancia con últimos estudios internacionales sobre servicios de salud sexual y reproductiva para mujeres y jóvenes con discapacidad (Casebolt

⁴ Centros de Salud Familiar que corresponden a atención primaria de salud nacional.

2020; Kumi-Kyereme 2021; Matin *et al.* 2021), se demuestra que son insuficientes los mecanismos existentes para que las mujeres con discapacidad accedan a información y puedan comunicarse de forma efectiva con el personal sanitario. Así también son coincidentes con los de Akazili *et al.* (2020), quienes plantean que la escasez de estrategias y métodos facilitadores del acceso a salud sexual y reproductiva de mujeres con discapacidad tiene directa relación con quienes cumplen un rol en la planificación y ejecución de la oferta sanitaria, observándose falencias en las directrices técnicas que llegan a los proveedores sanitarios desde la administración y gestión en salud, entregando una limitada y poco inclusiva oferta de servicios de salud sexual y reproductiva.

Adicionalmente, los hallazgos de este estudio demuestran que la intersección entre la discapacidad y el acceso a los servicios de salud sexual y reproductiva continúa tensionada, debido a que se perpetúan las diversas desventajas sociales a las que se ven enfrentadas las mujeres con discapacidad, puesto que en ellas confluyen diversos ejes identitarios como el género, la discapacidad, la edad, entre otras. Esto ocasiona un efecto exponencial de su desigualdad en la sociedad, y donde las prácticas discriminatorias fundadas en el género y discapacidad persisten. Por esto que la interseccionalidad reconoce los elementos sociales, históricos, culturales y económicos, junto a las diferentes realidades en las que vive y se desenvuelve cada mujer con discapacidad (Arnaud 2019), en función de todos los otros factores que influyen en su vida cotidiana. Por tanto, es imprescindible comprender cómo funciona la discapacidad como categoría de identidad y concepto cultural, lo que mejorará la forma en que entendemos qué es ser humano, nuestras relaciones con los demás y la experiencia de encarnación (Garland-Thomson 2002).

En Chile la investigación en esta temática también presenta similitudes con los presentes hallazgos. Estudios nacionales han hecho hincapié en la posición de desventaja que poseen las mujeres con discapacidad para acceder a atenciones de salud accesibles y de calidad (Pino- Morán y Rodríguez-Garrido 2019), debido a un sistema de salud que funciona en base a políticas públicas neoliberales, poniendo una carga adicional y perpetuando una continua desventaja social de este colectivo (Rotarou & Sakellariou 2017b). Los mismos autores señalan que la existencia de un sistema dual (público y privado) de salud en Chile ha provocado inequidades y accesos diferenciales a grupos vulnerables de la sociedad, donde influyen su género, ingresos, edad (Rotarou & Sakellariou 2017a) y, evidentemente, la discapacidad. Nuestros hallazgos reafirman estas dificultades de acceso a una salud sexual y reproductiva pública. En definitiva, se confirma que los derechos sexuales y reproductivos son considerados “como un territorio patriarcal, donde las desventajas estructurales ligadas al género y la discapacidad se entrelazan, se invisibilizan y multiplican la violencia ejercida contra estas mujeres” (Yupanqui-Concha, Aranda-Farias, y Ferrer-Pérez 2021, 71).

Conclusiones

Este estudio cualitativo exploratorio entrega una primera evidencia sobre experiencias de acceso a salud sexual y reproductiva de mujeres con discapacidad. Sin embargo, a pesar de esta contribución, se pueden identificar como limitaciones la reducida muestra vinculada a las dificultades que se presentan en este grupo para participar en investigaciones que aborden estas temáticas, demostrando la complejidad que significa realizar estudios de esta índole. Pese a esto, resulta interesante continuar profundizando sobre el acceso a salud sexual y reproductiva en mujeres con todo tipo de discapacidades, y conocer las experiencias de los proveedores de atención sanitaria para dar una mirada amplia al fenómeno.

Por último, es trascendental generar concienciación sobre las graves injusticias sociales que experimentan las mujeres con discapacidad al enfrentarse a una atención sanitaria. Es necesario implementar estrategias y programas de salud interseccionales, que dignifiquen y generen un reconocimiento de sus derechos sexuales y reproductivos, fomentando el empoderamiento y autodeterminación, que vayan en directa relación sobre las decisiones que tomen respecto a su vida personal. Resulta inminente generar desarrollo científico con método feminista de investigación, con el fin de crear herramientas menos opresivas y más liberadoras, junto con la creación de conocimiento desde las propias voces de mujeres (Harding 1998; García y Pérez 2017; MacKeigan 2021), las que han sido históricamente excluidas.

Roles de las autoras

MHA: Conceptualización; análisis formal; investigación; metodología; software; validación; redacción – borrador original; redacción – revisión y edición.

AYC: Conceptualización; análisis formal; metodología; validación; redacción – borrador original; redacción – revisión y edición.

Agradecimientos

Agradecemos a todas las mujeres que formaron parte de este estudio, compartiendo generosamente sus experiencias que exigen y visibilizan justicia y reparación.

Conflictos de intereses

Declaramos que no tenemos ninguna relación financiera, personal, política o académica que pueda influir en nuestro juicio. No hemos recibido beneficios en dinero, bienes, hospitalidad o subvenciones de ninguna fuente que tenga algún interés en los resultados de esta investigación.

Referencias bibliográficas

- Akazili, James, et al. 2020. "Challenges and facilitators to the provision of sexual, reproductive health and rights services in Ghana." *Sexual and Reproductive Health Matters* 28(2): 128-142. DOI: <https://doi.org/10.1080/26410397.2020.1846247>
- Araiza, Alejandra, y Robert González. 2017. "La investigación activista feminista. Un diálogo metodológico con los movimientos sociales." *Empiria. Revista de Metodología de Ciencias Sociales* 38: 63-84. DOI: <https://doi.org/10.5944/empiria.38.2018.19706>
- Arnau, María. 2019. "Estudios críticos de y desde la diversidad funcional." Tesis doctoral. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia.
- Casebolt, M. Tara. 2020. "Barriers to reproductive health services for women with disability in low- and middle-income countries: A review of the literature." *Sexual & Reproductive Healthcare* 24: 100485. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.srhc.2020.100485>
- Cavalcante, Alana. 2018. "Discriminación interseccional: concepto y consecuencias en la incidencia de violencia sexual contra mujeres con discapacidad." *Journal of Feminist, Gender and Women Studies* 7: 15-25. DOI: <https://doi.org/10.15366/jfgws2018.7.002>
- CIMUNIDIS 2015. Información de las organizaciones de la sociedad civil al Comité sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad de Naciones Unidas. Disponible en https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRPD%2fICO%2fCHL%2f21364&Lang=es
- Cubillos, Javiera. 2019. "Continuidades y rupturas: La política de salud sexual y reproductiva chilena en cuatro gobiernos." *Polis Revista Latinoamericana* 53: 95-110. DOI: <https://doi.org/10.32735/S0718-6568/2019-N53-1387>
- DeBeaudrap, Pierre, et al. 2019. "Disability and Access to Sexual and Reproductive Health Services in Cameroon: A Mediation Analysis of the Role of Socioeconomic Factors." *International Journal of Environmental Research and Public Health* 16(3): 417. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph16030417>
- Dehays, Constanza, Melissa Hitchins, y Vanessa Vidal. 2012. "Análisis del significado de las ocupaciones atribuidas a ser mujer y madre para mujeres con discapacidad intelectual en la ciudad de Punta Arenas." *Revista Chilena de Terapia Ocupacional*, 12(2):1-13. DOI: <https://doi.org/10.5354/0719-5346.2012.25301>
- Dehays, Constanza, et al. 2016. "Occupational therapy in Chile: An experience against occupational injustice of mothers with intellectual disabilities." In *Occupational Therapies Without Borders: Integrating Justice with Practice*, edited by Dikaios Sakellariou and Nick Pollard, 441-48. Edinburgh: Elsevier.
- Flick, Uwe. 2004. *Introducción a la Investigación Cualitativa*. Madrid: Morata.
- FONADIS & INE. 2005. *Primer Estudio Nacional de la Discapacidad*. Santiago: FONADIS.
- García, Dau, y Eulalia Pérez. 2017. *Las 'mentiras' científicas sobre las mujeres*. Madrid: Catarata.
- García, Dau, y Carmen Romero. 2018. "De epistemologías de la ignorancia a epistemologías de la resistencia: correctores epístémicos desde el conocimiento activista." In *Discusiones sobre investigación y epistemología de género en la ciencia y la tecnología*, compilado por Teresita Cordero, 145-64. San José, Costa Rica: Instituto de Investigación en Educación.
- Garland-Thomson, Rosemarie. 2002. "Integrating disability, transforming feminist theory." *NWSA Journal* 14(3): 1-32.
- Halvorsen, Thomas, et al. 2021. "Using locational data in a novel mixed-methods sequence design: Identifying critical health care barriers for people with disabilities in Malawi." *Social Science and Medicine* 283: 114127. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2021.114127>

- Hameed, Shaffa, *et al.* 2020. "From words to actions: Systematic review of interventions to promote sexual and reproductive health of persons with disabilities in low-and middle-income countries." *BMJ Global Health* 5(10): e002903. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2020-002903>
- Harding, Sandra. 1998. "¿Existe un método feminista?" In *Debates en torno a una metodología feminista*, editado por Eli Bartra, 9-34. México D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco.
- Hernandez-Sampieri, Roberto, y Christian P. Mendoza Torres. 2018. *Metodología de la investigación: Las rutas cuantitativa, cualitativa y mixta*. México: McGraw Hill.
- Kalpakjian, Claire, *et al.* 2020. "Reproductive Health in Women with Physical Disability: A Conceptual Framework for the Development of New Patient-Reported Outcome Measures." *Journal of Women's Health* 29(11): 1427-36. DOI: <https://doi.org/10.1089/jwh.2019.8174>
- Kumi-Kyereme, Akwasi. 2021. "Sexual and reproductive health services utilisation amongst in-school young people with disabilities in Ghana." *African Journal of Disability* 10: a671. DOI: <https://doi.org/10.4102/AJOD.V10I0.671>
- Levesque, Jean, Mark Harris, & Grant Russell. 2013. "Patient-centred access to health care: Conceptualising access at the interface of health systems and populations." *International Journal for Equity in Health* 12(1): 18. DOI: <https://doi.org/10.1186/1475-9276-12-18>
- López, Constanza. 2020. "Estudios feministas de discapacidad en Iberoamérica: una aproximación al estado de la discusión." *Nómadas* 52: 97-113. DOI: <https://doi.org/10.30578/nomadas.n52a6>
- Mackeigan, Tanya. 2021. "Sexual citizenship through resistance: A movement that centers disabled women's voices." *Disability and Society* 36(4): 656-677. DOI: <https://doi.org/10.1080/09687599.2020.1751077>
- Matin, Behzad, *et al.* 2021. "Barriers in access to healthcare for women with disabilities: A systematic review in qualitative studies." *BMC Women's Health* 21(1): 1-23. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12905-021-01189-5>
- Ministerio de Desarrollo Social y SENADIS. 2015. *Segundo Estudio Nacional de la Discapacidad*. Santiago: SENADIS.
- Nguyen, An. 2020. "Challenges for women with disabilities accessing reproductive health care around the world: A scoping review." *Sexuality and Disability* 38(3): 371-88. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11195-020-09630-7>
- Pino-Morán, Juan, y Pía Rodriguez-Garrido. 2019. "De-Generadas: La violencia institucional capacitista hacia mujeres con discapacidad en Chile." *Revista Estudios de Políticas Públicas* 5(1): 1-13. DOI: <https://doi.org/10.5354/0719-6296.2019.50904>
- Pino-Morán, Juan A., *et al.* 2021. "Subvertir la vulneración médica: itinerarios corporales disidentes de la discapacidad en Chile." *Salud colectiva* 17: e3021. DOI: <https://doi.org/10.18294/sc.2021.3021>
- Poblete, Sergio, Natalia Bozo, y Hernán Muñoz. 2016. *Estudio exploratorio de violencia contra mujeres con discapacidad en tres países de América Latina y El Caribe: Chile, Costa Rica y Uruguay*. Santiago: ONU Mujeres, CIMUNIDIS, Universidad Central.
- Rotarou, Elena, & Dikaios Sakellariou. 2017a. "Inequalities in access to health care for people with disabilities in Chile: the limits of universal health coverage." *Critical Public Health* 27(5): 604-16. DOI: <https://doi.org/10.1080/09581596.2016.1275524>
- Rotarou, Elena, & Dikaios Sakellariou 2017b. "Neoliberal reforms in health systems and the construction of long-lasting inequalities in health care: A case study from Chile." *Health Policy* 121(5): 495-503. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.healthpol.2017.03.005>

- Serra, María. 2017. *Mujeres con discapacidad: sobre la discriminación y opresión interseccional*. Madrid: Dykinson.
- Tong, Allison, Peter Sainsbury, & Jonathan Craig. 2007. "Consolidated criteria for reporting qualitative research (COREQ): A 32-item checklist for interviews and focus groups." *International Journal for Quality in Health Care* 19(6): 349-57. DOI: <https://doi.org/10.1093/intqhc/mzm042>
- United Nations. 2006. "Convention on the Rights of Persons with Disabilities." Resolution adopted by the General Assembly, 61st session (A/RES/61/106). Disponible en <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-rights-persons-disabilities>
- United Nations. 2017. "Sexual and reproductive health and rights of girls and young women with disabilities." UN General Assembly, 72nd session (A/72/133). Disponible en <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/a72133-sexual-and-reproductive-health-and-rights-girls-and-young-women>
- World Medical Association. 2013. "World Medical Association Declaration of Helsinki." *JAMA* 310(20): 2191-94. DOI: <https://doi.org/10.1001/jama.2013.281053>
- Yupanqui-Concha, Andrea, Cristian Aranda-Farias, y Victoria Ferrer-Pérez. 2021. "Violencias invisibles hacia mujeres y niñas con discapacidad: Elementos que favorecen la continuidad de la práctica de esterilización forzada en Chile." *Revista de Estudios Sociales* 77: 58-75. DOI: <https://doi.org/10.7440/res77.2021.04>
- Yupanqui-Concha, Andrea, Melissa Hichins-Arismendi, y Daniela Mandiola Godoy. 2022. "'Yo fui violentada adentro, estando en un lugar que me tenían que cuidar': Experiencias de opresión y violencias en contextos de salud hacia mujeres con discapacidad y abordajes desde la terapia ocupacional feminista." *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional* 30(spe): e3104. DOI: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO238231043>

Melissa Hichins Arismendi. Magíster en Ciencias Sociales, mención Intervención Social, Universidad de Magallanes, Chile. Profesora e investigadora del Departamento de Terapia Ocupacional, Universidad de Magallanes, Chile. Sus intereses de investigación actuales son género y salud sexual y reproductiva, enfoques feministas de la discapacidad, activismo y derechos humanos.

Andrea Yupanqui-Concha. Doctora en Estudios Interdisciplinarios de Género en la Universitat de Les Illes Balears, España. Profesora asociada e investigadora del Departamento de Terapia Ocupacional, Universidad de Magallanes, Chile. Su línea es de investigación actual son los estudios feministas de la discapacidad, género, salud y violencia contra las mujeres.

Artículo recibido el 10 de enero y aceptado para su publicación el 16 de mayo de 2022.

“SE QUIERE DESALENTAR EL MATRIMONIO”. LA HETERONORMA EN LAS DISCUSIONES SOBRE EL ACUERDO DE UNIÓN CIVIL EN CHILE

 *Rodolfo Morrison**

Resumen

En Chile, el Acuerdo de Unión Civil, anterior a la Ley de Matrimonio Igualitario, dejó fuera el reconocimiento de hijos/as de personas LGBTIQ+. Este artículo analiza las discusiones ocurridas durante el proceso de deliberación. El método empleado es un análisis posestructuralista de políticas públicas que permitió identificar las representaciones del problema. Se concluye que se mantiene la heteronormatividad en las acciones del Estado debido a los discursos conservadores en la legislación.

Palabras clave: Heteronormatividad, política pública, diversidad sexual, Chile.

Resumo

“Querem desencorajar o casamento”. A heteronorma nas discussões sobre o Acordo de União Civil no Chile

No Chile, o Acordo de União Civil, anterior à Lei do Casamento Igualitário, deixou de fora o reconhecimento de filhos/as de pessoas LGBTIQ+. Este artigo analisa as discussões que ocorreram durante o processo de deliberação. Utilizou-se o método de análise pós-estruturalista de políticas públicas que permitiu identificar as representações do problema. Conclui-se que a heteronormatividade se mantém nas ações do Estado devido aos discursos conservadores na legislação.

Palavras-chave: Heteronormatividade, políticas públicas, diversidade sexual, Chile.

Abstract

“Marriage is to be discouraged”. Heteronormativity in the discussions about the Civil Union Agreement in Chile

In Chile, the Civil Union Agreement, prior to the Equal Marriage Law, left out the recognition of children of LGBTIQ+ people. This article analyzes the discussions that occurred during the deliberation process. The method used was a post-structuralist

* Depto. de Terapia Ocupacional y Ciencia de la Ocupación, Facultad de Medicina, Universidad de Chile, Chile.

Dirección postal: Independencia 1027, Independencia, Santiago de Chile, CP. 8320000, Chile.

Correo electrónico: rodolfo.morrison@uchile.cl

analysis of public policies that enabled the identification of the problem's representations. It is concluded that heteronormativity is maintained in the actions of the State due to conservative discourses in the legislation.

Keywords: Heteronormativity, public policy, sexual diversity, Chile.

1. Introducción

En Chile, recientemente ha entrado en vigencia la Ley de Matrimonio Igualitario (desde el 10 marzo de 2022) (Ley n° 21.400 2021), lo que otorga un resguardo legal a las parejas del mismo sexo en materia de derechos sociales y filiación. Esta ley viene precedida de otros intentos de proteger los derechos de las personas lesbianas, gays, bisexuales, trans, intersex, queer y otras (LGBTIQ+), como lo fue el Acuerdo de Unión Civil (AUC) (Ley n° 20.830 2015). Esta última fue producto de la demanda de diferentes grupos de LGBTIQ+ que reclamaron al Estado el reconocimiento de sus vínculos como familia y de sus relaciones de parentesco y filiación (Iguales 2020) y que ha beneficiado a más de 7.000 parejas del mismo sexo (que representa cerca del 20% del total de uniones al año 2021) (MOVILH 2020a). Esto constituyó una más de los múltiples requerimientos frente al abandono histórico del Estado en materia de derechos sobre la diversidad sexual (MOVILH 2020b).

Esta ley se centró en amparar los derechos patrimoniales, tanto de parejas heterosexuales cisgénero como del mismo sexo. Sin embargo, se marcaron una serie de diferencias en la manera de comprender a las parejas y quedaron fuera aspectos cruciales como el reconocimiento de hijos/as en personas LGBTIQ+. Lo anterior ocurrió producto de las discusiones y acuerdos suscitados durante todo el proceso de construcción de la ley.

Así, este escrito analiza parte de las discusiones anteriores e intenta dar cuenta de qué representaron centrándose en el análisis de la historia de la Ley 20.830 que crea el AUC. Para ello, se recurrirá a una metodología de análisis posestructuralista de políticas públicas dando cuenta de las representaciones del problema, sus ausencias, implicancias y otros elementos relevantes.

1.1. Políticas públicas y sus intersecciones con la diversidad sexual

El tema de las políticas públicas y la diversidad sexual ha sido abordado desde diferentes perspectivas en investigaciones chilenas. Algunas se han centrado en el análisis de las exigencias en materia de derechos sociales frente a injusticias permanentes (Barrientos 2015; Erazo, Gauché, y Jara 2015; Morrison *et al.* 2019; Morrison *et al.* 2020) y otras han ahondado en la construcción de acciones políticas y sus repercusiones en los individuos (Galaz *et al.* 2018; Echeverría y Maturana 2015).

Las normativas existentes, por ejemplo, la Ley Antidiscriminación (Ley n° 20.609 2012) y la Ley de Identidad de Género (Ley n° 21.120 2018), se amparan en una perspectiva internacional de derechos humanos, que busca ir en línea con sugerencias internacionales, pero no logran ser leyes completas. Esto se ha debido a la cultura de “los acuerdos” donde se busca establecer términos medios, que no sean muy disruptivos en materia de diversidad sexual frente al imaginario heteronormado de las/os legisladores en Chile. Así, existe una ley antidiscriminación que no compensa a las personas que han sido discriminadas, y una ley de identidad de género que excluye el reconocimiento a la autonomía progresiva de los niños y niñas y ni se plantea la posibilidad de pensar en una lógica no binaria.

En materia de educación, la sexualidad en general siempre ha sido un foco problemático (Baez y del Cerro 2015) y más aún el hablar de diversidad sexual (Galaz, Troncoso, y Morrison 2016). Si bien existen normativas que para su época se consideraron un gran aporte, como la guía de convivencia escolar en contra de la discriminación (Ministerio de Educación 2013), las carencias en la inclusión de estas temáticas de forma transversa persisten.

En materia de salud, inicialmente la diversidad sexual fue invisibilizada para pasar a conformar una lógica identitaria que permitió la construcción de diferentes políticas públicas sanitarias, pero con prejuicios en torno a la asociación de la diversidad sexual con diferentes enfermedades (Galaz, Martínez-Conde, y Morrison 2021).

Prácticamente, todas estas investigaciones señaladas tienen en común un marco teórico crítico con la heteronormatividad expresada en las mismas acciones públicas.

2. Heteronormatividad como eje articulador de la sexualidad

La heteronormatividad puede comprenderse como un sistema de relaciones en el que la sexualidad se establece –apriorísticamente– como heterosexual y entre personas cisgénero (Bell 2009). En este proceso, la atracción y las relaciones heterosexuales son las que deberían ocurrir y son las que deberían ser deseadas por cada integrante de la sociedad. Así, se produce un sistema de relación que expresa algunas dicotomías en la manera de comprender la sexualidad, por ejemplo estableciendo polos entre lo heterosexual y lo homosexual, o en la comprensión del género: lo masculino versus lo femenino (Barker 2014).

Si bien Adrienne Rich (1980) no nominó a este concepto, es ampliamente citada al respecto, pues se refirió a como las mujeres lesbianas han sido invisibilizadas dentro de un heterocentrismo arraigado y reproducido como una institución política, y señaló como se hace crucial una crítica desde el feminismo a la orientación heterosexual obligatoria para las mujeres, pues es un eje que impide un desarrollo de un feminismo más fuerte.

Similarmente, Gayle Rubin (1984) propuso pensar al sexo como político, organizado y renegociado de acuerdo con diferentes épocas, por tanto, el comportamiento sexual, ej. el heterosexual, no sería posible de establecerse como un aspecto fuera de las relaciones humanas y su historicidad. El sexo, entonces, sería evaluado según un sistema jerárquico de valores donde la cúspide de la pirámide estaría representada por la heterosexualidad reproductiva y monógama. Por ende, este comportamiento recibe un reconocimiento reflejado por la salud mental, legalidad, apoyo institucional, etc. En cambio, los comportamientos que están bajo esa valoración han sido patologizados, excluidos y aislados del reconocimiento legal, e incluso perseguidos.

Como término, la heteronormatividad es reconocida a Michael Warner (1991), quien describió como este sistema ha atravesado la producción de gran parte de la teoría social, incluso a grandes referentes como Habermas, Luhmann, Bourdieu y otros, marginando a la sexualidad queer de sus reflexiones. Warner (1991) propuso como la heteronormatividad dialoga con otras formas de opresión que atraviesan a los sujetos que están más afuera de la heteronorma, generando un impacto y consecuencias en sus vidas cotidianas.

La reproducción humana, y el sentido de trascendencia que implica, opera como una base para la lógica heterosexual y funciona como un dogma desde el que se evalúan las posibilidades de comprenderse como sujeto (Warner 1991). Además, la biología ha soportado esta idea naturalizando la heterosexualidad como algo inmanente al ser humano (Rich 1980), lo que se ha reforzado con la idea del esencialismo sexual (Rubin 1984), creencia que pone al sexo como anterior a la vida social, por tanto anterior a cualquier tipo de aprendizaje, proceso de socialización o comportamiento. Así, el comportamiento sexual no sería pensado en términos históricos, idea radicalmente cuestionada por Foucault.

Foucault (2008) realiza un análisis de la manera en que la sexualidad ha sido concebida, reproducida, controlada y manejada en diferentes períodos de la historia. En relación a la heteronormatividad, interesa en este aspecto pensar como han existido dispositivos (comprendidos desde una lógica histórica) que han regulado las prácticas relacionadas a la sexualidad. Así, Foucault propone que los dispositivos integran lo dicho y lo no dicho, por ejemplo, “los discursos, las instituciones, las edificaciones, los reglamentos, las leyes, las medidas administrativas, los enunciados científicos, las nociones filosóficas y morales, etc.” (Vega 2017, 139).

Por último, producciones cruciales para comprender la heteronormatividad como las de Butler (2011) y su propuesta de que *performamos* un género dentro de una matriz heterosexual; o de Preciado (2002), quien concibe al género como algo no ontológico y que se encuentra fuera de los actos que lo constituyen ya que se comprende como un efecto retroactivo debido a la repetición de las performances, permiten pensar que la naturalización de la heterosexualidad, expresada en el género y el sexo, corresponderían a ilusiones y productos de actos dentro de una matriz heterosexual.

De lo anterior, se comprende que la heterosexualidad ha sido impuesta, gestionada, organizada y propagada desde diferentes fuerzas en todas las estructuras sociales, constituyéndose como una institución (Rich 1980).

3. Metodología

Esta investigación corresponde a un tipo de estudio documental cualitativo desde una perspectiva crítica de la investigación social (Kincheloe & McLaren 2012; Flick 2015). Su intencionalidad es evidenciar situaciones de opresión y discriminación desde una lógica ético-política (Ruffini 2017). Particularmente, se parte del supuesto que las representaciones sociales que soportan la construcción de leyes y políticas públicas tienen una repercusión material en la vida de los sujetos LGBTIQ+, pues se realizan desde lógicas heteronormadas.

El texto analizado corresponde a la “Historia de la Ley 20.830” (Ley n° 20.830 2015), un documento público disponible en la Biblioteca del Congreso Nacional de Chile, que da cuenta de las discusiones llevadas a cabo en torno a la construcción y deliberación sobre el AUC. Esta ley se considera un hito en materia de derechos sociales para la población LGBTIQ+. El documento recoge todas las intervenciones realizadas (en más de 1.000 páginas) desde el anuncio presidencial, pasando por las discusiones en salas, comisiones, intervención de agentes de la sociedad civil, etc.

Se analizaron diversos discursos. Los seleccionados para la presentación de este artículo constan en el Cuadro 1.

Cuadro 1
Discursos analizados de la “Historia de la Ley 20.830”

Tipo de discurso analizado	Caracterización del sujeto
Moción de Andrés Allamand. Fecha 29 de junio, 2010. Moción Parlamentaria en Sesión 30. Legislatura 358.	(Santiago, 7 de febrero de 1956). Abogado y político de Renovación Nacional. Senador por la 16 ^a Circunscripción, Región de Los Ríos, desde 2006 hasta enero de 2011.
Mensaje del Presidente de la República, Sebastián Piñera, con el que inicia un proyecto de ley que crea el Acuerdo de Vida en Pareja. Fecha 08 de agosto, 2011. Mensaje en Sesión 45. Legislatura 359.	(Santiago, 1 de diciembre de 1949). Doctor en Economía, empresario y político independiente. Presidente de la República desde el 11 de marzo de 2010 al 11 de marzo de 2014, y entre el 11 de marzo de 2018 al 11 de marzo de 2022.
Intervención de Patricio Walker. Discusión en sala. Fecha 18 de diciembre, 2013. Diario de Sesión en Sesión 81. Legislatura 361. Discusión General e Intervención en Discusión en sala. Fecha 30 de septiembre, 2014. Diario de Sesión en Sesión 50. Legislatura 362. Discusión Particular.	(Santiago, 28 de abril de 1969). Abogado y político del Partido Demócrata Cristiano. Senador por la 18 ^a Circunscripción, Región de Aysén, período 2010-2018.

continuar en la página siguiente

continuación de la página anterior

Tipo de discurso analizado	Caracterización del sujeto
Intervención de Jacqueline Van Rysselberghe. Discusión en sala. Fecha 30 de septiembre, 2014. Diario de Sesión en Sesión 50. Legislatura 362. Discusión Particular.	(Concepción, 3 de febrero de 1965). Médica psiquiatra y política de la Unión Demócrata Independiente (UDI). Senadora por la 10 ^a Circunscripción, Región del Biobío y Ñuble, período 2014-2022.
Intervención de Carlos Larraín. Discusión en sala. Fecha 07 de enero, 2014. Diario de Sesión en Sesión 83. Legislatura 361. Discusión General.	(Santiago, 18 de noviembre de 1942). Abogado y político de Renovación Nacional. Senador por la 16 ^a Circunscripción, Región de Los Ríos, período 2006-2014.
Intervención de Alfonso De Urresti. Discusión en sala. Fecha 30 de septiembre, 2014. Diario de Sesión en Sesión 50. Legislatura 362. Discusión Particular.	(Viña del Mar, 7 de marzo de 1966). Abogado y político del Partido Socialista de Chile. Senador por la 16 ^a Circunscripción, Región de Los Ríos, entre 2014 y 2018.

Fuente: Biblioteca Nacional del Congreso de Chile (2022).

El análisis se realizó desde una aproximación al análisis postestructuralista de políticas públicas WPR: *What's the problem represented to be?* propuesto por Carol Bacchi, pero modificado para ser aplicado directamente en la “Historia de la Ley 20.830”. Esta metodología permite interpretar cuáles son las concepciones preexistentes al problema que se enuncia desde diversos enfoques teóricos. Permite cuestionar los discursos que posteriormente se materializan como una política pública que intenta resolver un problema que la misma discusión enuncia, pero desde una perspectiva particular (Bacchi 2012). Las preguntas que guían el análisis en la propuesta de Bacchi son: a) ¿cuál es el problema que se representa en una política específica?; b) ¿qué presuposiciones o suposiciones subyacen a esta representación del problema?; c) ¿cómo se ha producido esta representación del problema?; d) ¿qué queda sin problematización en esta representación del problema? ¿dónde están los silencios? ¿Se puede pensar el problema de otra manera?; e) ¿qué efectos produce esta representación del problema?; f) ¿cómo/dónde se ha producido, difundido y defendido esta representación del problema? ¿Cómo podría ser cuestionado, interrumpido y reemplazado? (Bacchi 2009, xii).

Desde la interpretación de los/as investigadores/as, este análisis permite plantear posibles bases teóricas o conceptuales con las que se conciben, enuncian o construyen los problemas sociales (Chao 2019). Se pregunta por aquello que se naturaliza. Así, el foco se pone en la materialidad del discurso.

En este proceso, se analizaron los discursos presentes en la “Historia de la Ley”, en particular, escrutando como ellos se vinculan con la heteronormatividad. Para ello, se elaboró una matriz de análisis con tres columnas: la primera estuvo compuesta por las preguntas propuestas por Bacchi; la segunda permitía recoger las citas más representativas de los discursos en función de lo que la pregunta busca analizar; y en la tercera se señalaron las apreciaciones y análisis

del investigador respecto a la representación conceptual de lo que “se dice” en la “Historia de la Ley”. Se decidió mantener la relación entre preguntas y categorías, pues representaban, a juicio del investigador, claramente las comprensiones sobre el problema enunciado. A continuación, se presenta ese análisis.

4. Análisis y discusión

4.1. Representación del problema

El problema que se presenta en la discusión del AUC es la *falta de derechos* de las personas que conviven en pareja, en cuanto a la desregulación existente en determinadas situaciones dentro del espacio de legalidad que, por ejemplo, tienen las personas casadas. Se plantea como una *exigencia social* la regulación de esta situación, adjudicándose al Estado la responsabilidad de salvaguardar los derechos de estas parejas. En esta línea, aparecen distinciones y jerarquizaciones respecto a los tipos de parejas enunciadas en la discusión desde una lógica identitaria y vinculada a la sexualidad, a saber, heterosexuales y homosexuales.

La sexualidad se presenta, entonces, como un punto de debate y dispersión en las discusiones, representando un ámbito de diferenciación y desacuerdo respecto a los tipos de parejas que el AUC regularía. Por tanto, si bien el problema se vincula a la falta de derechos y desregulación de la vida en pareja, las posiciones ideológicas respecto a la sexualidad generan una distinción en la manera de comprender este problema, debido a que se establecen diferencias *a priori* entre las parejas heterosexuales y homosexuales.

Por otro lado, la naturaleza de un grupo de enunciados se vincula a la regulación de la vida en cuanto a promover la “estabilidad en la vida de las parejas”, estableciéndose así la unidad de los enunciados frente a un eje central que es *la familia* como centro de la sociedad.

Aparece una reiteración de argumentos vinculados a la perspectiva patriarcal y heteronormada del orden social de la familia, donde claramente se articula una tensión en las concepciones ontológicas de familia, articuladas, esencialmente, por el eje sexualidad. De esta forma, la sexualidad de las personas heterosexuales toma un estatus superior de derecho, como lo ha propuesto Rubin (1984), pues las normativas judiciales, bajo la institución del matrimonio, establecen una naturaleza discursiva diferente, que, en ese momento, resultaba incompatible con la legislación chilena. Así, el discurso se centra en establecer estas distinciones, reiterando el estatus diferenciado de las parejas de acuerdo a su sexualidad.

El acuerdo de vida en común, en cuanto a las parejas de un mismo sexo, asume una premisa fundamental: No hay razón alguna para estigmatizar las relaciones homosexuales, libremente consentidas entre personas mayores de edad. (Senador Allamand, 2010, en la “Historia de la Ley 20.830”, 4)

Por otro lado, se plantean un grupo de argumentos centrados en la noción de *sociedad liberal*, donde las decisiones individuales adquieren un soporte social y están libres de restricciones hasta que se transgreden libertades de terceros. Se propone como el principal valor la autonomía individual, representada en máximas como “las opciones de vida”, que cobran validez problematizando la naturalización del matrimonio heterosexual, al abrir la posibilidad de *elegir no casarse* y de *no ser heterosexual*, sin que esto tenga que afectar todos los derechos de las personas. Aunque, como vemos, claramente esto no es así, y se genera una distinción y jerarquización social y legal desde la perspectiva de la sexualidad y del reconocimiento legal, por ejemplo, en los derechos filiativos.

Una sociedad democrática y de libertades exige reconocimiento y respeto por aquellas opciones de vida, que, sin perjudicar a terceros, expresan la autonomía de la voluntad. (Senador Allamand, 2010, en la “Historia de la Ley 20.830”, 4)

La heteronorma cala con fuerza los discursos legislativos, representando una posición conservadora muy criticada en diferentes estudios sobre su representación en la vida cotidiana de los sujetos en Chile (Barrientos 2015; Echeverría y Maturana 2015; Galaz *et al.* 2018; Cristi 2021). Estos discursos buscan mantener la jerarquía de valores propuesta por Rubin (1984), que representa la ausencia de una perspectiva crítica respecto al género, al sexo y a la sexualidad, como señala Warner (1991). De esta manera, el problema representado intenta ocultar la cuestión explícita de la sexualidad para centrarse en una mirada desde el patrimonio, ocultando el eje central de la discusión que es, precisamente, la heteronormatividad.

4.2. Supuestos que parecieran sustentar el problema

Existen diferentes presuposiciones que integran el problema. Una es el *presupuesto de no discriminación* entre parejas casadas y convivientes, y entre parejas heterosexuales y homosexuales. Sin embargo, los discursos se articulan de tal manera, en que se deja clara la jerarquía en cuanto a legalidad y deseos de organización de la sociedad, a saber: 1. matrimonio heterosexual; 2. convivientes heterosexuales; 3. convivientes homosexuales.

En efecto, son muchos los estudios especializados que confirman que la institución de la familia es la principal fuente de felicidad para los chilenos, muy por sobre otras consideraciones, incluidas las relaciones de amistad, y que corresponde a una institución extraordinariamente preciada que merece ser resguardada y promovida. (Presidente Piñera, 2011, en la “Historia de la Ley 20.830”, 9)

De esta forma, un presupuesto que estructura el debate está integrado por la heteronormatividad como principio regulador de la sociedad (Rich 1980; Rubin 1984; Warner 1991), donde aquello que está fuera de esa norma es subvalorado. Si bien, aparentemente, el problema emerge como una cuestión que apela al paradigma de derechos, donde el principio de no discriminación pareciera ser el articular del debate, en la medida que los discursos avanzan, se dejan ver los presupuestos que realmente están a la base de los diferentes argumentos.

Por ejemplo, la antropóloga Patricia May recientemente ha señalado que “la homosexualidad es una condición no elegida y probablemente no deseada, no es una elección ni una opción y, a diferencia de la pedofilia que viola, abusa y utiliza a otros seres para el propio placer produciendo daño y dolor, la homosexualidad establece, o puede establecer, relaciones consensuadas sanas entre adultos que hacen un aporte positivo al medio, y como tal puede ser vivida en dignidad y amor...”. (Exsenador Allamand, 2013, en la “Historia de la Ley 20.830”, 31)

Primero, la *homologación de las relaciones* (entre dos personas) de las parejas homosexuales con las heterosexuales se constituye como una demanda internacional e histórica. Muchos de los discursos se establecen en elementos heteronormados que no son cuestionados, por ejemplo, la configuración de familia – de esta forma, se tensiona la construcción unívoca de familia heterosexual. Pero, en el parlamento chileno, claramente la distinción de familia posee una naturaleza heterosexual, por lo que, de forma analógica (y no homóloga) se busca en el AUC responder a una demanda, manteniendo todavía con distancia las concepciones sobre la *naturaleza humana, en principio, heterosexual* (Rubin 1984).

Aprobar este proyecto de ley no supone constituir un matrimonio de segunda clase o propender al matrimonio igualitario. (Senador Walker, 2013, en la “Historia de la Ley 20.830”, 233)

Para fortalecer este argumento, es claro cómo se da autoridad a portavoces (ej. Patricia May) que, bajo argumentos que emplean la retórica científica, buscan mantener una verdad generalizada que respalde la articulación de la ley. Así, el problema es discutido como una cuestión social, pero de forma particular, como una parte de la vida íntima de las personas y, de forma tajante, como una cuestión que afecta a la economía.

Esto da pie a un segundo presupuesto, que la *desregulación afecta los derechos (patrimonio) económicos de las parejas*. En este punto parece haber un acuerdo explícito, al referir como el patrimonio familiar debe ser de propiedad de la pareja y no de terceros, independientemente de la sexualidad. Es interesante apreciar como la sexualidad toma un segundo plano cuando se discuten elementos económicos, como la herencia, y no así cuando se habla de la familia.

Reitero que no solo estamos regulando bienes muebles e inmuebles: también estamos hablando de personas que merecen reconocimiento, que desean construir una vida en común, que quieren formar una familia. (Senador Walker, 2013, en la "Historia de la Ley 20.830", 235)

Otro presupuesto tiene relación con comprender a la *familia como eje articulador de la sociedad*. Al respecto, se establece como un principio deseable por todos los integrantes de la sociedad y que, por ello, el Estado debe regular. Sin embargo, esta conceptualización de familia obedece a una perspectiva patriarcal, debido a que no se problematizan formas de organización de grupos sociales desde la antigüedad o desde perspectivas feministas, por el contrario, se explica la organización: padre-madre-hijos. Esta institución familiar responde a una perspectiva patriarcal y capitalista que regula, principalmente, aspectos económicos y patrimoniales, aunque dentro del discurso se intente dar énfasis a los valores sociales y afectos. De esta forma, quedan fuera otras formas de comprensión de familias, como mononucleares, homoparentales, extensa, etc.

En Chile, estos discursos abundan en las experiencias de la implementación de políticas públicas, donde los supuestos se establecen como verdades y son argumentadas como aspectos de la tradición que debe sostenerse (Echeverría y Maturana 2015; Cristi 2021; Galaz, Martínez-Conde, y Morrison 2021). En especial, en el contexto educativo, la materialización de los supuestos tiene fuertes consecuencias en la convivencia (Espejo 2017).

4.3. Surgimiento de la representación del problema

Existe una diversidad de causas con las que se ha representado el problema. La perspectiva que se orienta a la *deseabilidad de una sociedad más desarrollada* representa el anhelo de mostrar a Chile como un país desarrollado y en sintonía con las demandas internacionales. Esto aparece en diferentes situaciones como en la búsqueda de la regulación de las parejas, en cuanto a hijos nacidos fuera del matrimonio, buscando la consecución de los *derechos filiativos*.

En esta línea, si bien se busca argumentar bajo parámetros internacionales como la Convención de los Derechos del Niño, o estudios que señalan la relevancia del reconocimiento legal de los cuidadores, en el caso de hijos de solo uno de los integrantes de la pareja, estos argumentos pierden consistencia cuando se toma el caso de las parejas del mismo sexo. De esta forma, los enunciados cambian su significación al proponer derechos filiativos para las parejas del mismo sexo, ya que la articulación argumentativa de los derechos no es suficiente para interrelacionarse con los enunciados vinculados a la constitución ontológica de la familia nuclear anhelada y defendida por la constitución chilena.

Bajo el camuflaje de la protección superior del niño, los argumentos religiosos y heteronormados toman mayor fuerza que otros argumentos de índole legal.

Conceptos vinculados con el problema se disipan, como los derechos filiativos, al enfrentarse posiciones que no dialogan entre sí, a saber, derechos y religión. Lo más llamativo es identificar como los argumentos religiosos se disfrazan en una retórica que, paradójicamente, buscaría argumentar desde una perspectiva de derechos a favor de los niños, cuando en realidad se busca preservar el orden “natural” de la familia.

En lo personal, pienso que el matrimonio es, conceptualmente – para mí no se trata de una cuestión de principios –, entre un hombre y una mujer. Eso es lo que yo creo. Algunos quieren avanzar más allá: legítimo. Pero eso no es lo que se discute ahora. (Senador Walker, 2014, en la “Historia de la Ley 20.830”, 627)

Por otro lado, el senado propone que el problema emerge de la (lamentable) *diversidad de las familias chilenas*, donde, al existir constituciones más allá de las promovidas por la legislación, existen casos que son necesarios de regular. El argumento sobre el gran número de parejas de hecho, un tercio del total de las parejas en Chile, busca traducir, desde una estadística, un comportamiento de la sociedad que el Estado debiese regular. No es un aspecto constituido *a priori*, aparece en la necesidad de regulación en conjunto con las demandas de la sociedad civil respecto a cuestiones vinculadas con la salud, la economía, etc.

Otros aspectos de la constitución del problema circulan en una retórica que dialoga con los *derechos civiles de patrimonio*, en primera instancia, y en otros como *salud*. Las categorías enunciativas del discurso de la emergencia del problema deambulan de forma diversa dependiendo del campo semántico en el que se enfrentan. Por ejemplo, es diferente la representación del problema respecto a los derechos económicos que frente a los derechos filiativos. Esto da cuenta de la forma en que el discurso se desarticula, camufla y se posiciona en unos aspectos sobre otros. Al respecto, este aspecto recuerda a la polivalencia táctica de los discursos de Foucault (2008), debido a que muchas veces una normativa no dice explícitamente lo que genera; en cambio, toma otras formas para dar cuenta de los juegos de poder que le permiten, por ejemplo, mantener una organización social particular.

4.4. Aspectos que quedan fuera del problema

Podríamos pensar dos formas generales respecto a lo que queda sin problematizar. Desde una óptica más concreta, claramente los *derechos filiativos* son aspectos que, si bien ingresan en la discusión, se descartan por las razones que hemos observado con anterioridad. Este elemento, junto con otros más específicos como el reconocimiento social que podría tener un AUC homólogo al matrimonio, en estatus de derecho, son elementos que podrían constituir un “adentro del problema”, es decir, plantear qué aspectos que, si bien fueron discutidos al

interior del problema, se decidieron dejar fuera de la problemática por diversidad de razones.

Otra forma de pensar en lo que queda fuera es precisamente aquello que no se problematiza y que se mantiene naturalizado, por ejemplo, la *conformación de la familia heteronormada y patriarcal* y sus principios de monogamia, filiación, patrimonio, religiosidad, rol y objetivo en la sociedad, etc.

Lo cierto es que el país está en deuda con la regulación de las relaciones afectivas de las parejas homosexuales, pero hoy día en Chile las de las parejas heterosexuales se encuentran reguladas por el matrimonio. Por lo tanto, que este proyecto de ley se haga extensivo a las parejas heterosexuales es francamente permisivo; resulta inconveniente para la institución del matrimonio y el fortalecimiento de la familia. (Van Rysselberghe, 2014, en la "Historia de la Ley 20.830", 632)

En este sentido, el problema no vincula un cuestionamiento a las maneras de comprender la familia, esto es, desde la lógica patriarcal judeo-cristiana. Al contrario, refuerza la idea de considerar al estereotipo de *familia tradicional* como el núcleo central de la sociedad, y como elemento de organización social más atómico. Desde esta mirada, el esfuerzo por regular las relaciones afectivas, tanto de parejas homosexuales como heterosexuales, constituye un ejercicio de analogía con la institución matrimonial, donde prima jerárquicamente la cuestión económica frente a otros aspectos. Pero se mantiene un silencio respecto a otras posibilidades de organización de los grupos sociales, como crianza colectiva u otras formas de establecer relaciones afectivas (más allá de la monogamia).

La forma en que se resuelve y, primero, se problematiza la regulación de las parejas de hecho, gira en torno a las enunciaciones idealizadas de *una pareja* y de la estabilidad que ella debiese representar. Esto representa la organización de los enunciados argumentativos: desde la propuesta de regularización de las parejas, pasando por las discusiones que integran a la sexualidad, y terminando con la exclusión de los derechos filiativos. De esta manera, la estructura enunciativa comienza con los elementos más cercanos a la heteronormatividad y al patriarcado, representados por la familia tradicional, donde lo regulado irrumpre lo menos posible en el sistema deseado, hasta el exilio de otros argumentos de propuestas que afectan la estructura social tradicional judeo-cristiana, como la homoparentalidad.

Desde lo anterior se puede concluir que, lo excluido explícitamente – como los derechos filiativos – evidencia la racionalidad heteronormativa que dictamina quienes pueden ser pa/madres y quienes no. Aparece una jerarquía de valores sociales (Rubin 1984) y el predominio de lo biológico reproductivo como antecesor de la socialización humana (Rich 1980; Warner 1991) que reifica la idea de la heteronorma vinculada a la filiación.

4.5. Efectos que produce esta concepción del problema

Esta representación del problema mantiene la jerarquía legal y social del matrimonio frente a otras formas de constituir familia. El AUC se establece como una representación inferior, donde no se integran los mismos derechos que tienen las personas casadas. Además, se mantiene el ideal de pareja estable como un principio de organización social. Se mantienen en silencio las premisas ideológicas que están a la base de la organización de la sociedad, a saber, fundamentos religiosos y moralistas.

Para un sector conservador de la sociedad, el AUC representa una amenaza para el matrimonio, puesto que puede parecer más “informal” y, por ende, más atractivo. Por ello, las argumentaciones de estos sectores giraron en torno al valor de los años de la pareja, dejando ver que la validez y el tiempo de duración de una pareja representa un estatus superior. Como consecuencia, perdura la idea heterosexual religiosa de “unidos hasta que la muerte los separe” como un valor máximo a alcanzar en la sociedad, y donde el “recambio de pareja” representa su degradación.

Se quiere desalentar el matrimonio, que es, según definición de la ley, «base principal de la familia», y privar a muchos de ese cimiento de cariño y protección tan favorable para el desarrollo personal. La baja tasa de nupcialidad en Chile debiera alarmarnos: se registra una caída de 50 por ciento en 12 años. (Larraín, 2014, en la “Historia de la Ley 20.830”, 248)

Por otro lado, el AUC logra regular parcialmente uno de los aspectos demandados por la sociedad civil y los grupos LGTBI, las uniones de hecho. Sin embargo, esto no constituye de forma alguna una igualdad ante la ley, en tanto representación social como legal. El AUC mantiene una jerarquía menor que el matrimonio y, al excluir los derechos filiativos, mantiene el ideal de familia tradicional como valor máximo en la sociedad.

Este proyecto permitirá, además, que parejas del mismo sexo puedan exteriorizar sus afectos y construir una relación amparada por el Derecho, poniendo fin a la discriminación que hoy las afecta y perjudica. (De Urresti, 2014, en la “Historia de la Ley 20.830”, 613)

El problema limita la comprensión de la sexualidad, despolitizándola y simplificándola a nociones liberales, como “opciones” o “preferencias sexuales”. Además, mantiene una fundamentación religiosa vinculada a la estructura de la familia, lo que se explicita en las discusiones que, infructuosamente, intentan separar la argumentación religiosa de la jurídica. De forma concreta, uno de los aspectos que impacta a las parejas, en especial a las homosexuales, es la perpetuación de

un escalafón menor en la estructura social (Rubin 1984), lo que representa menos derechos que las personas heterosexuales.

Estas leyes inconclusas para los sectores históricamente vulnerados corresponden a formas de perpetuar la discriminación y el abuso (Butler 2009) y son puestas en juego de forma sistemática, para calmar unas demandas sin resolver lo problemático del todo. Esta ley representa “la medida de lo posible” respecto a la mantención de un orden heteronormado, donde lo menos jerarquizado sigue incomodando, pero en menor medida. Años más tarde, la recientemente implementada Ley de Matrimonio Igualitario reparó varios cabos sueltos que dejó la aplicación del AUC, brindando a las personas LGBTIQ+ nuevas posibilidad de constituirse como ciudadanos.

5. Conclusiones

Por un lado, el problema de la falta de derechos representados en las discusiones sobre el AUC se construye desde una fundamentación religiosa y naturalizada de la familia tradicional. Por otro lado, los argumentos presentados obedecen, principalmente, a esa lógica y son contrapuestos por argumentos que provienen desde una perspectiva de derechos humanos. Así, ambas miradas se enfrentan, pero en diferentes niveles o contextos discursivos, de tal modo que los enunciados se van superponiendo en la medida que sean menos disruptivos con el paradigma heteronormativo y religioso.

Por ello, se produce una difracción del discurso al no ser compatibles las perspectivas religiosas y heteronormadas imperantes con las demandas internacionales, las que sirven de base a los grupos LGBTIQ+, imperando las primeras. La religión, entonces, se constituye como un pilar central en la argumentación, desplazando otros saberes.

La heteronorma establece entonces un eje articulador de políticas públicas que regula la vida de los sujetos manteniendo parámetros diferenciadores en cuanto a la consideración de un comportamiento esperado en la sociedad. Las jerarquías de valores propuestas por Rubin (1984) se materializan en leyes que, intentando resolver problemáticas como la discriminación, al constituirse como tal continúan con otras formas de discriminación. Aunque estas últimas pueden ser más sutiles, no rompen la lógica heteronormada que las provoca, haciendo que, paradójicamente, la ley que busca romper esa lógica la refuerza – en este caso, explicitando el no reconocimiento de hijos de las parejas del mismo sexo.

Agradecimientos

Este artículo se elaboró gracias al Proyecto de Investigación Fondecyt de Iniciación N°11220183 “Familias LGBTIQ+ y acción política del estado chileno: el

parentesco y la filiación entre relaciones de poder y resistencia”, adjudicado el año 2022. Financiado por la ANID (Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo), Chile.

Conflicto de interés

Declaro no tener conflictos de interés.

Referencias bibliográficas

- Bacchi, Carol. 2009. *Analysing policy: What's the problem represented to be?* Frenchs Forest, N.S.Wales: Pearson.
- Bacchi, Carol. 2012. “Introducing the ‘What’s the Problem Represented to be?’ approach.” In *Engaging with Carol Bacchi. Strategic Interventions and Exchanges*, editado por Angelique Bletsas y Chris Beasley, 21-24. Adelaide: University of Adelaide Press.
- Baez, Jésica, y Catalina del Cerro. 2015. “Políticas de Educación Sexual: tendencias y desafíos en el contexto latinoamericano.” *Revista del IICE* 38: 7-24.
- Barker, Meg. 2014. “Heteronormativity.” In *Encyclopedia of Critical Psychology*, editado por Thomas Teo, 858-860. New York, NY: Springer.
- Barrientos, Jaime. 2015. *Violencia homofóbica en América Latina y Chile*. Santiago de Chile: Ed. El Buen Aire.
- Bell, David. 2009. “Heteronormativity.” In *International Encyclopedia of Human Geography* (1st ed.), vol. 5, editado por Rob Kitchin & Nigel Thrift, 115-19. Amsterdam: Elsevier. DOI: <https://doi.org/10.1016/B978-008044910-4.00956-1>
- Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. 2015. *Historia de la Ley 20.830*. Santiago: BCN. Disponible en <https://www.bcn.cl/historiadaley/nc/historia-de-la-ley/3990/>
- Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. 2022. *Reseñas biográficas parlamentarias*. Santiago: BCN. Disponible en https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_parlamentarias/index.html?categ=en_ejercicio&filtros=2
- Butler, Judith. 2009. “Performatividad, precariedad y políticas sexuales.” *AIBR: Revista de Antropología Iberoamericana* 4(3): 321-36.
- Butler, Judith. 2011. *El Género en Disputa: El Feminismo y la Subversión de la Identidad*. Barcelona: Paidós.
- Chao, Luis. 2019. “Problematizaciones, problemas representados y gubernamentalidad: Una propuesta analítica para el estudio de las políticas públicas y el Estado.” *De Prácticas y discursos* 8(11): 123-152. DOI: <http://dx.doi.org/10.30972/dpd.8113807>
- Cristi, Dariela. 2021. “Políticas de identidad y gestión sexual de los cuerpos: un análisis de los discursos legislativos acerca de la gestión estatal del conflicto trans en Chile.” *La ventana. Revista de estudios de género* 6(53): 276-312. DOI: <https://doi.org/10.32870/v6i53.7192>
- Echeverría, Genoveva, y José Maturana. 2015. “Análisis crítico del discurso de políticas públicas en diversidad sexual en Chile.” *Universitas Psychologica* 14(4): 1485-98. DOI: <https://doi.org/10.11144/Javeriana.up14-4.acdp>
- Erazo, Ximena, Ximena Gauché, y José Jara (Eds.). 2015. *Derechos humanos, diversidad sexual y políticas públicas en América Latina*. Santiago: LOM Ediciones.

- Espejo, Juan. 2017. "Disidencias sexuales en el sistema escolar chileno: Represión e invisibilización." *Educação e Pesquisa* 43(3): 879-898. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201707166973>
- Flick, Uwe. 2015. *El diseño de investigación cualitativa*. Madrid: Ediciones Morata.
- Foucault, Michel. 2008. *La historia de la sexualidad. 1 – La voluntad de saber*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Galaz, Caterine, Catalina Álvarez Martínez-Conde, y Rodolfo Morrison. 2021. "Salud y población LGTBI+ en Chile: desde la invisibilidad a un enfoque identitario." *ex aequo* 43: 149-64. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2021.43.10>
- Galaz, Caterine, et al. 2018. "Derechos LGTBI en Chile: tensiones en la constitución de otras sexualizadas." *Psicoperspectivas* 17(1): 6-16. DOI: <https://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-Vol17-Issue1-fulltext-1165>
- Galaz, Caterine, Lelya Troncoso, y Rodolfo Morrison. 2016. "Miradas Críticas sobre la Intervención Educativa en Diversidad Sexual." *Revista latinoamericana de educación inclusiva* 10(2): 93-111. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-73782016000200007>
- Iguales. 2020. *Informe de los resultados de la encuesta #SomosFamilia*. Santiago, Chile: Fundación Iguales. Disponible en <https://www.iguales.cl/archivos/SomosFamilia.pdf>
- Kincheloe, Joe, y Peter McLaren. 2012. "Replanteo de la teoría crítica y de la investigación cualitativa." In *Manual de investigación cualitativa. Paradigmas y perspectivas en disputa*, editado por Norman Denzin y Yvonna Lincoln, 241-315. Barcelona: Gedisa.
- Ley nº 20.609. 2012. *Establece medidas contra la discriminación*. Santiago de Chile: Ministerio Secretaría General de Gobierno, Biblioteca del Congreso Nacional de Chile.
- Ley nº 20.830. 2015. *Crea el Acuerdo de Unión Civil*. Santiago de Chile: Ministerio Secretaría General de Gobierno, Biblioteca del Congreso Nacional de Chile.
- Ley nº 21.120. 2018. *Reconoce y da protección al derecho a la identidad de género*. Santiago de Chile: Ministerio de Justicia.
- Ley nº 21.400. 2021. *Modifica diversos cuerpos legales para regular, en igualdad de condiciones, el matrimonio entre personas del mismo sexo*. Santiago de Chile: Ministerio Secretaría General de Gobierno, Biblioteca del Congreso Nacional de Chile.
- Ministerio de Educación. 2013. "Discriminación en el contexto escolar: orientaciones para promover una escuela inclusiva." Santiago de Chile: Mineduc. Disponible en <https://bibliotecadigital.mineduc.cl/handle/20.500.12365/2099>
- Morrison, Rodolfo, et al. 2019. "Situación de las niñas y niños trans en Chile: derechos humanos y políticas públicas." *RELIES: Revista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades* 1: 26-48.
- Morrison, Rodolfo, et al. 2020. "Occupational apartheid and human rights: Narratives of Chilean same-sex couples who want to be parents." *Journal of Occupational Science* 27(1): 39-53. DOI: <https://doi.org/10.1080/14427591.2020.1725782>
- MOVILH. 2020a. "Más de 35 mil uniones civiles se han celebrado en Chile: el 78,7% son heteros; el 10,8%, gays y el 10,5%, lésbicas." MOVILH. Santiago, Chile: MOVILH. Disponible en <https://www.movilh.cl/mas-de-35-mil-uniones-civiles-se-han-celebrado-en-chile-el-787-son-heteros-el-108-gays-y-el-105-lesbicas/>
- MOVILH. 2020b. XVIII. *Informe anual de derechos humanos. Diversidad Sexual y de género en Chile (Hechos 2019)*. Santiago, Chile: MOVILH. Disponible en <http://www.movilh.cl/documentacion/Informe-DDHH-Movilh-2019.pdf>
- Preciado, Beatriz. 2002. *Manifiesto contra-sexual*. Madrid: Editorial Opera Prima.
- Rich, Adrienne. 1980. "Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence." *Signs* 5(4): 631-60.

- Rubin, Gayle. 1984. "Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality." In *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*, edited by Carol S. Vance, 143-178. Boston: Routledge & Kegan Paul.
- Ruffini, María. 2017. "El enfoque epistemológico de la teoría crítica y su actualidad." *Cinta de Moebio* 60: 306-15. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-554X2017000300306>
- Vega, Guillermo A. 2017. "El concepto de dispositivo en M. Foucault. Su relación con la 'microfísica' y el tratamiento de la multiplicidad." *Nuevo Itinerario*: 136-58. DOI: <http://dx.doi.org/10.30972/nvt.0122038>
- Warner, Michael. 1991. "Fear of a queer planet." *Social Text* 29: 3-17.

Rodolfo Morrison. Lic. en Ciencias de la Ocupación y Terapeuta Ocupacional (Univ. Austral de Chile); Doctor en Lógica y Filosofía de la Ciencia (Univ. de Salamanca); Posgrado en Ciencia, Tecnología y Sociedad (Centro de Ciencias Humanas y Sociales del Consejo Superior de Investigaciones Científicas de España); Diplomado en Derechos Humanos, Diversidad Sexual y Políticas Públicas (Fundación Henry Dunant); Diplomado en Ética de la Investigación (Univ. de Chile), entre otros.

Artículo recibido el 29 de abril y aceptado para su publicación el 13 de julio de 2022.

LA COMERCIALIZACIÓN DE LOS CUERPOS EN EL CINE DE LI YU

 *Cora Requena**

Resumen

La filmografía de Li Yu traza un recorrido por la última historia de China continental, a través de personajes que, por razones de etnia o de clase, son mantenidos en los márgenes de un modelo social diseñado por el capitalismo, en el que la ciudad, y su poder alienante, ocupa un lugar destacado. Sobre esta premisa, Li Yu establece una distinción clara entre personajes femeninos y masculinos por medio del control que los hombres mantienen sobre los cuerpos de las mujeres y de su exposición punitiva, su domesticación y su venta, lo que genera en los textos una tensión compleja, fértil y propositiva que hace necesaria una nueva aproximación crítica a los filmes y a la poética cinematográfica de la directora.

Palabras clave: Li Yu, cine chino de mujeres, género, corporalidades.

Resumo

A comercialização dos corpos no cinema de Li Yu

A filmografia de Li Yu traça uma viagem pela história mais recente da China continental, através de personagens que, por motivos de etnia ou classe, são mantidas à margem de um modelo social desenhado pelo capitalismo, no qual a cidade, e seu poder alienador, ocupam um lugar de destaque. Partindo dessa premissa, Li Yu estabelece uma clara distinção entre personagens femininas e masculinas por meio do controle que os homens mantêm sobre os corpos das mulheres e sua exposição punitiva, domesticação e venda, o que gera nos textos uma tensão complexa, fértil e propositada que torna necessária uma nova abordagem crítica dos filmes e da poética cinematográfica da realizadora.

Palavras-chave: Li Yu, cinema feminino chinês, género, corporalidades.

Abstract

The Commercialization of Bodies in Li Yu's Cinema

Li Yu's filmography traces a journey through the recent history of mainland China through characters that, for reasons of ethnicity or class, are kept on the margins of

* Universidad Complutense de Madrid (UCM), Madrid, España.

Dirección postal: Av. Complutense, 3, 28040 Madrid, España.

Correo electrónico: crequena@ucm.es

a social model designed by capitalism in which the city, and its alienating power, features prominently. On this premise, Li Yu establishes a clear distinction between female and male characters through the control men keep on women's bodies, and their punitive exposure, domestication and sale, generating in the texts a complex, fertile and purposeful tension that requires a new critical approach to the films and the cinematographic poetics of this director.

Keywords: Li Yu, Chinese women's cinema, gender, corporealities.

1. Introducción

Una de las características más interesantes del cine es su poder de representación de realidades a través de una mirada particular y única, capaz de crear una imagen de tipo ficcional con la que el espectador, y las sociedades, establecen una relación identitaria, emocional y reflexiva. La obra desarrollada por Li Yu traza con nitidez la trayectoria de la sociedad china desde la época posterior a Mao Zedong hasta nuestros días, no sólo en lo que respecta a las historias contadas, sino también a los modos en que éstas se articulan en los discursos de los narradores y de los personajes. En este viaje propuesto por Li Yu, la sexualidad ocupa un lugar preeminente desde el que se observa, y se narra, la relación que un grupo heterogéneo de mujeres en situaciones sociales diversas (según clase, etnia, rol, etcétera) mantiene con su sociedad.

El objetivo del siguiente trabajo es hacer un bosquejo de la evolución del cine chino de mujeres del tercer milenio a través de la obra de una de sus autoras más emblemáticas, Li Yu. Para ello se analizarán, por razones de espacio, los tres primeros filmes escritos y dirigidos por la directora, que representan momentos distintos en su producción. Se reconstruirán sus historias (escasamente conocidas en España¹), se abordarán sus temas, sus propuestas, sus modos de aproximación a asuntos relacionados con la construcción de la feminidad y del ser mujer a través del cuerpo.

2. El cine social de Li Yu: el inicio

Li Yu (李玉) nació en el año 1973. Como muchas otras directoras chinas de las últimas generaciones, comenzó su carrera en la televisión pública CCTV (China Central Television). En la década de 1990 ingresó a la industria cinematográfica a

¹ El cine chino de mujeres ha recibido muy poca atención en España. El vacío es evidente incluso dentro de los estudios cinematográficos especializados. A pesar de que, en la actualidad, Li Yu es una de sus autoras más conocidas e importantes, prácticamente no se encuentran aproximaciones académicas a su obra.

través del documental (*Sisters*, 1996; *Stay and Hope*, 1997; *Honor and Dreams*, 1998), en el que desarrolló un estilo próximo al *cinéma vérité* (Pekander 2019, 6-9). En 2001 debutó en el cine de ficción, y, hasta la fecha, ha escrito y dirigido siete² películas que han recibido diversos premios en festivales internacionales de cine categoría A, como Berlín, Tokio y Venecia.

Jin nian xia tian/Fish and Elephant (Li Yu 2001) es una película *underground* de bajo presupuesto, interpretada íntegramente por actores no profesionales, algunos de los cuales ni siquiera supieron que estaban participando en un rodaje. Pese a que no llegó a ser estrenada en salas de cine, ni dentro ni fuera de China, fue presentada en diversos festivales internacionales, como Taiwan Shuanglian Film Exhibition (2001), Berlin International Film Festival (2002) o Annual Toronto Lesbian & Gay Film & Video Festival (2002) (Shi 2004, 21). Además de ser la primera película de la directora, es la primera película en el cine de la República Popular China que aborda directamente el tema del lesbianismo desde la perspectiva tanto de la identidad genérico-sexual como de las relaciones de pareja (orientación).

La película cuenta la historia de una joven mujer, Xiaoqun, que vive en Beijing y trabaja en un parque zoológico. Desde el principio queda claro que su conflicto nace de la inconformidad de sus parientes porque aún no se ha casado, pese a tener más de treinta años. Xiaoqun es lesbiana, está enamorada y convive con la dependienta de una tienda de ropa llamada Xiaoling. El conflicto se desata cuando la madre de Xiaoqun llega por sorpresa a Beijing y las jóvenes deben ocultar su relación.

En tanto texto inicial, la película plantea varios de los temas que tendrán gran relevancia en las próximas películas de Li Yu, como la exposición del cuerpo de las mujeres en el espacio público y su compraventa, las relaciones madre e hija/hijo o la existencia (lucha o supervivencia) de personajes que se encuentran en los márgenes de la organización social.

En *Fish and Elephant*, Xiaoqun es una mujer independiente, exitosa, pues ha logrado construir la vida que quiere, se ha adaptado sin problemas a su ciudad de acogida, tiene un trabajo que le gusta, ha asumido con naturalidad su orientación sexual y está entusiasmada con su nueva relación de pareja. La seguridad y la confianza que tiene en sí misma le permiten enfrentar las rígidas normas sociales que la obligan a casarse, ya que, si bien es cierto debe acudir con regularidad a las entrevistas matrimoniales concertadas por su familia, no esconde su preferencia por las mujeres, salvo a su madre.

La historia se sitúa en el contexto de la tradición familiar china de raigambre confuciana, en la que la felicidad personal se basa en la subordinación del sujeto al orden jerárquico de la familia. Esto explica el hecho de que Xiaoqun, pese a reconocer abiertamente su lesbianismo, se someta, en apariencia, a los deseos de su

² Actualmente se encuentra en etapa de postproducción su octava película, *The Fallen Bridge*.

madre y de sus parientes. Como señala Shen Yifei (2016, 15), en la cultura tradicional china la vida del individuo “estaba íntimamente relacionada con la unidad a la que pertenecía, y el bienestar dependía decididamente del colectivo”³.

En las *Analectas* de Confucio la piedad filial no sólo se relaciona con el bienestar social, sino también con la acción política⁴, es decir, la familia es trasunto de la organización del Estado, mientras que la obligación para con ella es “la máxima virtud y la más importante en las relaciones humanas” (Botton 2016, 518). En la fragmentación de Xiaoqun, entre lo que es y lo que aparenta ser, se puede ver con claridad la tensión histórica de principios del siglo XXI concentrada en un personaje femenino que, pese a los cambios que estaban experimentando algunas estructuras sociales, no puede elegir su vida libremente. Cabe recordar que, para estos años, China ya había aprobado tres leyes sobre el matrimonio (1950, 1980 y 2001) que declaraban, entre otras cosas, la igualdad de derechos sin distinción de sexo, la monogamia, el divorcio en igualdad de condiciones, no reconocía la existencia de un jefe de familia y prohibía los matrimonios concertados, la interferencia en el matrimonio de las viudas y el pago de dote (Botton 2016, 512). En la película, sin embargo, la reglamentación de la ley tiene un valor real menor que el de la tradición, pues casi todos los personajes continúan manteniendo una visión del matrimonio no acorde con las nuevas normas de comportamiento social.

El punto más vulnerable de la protagonista es precisamente la relación dulce pero aún dependiente que mantiene con su madre, pues Xiaoqun siente que debe defenderla de su soledad, de su precariedad económica y del aislamiento impuestos como castigo por la familia por haberse divorciado. Lo que Xiaoqun ignora es que su madre tiene un pretendiente con el que quiere casarse, razón por la que ha ido a Beijing, para casar antes a su hija. Hacia el final de la historia, la madre se atreve a contar su secreto a Xiaoqun, que reacciona con alegría; sin embargo, no ocurre lo mismo cuando, animada por la confesión, Xiaoqun le cuenta que es lesbiana y que Xiaoling no es su compañera de piso sino su pareja. Pese al amor, la madre no puede comprender que su hija posea ya, sin que medie la presencia de un hombre, todo lo que para ella significa el matrimonio.

Un aspecto importante en la película es la marcada distinción entre personajes buenos y malos, propia de la tipología heredada del cine rural chino (Tan 2003, 649), que se manifiesta fundamentalmente a través de los personajes masculinos a los que les corresponden, por lo general, características o comportamientos negativos. El único personaje masculino que escapa a la crítica o a la ridiculización es el

³ En el texto original, “All in all, an individual’s life was closely related to the unit to which he or she belonged, and well-being was decidedly dependent on the collective.”

⁴ En el libro segundo se puede leer: “Alguien preguntó a Confucio: ‘Maestro, ¿por qué no participas en el gobierno?’. El maestro respondió: ‘En los *Documentos* se dice: Limítate a cultivar la piedad filial y sé bondadoso con tus hermanos, y ya estarás contribuyendo a la organización política’. Ésa es también una forma de acción política” (1998, 46).

novio de la madre, cuya dulzura y respeto por los otros destacan en una única secuencia que anticipa la aceptación de la madre de la homosexualidad de Xiaoqun. Es interesante la manera sutil en la que la película sugiere aquí una inversión en los personajes de la madre, que representa la visión tradicional de la familia, y su novio, que se halla mucho más abierto a la nueva concepción de familia.

Los otros personajes masculinos cumplen un papel únicamente funcional en el texto, son planos, su aparición es breve y encarnan acciones estereotipadas reales. El machismo, la intolerancia y la vulgaridad son característicos en casi todos: en el primo pretendiente, que no acepta la homosexualidad o la patologiza, en el segundo, que intenta ofenderla después de enterarse de que Xiaoqun es lesbiana, en el hombre que la aborda en la calle, o en el tercer pretendiente (Zhang), que durante la entrevista responde a la madre que las tres cualidades que debe tener una mujer casada son la virtud (en las tareas del hogar), la nobleza (propia de una dama con sus invitados) y la lascivia (en la cama del marido). Todos ellos, además, presumen al hablar de una sabiduría ancestral, anclada en la tradición, y son incapaces de notar la sonrisa irónica que despiertan en madre e hija.

Fish and Elephant es, en palabras de la propia autora, una exploración sobre cómo tratar una relación lésbica frente a la familia y frente a la sociedad (Cui 2003, 215). Una característica importante de su planteamiento narrativo es precisamente el desajuste que se produce en la vida de la protagonista que, por un lado, vive su sexualidad con una libertad mucho mayor que la que le permite su entorno social (la enuncia en voz alta), y, por otro, oculta a la madre su felicidad y permite que ésta someta su cuerpo a la exposición constante del mercado matrimonial. Según Lingzhen Wang (2011, 35), este tipo de contradicciones (e incertidumbres) impiden, en general, que las películas de Li puedan ser consideradas feministas; sin embargo, la autora ignora datos importantes en la configuración de sus personajes protagónicos que, como en el caso de Xiaoqun, están determinados por relaciones de diverso tipo con el resto de los personajes. El problema real que la película plantea no pasa, pues, por la protagonista ni por la imagen que tiene de sí misma; tampoco pasa, como sucede en otras películas de Li, por su relación con la sociedad, sino por su rol de hija protectora. En este sentido, se puede observar a Xiaoqun a través de las palabras de Teresa de Lauretis (2000, 137), cuando reflexiona sobre el sujeto de la conciencia feminista: “es, al contrario, un sujeto que ocupa posiciones múltiples, distribuidas a lo largo de varios ejes de diferencia, y atravesado por discursos y prácticas que pueden ser –y a menudo lo son– recíprocamente contradictorios”.

Hong yan/Dam Street (Li Yu 2005), su segunda película, comienza con la poderosa imagen de una joven, casi una niña, que se sumerge en el lecho de un río pedregoso. La historia está ubicada temporalmente en 1983 y se inicia con una pareja de colegiales que esperan un hijo. El pavor que sienten porque alguien pueda enterarse del embarazo de la chica, Yun, los obliga a pedir ayuda a la hermana del joven que trabaja en un hospital (Zhengyue), pero es demasiado tarde cuando una de las profesoras ve por casualidad el vientre desnudo y abultado de

la niña. Ambos son expulsados con violencia del colegio: él (Feng) debe abandonar el pueblo y ella debe permanecer ahí para sufrir la humillación pública. Al poco tiempo nace el hijo de Yun y su abuela, Sun, pide a la matrona (Zhengyue) que le entregue al niño para dárselo a una pareja de profesores. A Yun le dicen que su hijo ha nacido muerto. Después de una elipsis de diez años, Yun se ha transformado en una bella cantante de ópera de Sichuan, pero los tiempos y los gustos han cambiado y tiene más éxito con su repertorio de canciones populares, románticas y modernas, que la han convertido en un personaje popular en su pueblo. Uno de sus más fervientes admiradores es Xiaoyong, el pequeño hijo de Zhengyue, que sueña con Yun, canta sus canciones, la espía mientras se baña y se cuela en sus espectáculos. Yun continúa viviendo con su madre, se siente frustrada porque no puede cantar ópera como le gustaría, tiene por amante a un hombre casado y debe soportar el acoso sexual de uno de los poderosos del pueblo, el jefe Qian. Al final de la historia Sun se entera de que hubo una equivocación diez años atrás cuando entregó a su nieto, que no es otro que su travieso alumno Xiaoyong.

Al igual que en la primera película de Li, en *Dam Street* la protagonista es una mujer que ha construido su vida por sí misma, en la que su relación con la madre es fundamental; sin embargo, a diferencia de lo que sucede en *Fish and Elephant*, Yun es una mujer que carga con el estigma social de haber sido madre soltera y con la amargura de vivir con una madre estricta que casi no le habla. Sun es una mujer dura y castigadora, apagada a la tradición y a las normas sociales que acepta y defiende en su vida pública como profesora de escuela y en su vida privada como madre.

La relación que ya se había establecido en *Fish and Elephant* entre el cuerpo de la protagonista, el poder y el espectáculo aparece nuevamente en esta segunda película. Sin embargo, aunque el cuerpo femenino también es presentado en el espacio público para su exposición y venta, aquí no hay lugar para escenas con destellos cómicos ni irónicos como en la película anterior. La relación entre cuerpo, poder y espectáculo surge por primera vez al inicio de la película, cuando se descubre el embarazo de Yun y los jóvenes amantes son expulsados del colegio. Por los altavoces suena una canción que habla de la nueva y prometedora generación de jóvenes de los años ochenta. Repentinamente la canción se interrumpe y comienza un discurso que criminaliza a Yun y a Feng al señalarlos como ejemplo de degradación moral.

Pese a que la historia se sitúa temporalmente en los años 80, esta primera escena es una referencia explícita a los años de la Revolución Cultural (1966-1976), particularmente a la organización política de China bajo el gobierno de la Banda de los Cuatro (1972-1976). Algunos/as autores/as, como Shen Yifei (2016, 15), sostienen que, si bien “la era maoísta representó el mayor logro en materia de igualdad de género en la historia de China”⁵, no cambió el papel de la mujer dentro de

⁵ En el texto original, “the Maoist era represented the highest achievement in gender equality in Chinese history.”

la familia. Como se observa en la película, la igualdad, a la que se refiere Shen, creó una imagen nueva de mujer (las llamadas “chicas de acero”), representada en el eslogan político “los tiempos han cambiado, los hombres y las mujeres son iguales”. Las masculinización del cuerpo femenino, producto de la igualación de los géneros, abarcó el espacio público, desde la carrera, la vestimenta, la conducta, las actividades sociales o la imagen pública, hasta el empleo, el comportamiento o los derechos políticos (*idem*, 16), es decir, todos los espacios de actuación en los que se inscribe la presencia de los cuerpos. Pese a que, como señala Shen, a partir de los años 80 se produjo un retorno a la imagen femenina de las mujeres (*ibidem*), esto ocurrió preferentemente en las grandes ciudades, no en el espacio rural, como es el caso de *Dam Street*, en el que el cuerpo de Yun, claramente femenino, es hipersexualizado por los demás personajes.

En *Dam Street* ambos jóvenes son condenados, sin embargo, no hay igualdad en el castigo que reciben. Como indica Foucault (1976, 32), la violencia extrema del sistema punitivo se sitúa en la economía política del cuerpo, pero se manifiesta de forma diferente. El cuerpo de Feng es forzado al exilio, mientras que el de Yun es convertido en un cuerpo que, no sólo metafóricamente, es condenado a la sumisión y al encierro paradójico de la exposición pública, es decir, es disciplinado. Ya en la adulterez, éste continúa siendo blanco del espacio público. A pesar de que ella es cantante profesional, para muchos personajes es una prostituta que debe ser insultada o abordada por cualquiera. Su relación afectiva con un hombre casado, Wanjin, la expone por segunda vez a la humillación colectiva cuando es agredida en una de sus funciones por tres parientes del amante, que la golpean, la insultan, le escupen y patean mientras yace indefensa en el suelo. A diferencia de Xiaoqun, Yun no tiene la fuerza ni la seguridad suficientes para reaccionar a estas agresiones: al contrario, las acepta en un gesto que tiene mucho de autocastigo.

Hacia el final de la película, Yun acepta casarse con Wanjin, que ha dejado a su esposa, y finalmente se celebra la boda. Entonces tiene lugar otra secuencia humillante, en la que el nuevo marido rompe un huevo crudo entre los senos de Yun, metáfora de la eyaculación en el contexto de la China rural (Liu y Zhao 2015, 93). Cuando ella parte avergonzada a lavarse es agredida sexualmente por el jefe Qian. El pequeño Xiaoyong, que ha presenciado la escena a escondidas, corre en busca de Wanjin, y el jefe Qian acusa a la muchacha de haber intentado seducirlo. Curiosamente, Wanjin parece creer al jefe, escucha sus disculpas y sólo acepta la inocencia de su nueva esposa cuando el niño se arroja sobre Qian. En este instante emerge por primera vez la rabia de Yun, que, en un intento por defender al niño, mata a Qian apuñalándolo con un trozo de vidrio.

Si *Fish and Elephant* es un texto luminoso que narra la victoria de una mujer sobre las convenciones sociales, la tradición patriarcal o el abuso de poder a través de la reapropiación del propio cuerpo/mente, *Dam Street* es justamente todo lo contrario. Yun es capaz de borrar su pasado al transformarse en una mujer independiente, profesional, que colabora en el mantenimiento de la precaria vida de su

madre; sin embargo, no es capaz de borrar la culpa que siente, y que se transforma en pasividad y resignación cada vez que acepta el castigo social sobre su cuerpo. En este sentido, como señala Mary Douglas (1978, 89), el cuerpo social condiciona el modo en que percibimos el cuerpo físico: “La experiencia física del cuerpo, modificada siempre por las categorías sociales a través de las cuales lo conocemos, mantiene a su vez una determinada visión de la sociedad. Existe pues un continuo intercambio entre los dos tipos de experiencia de modo que cada uno de ellos viene a reforzar las categorías del otro”. La contradicción del personaje nace, así, del choque entre lo que la sociedad le dice que es y lo que ella quiere ser, y, en cierta medida ya es, aunque no pueda verlo.

La lucha constante de Yun por mantener las riendas de su vida se materializa en su rechazo al matrimonio en una sociedad, tremadamente actual, en la que la felicidad de una mujer depende en exclusiva de que pueda (o no) conseguir un hombre. Aun cuando trae consigo más humillación, Yun conserva este rechazo frente a su madre o frente a sus amigas que se burlan solapadamente de su romance con Wanjin. O en la escena en la que el jefe Qian intenta manosearla, le ofrece dinero a cambio de sexo y le recuerda que es una mujer pública de cuyo cuerpo puede sacar provecho sexual incluso un hombre casado. La alusión soterrada a Wanjin, y a su escaso poder, no sólo marca una clara diferencia entre el estatus social de los dos hombres, sino que pone en duda la propia virilidad del amante, que representa en el texto al patriarcado recesivo (Liu y Zhao 2015, 92-93).

La sexualidad de Yun, percibida por los demás personajes como antinatural y desviada, es el origen de su fuerza y la que le permite entrar en contacto con el pequeño Xiaoyong desde el principio, cuando él la espía desnuda en la ducha. Más adelante, el complejo de Edipo traspasa la frontera de la práctica *voyeur*, cuando el niño le pide que lo espere y que se case con él cuando sea vieja y nadie la deseé. El pacto lo sellan con un beso en la mejilla, un beso de enamorados, pero también un único beso de madre e hijo que no se repite en la hermosa secuencia final de despedida y de reconocimiento (entonces Yun ya sabe que Xiaoyong es su hijo). Por amor a Xiaoyong, por no separarlo de su madre adoptiva, Yun ha aceptado casarse con Wanjin y alejarse del niño, aunque él no lo entienda; por amor a Xiaoyong decide, finalmente, marcharse a Shenzhen, la ciudad de la prostitución.

3. Un giro hacia la modernización

Muy diferente a las anteriores, más por el estilo en la narración que por su temática, es la tercera película de Li Yu, *Ping Guo/Lost in Beijing* (2007), en la que se cuenta la historia de dos parejas que entrelazan sus vidas en el gran Beijing. Como en *Fish and Elephant*, Li vuelve a enseñar a sus protagonistas mientras mantienen relaciones sexuales (en esta ocasión heterosexuales), pero tanto la apertura de los planos, que en esta ocasión descubren cuerpos desnudos completos, como el

número de escenas eróticas, hicieron que la película y su productora tuviesen problemas con la censura. En 2008 la Administración Estatal de Radio, Cine y Televisión (SARFT), que había aceptado el guion con múltiples modificaciones, prohibió totalmente su exhibición y suspendió a la productora Laurel Film durante dos años (Ho 2014, 243-244). Pese a todo, *Lost in Beijing* logró llegar al público chino vía Hong Kong y traspasó las fronteras nacionales y continentales gracias a su estreno internacional en la Berlinale. La recepción de la película, sin embargo, fue desigual fuera de China, pues mientras en EEUU la crítica de los grandes medios la calificó de caótica, artificiosa y de abusar de escenas sexuales explícitas, en Europa sorprendió gratamente por su descarnado retrato de la gran metrópoli y por su experimentalismo en la narración.

Mucho más próxima al cine realizado por los directores de la sexta generación, *Lost in Beijing* presenta a la ciudad como un personaje fundamental que impulsa y determina la actuación y las elecciones de los personajes. Desde su exhibición inicial a través de múltiples fragmentos que reconstruyen el espacio fílmico de forma acelerada, la ciudad está siempre presente: sus rascacielos y sus templos, su riqueza y su pobreza, su tráfico caótico, la omnipresente imagen de Mao Zedong en muros, en estandartes y en enormes fajos de billetes. El paso del cine costumbrista de las dos primeras películas, más cercanas en su estilo a la quinta generación (Wei 2011), a este nuevo cine urbano se ve con claridad en la forma de representación espacial: en *Dam Street* se mantiene el espacio rural; en *Fish and Elephant*, pese a que la historia se desarrolla en la metrópoli, la ciudad es sólo un escenario, prácticamente invisible, en el que recién comienzan a emerger los conflictos que plantean la migración y el desarraigo. El cambio de escenario y su importancia dentro del texto (ya no una calle cualquiera, sino una ciudad en concreto) influye en el discurso, y tiene importancia dramática y estética en el modo de presentación de la imagen disorgánica, desencuadrada, a veces desenfocada, compuesta por múltiples planos sucesivos, breves y muy rápidos, que son trasunto de la historia y del estado de ánimo de los personajes, perdidos en Beijing.

La película narra la historia de una joven pareja (Pingguo y An Kun) que acaba de llegar a la capital junto a su amiga Xiaomei. Las dos chicas trabajan en una lujosa casa de masajes propiedad de Lin Dong y An Kun limpia los cristales de los rascacielos. Un día Xiaomei hiere a un cliente que quiere manosearla y es despedida, Pingguo intenta consolar a su amiga y ambas se emborrachan. Cuando Pingguo regresa a la casa de masaje se tumba en la cama de una de las habitaciones y es violada por su jefe, justo en el momento en que An Kun está limpiando los vidrios de ese mismo cuarto. En un primer momento An Kun rechaza a Pingguo, luego también la viola e inmediatamente después comienza a pensar cómo sacar provecho económico de lo sucedido. Intenta entonces extorsionar al jefe Dong, pero, al no obtener resultados, acude a su esposa, Wang Mei, con la que aprovecha para tener relaciones sexuales. Cuando Pingguo cuenta a su marido que está embarazada, An Kun ve una segunda oportunidad de conseguir dinero de Dong,

que no ha tenido hijos debido a la esterilidad de Wang Mei. An Kun vende al niño y a su esposa y continúa sus encuentros sexuales con Wang Mei durante todo el embarazo de su esposa Pingguo.

Lost in Beijing presenta paralelismos importantes con *Fish and Elephant* en cuanto a la manera en que son relatados episodios de fuerte carga dramática. En *Fish and Elephant* todas las secuencias de entrevistas con los pretendientes mantienen el tono cómico, así como el distanciamiento propio de la ironía. En *Lost in Beijing* ésta es reemplazada por el absurdo exagerado de una mueca cómica perturbadora, que aparece en la primera violación de Pingguo y luego en los dos momentos en los que los maridos acuerdan y cierran el trato de venta del cuerpo de Pingguo y que resalta aún más la violencia de los acontecimientos. También hay una clara comicidad en la caracterización de los personajes masculinos, como, por ejemplo, en el infantilizado An Kun, inconsciente, inseguro y algo gamberro, que gasta bromas tontas al jefe o juega tumbado en el suelo a levantar torres con los fajos de billetes. Del choque entre la tragedia (de los acontecimientos que se relatan) y la comedia (en la manera en que muchos de ellos son relatados) nace la extrañeza que permite fluir al relato y esquivar la violencia emocional que genera el comportamiento de los personajes masculinos, por lo menos hasta que se produce el clímax y la ironía deja de tener cabida en la diégesis.

Uno de los aspectos más impactantes y presentes a lo largo de todo el texto es la violencia intrafamiliar extrema en ambos matrimonios, independientemente de su estatus socioeconómico. En el caso de An Kun, la violencia del machismo se representa en la violación de la esposa, en los golpes, la venta de su cuerpo y el maltrato psicológico continuo. En el caso del jefe Dong, la violencia es más sutil, pero igualmente efectiva, pues consiste en ignorar a su esposa. Pese a que, como se ha visto, en el año de estreno de la película habían sido promulgadas en China tres leyes del regulación del matrimonio que intentaban transformar las relaciones matrimoniales, la primera Ley de prevención de la violencia doméstica se promulgó en 2016, fruto de multiplicación de los casos de maltrato. Sin embargo, como señala Lindberg (2021, 2), la eficacia es cuestionable desde su origen, pues promueve, a la vez, la armonía familiar y la estabilidad social confuciana que, en muchos casos, lleva asociada el silenciamiento de los conflictos intrafamiliares y de las agresiones.

Otro aspecto importante en la película es que las mujeres de la historia se encuentran siempre fuera del espacio de la comicidad y fuera de la mirada irónica. La inocente Xiaomei acaba prostituyéndose a cambio de pequeños bienes materiales (como un teléfono móvil) y es asesinada por uno de sus clientes. La exitosa y estéril Wang Mei pierde a su marido y a su amante, y, más importante, pierde su guerra personal contra la juventud de Pingguo (su autoestima). Y Pingguo, que desde el principio lo había perdido todo, abandona la casa de Dong con aquello que todos los personajes desean: su hijo. Pierdan o ganen, para ellas no hay posibilidad de jugar, de volver a ser niñas, porque sostienen en silencio el sistema que las opprime, las golpea, las humilla, y que juega con sus cuerpos. Especialmente

importante es el momento en que Pingguo, que siempre ignora lo que su marido se trae entre manos, toma la decisión de abortar. Pese a que dice a An Kun que está en su derecho a hacerlo, pues se trata de su cuerpo, pronto se da cuenta de que esto no es así cuando acude sola a una clínica clandestina en la que oye horrorizada los gritos de una paciente y se siente indefensa. El intento de Pingguo de reappropriarse de su cuerpo fracasa momentáneamente porque todo el sistema está diseñado para que así sea, a través de la glorificación de la maternidad.

La denuncia inteligente de los sistemas de explotación, así como de sus violentas estrategias de disciplina, atraviesa aquí la corporalidad de las mujeres en el sentido que propone Silvia Federici (2010, 27-29), al hacer un símil entre cuerpo/mujer y fábrica/trabajador asalariado varón. Los tres personajes iniciales son absorbidos por el capitalismo (al que venden sus cuerpos); sin embargo, el texto deja claro que la explotación es una práctica masculina que trasciende clases sociales, pues, para Pingguo, el sometimiento proviene no sólo del poder económico del patrón (que la compra), sino del poder del marido (que la castiga) al transformar su cuerpo en una fábrica para producir dinero. Como sucede con los cuerpos de Xiaoqun y de Yun en las películas anteriores, el cuerpo de Pingguo es lugar de comercio y de espectáculo, y también es mercancía de cambio en una sociedad en la que todo se vende y todo se compra. El poder de Dong, basado únicamente en el dinero, lo autoriza a la violación, lo protege del castigo cuando compra el silencio de sus víctimas y le regala lo único que no puede poseer. El poder de An Kun, que no radica en el dinero, es, sin embargo, similar al de Dong, ya que también lo autoriza a la violación y al terrible maltrato físico y psicológico de su esposa. El poder de Wang Mei, en cambio, es casi ilusorio, pues, si bien el dinero la protege de ser tratada y vendida como las demás mujeres por ser la esposa del jefe y le permite obtener los favores sexuales de An Kun, no la autoriza a opinar ni a intervenir en las decisiones (no es productora sino derrochadora estéril). De hecho, las condiciones que en principio Wang Mei impone a su marido para aceptar a Pingguo en su casa, al final no tienen ningún valor y a nadie importan cuando ella comienza a no ser más que un cuerpo invisible en su propia casa.

4. Conclusiones

En sus veinte años de trayectoria profesional, Li Yu ha realizado siete películas que retratan con nitidez la historia del cine chino post Mao Zedong, en las que los cuerpos de los personajes femeninos establecen distintos tipos de relaciones con los contextos sociales en los que se inscriben. Independientemente de su pertenencia al espacio rural o urbano, de su clase socioeconómica, de su autodefinición genérico-sexual o de su contexto histórico, todos estos cuerpos experimentan una tensión irresoluble y violenta con su entorno próximo, cimentada sobre la ruptura de los valores tradicionales de la familia china. La gran riqueza del cine

de Li radica, precisamente, en esta multiplicidad de propuestas de representación de los distintos tipos de mujer que circulan por los márgenes sociales y que ponen en jaque las tradiciones culturales de la China de finales del siglo XX y comienzos del XXI.

Pese a que, como se ha señalado, algunos autores han puesto en duda el carácter feminista de las películas de Li (y de su aporte a una reflexión real sobre el género), es interesante notar que en las dos primeras películas referidas las protagonistas parecen anticipar el fenómeno de lo que Shen (2016, 17) ha denominado “las mujeres sobrantes” o “leftlover women”: mujeres autónomas, que deciden no casarse y que poseen una profesión⁶. En tanto precursoras, las mujeres de Li esbozan, sin duda, una primera etapa en la lucha por la reapropiación del cuerpo, así como en la reflexión sobre temas como la maternidad, la relación con la madre, el matrimonio o la violencia contra las mujeres, a la vez que descubren las complejas y contradictorias relaciones que estas mujeres, en busca de su libertad, establecen con las fuerzas que comercian con sus cuerpos.

Como afirma Shen (2016, 16), la recuperación de la imagen “femenina” de las mujeres en la China posterior a Mao no contó con una reflexión seria sobre temas de género, lo que redundó en la reinserción de los valores tradicionales y de la desigualdad de género, a las que se sumaron la violencia de los intereses comerciales de un país que se abría al capitalismo, la invisibilización del cuerpo femenino y la “despolitización del género”, especialmente entre la juventud marginada (Yang y Fei 2017, 63). En este contexto, y pese a que el gobierno chino se ha comprometido en numerosas ocasiones en los últimos años a proteger los derechos de las mujeres, en la práctica, como señala Lindberg (2021, 3), continúan sin tolerarse los discursos que cuestionan el orden social existente o que desafían a las autoridades⁷. Por esta razón, el papel que cumplen las mujeres relacionadas con los medios audiovisuales, el cine o las redes, ha sido y continua siendo fundamental en la creación de un espacio de debate que permita la denuncia y fomente la reflexión sobre los problemas de género, porque, como señala Huang Shuqin:

Primero está el género, luego está la persona. Si se pierde el género, ¿cómo se puede tener una auténtica individualidad? En el trabajo de una directora, incluso en mi propio trabajo anterior, el modo narrativo no es, sin embargo, enteramente producto de la conciencia de las mujeres. Sin que uno realmente sea consciente de ello, las caracte-

⁶ Como explica Shen (2016, 17), existen dos generaciones feministas que surgieron en China durante las tres últimas décadas. La primera se centró en la lucha por la obtención de leyes justas para las mujeres y la segunda en actividades de visibilización generalmente asociadas al activismo, tanto en el espacio real como en el virtual. Las “mujeres sobrantes” pertenecen a la segunda y destacan por ser mujeres que se mantienen voluntariamente solteras y que poseen una educación.

⁷ Un ejemplo de ello es el caso de las cinco feministas que en marzo del año 2015 fueron encarceladas 37 días por repartir información sobre la igualdad de género (Lindberg 2021, 3).

rísticas específicas de la narrativa de las mujeres son asimiladas y diluidas por la ideología dominante; quedan atrapados dentro de un esquema narrativo superestable de siglos de antigüedad y no pueden salir⁸. (Li 2011, 113-114)

El comentario de Huang permite a Li preguntar qué es el cine de mujeres y qué es ser mujer. ¿Es posible un cine feminista?, ¿cuáles deberían ser sus características? La conclusión de Li (2011, 113), a la estela de las palabras de Huang, es que no es posible plantear estas preguntas al margen del contexto histórico, cultural y político particular en el que han sido hechas. La ineludible relación dialógica que existe entre las voces fuertes y dominantes de una época (culturales) y las voces particulares de cada mujer dan forma y definen los procesos de autoconsciencia. Los personajes marginales e inconformistas de Li Yu representan a esas voces particulares, mientras que sus películas son un extraordinario registro de las conflictivas relaciones dialógicas.

Conflictos de intereses

Declaro no tener conflictos de interés.

Referencias bibliográficas

- Botton Beja, Flora. 2016. "Algunas consideraciones sobre las relaciones intrafamiliares y las redes de apoyo en la China actual." *Estudios de Asia y África* 51(3): 511-530. DOI: <https://doi.org/10.24201/eaa.v51i3.2243>
- Confucio. 1998. *Analectas*. Traducción de Alfonso Colodrón. Madrid: Edaf.
- Cui, Shuqin. 2003. "Searching for Female Sexuality and Negotiating with Feminism. Li Yu's Film Trilogy." En *Chinese Women's Cinema. Transnational Contexts*, editado por Lingzhen Wang, 213-231. Nueva York: Columbia University Press.
- De Lauretis, Teresa. 2000. *Diferencias. Etapas de un camino a través del feminismo*. Traducción de María Echániz Sans. Madrid: Horas y HORAS.
- Douglas, Mary. 1978. *Símbolos naturales. Exploraciones en cosmología*. Traducción de Carmen Criado. Madrid: Alianza.
- Federici, Silvia. 2010. *Calibán y la bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria*. Traducción de Verónica Hendel y Leopoldo Sebastián Touza. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Foucault, Michel. 1976. *Vigilar y castigar*. Traducción de Aurelio Garzón del Camino. Buenos Aires: Siglo XXI.

⁸ "First there is gender, then there is the person. If gender gets lost, how can you have an authentic individuality? In the work of a female director, including in my own previous work, the narrative mode is not, however, entirely the product of women's consciousness. Without one really being aware of it, the specific features of women's narrative are assimilated and diluted by mainstream ideology; they get trapped inside a centuries old, superstable narrative schema and can't get out."

- Ho, Wing Shan. 2014. "On-Screen Neo-Liberalism and Off-Screen State Control—Filmmaking in Contemporary China." *Studies in the Humanities* 39-40(1-2): 233-254.
- Li, Xingyang. 2011. "The Voice of History and the Voice of Women." En *Chinese Women's Cinema. Transnational Contexts*, editado por Lingzhen Wang, 113-131. Nueva York: Columbia University Press.
- Lindberg, Frida. 2021. Women's Rights in China and Feminism on Chinese Social Media. *Issue & Policy Briefs*. Washington: Institute for Security & Development Policy. Disponible en <https://isdp.eu/publication/womens-rights-in-china-and-feminism-on-chinese-social-media/>
- Liu, Zhaohui, & Yushan Zhao. 2015. "Patriarchal Representations in *Dam Street*." *Asian Social Science* 11(22): 91-95. DOI: <https://doi.org/10.5539/ass.v11n22p91>
- Pekander, Carla. 2019. "From underground to mainstream. Female characters in the feature films of Li Yu." Tesis de Máster. Helsinki: University of Helsinki.
- Shen Yifei. 2016. *Feminism in China: An Analysis of Advocates, Debates, and Strategies*. Shanghai: Friedrich Ebert Stiftung.
- Shi, Liang. 2004. "Beginning a New Discourse: The First Chinese Lesbian Film 'Fish and Elephant'." *Film Criticism* 28(3): 21-36.
- Tan, Xiaobing. 2003. "Rural Women and Social Change in New China Cinema: From Li Shuangshuang to Ermo." *Positions: East Asia cultures critique* 11(3): 647-674. DOI: <https://doi.org/10.1215/10679847-11-3-647>
- Wang, Lingzhen. 2011. *Chinese Women's Cinema. Transnational Contexts*. Nueva York: Columbia University Press.
- Wei, Shiyu Louisa. 2011. "The Encoding of Female Subjectivity: Four Films by China's Fifth-Generation Women Directors." En *Chinese Women's Cinema. Transnational Contexts*, editado por Lingzhen Wang, 173-190. Nueva York: Columbia University Press.
- Yang, Wenqi y Yan Fei. 2017. "The annihilation of femininity in Mao's China: Gender inequality of sent-down youth during the Cultural Revolution." *China Information* 31(4): 63-83. DOI: <https://doi.org/10.1177/0920203X17691743>

Cora Requena. Profesora de Teoría Literaria y Cinematográfica, Medios y Adaptación en la Facultad de Ciencias de la Información de la Universidad Complutense de Madrid desde 2003. Es directora del Seminario de Estudios de Género y Cultura Creativa y del Seminario internacional de Prácticas Transescripturales (UCM). Es especialista en cultura japonesa y autora del libro *El mundo fantástico en la literatura japonesa* (Ed. Satori), además de numerosos artículos sobre el tema. Actualmente desarrolla su investigación en la Universidad Complutense y en la Universidad de Chile.

Artículo recibido el 16 de abril y aceptado para su publicación el 19 de agosto de 2022.

INFLUENCIAS FAMILIARES Y EDUCATIVAS EN LA INFANCIA Y JUVENTUD DE MUJERES ALTAMENTE CREATIVAS

 *Marina Porto**

 *Manuela Romo***

Resumen

En este estudio buscamos identificar influencias para el desarrollo de la creatividad de mujeres reconocidas. Entrevistamos 25 mujeres, de 38 a 79 años. Los datos, analizados con la teoría fundamentada, fueron sistematizados en tres categorías: influencias familiares; características de la niñez y adolescencia; y aprendizaje. Los resultados indican incentivos y desafíos vividos en edad temprana, procedentes del ámbito familiar y de situaciones externas. Muchas participantes se sentían diferentes en la infancia, sensación que generaba disfrute y orgullo. Identificamos estrategias de aprendizaje formal y autónomo, que resultaron en formaciones interdisciplinarias y multiculturales. Discutimos la variedad de trayectorias y los obstáculos de género rumbo al éxito creativo.

Palabras clave: Creatividad, educación, eminencia, familia, vidas tempranas.

Resumo

Influências familiares e educacionais na infância e juventude de mulheres altamente criativas

Neste estudo buscamos identificar influências para o desenvolvimento da criatividade de mulheres reconhecidas. Entrevistamos 25 mulheres, de 38 a 79 anos. Os dados, analisados por meio da teoria fundamentada, foram sistematizados em três categorias: influências familiares; características da infância e adolescência; e aprendizagem. Os resultados indicam incentivos e desafios na infância e juventude, oriundos do ambiente familiar e de situações externas. Muitas participantes sentiam-se diferentes na infância, sentimento que gerou prazer e orgulho. Identificamos estratégias formais e autônomas de aprendizagem, que resultaram em uma formação interdisciplinar e multicultural. Discutimos a variedade de trajetórias e os obstáculos no caminho para o sucesso criativo.

Palavras-chave: Criatividade, educação, eminência, família, vidas precoces.

* Universidad Autónoma de Madrid (UAM), Madrid, España.
Dirección postal: Ciudad Universitaria de Cantoblanco, 28049 Madrid, España.

Correo electrónico: marina.portoribeiro@ucu.edu.uy

** Universidad Autónoma de Madrid (UAM), Madrid, España.
Dirección postal: Ciudad Universitaria de Cantoblanco, 28049 Madrid, España.
Correo electrónico: manuela.romo@uam.es

Abstract**Family and Educational Influences on the Childhood and Youth of Highly Creative Women**

In this study we seek to identify influences for the creativity development of recognized women. We conducted interviews with 25 women, between 38 and 79 years old. The data, analyzed through grounded theory, were systematized into three categories: family influences; characteristics of childhood and adolescence; and learning. The results indicate incentives and challenges, coming from the family environment and from external situations. Many participants saw themselves as different in childhood, a feeling that generated enjoyment and pride. We identified formal and autonomous learning strategies, which resulted in an interdisciplinary and multicultural education. We discuss the variety of trajectories and gender barriers to creative success.

Keywords: Creativity, education, eminence, family, early lives.

1. Introducción

Las vidas tempranas de personas altamente creativas, o eminentes, suelen generar curiosidad, y son investigadas en el ámbito científico con el objetivo de identificar características que favorecen el desarrollo de la creatividad. La familia, el desarrollo infantil, los traumas y la formación educativa son algunos de los aspectos profundizados en entrevistas y análisis biográficos (por ejemplo, Galton 1874; Reis 1995; Gute *et al.* 2008; Kronborg 2008; Damian & Simonton 2014; Kronborg 2021; Reis 2021). Históricamente, hay más hombres reconocidos como eminentes, y consecuentemente más estudios sobre ellos; sin embargo, las características de edades tempranas pueden variar especialmente en función del género (Mockros y Csikszentmihalyi 2000). Investigaciones sobre influencias tempranas para la creatividad de mujeres son necesarias, teniendo en cuenta los contextos doméstico familiar y educacional.

1.1. Contexto doméstico familiar

Tras años de estudios sobre mujeres eminentes en diversos dominios, Reis recapitula las trayectorias personales y profesionales que reflejan elecciones y bloques de género presentes desde la infancia (Reis 2021). El apoyo familiar forma parte del Modelo para la Realización del Talento (Reis 1995), corroborado por la autora en 2021 en un análisis de 15 mujeres americanas reconocidas por sus producciones creativas relevantes, aunque el apoyo familiar no necesariamente se aplica en la perspectiva intelectual y académica. Investigando 10 australianas eminentes, otra investigadora destaca la importancia de tener aliados en la familia (Kronborg 2008, 2021). Las participantes del estudio en Australia eran conscientes de que no hubieran logrado sus éxitos sin el incentivo de su familia.

El apoyo familiar en temprana edad, evidenciado en las investigaciones con mujeres eminentes, corrobora los planteamientos sobre talento y creatividad que no están restringidos al género femenino (Csikszentmihalyi, Rathunde y Whalen 1993). Según el Modelo Familiar Complejo, propuesto por esos investigadores, las familias que proporcionan apoyo y autonomía desafían y nutren la creatividad de los niños y adolescentes. Ese sostén parental estimularía los niños a expresarse y comprometerse con tareas creativas. Sin embargo, hay casos conocidos de hombres y mujeres brillantes y famosos que tuvieron infancias solitarias, sin amparo y aliento familiar, como Marilyn Monroe (nombre artístico de Norma Jeane) o Charles Chaplin (Mulvey 2017).

Los obstáculos presentes ya en el seno familiar también pueden ser un estímulo para la creatividad. Aunque, en menor medida que los ambientes familiares afectivos, también los ambientes conflictivos, que involucran rechazo de los padres o enfrentamientos, pueden favorecer comportamientos creativos. Los conflictos y la diversidad psicológica en la unidad familiar fueron señalados como recursos para que las personas desarrollaran la apertura a la experiencia y la capacidad de ver el mundo en diferentes perspectivas. Si, de un lado, los miembros de la familia pueden ser considerados modelos, de otro lado, también pueden tener un rol de anti-modelos, lo que impulsaría la implicación profesional (Guo, Zhang y Pang 2021).

Además de la controversia sobre el tipo de ambiente familiar que estimula la creatividad, hay que tener en cuenta los matices del género. En el estudio de Mockros y Csikszentmihalyi (2000), aunque entre los 17 hombres y 12 mujeres eminentes, la mayoría hubiese descrito ser reconocido e incentivado por adultos en la infancia, los varones eran más frecuentemente privilegiados en sus familias. En ese sentido, las mujeres eminentes se percibían incentivadas cuando niñas, pero a la sombra de sus hermanos; y los hombres eminentes relataron anécdotas que demostraban haber tenido más oportunidades y apoyo, aunque considerasen a sus hermanas más listas. Las mujeres percibían límites en las aspiraciones profesionales que sus ascendientes tenían hacia ellas. Más allá del tratamiento diferenciado manifestado por los ascendientes, la internalización de las influencias familiares puede ser diferente entre hombres y mujeres. En otra investigación sobre los efectos de los estilos parentales en el fomento del pensamiento creativo, se observó que el estilo de crianza tenía mayor impacto en las niñas. Por un lado, el rechazo de los padres era más dañino para las niñas que para los niños, por otro lado, la calidez emocional favorecía más el pensamiento creativo de las niñas en comparación a los niños (Zhao y Yang 2021).

Aunque se pueda considerar consensual la relevancia del papel de la familia en el fomento de la creatividad y en el logro de la eminencia, todavía falta información para comprender cómo ocurre esa influencia del ambiente. Teniendo en cuenta las diferencias de género y que las mujeres son menos privilegiadas en dominios y ámbitos socialmente valorados, más investigaciones son necesarias.

1.2. Contexto educacional

En la actualidad, el desarrollo de la creatividad se ha vuelto un imperativo para la educación (Hernández-Torранo y Ibrayeva 2020). En los casos de mujeres altamente creativas, se ha verificado que el interés inicial por carreras de alto nivel en la infancia está relacionado con las clases a las que ellas asistieron o con el entusiasmo de profesores/as que les inspiraron. Las que hablaban con pasión de su período escolar describían proyectos especiales u oportunidades de enriquecimiento; otras, con pesar, se quejaban de la rigidez de las escuelas y de la falta de oportunidades para manifestar la creatividad (Reis 2021).

Los/as estudiantes potencialmente más creativos/as tienen actitudes, valores y comportamientos poco convencionales, que desagradan a los/as profesores/as más ortodoxos/as y desafían políticas educacionales tradicionales; quizás por eso, ellos/as no suelen limitarse a los caminos convencionales de escolarización, buscando caminos poco comunes (Csikszentmihalyi y Wolfe 2000). Se argumenta que las experiencias educativas diversificadas en el desarrollo de los genios creativos potencia su libertad cognitiva y flexibilidad (Damian y Simonton 2014). Esa diversidad educativa involucra, además de los cursos extracurriculares, estudiar en el exterior, tener diferentes mentores, o explorar diferentes ramas del conocimiento (Simonton 2000). Mientras la mayoría de los/as estudiantes se especializa profundamente en un tema único de interés, los/as científicos/as revolucionarios/as invierten también en el aprendizaje periférico de su dominio, ingrediente esencial para su éxito creativo (Simonton 1984).

Las entrevistadas por Reis eran buenas estudiantes, pero no eran las estudiantes más destacadas de la clase y tampoco eran consideradas superdotadas intelectuales (Reis 1995). No hace falta ser el mejor de la clase según los criterios del/de la profesor/a, para alcanzar la originalidad; más bien es importante percibir el mundo a partir de diferentes enfoques, cuestionar las imposiciones de la sociedad e imaginar cosas imposibles. Esa actitud, que muchas veces rompe paradigmas en el sistema educativo, puede ser difícil y molesta, especialmente en edades tempranas (Damian y Simonton 2014), lo que supone una independencia frente a la mayoría del alumnado.

Considerando que la investigación sobre creatividad y logros de mujeres es una necesidad del siglo (Romo 2018) y que el estudio de las vidas tempranas de personas altamente creativas puede aportar datos relevantes para comprender el desarrollo de la creatividad (Mockros y Csikszentmihalyi 2000), proponemos el presente estudio. Nuestro objetivo es verificar las influencias tempranas, en los contextos doméstico-familiar y educacional, para el desarrollo de la creatividad de mujeres que lograron grandes reconocimientos en sus dominios en España y contribuir en esa línea de análisis que presenta resultados variados y controversias.

2. Método

En esa investigación fue adoptada la metodología cualitativa, con autorización del Comité de Ética en Investigación institucional. Analizamos 25 entrevistas realizadas con mujeres altamente creativas en sus dominios por medio de la teoría fundamentada (Strauss y Corbin 2008).

2.1. *Participantes*

Fueron entrevistadas 25 mujeres con edades entre 38 y 79 años ($M = 59,34$; $DE = 10,8$), que habían sido reconocidas socialmente por sus importantes aportes a sus dominios. Entre ellas, 23 eran nacidas en España, una en Marruecos y una en Francia. Sus niveles de formación eran: doctorado o postdoctorado ($N = 9, 36\%$), postgrado/máster ($N = 10, 40\%$); licenciatura ($N = 5, 20\%$) y bachillerato ($N = 1, 4\%$). Había mujeres de las cinco ramas del conocimiento, aunque en proporciones distintas: 14 eran de artes y humanidades (bellas artes, danza, diseño de moda, cine, fotografía, gastronomía, literatura, música), tres de ciencias de la salud (desarrollo humano, psicología, terapia ocupacional), cinco de ciencias sociales y jurídicas (derecho, negocios, periodismo), dos de ingeniería y arquitectura (arquitectura y construcción) y una de ciencias naturales (bioquímica). Todas las participantes nos dieron su consentimiento.

La selección de las participantes cumplió los criterios de la Teoría Sistémica de la Creatividad, que basa la definición que adoptamos en el presente estudio y se considera referencia en investigaciones académicas occidentales con perspectiva sociocultural (Csikszentmihalyi 1996). Para seleccionar a las participantes, tuvimos en cuenta el reconocimiento de sus productos creativos en sus dominios por parte del ámbito en el contexto español. Buscamos mujeres con premios representativos en sus áreas, como, por ejemplo, doctora honoris causa, estrellas Michelin, premio nacional de las letras.

Se describe seguidamente una mini biografía de participante para exemplificar los criterios considerados en la selección de la muestra:

P.5: Chef de cocina y empresaria, licenciada en comercio mercantil, se describe autodidacta en cocina, 66 años, tiene siete libros publicados, 10 premios y reconocimientos, condecorada con estrellas de la *Guía Michelín* y soles de la *Guía Repsol*.

2.2. *Instrumento*

La entrevista fue realizada a partir del guion (Csikszentmihalyi 1996), y contenía preguntas sobre la carrera, las influencias personales, los hábitos de trabajo, la creatividad y las perspectivas futuras. En el tópico de influencias, fueron explorados los temas más profundizados en el presente estudio: infancia, adolescencia,

familia, formación académica y educación. Ejemplos de preguntas del guion son: ¿Me puede hablar de cómo comenzó a interesarse por tu área de trabajo?; ¿Cómo sus actividades, compañeros y juegos de la infancia pueden haber influenciado su identidad personal y profesional?

2.3. *Procedimiento*

Las entrevistas fueron realizadas presencialmente, tuvieron una duración media de una hora y fueron grabadas. Los audios fueron trascritos para ser analizados por medio de la Teoría Fundamentada. Partimos de las preguntas de investigación y leímos las entrevistas varias veces para establecer códigos abiertos, que luego fueron relacionados en redes generando códigos axiales, y nos permitieron elaborar códigos selectivos de posibles respuestas a los objetivos del presente estudio (Strauss y Corbin 2008).

3. Resultados

Presentamos los datos organizados en tres categorías. En la primera categoría describimos aspectos de las relaciones familiares, en la segunda categoría mencionamos características de la niñez y en la tercera detallamos los códigos que reflejan el aprendizaje y la educación.

3.1. *Influencias familiares*

La familia como seno del desarrollo temprano del individuo fue mencionada en diversos momentos de las entrevistas. En la categoría influencias familiares contabilizamos los códigos: incentivo o apoyo de ascendentes y episodios negativos o neutrales. Veintidós participantes (88%) han relatado incentivo o apoyo de la familia ascendente para su dedicación al dominio. Las menciones involucraban anécdotas sobre el histórico académico o profesional de los familiares o de sus intereses y pasiones que originaron comportamientos de apoyo hacia las niñas. Algunas mujeres citaron más de un personaje familiar que le había incentivado. En 13 entrevistas (52%) hubo referencia a la madre, en 10 (40%) a los abuelos o abuelas y en nueve (36%) al padre. Una entrevistada describe la importancia del trabajo de su madre para el propio interés por el arte: “tuvo 7 hijos, y no se ha profesionalizado, pero nunca ha dejado de trabajar, en varios oficios, pintura, escultura, grabado... ella fue fundamental [...] había una actividad constante en mi casa con el dibujo, arte, manualidad” (P.4, artista plástica). Una participante catedrática de psicología menciona la influencia del abuelo: “las habilidades para mi campo son de mi abuelo... que fue catedrático de pedagogía, le dieron una medalla por su obra en la exposición de 1900 y yo le tengo dedicado ese libro” (P.20, psicóloga). La huella de la

pasión del padre por la literatura fue descrita por una escritora premiada: "mi padre era un lector compulsivo... había adquirido cultura leyendo. Me ha influido como modelo de lector, no escritor [...] digamos que él, sin quererlo, porque él no hizo nada para ello, pero me inculcó la afición a leer" (P.16, escritora).

En nueve entrevistas (36%) hubo referencia a episodios o características familiares que repercutieron como negativos o neutrales al desarrollo profesional de las mujeres. Paradójicamente, seis de esas participantes (24%) también habían mencionado algún tipo de incentivo familiar. Por ejemplo, en la cita: "mis intereses, que esos son muy míos... sin que esto venga de background. Mi familia es muy normalita, tirando a conservadora [...] no venimos de una familia donde esto lo hayamos mamado o nos hayan educado así" (P.15, coach y escritora). Una participante explica su percepción sobre el poder coercitivo de la familia hacia las niñas: "familias que llamamos estimulantes son coercitivas porque el deseo de la mujer es complacer, lo que hará será detectar las demandas que se formulan y se convierten en condicionantes [...] igual de limitativa una familia estimulante que una familia, digamos, castrante" (P.6, periodista).

3.2. Características de la niñez y adolescencia

En esa categoría organizamos códigos que hacían referencia a experiencias o intereses en edades tempranas: sentirse una niña diferente, y pérdidas o traumas. Observamos en 16 entrevistas (64%) que las mujeres describían percibirse como niñas diferentes de la mayoría. Esa percepción se ha dado por diferentes motivos, por los tipos de juego e intereses, porque tenían una actitud rebelde o por un sentimiento de percibir el mundo de manera diferente, como reflejan las siguientes citas: "no jugué juegos de niñas [...] yo protestaba porque me decían que una niña no puede jugar a ciertos juegos. Yo disfruté con mi hermano los juegos de indios, vaqueros y demás. Nunca jugué a las muñecas, no tengo instinto maternal" (P.5, chef); "no creo que haya tenido una infancia normal en ningún sentido [...] estaba muy sola y leía mucho y cuando fui al instituto, éramos noventa niñas en clase... pues era la única que leía" (P.22, periodista); "estaba algo adelantada a mi época... yo fui a un colegio de monjas, gracias a eso me hice atea muy pronto [...] Me expulsaron del colegio a los catorce años por promover una huelga, estábamos en la época de Franco" (P.2, ejecutiva).

En ocho entrevistas (32%) identificamos relatos de pérdidas o traumas que ocurrieron en edad temprana. En ese código consideramos episodios de sufrimiento, que involucraron fallecimiento de familiares cercanos, separación de los padres y enfermedades. Cinco participantes que sufrieron traumas y perdidas asociaron explícitamente esos desafíos a la inmersión y la pasión por sus dominios, como si la dedicación al talento le sirviera de refugio. Una escritora relata su enfermedad: "A los tres años padecí una enfermedad que era mortal en aquel momento, que era el tifus y que por fortuna se consiguió el medicamento que era la penicilina

que antes no existía [...] tuve reposo, ahí me leían cuentos y me aficioné a la literatura" (P.23, escritora). Otra mujer describe como la escritura fue su refugio: "yo escribí desde los 12 años... ese momento que unos se dan cuenta de pronto que estás solo y de que siempre vas a estar solo... la escritura es una especie de lugar muy bueno para todo" (P.17, escritora). La participante indica el impacto de los desafíos para su personalidad: "he tenido una familia desestructurada, cuando tenía 12 años mi padre abandonó a mi madre, y fue un poco escándalo aquella época. Nosotras en un colegio perfecto, social, yo sufrí mucho [...] a mí esto me forjó mi carácter" (P.13, artista visual).

3.3. Aprendizaje dentro y fuera del dominio

Analizamos los históricos académicos y consideramos los relatos de aprendizajes para identificar recursos y estrategias de formación de las entrevistadas. Los códigos organizados en esa categoría fueron: formación académica en su dominio de éxito, formación en área ajena, lectura como recurso, estancia internacional, aprendizaje autodidacta.

Verificamos que 21 mujeres (84%) tenían formación académica en el área de talento, aunque entre ellas seis dejaron o cambiaron las carreras universitarias y 12 (48%) realizaron una segunda formación en cursos de temáticas fuera de su dominio. Otras tres entrevistadas solamente tenían formación en área ajena. En total, 15 participantes (60%) realizaron cursos en áreas ajena al dominio de éxito, como se puede corroborar en las citas: "empecé a estudiar psicología [...] lo que me atraía muchísimo era la parte clínica... y entonces, como no llegaba y yo decía: Dios mío, de dónde saco ocho horas para violonchelo" (P.21, artista musical); "acabé las dos carreras (magisterio y biología) con 25 años. Una empresa y una célula es lo mismo [...] No puede vivir nada que no le entre más energía de la que sale, si eso deja de ocurrir es la muerte" (P.19, empresaria).

La lectura fue descrita como un recurso importante para 16 mujeres (64%), algunas veces mencionada como ocio, otras veces explícitamente relacionada con el proceso creativo en el dominio de éxito. Los libros eran recursos para aprendizajes dentro y fuera de sus campos de actuación, como reflejan las citas: "vi psicología social y antropología... yo recuerdo que leí en ese año más de 150 libros de psicología [...] daba todo el día la tabarra a todo aquel que me quisiera escuchar por aquello de que a mí me interesaba" (P.20, psicóloga); "leía mucho... biografías de personas que me inspiraban, Gandhi, Luther King, personas que llevaron su vida a seguir una visión espiritual. Mujeres que se saltaron las reglas, como puede ser Marie Curie u otras de ese tipo" (P.15, coach y escritora).

El aprendizaje en el dominio también fue asociado a estudios, trabajos u otras actividades realizadas en países extranjeros en un 56% de las entrevistas (N = 14), como en los casos a continuación: "me formé en Roma, eso fue fundamental. Ahí pedí una beca a México, donde fui dos años [...] Aprendí técnicas de grabado que

no había aprendido en otros sitios. Ese aprendizaje ha sido crucial... no lo he dejado hasta hoy" (P.4, artista plástica); "con catorce años estaba en Suiza aprendiendo francés... cuando aquí no había publicaciones para cocina importantes, yo ya leía en francés... allí empecé a saber cosas que tampoco había en España: la mantequilla buena, los croissants buenos, el pan" (P.11, chef).

El aprendizaje autodidacta fue mencionado por 10 participantes (40%). Relatos ilustran la categoría: "he ido a la universidad, pero no había cocina [...] he sido autodidacta en la amplia esencia de la palabra, he dedicado la vida a leer libros... a comer, a viajar, a empaparme de lo que pasa a nivel mundial" (P.11, chef); "tenía una biblioteca y sabía que no tenía criterio para elegir los libros, porque no tenía ni idea del asunto, empecé por la A y acabé por la Z, me leí todos... me los leí y lo hice. Lo apliqué" (P.19, empresaria).

4. Discusión

4.1. *Crianza con múltiples influencias e infancia diferenciada*

En la presente investigación fueron más frecuentes las menciones a incentivos familiares ($N = 22$, 88%) que episodios neutrales o negativos ($N = 9$, 36%). Por un lado, verificamos la relevancia del apoyo de la familia de origen para el desarrollo creativo, por otro lado, observamos que la desatención o la desestructuración familiar no son impedimentos para el éxito creativo en la adultez.

Más de la mitad de las participantes ($N = 13$, 52%) señaló espontáneamente, en las preguntas abiertas sobre influencias familiares, el incentivo materno. Los padres, en cambio, fueron menos mencionados ($N = 9$, 36%) que las madres y que abuelos o abuelas ($N = 10$, 52%). También en publicaciones anteriores, las madres fueron más frecuentemente citadas por mujeres eminentes como alentadoras del talento, aunque los padres hayan sido mencionados cuando las madres no cumplían esa función (Kronborg 2010).

En contraste al ambiente positivo, identificamos también menciones a episodios neutrales y negativos en la familia ($N = 9$, 36%) y traumas en la infancia ($N = 8$, 32%). Esas situaciones, aunque percibidas como adversidades, según las participantes, también pudieron ser propulsoras de la creatividad. Los relatos reflejaban sufrimiento y pesar, pero también resiliencia. Consideramos valioso desmitificar el estereotipo de la familia perfecta que promueve una infancia súper protegida y con ambientes súper enriquecidos, propagada en los días actuales en el mundo digital (Abetz y Moore 2018). La sobrestimulación y la superprotección pueden ser contra-productivas; los niños y las niñas deben sentirse desafiados/as, independientes y autónomos/as para creerse capaces de innovar y pensar diferente (Gute *et al.* 2008). Los estándares de felicidad y positividad protagonizados por creadores de contenido en escenas colgadas en las redes sociales generan angustia y expectativas

irreales en madres y padres (Abetz y Moore 2018). Como pudimos corroborar en la presente investigación, mujeres que lograron grandes reconocimientos tienen historias de vida complejas, y algunas pasaron por desafíos en edades tempranas.

Los/as creadores/as eminentes suelen presentar características complejas de personalidad y ser tolerantes a la ambigüedad (Csikszentmihalyi 1996). En ese sentido, la organización interna de la familia debe proporcionar la integración, pero también la diversificación. La integración involucra armonía y ayuda, un ambiente que fortalece la pertenencia, la acogida, la seguridad psicológica. La diversificación, por su parte, promueve la autonomía, la autenticidad, para que el individuo busque nuevas oportunidades y se anime a arriesgarse (Gute *et al.* 2008). Comprendemos que las experiencias adversas y no positivas a lo largo del desarrollo de las participantes del presente estudio pueden haber promovido la diferenciación, reforzando rasgos individuales de apertura, perseverancia, disciplina, disposición para asumir riesgos – características fundamentales para elaborar ideas creativas.

La diferenciación promovida en la familia se ve también reflejada en la auto-percepción en la infancia según 15 participantes del presente estudio (64%). Ellas se sentían diferentes por sus intereses, juegos, actitudes o sentimientos. En ese sentido, rompieron estándares desde edades tempranas. Por lo general, los niños y niñas suelen buscar sentirse pertenecientes e identificarse con compañeros/as, características que fueron relacionadas al bienestar socioemocional, el optimismo, el entusiasmo, la persistencia y con el logro académico en muestras generales (Palikara *et al.* 2021). Sin embargo, en personas altamente creativas, desde hace mucho se argumenta que la soledad es una característica común (Torrance 1970). En una muestra de estudiantes de secundaria considerados/as superdotados/as, se verificó que no había correlación entre los indicadores del test de pensamiento creativo y la soledad o los síntomas de sufrimiento psicológico (Ogurlu, Yalin y Yavuz Birben 2018). Los autores consideraron que la inteligencia funcionaría como factor protector a las implicaciones psicológicas negativas de sentirse diferente a la mayoría. En nuestro estudio, no analizamos indicadores de inteligencia o el concepto de superdotación; aun así, tampoco percibimos que las mujeres asociaban la sensación de ser diferente en la infancia a la soledad o problemas psicológicos. Más bien observamos el disfrute, el acercamiento a sus intereses y cierto orgullo por ser adelantada, rebelde o discrepante.

En estudios con muestras exclusivamente femeninas, la percepción de ser o vivir cosas diferentes cuando jóvenes también fue manifestada, por diferentes razones – como estatus socioeconómico, pérdidas familiares, intereses –, por ser pionera o por su género (Kronborg 2010). Ese fenómeno también fue descrito como no convencionalidad, señalado como una característica de las mujeres creativas retratadas en artículos científicos publicados desde el 2011 al 2021 (Porto y Romo 2021). Las autoras advierten que esa característica fue descrita en tono negativo en los artículos revisados, reforzando que el logro femenino es raro y proveniente de

mujeres excepcionales. Destacamos la importancia de valorar e incentivar la diversidad en la infancia, como una característica motriz de la creatividad, para romper especialmente los estereotipos de género. Si la sociedad mantiene la creencia implícita de que solamente los niños se convertirán en grandes creadores (Storage *et al.* 2020), las niñas creativas continuarán siendo reprochadas por ser diferentes, además de ser consideradas raras o susceptibles a problemas psicológicos. Como observamos en esa investigación, la diferenciación en la infancia es un frecuente comienzo para vidas altamente creativas.

4.2. Formación autónoma, interdisciplinaria, multicultural

Casi todas las mujeres entrevistadas ($N = 21$, 84%) describieron tener formación académica en su materia de talento; las excepciones fueron las participantes de cocina ($N = 2$, 8%), moda ($N = 1$, 4%) y cine ($N = 1$, 4%). Hay que considerar que la media de edad fue de 59 años, y que, en su momento de elegir una formación universitaria, no había oferta académica en esas áreas. Las que no sacaron título universitario y otras participantes, probablemente en función de su gran interés y curiosidad, buscaban absorber contenido además por medio de lecturas ($N = 16$, 64%) y aprendizaje autodidacta ($N = 10$, 40%). Como han demostrado tantas investigaciones al respecto sobre el tema, para identificar oportunidades de ideas innovadoras y sumergirse en un proceso creador, el individuo debe conocer su dominio en profundidad, por lo que la formación es un recurso esencial. El deseo de enriquecer sus talentos y habilidades mueve a las mujeres eminentes (Kronborg 2010) y consideramos que las puede llevar más allá del aprendizaje académico formal.

En los relatos de aprendizaje autónomo y tesón lector, las participantes del presente estudio reflejan su curiosidad y motivación intrínseca por su dominio de talento, que no depende del aprendizaje dirigido o de la expectativa de un título como recompensa. Quizás el aprendizaje autónomo esté asociado a las características personales comúnmente descritas en mujeres altamente creativas como independencia, autoeficacia, autodeterminación, autonomía, implicación (Kronborg 2010; Porto y Romo 2021; Reis 2021). En un esfuerzo personal e individualizado, sin recompensas objetivas como puede ser una nota o un certificado, las mujeres entrevistadas ponían en marcha estrategias autodidactas para progresar en sus dominios de talento.

En contrapartida a la profundización de los conocimientos en el dominio de talento, y en desacuerdo a la estrategia pedagógica tradicionalmente fomentada de especialización, identificamos aprendizajes académicos en temas ajenos ($N = 15$, 60%). En algunos casos, en materias muy alejadas al área de talento, como, por ejemplo, formación en biología y actuación en negocios; en otros casos más cercanos, como estudios en sociología y dedicación a la psicología. Algunas participantes con esas formaciones en área ajena explícitamente mencionaron conexiones

con su área de talento. Esas conexiones son valiosos recursos para la creatividad. Tras revisar 61 publicaciones sobre colaboración interdisciplinaria para la creatividad, Moirano, Sánchez y Štěpánek (2020) concluyen que tener múltiples áreas de formación o experiencia puede facilitar la resolución de problemas complejos pues la heterogeneidad de conocimiento amplía el alcance de la mirada del individuo, agrega nuevos elementos y evita la rigidez.

Otro aspecto de formación común a la mayoría de las participantes de nuestro estudio fue haber realizado una estancia internacional ($N = 15, 56\%$). Individuos que vivencian experiencias en otros países y logran aprender cosas nuevas en otro sistema cultural pueden ser más creativos (Porto y Fleith 2018). Las participantes de nuestro estudio tuvieron experiencias en países extranjeros, como estancias para cursos, períodos de tutoría o temporadas de trabajo, algunas expresamente mencionaron los beneficios de esas vivencias para su proceso creativo. Los sistemas culturales funcionan como lentes por medio de las cuales una puede interpretar el mundo; cuando una persona vive un proceso de aculturación en un nuevo sistema, diferente de su cultura materna, desarrolla la habilidad para cambiar su visión frente a un problema y tiene más facilidad para aportar ideas innovadoras y útiles (Porto y Fleith 2022).

No encontramos estudios anteriores realizados en España con enfoque en las influencias de la vida temprana para el desarrollo de la creatividad de mujeres reconocidas. Por un lado, identificamos estudios biográficos sobre mujeres famosas que discuten características de la infancia y adolescencia, pero sin analizar la relación con la creatividad. Por otro lado, hay investigaciones sobre características de mujeres descritas como creativas, pero sin tener en cuenta sus vidas tempranas. Las revisiones de literatura publicadas por Mociño-González y Debus (2022), sobre biografías gallegas que discutían la vida temprana de mujeres, y por Porto y Romo (2021), sobre artículos de mujeres reconocidas como creativas, demuestran, respectivamente, esas constataciones.

Desde Australia, Kronborg (2021), con estrategia similar a la aplicada en la presente investigación, sacó conclusiones de la vida temprana y de la creatividad de 10 mujeres reconocidas por sus talentos. Nuestros hallazgos coinciden con los de Kronborg en la constatación de que el desarrollo de mujeres eminentes no se da exclusivamente en ambientes promotores y positivos. Como Kronborg, identificamos desafíos que ellas tuvieron que superar para progresar en sus áreas de talento y como se sentían diferentes de sus compañeros, aunque la mayoría tuviera soporte de distintos personajes de la familia.

Un punto de discrepancia con relación a la investigación australiana se refiere al desarrollo de la creatividad y del talento en la educación básica. Mientras en el estudio de Kronborg la mayoría declaró haber tenido oportunidades escolares o extraescolares que favorecieron su talento creativo, en esta investigación, las españolas destacaron los esfuerzos personales, como la lectura o el aprendizaje autodidacta, para progresar en lo que les interesaba y que estaba fuera del currí-

culo escolar. Quizás esa divergencia esté relacionada con las políticas educativas de los dos países en los momentos históricos en que vivieron las entrevistadas. En España, programas de enriquecimiento de talentos empezaron a ser discutido en una ley de 1990 (Ordenación General del Sistema Educativo 1990).

5. Consideraciones finales

Las mujeres altamente creativas tuvieron múltiples influencias en sus infancias, incentivos y desafíos, procedentes de los diversos actores de la familia ascendente y también de situaciones externas. No siempre la familia ha tenido la posibilidad de guiar su desarrollo. En función de sus experiencias en el ámbito doméstico, y quizás también por sus rasgos personales, muchas se sentían diferentes de sus compañeros en la infancia. En su formación, identificamos cursos académicos y otras estrategias como lecturas y aprendizaje autodidacta. Observamos formaciones interdisciplinarias y multiculturales, que contribuyeron a la diversificación de sus recursos para la producción creativa.

Los resultados de nuestro estudio aportan datos para repensar la crianza y la educación de mujeres. Reforzamos la necesidad de valoración de la diversidad y el incentivo a la autonomía femenina desde la infancia para que más mujeres puedan romper los estereotipos en la búsqueda de la equidad de género en el reconocimiento de la creatividad. En el medio educativo, se sugiere concientizar al cuerpo docente por medio de las estadísticas sobre las reiteradas ocasiones de marginalización de la mujer, que todavía ocurren en las escuelas. Teniendo en cuenta la histórica discriminación hacia la mujer y los estereotipos vinculados a las profesiones, proponemos también que programas de promoción de la creatividad y del talento, especialmente los vinculados a áreas de ciencias y tecnología, tengan cantidad de plazas igualitarias por género. Los programas tienen el potencial de romper la lógica estigmatizada de, por ejemplo, chicos para robótica y chicas para danza.

Una limitación del presente estudio fue la reducida cantidad de participantes en ciencias naturales. Sugerimos nuevas investigaciones con mujeres de esa rama del conocimiento. Recomendamos que en futuros estudios se corrobore con las participantes su autodefinición de género, ya que establecer el género de forma binaria puede ser limitador. Otras características, como etnia, religión y clase social, también pueden brindar perspectivas interesantes a ser exploradas en estudios.

Roles de las autoras

MP: Conceptualización; análisis formal; software; redacción – borrador original.

MR: Conceptualización; investigación; metodología; redacción – revisión y edición.

Conflictos de intereses

Las autoras declaran no tener ningún conflicto de intereses.

Referencias bibliográficas

- Abetz, Jenna, y Julia Moore. 2018. "Welcome to The Mommy Wars, Ladies: Making Sense of the Ideology of Combative Parenting in Mommy Blogs." *Communication, Culture & Critique* 11(2): 265-281. DOI: <https://doi.org/10.1093/ccc/tcy008>
- Csikszentmihalyi, Mihaly. 1996. *Creativity: Flow and the Psychology of Discovery and Invention*. New York: Harper Collins.
- Csikszentmihalyi, Mihaly, Kevin Rathunde, y Samuel Whalen. 1993. *Talented Teenagers: The Roots of Success and Failure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Csikszentmihalyi, Mihaly, y Rustin Wolfe. 2000. "New Conceptions and Research Approaches to Creativity: Implications of a Systems Perspective for Creativity in Education." In *International Handbook of Giftedness and Talent*, editado por Kurt A. Heller, *et al.*, 81-93. Amsterdam: Elsevier Science.
- Damian, Rodica, y Dean Simonton. 2014. "Diversifying Experiences in the Development of Genius and their Impact on Creative Cognition." In *The Wiley Handbook of Genius*, editado por Dean Keith Simonton, 375-393. New Jersey: Wiley-Blackwell.
- Galton, Francis. 1874. *English Men of Science: Their Nature and Nurture*. London: Macmillan.
- Guo, Jiajun, Jing Zhang, y Weiguo Pang. 2021. "Parental warmth, rejection, and creativity: The mediating roles of openness and dark personality traits." *Personality and Individual Differences* 168: 110369. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.paid.2020.110369>
- Gute, Gary, *et al.* 2008. "The Early Lives of Highly Creative Persons: The Influence of the Complex Family." *Creativity Research Journal* 20(4): 343-357. DOI: <http://doi.org/10.1080/10400410802391207>
- Hernández-Torrano, Daniel, y Laura Ibrayeva. (2020). "Creativity and education: A bibliometric mapping of the research literature (1975–2019)." *Thinking Skills and Creativity* 35: 100625. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tsc.2019.100625>
- Kronborg, Leonie. 2008. "Talent Development of Eminent Australian Women." PhD diss., Monash University.
- Kronborg, Leonie. 2010. "What Contributes to Talent Development in Eminent women?" *Gifted and Talented International* 25(2): 11-27. DOI: <https://doi.org/10.1080/15332276.2010.11673567>
- Kronborg, Leonie. 2021. "Eminent Women Were Once Gifted Girls: How to Transform Gifted Potential into Eminent Talents." In *Conceptions of Giftedness and Talent*, editado por Robert J. Sternberg, y Don Ambrose, 215-233. London: Palgrave Macmillan. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-030-56869-6_13
- Mociño-González, Isabel, y Eliane Santana Dias Debus. 2022. "Biografías de mujeres para la infancia en el contexto brasileño y gallego." *Revista Estudios Feministas* 30(2): 1-12. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n275262>
- Mockros, Carol, y Mihaly Csikszentmihalyi. 2000. "The Social Construction of Creative Lives." In *Social Creativity*, Vol. 1, editado por Alfonso Montuori y Ronald E. Purser, 175-218. New York: Hampton Press.
- Moirano, Regina, Marisa Anália Sánchez, y Libor Štěpánek. 2020. "Creative interdisciplinary collaboration: A systematic literature review." *Thinking Skills and Creativity* 35: 100626. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tsc.2019.100626>

- Mulvey, Laura. 2017. "Thoughts on Marilyn Monroe: Emblem and Allegory." *Screen* 58(2): 202-209. DOI: <https://doi.org/10.1093/screen/hjx019>
- Ogurlu, Uzeyir, Hatun Sevgi Yalin, y Fazilet Yavuz Birben. 2018. "The Relationship Between Psychological Symptoms, Creativity, and Loneliness in Gifted Children." *Journal for the Education of the Gifted* 41(2): 193-210. DOI: <https://doi.org/10.1177/0162353218763968>
- Ordenación General del Sistema Educativo. 1990. *Ley Orgánica 1/1990*, de 3 de octubre. LOGSE-BOE, 238.
- Palikara, Olympia, et al. 2021. "The mediating role of school belonging in the relationship between socioemotional well-being and loneliness in primary school age children." *Australian Journal of Psychology* 73(1): 24-34. DOI: <https://doi.org/10.1080/00049530.2021.1882270>
- Porto, Marina, y Denise Fleith. 2018. "Criatividade e Multiculturalismo: Revisão de Literatura." *Temas em Psicologia* 26(2): 943-956. DOI: <https://doi.org/10.9788/TP2018.2-15Pt>
- Porto, Marina, y Denise Fleith. 2022. "Criatividade, Aculturação e Vivência Internacional de Crianças e Adolescentes Multiculturais." *Revista Interação em Psicologia* 26(1): 69-78. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/riep.v26i1.75964>
- Porto, Marina, y Manuela Romo. 2021. "Características Personales de Mujeres Altamente Creativas: Una Revisión Sistemática." *Revista Ibero-Americana de Criatividade e Inovação – RECRIAI* 2(4): 241-255. Disponible en <https://recrai.emnuvens.com.br/revista/article/view/59>
- Reis, Sally. 1995. "Older women's reflections on eminence: Obstacles and opportunities." *Roeper Review: A Journal on Gifted Education* 18(1): 66-72. DOI: <https://doi.org/10.1080/02783199509553700>
- Reis Sally. 2021. "Creative Productive Giftedness in Women: Their Paths to Eminence." In *Conceptions of Giftedness and Talent*, editado por Robert Sternberg y Don Ambrose, 317-324. Londres: Palgrave Macmillan. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-030-56869-6_18
- Romo, Manuela. 2018. "¿Tiene género la creatividad? Obstáculos a la excelencia en mujeres." *Estudios de Psicología* 35(3): 247-258. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02752018000300003>
- Simonton, Dean. 1984. *Genius, Creativity, and Leadership: Historiometric Inquiries*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Simonton, Dean. 2000. "Creativity: Cognitive, developmental, personal, and social aspects." *American Psychologist* 55: 151-158. DOI: <https://doi.org/10.1037/0003-066X.55.1.151>
- Storage, Daniel, et al. 2020. "Adults and children implicitly associate brilliance with men more than women." *Journal of Experimental Social Psychology* 90: 104020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2020.104020>
- Strauss, Anselm, y Juliet Corbin. 2008. *Pesquisa Qualitativa: Técnicas e Procedimentos para o Desenvolvimento de Teoria Fundamentada*. Trad. de Luciane Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed.
- Torrance, Paul. (1970). "Dyadic Interaction as a Facilitator of Gifted Performance." *Gifted Child Quarterly* 14(3): 139-143. DOI: <https://doi.org/10.1177/001698627001400301>
- Zhao, Xinhui, y Juan Yang. 2021. "Fostering creative thinking in the family: The importance of parenting styles." *Thinking Skills and Creativity* 41: 100920. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tsc.2021.100920>

Marina Porto. Psicóloga, Máster en Procesos de Desarrollo Humano y Educación por la Universidad de Brasilia, doctoranda en Psicología por la Universidad de Madrid. Profesora de la Universidad Católica de Uruguay. Ganadora del Concurso de Tesis de 3 Minutos de la Comunidad de Madrid. Investigadora y autora de artículos científicos en las áreas de creatividad, multiculturalidad y género.

Manuela Romo. Profesora de la Facultad de Psicología de la Universidad Autónoma de Madrid, es experta en Psicología de la Creatividad. Es autora del libro *Psicología de la creatividad: perspectivas contemporáneas* (Paidós, 2019), otros 5 libros y más de 50 artículos. Es coautora de un test para evaluar la creatividad en los niños: el TCI. Test de Creatividad Infantil (TEA, 2008). Ha impartido más de 70 conferencias invitadas en España y en el extranjero. Actualmente dirige el curso de especialización en Creatividad Aplicada de la UAM.

Artículo recibido el 11 de julio y aceptado para su publicación el 17 de octubre de 2022.

FEMINISMO E REPUBLICANISMO NA IMPRENSA DE PORTUGAL: INCURSÃO INVESTIGATIVA NO JORNAL A CAPITAL (1910)

 Charliton José dos Santos Machado *

 Juliana Aparecida Lemos Lacet **

Resumo

Neste artigo, propomos uma investigação no jornal *A Capital: Diário Republicano da Noite*, entre os meses de julho e dezembro de 1910, buscando identificar e analisar as demandas do feminismo português no ano de eclosão das lutas sociais e políticas consequentes do triunfo republicano. Fazendo uso dos fundamentos teórico-metodológicos da História Cultural e do paradigma indiciário, analisamos as notícias de caráter informativo e opinativo acerca das ações da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, naquele contexto de mudanças sociais e políticas. Evidenciamos no periódico as alianças estabelecidas, bem como os conflitos e as desilusões do feminismo português com a agenda política republicana, principalmente em relação ao debate do sufrágio feminino.

Palavras-chave: Feminismo, republicanismo, imprensa, Portugal.

Abstract

Feminism and Republicanism in the Portuguese Press: An investigative incursion into the newspaper A Capital (1910)

In this article, we propose an examination of the newspaper *A Capital: Diário Republicano da Noite*, between July and December of 1910, in order to identify and analyze the demands of feminism in Portugal in the year of the outbreak of social and political struggles resulting from the republican triumph. Based on the theoretical-methodological foundations of Cultural History and the evidential paradigm, we analyze information and opinion pieces about the actions of the *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas* in this context of social and political changes. In these texts, we foreground the alliances made, as well as the conflicts and disillusionments of feminism in Portugal with the republican political agenda, mainly in relation to the debate on women's suffrage.

Keywords: Feminism, republicanism, press, Portugal.

* Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Brasil.
Endereço postal: Cidade Universitária, João Pessoa, Paraíba, 58051-900 Brasil.
Endereço eletrônico: charlitolara97@gmail.com

** Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (UC), Coimbra, Portugal.
Endereço postal: R. do Colégio Novo, 3000-315 Coimbra, Portugal.
Endereço eletrônico: julianalacet@hotmail.com

Resumen

Feminismo y republicanismo en la prensa de Portugal: incursión investigativa en el periódico *A Capital* (1910)

Este artículo propone una investigación en el periódico *A Capital: Diário Republicano da Noite*, en el período comprendido entre julio y diciembre de 1910, para identificar y analizar las reivindicaciones del feminismo portugués en el año del estallido de las luchas sociales y políticas consecuentes del triunfo republicano. Haciendo uso de los fundamentos teóricos y metodológicos de la Historia Cultural y del paradigma indicario, analizamos las noticias informativas y de opinión sobre la actuación de la Liga Republicana de las Mujeres Portuguesas, en ese contexto de cambios sociales y políticos. Evidenciamos en el periódico las alianzas firmadas, así como los conflictos y desilusiones del feminismo portugués con la agenda política republicana, principalmente en relación con el debate sobre el sufragio femenino.

Palabras clave: Feminismo, republicanismo, prensa, Portugal.

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo principal identificar e analisar no jornal *A Capital: Diário Republicano da Noite* os espaços que ocupavam as demandas sociais e políticas preconizadas pelas feministas e pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP) em 1910, ano decisivo de eclosão das lutas sociais decorrentes do triunfo republicano, com a queda da Monarquia Constitucional.

Para tanto, realizamos um levantamento e analisamos as 182 publicações do referido periódico, entre os dias 1 de julho e 31 de dezembro de 1910. Desses publicações, identificamos que 47 delas traziam notícias relacionadas às questões que envolviam a vida das mulheres nas esferas pública e privada. Entre essas, 17 traziam artigos, notícias e entrevistas relacionadas aos direitos das mulheres na família, trabalho e instrução, com ênfase nos temas de lutas dos movimentos feministas, a exemplo do direito ao divórcio e à educação feminina como mola propulsora da emancipação da mulher.

Nesse cenário histórico investigado, as feministas atuavam para construir uma opinião pública favorável aos direitos das mulheres, seja por iniciativas individuais, seja por entidades associativas, a exemplo da LRMP¹, entidade fundada em 1908 que tinha como bandeira principal combater a Monarquia Constitucional e lutar pela República. Assim, a adesão feminista aos ideários republicanos tornava visível a luta pela necessária mudança das condições degradantes em que viviam as mulheres, em regra subjugadas a um papel meramente passivo na sociedade patriarcal (Pires 2012). No bojo desse debate, estava a luta por ampliação de direitos em prol da Lei do Divórcio, da instrução feminina, do trabalho, da administração dos bens, do combate à prostituição e da igualdade de sufrágio político da mulher (Souza 2006).

¹ A LRMP foi criada em 1908 e teve incisiva atuação ativa até 1919 (Souza 2006).

Em Portugal, a LRMP teve um importante papel na derrubada da Monarquia Constitucional e na luta em prol da instituição do novo regime, que aspirava a justiça social, liberdade e igualdade (Vicente 2007). Sob inspiração do feminismo que já se organizava na Europa, alguns nomes se notabilizaram à frente dessa entidade, entre eles, Ana de Castro Osório (1872-1935), Angelina Vidal (1853-1917), Adelaide Cabete (1867-1935), Maria Veleda (1871-1955) e Carolina Beatriz Ângelo (1878-1911), mulheres que fizeram valer posições públicas e buscaram repercutir ideias na imprensa alternativa e periódica da época, com constantes publicações de artigos, entrevistas e notícias favoráveis ao movimento que integravam (Esteves 2014).

Portanto, na vanguarda dessa luta em prol de direitos civis e políticos, as mais preparadas intelectualmente compreenderam “a necessidade de ‘ocupar’ espaço na imprensa diária e não só nos órgãos das organizações em que começavam a movimentar-se. [...] [A]ssumiram a imprensa como veículo de propaganda eficaz do seu ideário [...] para reivindicar, denunciar, instruir e refutar” (Lousada 2010, 42-3). Não à toa, “expressaram opiniões, sustentaram causas, encabeçaram iniciativas, romperam barreiras” (Pinto 2010, 9).

2. A História Cultural: desafios teóricos e metodológicos

No artigo, fazemos uso da abordagem inscrita nos fundamentos da História Cultural, campo teórico-metodológico que influenciou a abertura da problematização das fontes, ampliando-as e ressignificando-as. No caso da imprensa e, particularmente, do jornal, é importante ressaltarmos que este ainda não era aceito como um documento válido para a pesquisa histórica, quando muito era considerado um documento complementar, pelo menos até fins dos anos de 1970 (Capelato 2014). Porém, a perspectiva do periódico como objeto e fonte ganhou dimensões novas no último quartel do século XX, a partir da ênfase nas questões da cultura escrita (Burke 2005).

Nessa nova perspectiva, importava aos historiadores da cultura compreender como a imprensa teve a capacidade de atingir uma grande parcela da população e influenciar a vida dos seus leitores e não leitores (Firmino 2003), ao atuar principalmente na condição de agente ativo que seleciona, ordena e narra aquilo que se elege como acontecimento publicável e de interesse da sociedade numa dada época (Porpino & Machado 2020).

Desse modo, buscamos identificar e analisar no jornal *A Capital* as demandas civis e políticas preconizadas pelas feministas e a LRMP, partindo da premissa de que, através da leitura de notícias de caráter informativo e opinativo, nos é possível perceber como as mulheres envolvidas nessa associação pensavam suas ações em prol do sufrágio feminino, assim como o sentido que atribuíam à sua condição de cidadãs, numa sociedade tradicionalista que ainda as tratava com inferioridade perante as leis (Castro 2010).

O jornal *A Capital: Diário Republicano da Noite* foi fundado por Manuel Guimarães e circulou em Lisboa a partir de 1 de julho de 1910, três meses antes do advento da República, tendo as suas atividades sido interrompidas em 28 de maio de 1926, nos sobressaltos autoritários e censuras impostas pelo regime político que tanto preconizou². O periódico, que se afirmava como partidário do pensamento político republicano, pautava diariamente propagandas e notícias de caráter informativo e opinativo contrárias à Monarquia Constitucional e à Igreja Católica.

É importante destacar que, naquele contexto, Portugal possuía apenas 37% de população urbana, parcós avanços na organização industrial e uma taxa de 75% de analfabetismo, em sua grande maioria mulheres (Cova 2007). Portanto, nas suas publicações diárias, o jornal *A Capital* tornava-se porta-voz do clamor por mudanças advindas das classes médias urbanas, entre elas, as mulheres, que, através das manifestações feministas e das ações da LRMP, lutavam “a favor da educação e instrução das mulheres nos princípios democráticos e da revisão das leis que tocam aos seus direitos” (Silva 2013, 19).

3. A pesquisa no jornal *A Capital: Diário Republicano da Noite*

A pesquisa no jornal *A Capital* seguiu o que recomenda Saviani (2004), para quem as fontes históricas não são em si fontes da história. Na acepção desse autor, o material levantado na pesquisa só se constitui como fonte ao trabalho do historiador quando este formula seu problema de pesquisa, apontando, assim, as delimitações daquilo que busca como respostas. Seguindo essa perspectiva, ao nos debruçarmos na leitura do jornal *A Capital*, em 1910, problematizamos: “Que espaços ocupavam as demandas sociais e políticas do feminismo e da LRMP nas páginas do referido periódico?”

Nessa tarefa, acompanhamos a postura epistemológica sugerida pelo paradigma indiciário defendido por Ginzburg (1989), por entendermos que o referido modelo se justifica pelo tipo de aproximação que se faz do objeto de estudo, seguindo pegadas, rastros e indícios do cenário investigado, tendo como desafio maior compreender o passado vivenciado pelos movimentos sufragistas e feministas nos espaços das lutas republicanas deflagradas em Portugal na primeira década do século XX (Vasconcelos, Fialho & Machado 2018).

Cumpre destacar que, desde os primeiros números publicados pelo jornal por nós pesquisado, questões relacionadas ao papel da mulher na sociedade são evidenciadas como relevantes ao debate da conjuntura da época. Na publicação de

² Na segunda metade do século XIX, havia circulado em Portugal um impresso esporádico denominado *A Capital*, sob a responsabilidade de Cândido de Figueiredo, com propósitos totalmente distintos do que fora criado em 1 de julho de 1910. Em 1968, foi recriado a partir de uma cisão com o *Diário de Lisboa*, por Norberto Lopes e Mário Neves, já como jornal, sem relações com o regime ditatorial, fechando definitivamente em 2005 (Lemos 2006).

7 de julho de 1910, o periódico, na coluna “Pela República”, já trazia assuntos mais diretamente ligados a causas e demandas do feminismo: “A educação da creança”³, reportando-se a um artigo de autoria da feminista Ana de Castro Osório e outras autoras, publicado na revista da LRMP; na coluna “Estudos úteis”, na página 3, reportagem sobre o ensino universitário das mulheres inglesas; notícia sobre criação do *Jornal da Mulher*; “Notas sobre a Inglaterra”, com o tema “As mulheres reunem em congresso” (*A Capital*, 7 de julho de 1910, 2-3). Em relação a esta última notícia, o jornal exaltava o crescimento das lutas das mulheres inglesas por educação, trabalho e reconhecimento do sufrágio universal, dando destaque e visibilidade aos debates que mobilizavam tais causas na Europa:

O feminismo tem se agitado na Inglaterra por fórmula extraordinária, ora por uma fórmula irreverente e perturbadora [...] muitas conferentes expõem perante o público de mulheres, onde há poucos homens, todas as questões que interessam a actividade feminina: a cooperação das mulheres nas administrações municipais, o direito de voto, a assistência pública, a luta contra a mortalidade infantil e contra a tuberculose [...] o ensino técnico das raparigas. (*A Capital*, 7 de julho de 1910, 3)

Em 12 de julho, *A Capital* publicaria em destaque de primeira página uma longa matéria intitulada “Abolição das desigualdades”, discorrendo sobre os avanços na legislação francesa a partir da aprovação de 40 novas leis e decretos, entre os quais o que dava ênfase ao “Contrato de trabalho: o salário das mulheres”. Sobre essa mudança e outras conquistas, assim noticiava:

A Lei de 13 de julho de 1907 foi a que mais profundamente mudou os princípios jurídicos admitidos nas relações dos dois sexos. É certo que nos últimos anos o feminismo alcançou apreciáveis vitórias, com as leis do livre salário da mulher casada e sobre o eleitorado e a elegibilidade da mulher nos conselhos da família. (*A Capital*, 12 de julho de 1910, 1)

A notícia chamava a atenção para mudanças na legislação na França. Dava certamente a compreender as condições e conquistas que separavam Portugal, país de tradição monárquica, das nações que à época já se destacavam na evolução dos direitos das mulheres, no campo das mudanças jurídicas e políticas. Dessa forma, o periódico informava e também opinava sobre tais conquistas, atribuindo seu alcance às lutas e às vitórias do feminismo.

No dia 14 de julho, o jornal trazia um pequeno informe na segunda página, “Liga Republicana das Mulheres Portuguezas”, em que a entidade convocava as sócias à regularização das cotas financeiras. Nesse mesmo dia, na terceira página

³ A revista *A Mulher e a Criança* era um órgão de comunicação da LRMP. Com publicação mensal e mudança de direção em 1910, o impresso circulou entre os anos de 1909 e 1910.

publicava matéria informativa sobre “O voto das mulheres na Inglaterra”, dando destaque à capacidade de mobilização das sufragistas e aos primeiros debates na Câmara dos Comuns sobre projeto de lei que visava estender o voto às mulheres (*A Capital*, 14 de julho de 1910, 2-3).

No dia 26 de julho, publicava a matéria “O Movimento Suffragista encontra poderoso adversário”, que ressaltava a derrota das sufragistas no parlamento britânico e a reação dos conservadores através de um Manifesto Antissufragista, que, entre outras questões, se propunha a uma firme oposição ao que consideravam “agitação feminista eleitoral” (*A Capital*, 26 de julho de 1910, 3).

Em primeiro de agosto, o jornal divulgava uma mensagem elogiosa da Direção e Comissão de Propaganda da LRMP a Magalhães Lima, destacando os serviços do renomado republicano, em particular, por seu apoio às causas feministas. De acordo com *A Capital*, a mensagem havia sido aprovada e assinada em reunião da entidade por suas principais lideranças, entre elas, Ana de Castro Osório, Maria Velleda, Georgina de Figueiredo e Ana Maria Gonçalves Dias (*A Capital*, 1 de agosto de 1910, 3). Essa manifestação evidenciava o quanto a entidade estava comprometida, engajada e presente nas fileiras militantes do republicanismo e no enfrentamento à Monarquia Constitucional do país.

No mês de outubro, foram divulgadas pelo jornal três notícias acerca das lutas feministas. A primeira, no dia 7, em uma matéria com destaque de primeira página, se referia às bases de um novo programa de governo, que, entre outras questões, lançava como prioridade “Criar o sufragio universal”, reivindicação do feminismo e da LRMP, ao debate político na transição da forma de governo (*A Capital*, 7 de outubro de 1910, 1). Em 25 do mesmo mês, o periódico trazia como notícia “As mulheres francesas reclamam o voto para as mulheres portuguesas”, dando destaque à capacidade de articulação do feminismo português com outras organizações da Europa em prol do sufrágio feminino, bem como sinalizando as expectativas colocadas nesse debate com a ascensão republicana (*A Capital*, 25 de outubro de 1910, 3). Por fim, o empenho de pautar o feminismo era coroado com a notícia publicada no dia 27: “Movimento Feminista: A Liga Republicana de Mulheres Portuguesas entrega uma representação ao governo”. Além de evidenciar esse momento histórico da referida audiência, salientava a aliança do jornal *A Capital* com as sócias daquela entidade:

Uma comissão constituída de sócias da Liga Republicana de Mulheres Portuguesas foi hoje pela 1 hora da tarde entregar ao presidente do governo provisório uma larga representação de reivindicações feministas que aquela colectividade se afiguram de imediato interesse para a mulher individualmente e para a sociedade. A referida representação foi hontem largamente apreciada em assembléa geral da Liga que aprovou, sob proposta da Sra. D. Maria Velleda, um voto de agradecimento à *Capital*, por este jornal ter se prestado a franquear as suas columnas à propaganda da Liga. (*A Capital*, 27 de outubro de 1910, 3)

Logo nos primeiros dias do mês de novembro, o jornal trazia ao debate público uma das mais relevantes bandeiras liberais da República e defendida pela LRMP: trata-se da Lei do Divórcio, que se assentava na proposta da legislação de fazer valer como fim de uma relação conjugal por mútuo consentimento. Na prática, a proposta republicana acabava também com os efeitos civis do casamento religioso católico, sustentado como inquestionável pelo poder monárquico. No dia 3, apontava opinião favorável ao publicar matéria com o título “O que é a Lei do Divorcio que deverá ser promulgada amanhã? – acaba-se a immoralidade em que o Estado persistia para agradar á Egreja” (*A Capital*, 3 de novembro de 1910, 1).

Já no dia 5, o periódico publica artigo de Cunha e Costa intitulado “O Divorcio”. Nele, assim se posicionava o autor: “Esta transformação do direito privado, que o ministerio está elaborando, dá à joven Republica uma base indestrutível de justiça, de humanidade e *sympathia*” (*A Capital*, 5 de novembro de 1910, 1).

No dia 6, o periódico voltaria a dar destaque em primeira página ao tema do sufrágio feminino, com matéria intitulada “Reprodução d’um cartaz ultimamente afixado nas ruas de Paris – PARTI FÉMINISTE – La solidarité des Femmes”, com a seguinte informação: “A proposito diremos que no dia 11 do corrente, se realiza no Salão da Société Savante um comicio de homenagem á Republica Portugueza, organizado pelos grupos feministas” (*A Capital*, 6 de novembro de 1910, 1).

A reprodução do cartaz revelava, além das articulações entre as feministas francesas e portuguesas, uma agenda comum de comemorações e homenagens pela ascensão da República, numa crença antecipada na concessão do voto às mulheres em Portugal.

Ainda no dia 25 de novembro, o jornal *A Capital* trazia mais duas notícias: “O voto das mulheres” e “O assalto das suffragistas”. Ambas se reportavam às informações das lutas das *suffragettes* britânicas em prol da causa do voto e às pressões que estas intensificavam diariamente nas ruas de Londres, com passeatas e mobilizações de enfrentamento. Mais uma vez, o jornal explorava vozes e ecos desses movimentos na Europa, dando a conhecer o alto nível de esclarecimento e a capacidade de luta organizada dos grupos feministas na Inglaterra (*A Capital*, 25 de novembro de 1910, 3).

4. Esperanças e desencantos do feminismo nas páginas do jornal *A Capital*

O mês de dezembro é marcado por muitas iniciativas da LRMP em fazer valer suas reivindicações e aspirações junto ao governo provisório republicano que tanto a entidade defendeu desde sua fundação. No conjunto dessas reivindicações, inclusive com apoio internacional, estava a concessão do voto às mulheres, que passava a ser a causa principal mais urgente e, portanto, de grande repercussão pública na imprensa de Portugal. Assim, no dia 4, em uma matéria intitulada “Liga Republicana das Mulheres Portuguezas”, o jornal reproduzia informação da

entidade sobre atividades culturais promovidas em prol das suas sócias (*A Capital*, 4 de dezembro de 1910, 3).

Já no dia 5, a matéria “Liga Republicana das Mulheres Portuguezas – conferência do Sr. Borges Grainha: o papel da mulher nos modernos colegios femininos e na assistência infantil” dava ênfase ao debate relacionado às questões educacionais, considerando que, naquele contexto, as desigualdades na instrução pública entre homens e mulheres em Portugal eram bastantes expressivas, e o artigo 1.º do Estatuto da Liga tratava justamente da educação como tema indispensável à emancipação da mulher (*A Capital*, 5 de dezembro de 1910, 2).

No dia 7, porém, a disputa pela concessão do voto às mulheres reacende o debate político no país, com uma entrevista na primeira página do jornal: “Mme Madeleine Pelletier⁴ e o sr. dr. Theophilo Braga: a ilustre feminista defende a concessão do voto à ‘elite’ feminina intelectual e affirma serem essas as intenções do chefe do governo provisório”. A presença da ilustre feminista francesa em Portugal para uma agenda de atividades políticas, conferências e reuniões com a LRMP e com o chefe do governo provisório era parte de uma ação organizada internacional de “pressão” sobre o novo regime. Vejamos o que dizia a expoente feminista francesa:

Ha Republicas e ha... Republicas [...] Republicas que possuem um ideal, um caminho traçado, o qual enchem de luz e por ele enveredam; e Republicas que, atraiçoando o espírito que as creou, desfazem, hoje, o que fizeram hontem, cercando-se d’um ambiente em que só falta a coroa e a legião inepta das fardas e das grã-cruzes para serem ... monarchias. Ora, a portuguesa, está no primeiro caso.... (*A Capital*, 7 de dezembro de 1910, 1)

Essa provocação comparativa dos “republicanismos” avançados e retrógrados, traçada na entrevista da expoente francesa, dava-se, ao mesmo tempo, como um reconhecimento e também como um alerta ao novo regime que se instalara em Portugal. Ou seja, a República portuguesa, que se propunha moderna, deveria seguir um caminho traçado de luzes e, portanto, não poderia desconhecer as demandas do feminismo sufragista em prol da concessão do voto às mulheres, mesmo que dada apenas a uma pequena “elite” feminina intelectual. A entrevista de Madeleine Pelletier publicada em *A Capital* reforçava a tática política da própria LRMP em fazer “gestões diplomáticas” junto ao governo provisório através de uma proposta mais moderada de reivindicação sobre o sufrágio feminino.

⁴ Madeleine Pelletier nasceu em Paris em 1874, tendo falecido em 29 de dezembro de 1939. Médica de formação, tornou-se, em 1906, a primeira mulher com diploma na área de Psiquiatria naquele país. Porém, registrou seu nome nos mais diversos engajamentos políticos e filosóficos de sua época, sendo vista por historiadoras como uma das mais importantes expoentes do feminismo francês nas três primeiras décadas do século XX (Rohden 2000).

Esse debate segue no dia seguinte nas páginas do jornal. Mais uma vez, em notícia de primeira página, o periódico publica um artigo de opinião crítica, assinado por Ana de Castro Osório, intitulado “Avante pelo feminismo – Ser feminista é justo! – A obra de emancipação feminina deve ser a obra da mulher”. Nele, a intelectual feminista e líder da LRMP discorria sobre as desigualdades históricas que pesavam sobre os ombros das mulheres e, como tal, ela defendia a necessidade do urgente reconhecimento do feminismo e das suas ações em Portugal:

A mulher só não ligaria importância à questão feminista, se em Portugal a sua existência se mantivesse num desafogo tão completo, numa atmosfera tão alta e tão culta, que só respirasse o incenso do respeito, do amor e da consideração com que fosse escalada e servida [...]. A mulher em Portugal, seja qual for a classe a que pertença, não é feliz, não se sente bem consigo, nem com os outros. Consigo porque se reconhece inferior, com os outros porque são os primeiros a sancionar essa inferioridade, a contraria todas as suas aspirações para se superiorizar, e são depois os primeiros a ridicularizá-las. Porque tudo sofre e não tem o direito de sobre causa alguma reclamar, deve a mulher do povo ser feminista. (*A Capital*, 8 de dezembro de 1910, 1)

Em tom de crítica, mas também de desabafo político, o artigo de Ana de Castro Osório lançava luz sobre a necessidade de as mulheres portuguesas empregarem seu apoio e fortalecerem a causa feminista no país naquele momento histórico de mudanças no regime político. Em seu entender, independentemente da classe social, todas as mulheres sofriam do mesmo desrespeito e desigualdade. A feminista finalizava o artigo com uma cobrança contundente e, sobretudo, um alerta ao regime republicano que tanto haviam preconizado: “A República portuguesa deve-nos o cumprimento das promessas solememente feitas na hora da luta. Se as não cumprir, a nossa voz não será abafada, nem pelo gargalhar de zombaria, nem esmorecera com o desprezo dos homens” (*A Capital*, 8 de dezembro de 1910, 1).

O artigo de Osório, contudo, também já deixava nas entrelinhas um desencanto precoce com o regime republicano que se instalara, particularmente com a atenção dada pelos expoentes do governo provisório à justa e pretendida emancipação das mulheres em Portugal. E, no caso específico do sufrágio feminino, a intelectual identificava que as resistências masculinas permaneciam, dadas as tentativas de amainar a relevância desse debate na sociedade, por isso enfatizava no título: “A obra de emancipação feminina deve ser a obra da mulher” (*A Capital*, 8 de dezembro de 1910, 1).

No dia 19 de dezembro, *A Capital* dava abertura e opinava de forma favorável ao tema do sufrágio feminino, com notícia sobre a LRMP, apontando para as conferências que seriam realizadas pela entidade na sua agenda de luta em prol dessa causa: “Ganhando dia a dia terreno a ideia feminista, a Liga das Mulheres Republicanas vai promover uma série de conferências de propaganda para que

seja dado voto ás mulheres na nova lei electoral que o governo provisorio vai promulgar" (*A Capital*, 19 de dezembro de 1910, 2).

Em 20 de dezembro, em nome da LRMP, mais uma vez Ana de Castro Osório assume o protagonismo do debate público em artigo intitulado "As mulheres perante a urna – Não pode ser ridiculo para a Republica-governo o que a Republica-propaganda sempre applaudiu e votou". O tema, por si só, já era forte e incisivo, haja vista que a intelectual feminista questionava as bases históricas de coerência do próprio Partido Republicano e do governo provisório, caso não desse amparo político à causa do sufrágio feminino:

E como a monarchia não tinha interesse em educar e preparar o povo para a Republica, seguia-se que assim se ficaria eternamente, se não fosse o raciocinio que por nossa vez formulavamos, todos os que faziamos a propaganda revolucionaria para a implantação da Republica. Como não podemos educar e preparar o povo para a sua autonomia, embaraçados pelo regimen monarchico, tratemos de sacudir este primeiro, e depois, desembaraçadamente, faremos a educação republicana sob o influxo da propria republica triumphante. [...] Os republicanos, tendo reconhecido a existencia partidaria da Liga, não podem negar depois as suas reivindicações. O que o Partido Republicano Portuguez pensava na oposição deve consagrал-o a Republica triumphante; por isso confiamos [...] que, na reforma da lei eleitoral, à mulher ha de ser dado o voto nas modestas condições em que a Liga o reclamou. [...] Temos, pois, confiança nos homens que nos governam por mandato imperativo da nação. (*A Capital*, 20 de dezembro de 1910, 1)

Ana de Castro Osório lançava, assim, as principais ponderações e críticas, resgatando legados de lutas comuns e chegando, inclusive, a afirmar que, em possível infortúnio dessa causa na Reforma Eleitoral vindoura, promovida pelo governo provisório, a LRMP avançaria posteriormente para espaços de debate público e reivindicações na Assembleia Nacional Constituinte da República que se formaria no ano seguinte.

Em 28 de dezembro, já em evidente contraposição aos movimentos de recuo do governo provisório em relação aos direitos das mulheres, Ana de Castro Osório, mais uma vez, recorreu ao jornal *A Capital* para divulgar um artigo com o seguinte título:

A questão feminista: A Republica portugueza promulgará muitas leis que utilisem á colectividade... não, porém que confirmam direitos ás mulheres, que sejam, para ellas, libertadoras, pois que terá de attender aos interesses dos seus eleitores, os quaes são, em geral, antagonicos com os d'ellas. (*A Capital*, 28 de dezembro de 1910, 1)

No artigo, a feminista se referia ao modesto aceno do governo provisório republicano com a criação de 15 lugares na Junta de Crédito Público, visando,

assim, atender às demandas de trabalho das mulheres, com idades entre 18 e 25 anos, na estrutura do serviço público nacional. Ana de Castro Osório também tocava, de forma irônica e sarcástica, na reação masculina a essa iniciativa governamental:

Apesar da modéstia d'este presente de Natal, que a Republica, por sua conveniencia, deu ás mulheres portuguezas, houve logo uma commissão dos sem-trabalho, de empregados masculinos, que foram protestar junto ao sr. Ministro das Finanças, segundo lemos nos jornaes. Porque o homem, na sua intelligente e justissima noção de direito... do costume, entende que só elle precisa comer e viver. Para as mulheres o caminho largo na prostituição das ruas, a escravidão e a miséria de trabalhos que elle de todo rejeita. Não ha duvida que a solidariedade humana é admiravel nos seus intuitos generosos, especialmente quando se trata da egualdade social dos sexos. A criação dos logares na Junta de Credito Publico não preenche nenhuma das aspirações feministas [...]. Se a mulher fosse independente pelo seu trabalho, a estatística não accusaria tamanha degradação moral traduzida por essa palavra que até nos faz calafrios, que se chama a *Prostituição*, legalisada ou não legalisada. (*A Capital*, 28 de dezembro de 1910, 1)

O artigo, para além de uma provocação irônica ao governo provisório, dados os desencantos da LRMP com seus rumos políticos em relação aos direitos das mulheres, trazia como pano de fundo uma reflexão crítica e social das desigualdades entre os sexos, que, segundo a feminista, advinha historicamente do machismo, presente também nas ideologias socialistas e anarquistas, quando se trata das relações de trabalho.

Pela profunda dimensão crítica deste artigo, o jornal *A Capital* teve que, em 31 de dezembro de 1910, facultar espaço para um direito de resposta política em segunda página, com o título “Questão Feminista: Os anarquistas não consideram a mulher um ser inferior, afirma o sr. Ventura Roymão, rebateando uma afirmativa em sentido contrario da sr^a D. Anna de Castro Osório”:

Os anarquistas não consideram a mulher como *a fêmea, o ser inferior que desprezam ou a concorrente no trabalho que afastam ferozmente porque os prejudica*. Não, minha senhora, V. Ex.^a foi profundamente injusta quando tal disse. (*A Capital*, 31 de dezembro de 1910, 2)

O ano de 1910 terminava com a queda da Monarquia Constitucional em Portugal e, consequentemente, com a ascensão da República, tão almejada pelas camadas médias urbanas, luta em que estiveram presentes homens e mulheres de uma geração de intelectuais que reivindicavam mudanças profundas na ordem civil e política. No caso das feministas e da LRMP, entretanto, o ano terminava com a notória desilusão para com os rumos tomados pelo governo republicano provisório em relação à sua própria agenda e demandas, como identificamos nas últi-

mas notícias publicadas em 1910 nas páginas do periódico *A Capital*. A luta, contudo, continuaria, com vista à conquista da cidadania civil e política para as mulheres.

5. Conclusão

Na análise desenvolvida no periódico *A Capital: Diário Republicano da Noite* na segunda metade do ano de 1910, evidenciamos as alianças, os conflitos e as desilusões das expoentes do feminismo português com a agenda política republicana, principalmente em relação ao debate do sufrágio feminino. Em suas páginas, sobressaem as notícias com entrevistas, informações e artigos de opinião sobre o sufrágio feminino no contexto de organização, mobilização e triunfo republicano, em grande parte relacionadas diretamente aos debates promovidos pela LRMP, entidade de abrangência nacional com capacidade associativa de intervenção social e política.

Merece destaque a figura de Ana de Castro Osório, intelectual engajada na defesa das demandas feministas, sobretudo do trabalho, da educação e do sufrágio feminino. Não à toa, são dela os principais artigos publicados no periódico, geralmente sobre temas que têm como finalidade se posicionar e defender a formação cívica e a intervenção feminista na sociedade política da época, chamando a atenção dos republicanos e do governo provisório para os desafios dessa grande causa que visava, sobretudo, superar a situação histórica de inferioridade das mulheres portuguesas.

Portanto, a partir das notícias, com informações e opiniões, das entrevistas e dos artigos levantados e aqui analisados, é possível entrever que, no período analisado, o jornal *A Capital* foi um importante espaço de divulgação das demandas feministas em prol da obtenção de direitos civis e políticos, dando, assim, voz às aspirações incentivadas pelos ideais republicanos.

Contributos das/os autoras/es

O autor e a autora colaboraram em todas as fases do estudo, desde a respetiva conceptualização até à redação, revisão e edição. Ambos leram e concordaram com a versão publicada do manuscrito.

Conflito de interesses

O autor e a autora declararam não existirem quaisquer conflitos de interesses.

Referências bibliográficas

- Burke, Peter. 2005. *O que é História Cultural?* Traduzido por Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar.
- Capelato, Maria Helena. 2014. "História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo." In *História do tempo presente*, organizado por Lucília de Almeida Neves Delgado & Marieta de Moraes Ferreira, 299-315. Rio de Janeiro: FGV.
- Castro, Zília Osório de. 2010. "Mulheres na I República." In *Percursos, conquistas e derrotas das mulheres na 1ª República*, organizado por Teresa Pinto, 71-86. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Biblioteca Museu Repúblca e Resistência.
- Cova, Anne. 2007. "O Primeiro Congresso Feminista e da Educação em Portugal numa perspectiva comparada." In *O longo caminho das mulheres: feminismos, 80 anos depois*, organizado por Lígia Amâncio, et al., 27-43. Lisboa: Dom Quixote.
- Esteves, João. 2014. *Ana de Castro Osório (1872-1935)*. Lisboa: Comissão para Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Firmino, Jane Cortez. 2003. *O voto de saias: gênese do voto feminino no Rio Grande do Norte através do jornal A República*. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado.
- Ginzburg, Carlo. 1989. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Traduzido por Federico Carotti. São Paulo: Companhia da Letras.
- Lemos, Mário. 2006. *Jornais diários portugueses do século XX: um dicionário*. Coimbra: Ariadne.
- Lousada, Isabel. 2010. "Imprensa: amplificador da voz feminina." In *Percursos, conquistas e derrotas das mulheres na 1ª República*, organizado por Teresa Pinto, 41-8. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Biblioteca Museu Repúblca e Resistência.
- Pinto, Teresa. 2010. "Percursos, conquistas e derrotas das mulheres na 1ª República: um lugar de memórias." In *Percursos, conquistas e derrotas das mulheres na 1ª República*, organizado por Teresa Pinto, 9-13. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Biblioteca Museu Repúblca e Resistência.
- Pires, Ana Maria Barros. 2012. "A liga republicana das mulheres portuguesas e a enfermagem no século XX – leituras na imprensa feminista." *Revista de Enfermagem Referência* III(8): 171-178. DOI: <https://doi.org/10.12707/RIII12HM3>
- Porpino, Piêtra Germana Carvalho de Andrade, & Charliton José dos Santos Machado. 2020. "Gênero e educação na imprensa paraibana (1964-1966)." *Research, Society and Development* 9(9): e179997208. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7208>
- Rohden, Fabíola. 2000. "Uma ciência da diferença: sexo, contracepção e natalidade na medicina da mulher." Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Saviani, Derméval. 2004. "Breves considerações sobre fontes para a história da educação." In *Fontes, história e historiografia da educação*, organizado por José Claudinei Lombardi & Maria Isabel Moura Nascimento, 3-12. Campinas: Autores Associados.
- Silva, Maria Regina Tavares. 2013. *Carolina Beatriz Ângelo (1878-1911)*. Lisboa: Comissão para Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Souza, Maria Reynolds de. 2006. *A concessão do voto às portuguesas*. Lisboa: Comissão para Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Vasconcelos, Larissa Meira, Lia Machado Fiuza Fialho, & Charliton José dos Santos Machado. 2018. "Facetas da (im)potência viril na *Revista Careta*: educação e masculinidades no Estado Novo (1937-1945)." *Acta Scientiarum. Education* 40(4): e41145. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v40i4.41145>

Vicente, Ana. 2007. "O pensamento feminista na primeira metade do século XX e os obstáculos à sua afirmação." In *O longo caminho das mulheres: feminismos, 80 anos depois*, organizado por Lígia Amâncio, et al., 59-73. Lisboa: Dom Quixote.

Periódicos

- A Capital. 1910. 7 de julho de 1910: 2. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1910/Julho/Julho_item1/P26.html [Consultado em 20 de janeiro de 2021].
- A Capital. 1910. 7 de julho de 1910: 3. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1910/Julho/Julho_item1/P27.html [Consultado em 20 de janeiro de 2021].
- A Capital. 1910. 12 de julho: 1. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1910/Julho/Julho_item1/P41.html [Consultado em 20 de janeiro de 2021].
- A Capital. 1910. 14 de julho de 1910: 2. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1910/Julho/Julho_item1/P50.html [Consultado em 20 de janeiro de 2021].
- A Capital. 1910. 14 de julho de 1910: 3. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1910/Julho/Julho_item1/P51.html
- A Capital. 1910. 26 de julho de 1910: 3. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1910/Julho/Julho_item1/P99.html [Consultado em 20 de janeiro de 2021].
- A Capital. 1910. 1º de agosto de 1910: 3. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1910/Agosto/Agosto_master/ACapitalN32aN61.pdf [Consultado em 20 de janeiro de 2021].
- A Capital. 1910. 7 de outubro de 1910: 1. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1910/Outubro/Outubro_item1/P25.html [Consultado em 20 de janeiro de 2021].
- A Capital. 1910. 25 de outubro de 1910: 3. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1910/Outubro/Outubro_item1/P99.html [Consultado em 20 de janeiro de 2021].
- A Capital. 1910. 27 de outubro de 1910: 3. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1910/Outubro/Outubro_item1/P107.html [Consultado em 20 de janeiro de 2021].
- A Capital. 1910. 3 de novembro de 1910: 1. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1910/Novembro/Novembro_item1/P9.html [Consultado em 20 de janeiro de 2021].
- A Capital. 1910. 5 de novembro de 1910: 1. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1910/Novembro/Novembro_item1/P17.html [Consultado em 20 de janeiro de 2021].
- A Capital. 1910. 6 de novembro de 1910: 1. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1910/Novembro/Novembro_item1/P21.html [Consultado em 20 de janeiro de 2021].
- A Capital. 1910. 25 de novembro de 1910: 3. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1910/Novembro/Novembro_item1/P99.html [Consultado em 20 de janeiro de 2021].

- A Capital*. 1910. 4 de dezembro de 1910: 3. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1910/Dezembro/Dezembro_master/ACapitalN154a182.pdf [Consultado em 20 de janeiro de 2021].
- A Capital*. 1910. 5 de dezembro de 1910: 2. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1910/Dezembro/Dezembro_item1/P14.html [Consultado em 20 de janeiro de 2021].
- A Capital*. 1910. 7 de dezembro de 1910: 1. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1910/Dezembro/Dezembro_master/ACapitalN154a182.pdf [Consultado em 20 de janeiro de 2021].
- A Capital*. 1910. 8 de dezembro de 1910: 1. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1910/Dezembro/Dezembro_item1/P25.html [Consultado em 20 de janeiro de 2021].
- A Capital*. 1910. 19 de dezembro de 1910: 2. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1910/Dezembro/Dezembro_item1/P70.html [Consultado em 20 de janeiro de 2021].
- A Capital*. 1910. 20 de dezembro de 1910: 1. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1910/Dezembro/Dezembro_item1/P73.html [Consultado em 20 de janeiro de 2021].
- A Capital*. 1910. 28 de dezembro de 1910: 1. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1910/Dezembro/Dezembro_item1/P101.html [Consultado em 20 de janeiro de 2021].
- A Capital*. 1910. 31 de dezembro de 1910: 2. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1910/Dezembro/Dezembro_item1/P114.html [Consultado em 20 de janeiro de 2021].

Charliton José dos Santos Machado. Professor Titular da Universidade Federal da Paraíba/UFPB/Brasil. Doutor em Educação. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) PQ1-C. Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), desde a fundação, em 1999. Docente pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas “História da Educação da Paraíba” (HISTEDBR/GT-PB). Sócio Permanente da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM).

Juliana Aparecida Lemos Lacet. Licenciada e Mestre em História. Atualmente se dedica à pesquisa na área de Feminismos e História da Educação no início do século XX, no Brasil e em Portugal. É doutoranda do Programa de Doutoramento em Ciências da Educação, na área de especialização em Organização do Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Recebido a 9 de abril de 2021 e aceite para publicação em 9 de setembro de 2022.

Recensões

A Economia XX. O épico potencial das mulheres, de Linda Scott. Tradução de Linda Caetano. Lisboa: Conjuntura Actual Editora, 2021, 392 pp.

 Lígia Amâncio

Professora Emérita do ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal

ligia.amancio@iscte-iul.pt

Escrito pouco tempo antes das últimas eleições presidenciais nos Estados Unidos e traduzido para português com uma rapidez surpreendente, o que nem sempre acontece com as obras que tratam de género e feminismo, o livro *A Economia XX. O épico potencial das mulheres* (no original, *The Double X Economy: The Epic Potential of Women's Empowerment*) constitui uma crítica da visão dominante da economia. Assente em abundante pesquisa, ao longo de 14 capítulos, é de leitura indispensável para quem trabalha nos estudos de género e feministas, mas também para economistas. A autora é professora emérita de empreendedorismo e inovação na Universidade de Oxford, investigadora e ativista da capacitação das mulheres. A sua experiência nestas áreas permite-lhe enriquecer o texto com numerosos exemplos retirados da sua colaboração com organizações não-governamentais e programas de intervenção em diferentes países do mundo para melhor ilustrar o seu argumento.

A autora defende nesta obra o que designa por uma “verdade improvável” (p. 12), a da contribuição da igualdade económica das mulheres para a prosperidade global. No capítulo 1 (“A economia XX”), a misoginia da economia, enquanto disciplina académica e enquanto área de investigação, que sustenta o domínio masculino da atividade económica, é apontada como a principal razão para o não reconhecimento dessa verdade improvável. Daí ter sentido a necessidade de denunciar estes enviesamentos apresentando os dados e os argumentos para uma visão alternativa. Segundo Linda Scott, a cegueira começa desde logo na forma como os dados (capítulo 2, “Por detrás dos grandes dados”) silenciam a situação das mulheres e as estatísticas obedecem a hierarquias de género na abordagem e apresentação dos dados sobre a desigualdade de género. Nos capítulos seguintes são abordados os principais condicionamentos que influenciam a participação das mulheres na eco-

nomia: os limites legais, culturais e religiosos, consoante os países, no acesso à propriedade e à terra, que contribuem para a dependência e acentuam a pobreza das mulheres em muitas sociedades (capítulo 3, “Controladas pelas necessidades”); o discurso dominante, que recorre a um certo uso da ciência, à religião e ao conhecimento popular para naturalizar as desigualdades e o domínio masculino, acompanhado dos argumentos que permitem refutá-lo (capítulo 4, “Desculpas insuficientes, tratamento indesculpável”); a subordinação económica das mulheres e as vulnerabilidades que daí decorrem (capítulo 5, “Por amor, não por dinheiro”); o presente e o passado da situação das mulheres no mercado de trabalho, marcada pela sobre-exploração da mão-de-obra feminina em certos sectores, pela ausência de reconhecimento de qualificações profissionais e oportunidades de carreiras, numa trajetória longa de desigualdade, tão pouco reconhecida pelos movimentos operários e os sindicatos ao longo da história (capítulo 6, “Fuga da cozinha”); o impacto das desigualdades na demografia, em resultado sobretudo das desigualdades salariais e da falta de apoios à infância, no capítulo 7, apropriadamente intitulado “Punir a maternidade”; a insistência em naturalizar as diferenças entre mulheres e homens (capítulo 8, “Fanáticos do cérebro”) e a consequente ausência de racionalidade que justifique a persistência das desigualdades salariais, numa época em que as qualificações das mulheres não param de subir em todo o mundo (capítulo 9, “O fracasso da igualdade salarial”); e, finalmente, o sexism generalizado do sector financeiro (capítulo 11, “Rufias do dinheiro”).

Uma vez caracterizado o enviesamento da visão económica dominante, com todas as suas consequências sociais e económicas que convocam os argumentos a favor da igualdade de género na economia, são abordadas algumas fontes possíveis de mudança. Uma delas, ao alcance das próprias mulheres desde que conscientes das desigualdades, dada a sua posição como consumidoras, é a alteração dos padrões de consumo (capítulo 10, “O Natal a 80%”), de que é exemplo o comércio justo; o aumento do empreendedorismo e da participação das mulheres na criação de empresas (capítulo 12, “Dominar a situação”) e o contributo que podem dar para a sua integração na economia global (capítulo 13, “Aderir ao mercado global”) seriam outras fontes de mudança para as quais participa o movimento para a capacitação das mulheres que a autora defende. Mudanças que deveriam convergir, como afirma, para um “movimento global concertado para pôr fim aos constrangimentos sistémicos aplicados às mulheres” (capítulo 14, “O caminho para a redenção”, p. 326).

O livro encerra com um conjunto de recomendações e medidas específicas (Epílogo – próximos passos) dirigidas ao governo dos Estados Unidos, ao Mundo e aos indivíduos (Ações Individuais). A escolha dos EUA, país onde o PIB produzido pelas mulheres já praticamente é igual ao dos homens, é justificada pela proximidade das eleições presidenciais, depois de uma presidência catastrófica e com efeitos devastadores para os direitos das mulheres, mas também pela influência das suas políticas no resto do mundo, o Mundo, porque na governação global das grandes organizações internacionais (G7 e G20, Banco Mundial, OMC, APEC,

entre outras) as mulheres quase não têm voz e, finalmente, as ações individuais, algumas já abordadas anteriormente, ao nível do consumo e da participação no mundo empresarial, mas também do discurso, da consciencialização e das doações de beneficência para as organizações que trabalham na área da capacitação e do empoderamento das mulheres.

Apesar da enorme variedade e riqueza de informação, maior em alguns capítulos do que outros, este livro denso torna-se de fácil leitura, pela forma como são apresentados os dados, mas também porque muitos capítulos começam com um exemplo, um caso pessoal, uma pessoa que tem nome e lugar para, a partir daí, se tecer um contexto envolvente que serve de pretexto ao desenvolvimento do argumento central. O biologismo do título, talvez com o propósito de tornar o livro chamarativo, não deixa de refletir o olhar binário de género que atravessa a obra, apesar das intersecções com a classe, a cor da pele, a religião e a cultura e da integração de outras disciplinas das ciências sociais como a história, a antropologia e a psicologia.

No entanto, a maior lacuna do livro é a ausência do feminismo, ou melhor do contributo dos movimentos das mulheres para a transformação da sua condição coletiva. Embora surjam algumas referências a movimentos de mulheres noutros capítulos, é no capítulo 6 que encontramos mais referências ao combate organizado contra a discriminação e a ideologia dominante com o exemplo dos movimentos dos anos de 1960 nos EUA. Nesse contexto, é referida a dicotomia que o movimento feminista supostamente gerou entre trabalho e família porque, como diz, sendo o principal foco da segunda vaga do movimento feminista o acesso ao emprego, as donas-de-casa ter-se-ão sentido excluídas, o que sendo verdade reflete apenas um lado da história¹. Falta, portanto, nesta abordagem dos movimentos dos anos de 1960 a análise da emergência da reação e dos movimentos antifeministas que, eles sim, acentuaram a dicotomia entre trabalho e família ao envolver algumas mulheres, para as usar como exemplos do eterno feminino, a preservar e a servir de modelo para todas as mulheres. Como ainda hoje acontece com a inalterada exaltação da maternidade e do chamado papel tradicional, mesmo que eles coexistam com a atividade profissional.

Referências bibliográficas

- Scott, Linda. 2021. *A Economia XX. O épico potencial das mulheres*. Tradução de Linda Cae-tano. Lisboa: Conjuntura Actual Editora.

¹ Exemplo paradigmático é o episódio que marcou decisivamente o futuro político de Hillary Clinton quando disse a um jornalista, na primeira campanha do marido, que podia ter ficado em casa a fazer chá e bolinhos, mas que antes escolhera uma carreira profissional. Esta declaração valeu-lhe o ódio dos setores conservadores e de direita, até aos dias de hoje, que citam constantemente a frase para a descrever como uma mulher excessivamente ambiciosa – algo que só uma mulher pode ser, obviamente – e que odeia as outras mulheres, em suma, uma figura detestável.

Mulheres empresárias e empreendedoras, de Ana Paula Marques. V.N. Famalicão: Húmus, 2021, 281 pp.

 Rosa Monteiro

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal

Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Portugal

monteiro.rosa14@gmail.com

A construção de uma igualdade substantiva exige criarmos condições para que mulheres e homens, de forma igual, possam participar e contribuir para a sociedade, e realizar-se plenamente em todas as dimensões das suas vidas.

Isto exige desafiar e quebrar os estereótipos de género que continuam a condicionar oportunidades e capacidades; remover os obstáculos que continuam a existir; e ação positiva que force o avanço que se faz demasiado lento e com claros sinais de retrocesso num contexto de crise (pós)pandémica e de economia de guerra, bem como de ataques ideológicos e políticos aos pressupostos das políticas de igualdade de género. Mas requer também que, a todo o momento, se faça visível aquilo que é o contributo fundamental da participação das mulheres em cada área, tanto naquelas em que estão sobrerepresentadas como onde estão sub-representadas. Este é o caso do empreendedorismo e do empresariado.

Com efeito, o “Policy Brief on Women’s Entrepreneurship 2018”, da OCDE (Halabisky 2018) indica que os grupos demográficos mais sub-representados na população empresarial e, em particular, na criação de novas empresas, são jovens, mulheres, pessoas com deficiência e migrantes. Na Europa (UE-27), as mulheres correspondem apenas a 33% do empresariado e a 30% do novo empresariado (CE 2013). Portugal tem registado um crescimento do número de micro, pequenas e médias empresas, de propriedade predominantemente masculinizada, embora se venha esbatendo este *gap* de género devido ao aumento da proporção de mulheres proprietárias no segmento das microempresas.

Tem sido apontado que as empresas criadas e lideradas por mulheres tendem a ser mais pequenas e menos intensivas em capital, menos orientadas para o crescimento, mais avessas ao risco, predominantemente de base local e mais recentes, e em áreas mais tradicionais e setores económicos mais feminizados, menos valorizados e menos orientados para a tecnologia (principalmente saúde, assistência social e serviços). Este *gap* tem tido paralelo na falta de visibilidade do tema nos estudos sobre empreendedorismo e também nos estudos de género.

O livro organizado pela socióloga Ana Paula Marques, juntando nove textos de autoria geográfica e disciplinarmente diversa acerca das experiências genderizadas dos fenómenos do empreendedorismo e empresariado no feminino, constitui, assim, um contributo ímpar num domínio pouco estudado em Portugal, espe-

cialmente o domínio do pequeno e micro empresariado e do empresariado familiar. A abordagem que o atravessa centra-se em rostos, factos e narrativas, com espessura sociológica, de mulheres com estatuto de empresárias e empreendedoras e/ou em posições de gestão.

Fá-lo a partir de estudos de caso de mulheres concretas, mas com um ponto de ancoragem comum – uma conceção de empreendedorismo que simultaneamente extravasa o domínio do trabalho e do contexto económico para incluir a dimensão da vida privada e familiar das protagonistas, tal como as suas representações de género (muitas vezes em reconfiguração). Mobiliza para a análise as condições estruturais, as oportunidades e as orientações simbólico-valorativas da conjuntura societal que enformam as experiências concretas destas mulheres empresárias, recusando, porém a visão essencialista e fatalista para compreender as transformações potencialmente emancipatórias e de desafio dos estereótipos de género na atividade.

Demarca-se da narrativa dominante tributária de uma abordagem individualista, proclamadora do sucesso, da autonomia e independência, do risco e do primado das qualidades pessoais e da autorrealização como perfil (masculino) de quem empreende – ou seja, demarca-se da “predominante inscrição do empresariado num modelo darwiniano e heroico masculino”, como o designa Emilia Fernandes no cap. 1. Firma-se, assim, como um contributo para a ideia da académica feminista Helene Ahl (2006, 2012), de que o estudo do empreendedorismo feminino deve abandonar a abordagem voluntarista e individualista que tem dominado o campo, e que coloca a tónica no comportamento dos homens ou das mulheres empreendedoras, e nos *handicaps* destas últimas. Segundo a autora, a análise do empreendedorismo feminino deve voltar-se para os fatores de contexto, para as forças sociais que impactam o desenvolvimento do empreendedorismo, ou seja, a “genderização das ordens institucionais” (legislação, políticas de família, normas culturais e sociais e estereótipos de género) como uma variável independente e também para as representações sociais sobre empreendedorismo, e sobre empreendedorismo no feminino e no masculino (Ahl, 2006, *apud* Monteiro *et al.* 2015).

Nos relatos de vidas apresentados neste livro encontramos esta “genderização das ordens institucionais” e das representações genderizadas sobre o empreendedorismo e empresariado, mas também as repercussões de algumas transformações de género nos padrões familiares, educativos e económicos destas mulheres – designadamente o aumento dos níveis de escolarização e de qualificação, de participação no mercado de trabalho e nos cargos de decisão – e os seus impactos nas suas opções, práticas, mas também nos discursos sobre si e sobre a sua atividade e desempenho num “mundo entendido como masculino”.

Como Ana Paula Marques refere, “Ao assumirem lugares de chefia e direção em empresas ou criando oportunidades de negócio e emprego, as mulheres têm vindo a conhecer (re)configurações nas suas trajetórias profissionais e projetos de

vida”, o que fica também ilustrado nas (re)configurações discursivas sobre si e sobre o empresariado retratadas no primeiro capítulo (p. 7).

Nos vários capítulos são apresentados resultados de pesquisa, sobretudo qualitativa, em Portugal, Brasil e Polónia, produzida através de estudos de caso, entrevistas biográficas e em profundidade, histórias de vida, observação participante, questionários e análise de dados macro, como por exemplo, o *Roadmap para empresas familiares portuguesas* (Marques 2018).

As autoras expõem uma diversidade de condições das mulheres perante o empresariado e o empreendedorismo, embora seja prevalecente o campo do pequeno empresariado (Ana Isabel Couto, cap. 2) e do empresariado familiar em que as mulheres assumem a direção da empresa fundada previamente por familiares (cap. 3 e 4, de Ana Paula Marques e Flávia Pereira, e cap. 7, de Hana Witt) ou que fundam elas próprias. Percebemos, nestes três textos, o caráter crítico da sucessão nas empresas familiares, os seus vários modelos, mas sobretudo a forma como nesses processos são também críticos os interesses das mulheres (potenciais sucessoras, mas muitas vezes desqualificadas e desconsideradas pelos fundadores). Percebemos também como as empresas familiares têm sido palco de mudanças intergeracionais com notável presença das mulheres em carreiras de gestão e responsabilidade empresarial, com mais elevadas qualificações do que os fundadores, e como a autonomização económica e organizacional destas mulheres em lugares de topo e de chefia (embora negligenciada da literatura sobre sucessões) tem potenciado estratégias de capacitação e superação de preconceitos e de estereótipos de género, imprimindo dinâmicas de profissionalização, responsabilidade e autoridade, em consonância com os desafios de sustentabilidade e competitividade da empresa familiar, ou seja, o que conduz a mudanças nos padrões culturais desta tipologia de empresas. Explora-se o potencial destas mudanças na alteração dos estereótipos que afastam as mulheres do empresariado e da liderança.

É também analisado o novo fenómeno das comunidades digitais de empreendedoras, como a Mulheres à Obra (Camila Rodrigues, cap. 5), verdadeiras redes de participação, entreajuda e fomento do capital social e consciencialização da dimensão coletiva e política do empreendedorismo feminino.

Rita Moreira (cap. 6) estuda o percurso-tipo de empreendedorismo jovem e qualificado impulsionado pelas instituições de ensino superior, permitindo compreender a importância dos programas que estas instituições desenvolvem para estímulo e apoio às jovens, no arranque dos seus próprios negócios (centros de empreendedorismo, parques de ciência, incubadoras, gabinetes de transferência de conhecimento e tecnologia e de proteção de propriedade intelectual, entre outros).

Sara Outón (cap. 8) apresenta as percepções de empreendedoras na Galiza, em Espanha, também no contexto da pandemia de COVID-19, identificando os fatores que motivam e lançam as mulheres na atividade empreendedora, ainda que na

amostra prevaleça o empreendedorismo de necessidade. Finalmente, no último capítulo (9), Monika Fabińska identifica e sistematiza, a partir de revisão bibliográfica e de um estudo na Polónia, quais são os constrangimentos, barreiras, fatores motivadores, expectativas e percepções das mulheres no empresariado e liderança de negócios. Procura compreender como se podem eliminar essas barreiras através das políticas públicas, designadamente de reforço do acesso aos equipamentos de acolhimento de crianças, de reforço dos apoios de capital de arranque e dos programas de formação e mentoria para mulheres empreendedoras.

Se em todos os textos e estudos fica clara a posição contraditória destas mulheres, é no cap. 1, de Emília Fernandes, que esta “dupla posição genderizada” é analisada de forma mais aprofundada, salientando-se os dilemas discursivos e identitários entre a sua performance como empresárias e a sua condição como mulheres. No fundo, as suas análises confirmam a tipologia de fatores que tem sido mobilizada para explicar a opção pelo empresariado – os fatores de atração (independência, autorrealização, aumento dos rendimentos, detetar de oportunidades de mercado, detenção de uma competência e qualificação promissora) e os fatores de pressão que levam a empreender por necessidade (insatisfação laboral, desemprego, constrangimentos familiares e dificuldades de conciliação entre a vida profissional e família, entre outros), e que têm sido mais frequentemente associados às mulheres empreendedoras.

Não obstante estas tendências gerais, em termos de modelos de empresariado e tipos de obstáculos e constrangimentos, os vários casos analisados alertam criticamente para a variabilidade de situações, motivações e objetivos das mulheres que criam o seu próprio negócio ou que lideram os negócios da família, rejeitando a homogeneidade e essencialização. Fica claro como, para além das limitações e desigualdades decorrentes de uma atividade fortemente determinada pelas conceções de papéis de género prejudiciais para as mulheres, algumas dinâmicas de socialização, de aquisição de competências e qualificações e de recursos a montante e jusante do mercado de trabalho influenciam as trajetórias das mulheres estudadas. Elas são-nos apresentadas como “protagonistas de um movimento de fundo traduzido em trajetórias de autonomização económica e de capacitação para liderança [que] contribuem para atenuar estereótipos de género que estão na base da persistência de culturas organizacionais segregadas sexualmente” (pp. 118-19).

O livro deixa-nos, pois, um sinal positivo e pistas para pesquisa futura acerca do empreendedorismo feminino, que pode ser associado a “mudanças dos padrões culturais das empresas familiares [devido] às elevadas qualificações e competências profissionais destas fundadoras, conjugadas com a apropriação das dinâmicas de inovação tecnológica, digitalização e sustentabilidade dos negócios, para além de alargamento do mercado local, atingindo o nacional e internacional” (cap. 3) e a experiências de requalificação do lugar e papel das mulheres como empresárias e líderes de empresas.

Referências bibliográficas

- Ahl, Helene. 2006. "Why research on women entrepreneurs needs new directions." *Entrepreneurship Theory and Practice* 30(5): 595–621.
- Ahl, Helene, & Susan Marlow. 2012. "Exploring the dynamics of gender, feminism and entrepreneurship: advancing debate to escape a dead end?" *Organization* 19(5): 543–562. DOI: <https://doi.org/10.1177/1350508412448695>
- CE – Comissão Europeia. 2013. Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Plano de ação «Empreendedorismo 2020» Relançar o espírito empresarial na Europa (2013/C 271/14). Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52013AE0941&from=FR>
- Halabisky, David. 2018. "Policy Brief on Women's Entrepreneurship." *OECD SME and Entrepreneurship Papers* 8. Paris: OECD Publishing. DOI: <https://doi.org/10.1787/dd2d79e7-en>
- Marques, Ana Paula (Org.). 2018. *Roadmap para Empresas Familiares: Mapeamento, Profissionalização e Inovação*. e-book. Braga: CICS. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/56256>.
- Monteiro, Rosa, Catarina Silveiro, e Fernanda Daniel. 2015. "Representações sociais do empreendedorismo no feminino e no masculino: investigação com estudantes." *Psicologia em Estudo* 20(1): 107-116. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v20i1.25539>

Le care, théories et pratiques, de Helena Hirata. Paris: La Dispute, 2021, 208 pp.

 Albertina Jordão

Instituto de História Contemporânea, FCSH,

Universidade NOVA de Lisboa, Portugal

IN2PAST – Laboratório Associado para a Investigação e Inovação

em Património, Artes, Sustentabilidade e Território,

Universidade NOVA de Lisboa, Portugal

albertinaj3@gmail.com

Le care, théories et pratiques, de Helena Hirata, vem questionar, de acordo com Danièle Kergoat, no posfácio, o “conforto intelectual” da argumentação e do posicionamento ideológico acerca do *care*² (cuidado) a partir de práticas profissionais em três geografias tão diferentes quanto a distância entre elas: no Brasil, país onde Hirata viveu dos cinco aos 24 anos de idade; em França, onde vive há cinquenta anos; e, finalmente, no Japão onde nasceu.

² Manteremos o termo *care* ao longo da recensão.

O estudo comparativo que apresenta nesta obra é considerado, por Evelyn Nakano Glenn (prefácio, p. 7), pioneiro. Contudo, esta não é a primeira vez que Helena Hirata trata o tema do *care*.

Publicado em 2021, ainda sob os efeitos da catástrofe sanitária (2020-21) provocada pela pandemia da COVID-19, este livro vem renovar a urgência da necessidade de mudar a situação de vulnerabilidade, de precariedade e de desvalorização simbólica (e monetária) que caracteriza o trabalho de prestar cuidados, realizado maioritariamente por mulheres e que é essencial para a manutenção das sociedades.

A abordagem contém vários ingredientes que a tornam distinta de outras. Ela “convida a uma reflexão sobre a centralidade política do trabalho das mulheres e do *care*” (p. 26). Combina uma preocupação reflexiva e teórica, questionando os conceitos, ressituando-os na atualidade do debate político, com uma prática a partir das histórias contadas pelas protagonistas do trabalho do *care*, no Brasil, em França e no Japão. É o olhar de uma socióloga comprometida.

O livro está organizado em quatro capítulos. Um primeiro que desafia as definições, as teorias e a controvérsia à volta de um tema que se julgaria não ser necessário definir nem que pudesse suscitar um debate teórico. Mas é necessário e atual.

O segundo capítulo é dedicado à comparação dos três países (Brasil, França e Japão), observando as diferenças das dinâmicas sociodemográficas, de desenvolvimento económico e tecnológico muito distintas, mas cujos modelos de envelhecimento da população e da “crise do *care*” parecem conferir-lhes algumas semelhanças.

O terceiro capítulo, dedicado ao fenómeno da globalização, das protagonistas do *care* e migrações, introduz outra dimensão importante, que nos ajuda a compreender (não quer dizer aceitar) o que está por trás da desvalorização do trabalho do *care* e de quem o realiza. Referimo-nos à dimensão racializada deste tipo de trabalho que é particularmente visível no Brasil (migrações internas) e em França (migrações internacionais).

O quarto capítulo, o mais extenso, apresenta os resultados do trabalho de terreno nos três países e analisa as entrevistas realizadas (360). São descritas as trajetórias profissionais, as condições de trabalho, os aspetos inovadores que permitem finalmente responder à pergunta, mas afinal o que é o *care*? Hirata propõe a seguinte definição:

Um trabalho material, técnico e emocional que é enformado por relações sociais de sexo, de classe, de raça/etnia, entre diferentes protagonistas; quem presta o trabalho e quem dele beneficia, bem como aqueles e aquelas que o enquadram, supervisionam ou o determinam. O *care* não é apenas uma atitude cuidadosa, abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em dar uma resposta concreta às necessidades das outras pessoas. Pode, também, definir-se o *care* como uma relação de

serviço, de apoio e de assistência, remunerada ou não, implicando um sentido de responsabilidade perante a vida e o bem-estar de outras pessoas³. (pp. 38-39)

A fechar, a conclusão intitulada “Centralidade política do trabalho das mulheres e do *care*” dá conta do trabalho invisível que se tornou visível, mediático e essencial.

Ao longo dos quatro capítulos, H. Hirata vai explicitando a dimensão de interdependência, responsabilidade, mas também fragilidade, que caracteriza o trabalho profissional de prestar cuidados a outras pessoas, em especial a pessoas idosas e/ou doentes. A utilidade pública (e a necessidade) desta atividade ganhou uma notoriedade que veio interpelar-nos acerca da forma como as sociedades têm desvalorizado este trabalho e quem o realiza.

O debate acerca deste trabalho tem suscitado vários entendimentos e originado conceptualizações mais ou menos abrangentes. O *care* tem a ver com cuidar de pessoas doentes e/ou pessoas com autonomia, inclui cuidados de saúde, de bem-estar, de apoio às rotinas diárias e às atividades de subsistência. A diversidade de serviços que pode incluir-se no *care* é vasta e esses serviços podem realizar-se no domicílio ou em instituições.

A comparação que resulta da investigação feita em três países tão distintos permite compreender, por um lado, as dinâmicas demográficas e, por outro, as políticas públicas para fazer face à situação, nomeadamente de longevidade e aumento da esperança de vida por oposição a uma forte diminuição dos níveis de fecundidade.

Por exemplo, em França as políticas públicas desempenham um papel fundamental na forma como estes serviços são oferecidos, existindo vários mecanismos e/ou subsídios de apoio, em particular para as pessoas com mais de 60 anos de idade.

No Japão, cuidar das pessoas mais idosas tem sido assumida como uma responsabilidade da família e, sem surpresa, das mulheres, pelo que não é de estranhar que a prestação de cuidados informal não remunerada seja mais comum. Nos últimos anos, tem vindo a verificar-se um reconhecimento da importância da institucionalização do *care* com o financiamento público e a criação de mecanismos financeiros que cubram as despesas dos serviços prestados no domicílio ou nas instituições especializadas.

³ No original: “Un travail matériel, technique et émotionnel qui est façonné par des rapports sociaux de sexe, de classe, de «race»/ethnie, entre différents protagonistes: les pourvoyeur-se-s et les bénéficiaires du *care*, ainsi que tou-te-s ceux et celles qui encadrent, supervisent ou prescrivent le travail. Le *care* n'est pas seulement une attitude attentionnée, il recouvre un ensemble d'activités matérielles et de relations consistant à apporter une réponse concrète aux besoins des autres. On peut aussi le définir comme un rapport de service, de soutien et d'assistance, rémunéré ou non, impliquant un sens de responsabilité vis-à-vis de la vie et du bien-être d'autrui”.

No Brasil, não existem políticas públicas para a prestação de cuidados a pessoas idosas, do mesmo modo que em França ou no Japão. Aqui as redes familiares e de vizinhança parecem substituir os inexistentes mecanismos formais de apoio. Nas famílias de maiores recursos, a contratação de mulheres para as tarefas domésticas e para cuidar de pessoas idosas tem sido a solução encontrada. Segundo H. Hirata, nos últimos tempos a situação parece agravar-se com a recusa de regulamentação da profissão de cuidadora e da não priorização, por parte dos poderes públicos, das despesas na área social.

Este olhar comparado permite concluir que, embora estejamos em presença de três realidades muito distintas, há vários aspectos comuns, nomeadamente as más condições de trabalho e as remunerações, em geral bastante mais baixas do que em outras profissões. Muitas das mulheres entrevistadas referiram ter deixado o trabalho quando casaram e engravidaram. A remuneração do marido passou a ser o único rendimento da família. E no Japão, único dos três países onde foram entrevistados mais homens a trabalhar em instituições de prestação de cuidados, alguns referiram não poder casar e constituir família com a remuneração que recebiam.

Uma outra dimensão associada ao *care* é a migração internacional e nacional que, desde meados da década de 1990, origina importantes fluxos migratórios, em especial de mulheres da Ásia, África e América Latina, para os Estados Unidos da América, Canadá, Europa ocidental e Japão.

Esta globalização do *care* tem um impacto na divisão internacional do trabalho reprodutivo, segundo Hirata, citando R. Parreñas, ao suscitar fluxos migratórios, em especial de mulheres com poucas ou nenhuma qualificações formais para trabalho doméstico, facilitando desse modo às mulheres das classes médias e altas trabalhar fora de casa e terem uma carreira. A globalização criou empregos para as mulheres, mas eles “são mais precários e mais vulneráveis” (p. 81). Os estudos de acompanhamento do impacto da pandemia de COVID-19 no mundo do trabalho⁴ contêm descrições de trabalhadoras domésticas internas estrangeiras que foram despedidas, tendo ficado sem remuneração, sem casa e muitas vezes em situação irregular no país, uma vez que a sua autorização de residência estava condicionada ao emprego. Com o fecho das fronteiras, muitas mulheres migrantes ficaram sem poder regressar aos países de origem.

No último capítulo, dedicado às trajetórias profissionais e pessoais das cuidadoras e de alguns cuidadores, a partir da investigação realizada, H. Hirata conclui que, em França (Île de France), este tipo de trabalho tem a marca da migração e da

⁴ Veja-se, a título de exemplo, os seguintes documentos da OIT: *Proteção social dos trabalhadores migrantes: uma resposta necessária à crise da COVID-19* (disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-/-europe/-/-ro-geneva/-/-ilo-lisbon/documents/publication/wcms_758712.pdf) e *COVID-19 and care workers providing home or institution-based care* (disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-/-ed_dialogue/-/-sector/documents/briefingnote/wcms_758345.pdf).

desqualificação, no Brasil (São Paulo), a marca da informalidade e acumulação de múltiplos empregos, e no Japão (Tóquio e Gunma), caracteriza-se por carreiras estáveis para as mulheres e desemprego e reconversão profissional para os homens. Mais uma vez, os resultados confirmam que este trabalho é pouco valorizado, os salários são baixos e sem qualquer reconhecimento social.

Se é certo que este tema não é novo, nem as questões que levanta face à forma como as sociedades se organizam para responder ao desafio demográfico, o que é certo, e a autora sublinha-o ao longo do livro, é que, por um lado, o estado excepcional vivido nestes últimos dois anos e, por outro, o facto de afetar as famílias das classes médias, contribuíram para que se tornasse uma questão de emergência pública favorecida pelo mediatismo dos *media* e das redes sociais.

Se parece existir por parte das protagonistas deste trabalho a consciência da desvalorização do seu trabalho, o facto de serem mulheres, de classes sociais desfavorecidas e de diferentes etnias/origens deve mobilizá-las para a tomada de consciência dos processos de exploração, opressão e de dominação. A sua emancipação depende da tomada de consciência.

No final ficam várias mensagens políticas comprometidas com uma visão de sociedade que defende um maior controle e poder de decisão por parte das mulheres que realizam este tipo de trabalho que não é um “qualquer trabalho”.

Referências bibliográficas

Hirata, Helena. 2021. *Le care, théories et pratiques*. Prefácio de Evelyn Nakano Glenn e posfácio de Danièle Kergoat. Paris: La Dispute.

***The Gender-Sensitive University. A Contradiction in Terms?*, organizado por Eileen Drew e Siobhán Canavan. London: Routledge, 2021, 208 pp.**

 Caynnã de Camargo Santos⁵

Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal
caynnacs@gmail.com

Organizado por Eileen Drew e Siobhán Canavan, *The Gender-Sensitive University* explora os diversos desafios de ordem cultural, política e económica

⁵ Recensão realizada no âmbito do projeto “ENGENDER: Integração dos Estudos de Género nos currículos e práticas pedagógicas no ensino público universitário em Portugal”, financiado pela FCT (PTDC/SOC-ASO/7173/2020).

enfrentados por esforços que buscam promover a igualdade de género nas instituições de ensino superior. O volume parte do entendimento das Universidades enquanto organizações genderizadas [*gendered organizations*] (Acker 1990), isto é, instituições nas quais distinções convencionadas entre homens e mulheres, masculino e feminino, estruturam e informam os processos de distribuição interna de vantagens e desvantagens, visibilidade e invisibilidade e posições de controle e de subalternidade. Assentes neste entendimento inicial, os catorze capítulos da obra, compostos por contribuições advindas de diversos países europeus e que refletem múltiplas perspetivas disciplinares, procuram não apenas sublinhar a persistência das desigualdades de género na Academia, como também pretendem propor caminhos para a sua superação e para a construção de uma Universidade sensível ao género, apresentando e explorando lições derivadas de experiências em diferentes contextos socioculturais e institucionais.

Apesar de o volume não ser organizado explicitamente em partes ou secções temáticas, é possível identificar dois conjuntos gerais de capítulos – o primeiro, de maior cariz analítico e crítico; o segundo, de natureza propositiva –, aos quais se soma um capítulo introdutório. Rosa, Drew e Canavan apresentam no capítulo 1, a título de introdução, uma breve reconstituição cronológica do processo de emergência de políticas promotoras da igualdade de género em instituições de ensino superior no espaço europeu, enfatizando o papel vital desempenhado por programas transnacionais propostos pela Comissão Europeia. Não obstante o reconhecimento dos avanços alcançados por tais políticas nas últimas décadas, os autores sublinham – com base em dados recentes sobre dimensões como o acesso a financiamento de investigação, o grau de integração da perspetiva de género na produção académica e a presença dos sexos em diferentes níveis hierárquicos da carreira científica – que ainda há um longo caminho a ser percorrido em direção à igualdade de género na Academia.

Aquilo que podemos identificar como a primeira parte da obra é composta por oito capítulos (capítulos 2 a 9) e trata dos atuais obstáculos, barreiras e dificuldades que caracterizam as Universidades insensíveis ao género [*gender-insensitive universities*]. À luz de estudos recentes, Rosa e Clavero discutem, no capítulo 2, os novos desafios à igualdade de género decorrentes do estabelecimento do paradigma neoliberal enquanto forma dominante de gestão das Universidades contemporâneas. Além de sublinharem, via uma perspetiva interseccional, os impactos diferenciados que fenómenos como a crescente precarização do trabalho científico e o surgimento de novas métricas para aferição de *performance* geram sobre mulheres e homens, os autores também tematizam o crescente protagonismo alcançado na Academia neoliberal pelos discursos pós-feministas, explorando as confluências entre os mesmos e a racionalidade individualista e despoliticizante atualmente hegemónica. No capítulo 3, Nielsen trata dos modos como processos de recrutamento em instituições de ensino superior são permeados por viés de género. Recorrendo a dados de estudos conduzidos no contexto dinamarquês, o

autor argumenta que investigadoras/es interessadas/os na formulação de entendimentos mais completos sobre as dinâmicas de género em funcionamento nos processos de seleção de pessoal académico devem examinar os contextos sociais e organizacionais nos quais tais dinâmicas se desenrolam, não se restringindo à análise das idiossincrasias e preconceitos de recrutadores individuais. O quarto capítulo, de Kinahan, Dunne e Cahill, interpela a problemática da progressão na carreira científica a partir de uma perspetiva atenta às desigualdades de género, contribuindo, assim, para a extensa literatura sobre fenómenos como *glass ceilings* e *sticky floors* na Academia.⁶ Com base nos resultados de um estudo empírico conduzido numa instituição irlandesa, as autoras analisam os múltiplos obstáculos enfrentados por mulheres para ascensão na carreira e promoção às posições mais elevadas da hierarquia académica. No capítulo seguinte, Drew e Marshall, também assentes em dados relativos ao contexto académico irlandês, tratam das dificuldades vivenciadas por mulheres em seus esforços para conciliar trabalho e vida pessoal. Em uníssono com os resultados de estudos anteriores, o capítulo sublinha como expectativas assentes em estereótipos de género quanto ao desempenho de tarefas de cuidado familiar e responsabilidades domésticas continuam a ser importantes fontes de tensão e conflito entre vida profissional e vida pessoal para académicas. O capítulo 6 traz um importante contributo para um tema que, na esteira da grande repercussão pública e mediática de movimentos recentes, dos quais podemos destacar o movimento internacional #MeToo, tem recebido especial atenção de investigadoras/es nos últimos anos: o assédio e a violência sexual na Academia. Paoletti, Quintin, Gray-Sadran e Squarcioni abordam a necessidade de ampliar a conscientização sobre tais problemáticas, voltando-se para um estudo de caso que teve como base um campus universitário francês. Mediante uma análise detalhada, as autoras enfatizam, entre outros fatores, o importante papel desempenhado pela atuação dos movimentos feministas enquanto aceleradores de respostas institucionais de combate às diversas formas de violência sexual que tomam parte nos espaços universitários. No capítulo 7, Galligan, McMahon e Millar discutem as iniciativas avançadas por duas instituições de ensino superior (Queen's University Belfast, na Irlanda do Norte, e Trinity College Dublin, na República da Irlanda) dedicadas à auditoria e combate do diferencial salarial entre homens e mulheres.

De modo a sublinhar o caráter relacional do género, Jeff Hearn convoca, no capítulo 8, os estudos críticos sobre os homens e as masculinidades. O autor defende que avanços em direção à construção de uma Academia sensível ao género exigem

⁶ O fenômeno *glass ceiling* refere-se à presença de barreiras invisíveis que impedem a ascensão de mulheres às posições de topo na carreira (Cotter *et al.* 2001). O fenômeno *sticky floor*, por sua vez, encontra-se no extremo oposto das estruturas hierárquicas, referindo-se aos diversos fatores que mantêm as mulheres nos escalões mais baixos das hierarquias organizacionais (Carnes, Morrissey e Geller 2008).

a modificação do tradicional foco exclusivo sobre as mulheres como os “problemas a serem resolvidos”, de maneira a atentar também para a relevância dos homens e das diversas formas de masculinidades na estruturação e perpetuação dos regimes de desigualdade de género que marcam as instituições científicas. No capítulo 9, Gvozdanović e Bailey convidam-nos a explorar as complexidades próprias ao campo do viés inconsciente de género e suas implicações danosas para a edificação de uma Academia verdadeiramente pautada em princípios meritocráticos.

A segunda parte do volume, composta por cinco capítulos (10 a 14), pretende desafiar a perpetuação das desigualdades de género na esfera académica e na ordem social mais ampla. Estes capítulos apresentam mecanismos para interrogar e abordar criticamente tais desigualdades, vislumbrando as possibilidades de construção de instituições sensíveis ao género. No capítulo 10, Bailey e Drew discutem a transformação da gestão das instituições como meio de promoção da igualdade de género nas Universidades. As autoras apresentam e refletem sobre um modelo para transformação institucional (*SAGE Change Management Model*), que foi elaborado para facilitar a implementação de planos de igualdade de género em diversas instituições de ensino superior europeias. Andrew Power discorre, no capítulo 11, sobre estilos alternativos de liderança académica, refletindo sobre aqueles mais adequados para o combate às assimetrias de género. O papel central desempenhado pelo financiamento científico na promoção da igualdade de género é explorado por Annie Doona no capítulo 12. A autora recorre a entrevistas com líderes de agências irlandesas de fomento à investigação científica para discutir as possibilidades e potencialidades de mobilização do financiamento científico tanto como instrumento de sanção (para penalizar instituições que não cumprem com metas de igualdade de género pré-estabelecidas) quanto de recompensa. No capítulo 13, Liisa Husu apresenta uma espécie de complemento às temáticas abordadas anteriormente no volume. Sem reduzir a importância das discussões sobre as formas mais visíveis de assimetrias de género que marcam a Academia, a autora chama a atenção para fenómenos subtis de discriminação que fazem parte do quotidiano das instituições científicas e não são detetados por indicadores tradicionais. Nesse sentido, Husu sublinha o potencial heurístico da noção de “não-e-vento” como ferramenta para visibilização das dinâmicas micropolíticas de discriminação que permeiam as vivências de académicas e caracterizam obstáculos quase imperceptíveis à construção de uma Universidade sensível ao género. Por fim, o capítulo 14, da autoria de Bencivenga e Drew, sintetiza as contribuições dos diversos capítulos anteriores e reforça a posição de que a construção de instituições de ensino superior sensíveis ao género implica uma mudança cultural paradigmática e, por conseguinte, exige dos diversos atores que compõem as comunidades científicas esforços de transformação profunda em múltiplos níveis.

Em conjunto, os capítulos que compõem o volume desenham um quadro abrangente e atual da (des)igualdade de género na Academia europeia. Uma importante limitação da obra, todavia, decorre exatamente do recorte geográfico

(algo estreito) das suas análises. Como reconhecem Bencivenga e Drew na conclusão do capítulo final, “gender equality and gender-sensitivity are not fixed concepts but depend on context, previous experience, cultural and social traditions” (Bencivenga e Drew 2021, 181). Esforços que buscam edificar uma Universidade sensível ao género devem ter em mente os limites à generalização ou transposição “mecânica”, para outros contextos sociogeográficos, de análises, conceitos e medidas formulados com base exclusivamente em experiências próprias ao contexto académico e científico de países europeus centrais. De facto, muitas das contribuições apresentadas pelas/os autoras/es, em especial nos capítulos que compõem o momento mais propositivo do livro, podem mostrar-se como de difícil operacionalização em outros espaços sociogeográficos (nomeadamente, no Sul Global e em países europeus periféricos), marcados por particularidades históricas, políticas, económicas e culturais produtoras de desafios diferenciados à igualdade de género na Academia. Esta advertência, no entanto, em nada retira ou reduz os méritos substanciais do livro; antes, lembra-nos da importância e atualidade de uma das principais lições das epistemologias feministas – o carácter localizado e parcial do conhecimento científico (Haraway 1988).

De maneira teoricamente consistente e pautada em sólida base empírica, a obra cumpre em demonstrar que, apesar dos importantes avanços recentes, as assimetrias de género continuam a permear as dinâmicas internas às instituições académicas. Dessa forma, na contramão de discursos largamente difundidos na atualidade, caracterizados por uma celebração acrítica, empiricamente injustificada e politicamente perniciosa de uma imaginada igualdade já conquistada na Academia, o livro convida-nos a reconhecer que ainda há um longo caminho a percorrer em direção à Universidade sensível ao género.

Referências bibliográficas

- Acker, Joan. 1990. “Hierarchies, Bodies, and Jobs: A Theory of Gendered Organizations.” *Gender & Society* 4(1): 139-158.
- Bencivenga, Rita, e Eileen Drew. 2021. “Towards a gender-sensitive university.” In *The Gender-Sensitive University. A Contradiction in Terms?*, organizado por Eileen Drew, e Siobhán Canavan, 177-182. London: Routledge.
- Carnes, Molly, Claudia Morrissey, e Stacie Geller. 2008. “Women’s Health and Women’s Leadership in Academic Medicine: Hitting the Same Glass Ceiling?” *Journal of Women’s Health* 17(9): 1453-1462. DOI: <http://doi.org/10.1089/jwh.2007.0688>
- Cotter, David *et al.* 2001. “The glass ceiling effect.” *Social Forces* 80(2): 655-681. DOI: <https://doi.org/10.1353/sof.2001.0091>
- Haraway, Donna. 1988. “Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective.” *Feminist Studies* 14(3): 575-599.

Mulheres da minha ilha, mulheres do meu país. Igualdades que Abril abriu, de Ana Cristina Pereira. Lisboa: Bertrand Editora, 2022, 263 pp.

 Alexandra Oliveira

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e Centro de Psicologia da Universidade do Porto, Porto, Portugal
oliveira@fpce.up.pt

Ana Cristina Pereira (ACP) é jornalista do *Público* e lançou, no início de 2022, o livro *Mulheres da minha ilha, mulheres do meu país. Igualdades que Abril abriu*. É autora de vários livros (e.g., *Meninos de ninguém. O caso Gisberta e outras histórias*, Ulisseia, 2009; *Viagens Brancas*, Arcádia, 2011) e, enquanto jornalista, tem escrito sobre temas, pessoas e grupos que são excluídos, oprimidos, estigmatizados. Com os seus trabalhos, ACP tem dado centralidade a quem é esquecido, negligenciado, rejeitado, a quem, muitas vezes, de outra forma, não tem voz. E é longa a lista destas pessoas ou grupos: os/as cuidadores/as informais, os/as menores institucionalizados, as pessoas com algum tipo de diversidade, as pessoas em situação de sem abrigo, os/as ciganos/as, os/as migrantes, os/as trabalhadores/as do sexo; e também extenso o rol de temas que ACP trata e que urge evidenciar: os direitos laborais, as desigualdades de género, as prisões, a violência doméstica, a pobreza, a saúde mental, o assédio sexual, o *bullying*, o ativismo climático, o abuso sexual,

Como diz a autora logo no início do seu livro, “O jornalismo é um lugar privilegiado para observar o mundo. Tenho tentado compreendê-lo pela perspetiva dos mais vulneráveis, os de baixo, os da margem” (p. 23). É isso mesmo que ACP nos dá, essa possibilidade de conhecer mundos que são distantes e que, de outra forma, só conheceríamos através de estereótipos.

Neste livro, a autora, que é madeirense, conta as histórias de 23 mulheres que vivem ou são originárias da Ilha da Madeira tomando-as como analisadores da história do país e das desigualdades de género. O livro, que em parte se apoia em trabalhos de natureza jornalística e para o qual ACP entrevistou mais de 100 pessoas, tem uma estrutura com 25 capítulos mais um posfácio da Sofia Aboim (socióloga e investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa).

Há dois capítulos, um no início e um no fim, que fazem uma contextualização do livro e do seu tema central. Os restantes oferecem-nos narrativas individuais e familiares de mulheres, de gerações de mulheres, entrecortadas com aspectos históricos, políticos, sociais – desde a história da descoberta e povoação da ilha à transição para a democracia, dos problemas da agricultura de monocultura da Madeira à imigração para a Venezuela, da importância dos bordados à sindicalização deste setor de molde a conferir melhores condições e mais direitos às mulheres que aí trabalham. O livro é todo assim: articula as estórias individuais das mulheres com

a história coletiva, os testemunhos subjetivos com os dados de estudos de diversas áreas. E, por isto, também é tão complexo e intrincado e importante. Porque não se limita a contar as estórias pessoais deste conjunto de mulheres por muito interessantes que sejam, mas fá-lo enquadrando essas histórias. Nós não somos independentes dos contextos histórico-temporal e cultural em que nos movemos e é a isso que ACP dá enfâse.

À medida que se avança na sua leitura, nas suas histórias de mulheres, o livro evidencia uma linha temporal, uma cronologia que acompanha a evolução social e económica de um país e de uma ilha que estão, agora, mais desenvolvidos nos costumes e na educação formal, que oferecem mais oportunidades e maior igualdade. A narrativa atravessa a história, as personagens atravessam o tempo. Melhoram as condições de vida, mudam as relações entre pais/mães e filhos/as, as mulheres têm mais acesso à educação, são independentes, a experimentação sexual feminina é (mais) normalizada, as tarefas domésticas são divididas com os maridos, o ensino foi democratizado e as mulheres estão no mercado de trabalho de forma generalizada, mas as desigualdades persistem, na Ilha, como no resto do mundo.

Um dos exemplos que o livro nos oferece é o do cuidar. As mulheres continuam a ser cuidadoras. “Sempre cuidaram dos outros. Como se fosse o seu destino” (p. 149), dentro e fora de casa, diz ACP. E a “prestação de cuidados não pagos ainda é assaz encarada como uma responsabilidade especial das mulheres” (p. 151). Há, sim, desigualdades que persistem mesmo que atenuadas. Sofia Caldeira, uma das mulheres do livro, ao ver a sua avó a cuidar de si e dos restantes netos, dizia que queria ser avó quando fosse grande, pois pensava que a avó era paga para estar com os netos em casa. Aqui, dá-se realce ao trabalho não remunerado das mulheres.

É sobre mulheres, mas também sobre a ilha da Madeira: a sua história, as suas tradições, a sua geografia, a sua gastronomia, a agricultura; cruza as estórias individuais com a história da Madeira e do país; cruza camadas individuais com camadas sociais e políticas. Para enquadrar o problema da desigualdade salarial, por exemplo, a propósito das bordadeiras e da história de Guida, ACP recua até ao século XIX, passa pelo Estado Novo e chega até ao 1.º de maio de 1975 e à luta do Sindicato Livre dos Trabalhadores da Indústria de Bordados liderado por esta mulher durante 26 anos.

Outra camada que o livro nos apresenta é a da resistência: a condição de género que impedia as mulheres de ir à escola, de ter emprego, de serem independentes, é contrariada por mulheres com força e determinação para lutarem contra o seu destino. E são vários os exemplos de mulheres que conseguiram fugir a essa condição, sendo resistentes e resilientes, como Josefina Mendonça, cuja necessidade de sobrevivência a impedia de progredir na escola além do 4.º ano (“Tu tens que ir buscar lenha, tu tens de ir apanhar erva ao gado, tu tens de ir lavar roupa para a ribeira, tu tens de ajudar plantar batatas, tu tens de fazer o comer...” [p. 98]), mas que, contra a vontade do pai e com a conivência da mãe, a trabalhar de dia e

a estudar de noite, concluiu o 12.º ano. O livro é feito de mulheres normais, comuns, mas que têm algo de especial e que, como quaisquer outras, sabem e sentem o que são as desigualdades de género.

Um dos capítulos que mais impressiona é o primeiro, intitulado “A revolução dentro de casa” (pp. 15-26), cuja personagem central é Maria Angelina (n. 1944), a mãe da autora. Este capítulo começa com uma descrição de uma ceia de Natal em que ACP vê, “sobre a melhor toalha, uma metáfora da desigualdade de género. No prato do meu pai, uma coxa de galo (...). No prato da minha mãe, um pescoço, uma asa” (p. 15). E, a partir daí, reflete sobre as desigualdades, guia-nos em conversas em que a mãe, que só fez a 3.ª classe e não sabe o que é uma feminista, diz que defende a igualdade de direitos entre homens e mulheres com “unhas e dentes” (p. 17). Nesse capítulo, ACP (n. 1975) traça a história de várias gerações, desde a avó (n. 1913) até à sobrinha (n. 2015), refletindo sobre o que mudou e o que se mantém e tentando projetar o futuro da sobrinha. Este capítulo é comovente e corajoso (por expor um pouco da sua história pessoal), mas também reflexivo, pedagógico e informativo.

Outro dos aspectos importantes do livro reside na sua abordagem interseccional. A interseccionalidade (Crenshaw 1989) é um quadro de leitura que tem em conta os diversos aspectos identitários de uma pessoa para analisar as discriminações e os privilégios a que está sujeita. Entre categorias de vantagem e de desvantagem estão o género, a classe, o sexo, a raça, a etnia, a sexualidade, a deficiência, a orientação sexual e a identidade e expressão de género. Estas categorias, que se intersectam e se sobrepõem, tanto podem ser opressoras, como empoderadoras. Neste livro, também há mulheres originárias de famílias com conforto económico, que fazem mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos, que estudam no estrangeiro, que são linguistas, investigadoras e diretoras regionais de organismos estatais, mas que, embora com mais privilégio, sentem as desigualdades de género e os fatores stressores associados ao facto de serem mulheres, tais como a pressão para ter filhos e ser mãe.

O Portugal de hoje não é o mesmo do século XIX ou do Estado Novo: os direitos das mulheres estão garantidos – as mulheres já não precisam de autorização dos progenitores ou dos cônjuges para se ausentarem do país; fazer um aborto já não é crime sob certas condições; a violência doméstica é crime público; os direitos das pessoas LGBTI+ estão mais assegurados por leis como a da identidade de género ou do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Há, tal como o subtítulo deste livro nos diz, “muitas liberdades que abril abriu”.

É um livro sobre desigualdade de género, é um livro feminista, um livro que procura homenagear as mulheres que fazem a sua resistência diária. Estamos agora melhor do que antes e esta obra demonstra-o claramente. A igualdade de género plena ainda está longe, mas já percorremos um longo caminho até aqui.

Se Maria Lamas (1948), nos anos 40 do século XX, traçou um retrato das mulheres deste país, ACP traça uma evolução das mulheres da Madeira e deste país nos últimos 80 anos. E embora não baste “adicionar um novo elenco de heroí-

nas ao velho elenco de heróis” para incluir as mulheres na história, como diz ACP a citar a historiadora Bonnie Smith, há que adotar uma perspetiva de género; é importante que se dê visibilidade às mulheres, que se lhes dê voz e protagonismo. É isso que faz ACP neste livro, e faz muito bem. A nossa história, a história das mulheres e do feminismo, tem agora um novo contributo para se tornar mais rica.

Referências bibliográficas

- Crenshaw, Kimberlé. 1989. “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics.” *University of Chicago Legal Forum* 1989(1): 139-167.
Lamas, Maria. 1948. *As Mulheres do Meu País*. Lisboa: Actuália Lda.

Não Serei Eu Mulher? As Mulheres Negras e o Feminismo, de bell hooks. Tradução de Nuno Quintas. Lisboa: Orfeu Negro, 2018, 320 pp.

 Ana Cristina Pereira

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS),
Universidade do Minho, Braga, Portugal
kitty.furtado@gmail.com

Inspirado no nome da bisavó materna, para honrar os legados familiares femininos, bell hooks é o pseudónimo de Gloria Jean Watkins (1952-2021) e, a pedido da autora, não deve ser capitalizado. A insistência de hooks em manter o seu nome escrito em ‘letras pequenas’ deve ser entendida como um gesto político que pretende sublinhar a diferença entre a autora e a importância das causas que defende. Porém, ainda que esta Mulher Negra, feminista, ativista antirracista e professora nos quisesse dizer “isto não é sobre mim”, a sua atividade política e o seu legado intelectual obrigam-nos a começar por falar dela. bell hooks é autora de mais de trinta livros e incontáveis artigos científicos, participou em documentários filmicos e deu inúmeras palestras públicas. A sua obra reflete sobre a forma como o género, a raça e a classe se potenciam mutuamente enquanto eixos de opressão, nas sociedades capitalistas.

Autora de obras incontornáveis, não só para os estudos de género, mas também para a filosofia política, para a sociologia, ou para a psicologia social, como *Feminist Theory: From Margin to Center* (1984), *Black Looks: Race and Representation* (1992), ou *Feminism Is for Everybody: Passionate Politics* (2015), hooks começou a escrever *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism* com 19 anos, quando era

estudante de licenciatura na Universidade de Stanford e, ao mesmo tempo, telefonista. Um dos aspetos impressionantes de *Ain't I a Woman* é a forma como, ao longo da obra, esta jovem de 19 anos faz a revisão crítica de uma extensa literatura sobre racismo, género, escravatura e história americana, existente nos EUA, complementando esta análise crítica com partilhas sobre a sua experiência pessoal. O livro foi publicado em 1981 e, embora inicialmente uma parte da comunidade académica o tenha rejeitado, quer por não obedecer à forma canónica, quer por soar ‘demasiado estridente’, a obra tornou-se numa das mais influentes no âmbito dos estudos sobre mulheres e sobre raça. Em Portugal, tivemos de esperar até 2018 para conhecermos a primeira tradução deste clássico, feita por Nuno Quintas e publicada pela Orfeu Negro com o título *Não Serei Eu Mulher? As Mulheres Negras e o Feminismo*.

O título *Não Serei Eu Mulher? [Ain't I a Woman]* tem raiz no mote do discurso proferido por Sojourner Truth (1797-1883)⁷, em 1851, durante a “Women's Rights Convention”, em Akron, no estado do Ohio. bell hooks parte da mesma pergunta de Truth para lançar luz sobre as vidas das Mulheres Negras, nos EUA, nos séculos XIX e XX e para deixar uma semente de esperança num futuro menos sombrio, ao mostrar que não está sozinha na luta contra o patriarcado e contra o racismo, porque tem com ela um enorme legado de Mulheres Negras, ainda que estas tenham sido invisibilizadas.

No primeiro capítulo, “O Sexismo e a Experiência das Escravas Negras”, hooks revela as formas como as Mulheres Negras foram escravizadas, abusadas física e sexualmente e sobrecarregadas de trabalho, com a conivência das mulheres brancas e dos homens negros. Ambos – mulheres brancas e homens negros – beneficiaram da opressão perpetrada às Mulheres Negras por serem colocados acima delas na pirâmide social, onde, de outro modo, estariam no lugar mais baixo. No segundo capítulo, intitulado “A Desvalorização Constante da Feminilidade Negra” a autora reflete sobre a indiferença votada ao semipiterno abuso sobre corpos de Mulheres Negras (por não serem percebidas como mulheres), sobre o desprezo racista pelos esforços das Mulheres Negras no sentido de vencerem os rótulos sexistas que lhes foram atribuídos durante a escravatura (prostitutas, libertinas, vadias, etc.) assumindo ora o papel de mães obedientes, ora o papel de Sapphire – uma personagem negra de ficção que tem uma vontade de ferro, é poderosa, traiçoeira e desrespeitosa com os demais Negros. Estas formas de resistência das Mulheres Negras não as conseguiram libertar do abuso sexual e da sobrecarga de trabalho, uma vez mais, com a conivência e com o contributo opressor de mulheres brancas e homens negros. A par destes, também a academia / ciência sustentou o abuso, criou e reproduziu estereótipos e justificou a exploração, por não ser capaz de questionar o seu viés racista e de olhar para as Mulheres Negras como mulheres. Nestes dois primeiros capítulos, hooks desmonta ainda as falácias sobre a emasculação do escravo e sobre o matriarcado Negro nos EUA

⁷ Para mais informação, ver, por exemplo, <https://www.nps.gov/articles/sojourner-truth.htm>

(que nunca existiu), para no terceiro capítulo “O Imperialismo do Patriarcado”, se demorar na questão da universalidade social do patriarcado, que na segunda metade do século XX reconfigura a representação das Mulheres Negras para serem a marionete sobre carregada do capitalismo, que delas continuou a abusar sexualmente e ainda de forma mais diversificada.

Os dois últimos capítulos de *Não Serei Eu Mulher* são dedicados ao feminismo e à sua história. Em “Feminismo e Racismo: a questão da responsabilidade”, hooks mostra como o movimento feminista (branco) foi, desde o seu início, narcisista, classista e racista. Ao advogar os direitos das mulheres, as feministas brancas pensam apenas nos direitos das mulheres brancas, e tanto ao nível dos direitos civis, como dos laborais comportam-se muitas vezes como adversárias, ou mesmo como inimigas. Não tendo as Mulheres Negras poder para se fazerem ouvir e para circularem as suas mensagens nos canais legitimadores do discurso (academia), a literatura feminista produzida por mulheres brancas foi a única tida em conta e, consequentemente, o feminismo branco foi o único reconhecido como movimento. As mulheres brancas participaram ativamente no apagamento das Mulheres Negras, sob a retórica da sororidade entre todas as mulheres, que na realidade apenas incluía as mulheres que comungavam dos seus interesses de classe. As Mulheres Negras sentiram-se traídas pelo movimento feminista e formaram grupos de feminismo negro, o que institucionalizou as divergências raciais entre mulheres.

O último capítulo, “As Negras e o Feminismo”, é dedicado ao feminismo Negro desde o século XIX até ao momento em que o livro foi escrito. Segundo hooks, apesar de terem sido apagadas pela história, as Mulheres Negras americanas do século XIX tinham uma maior consciência da violência sexista do que algum outro grupo algum dia teve, motivo pelo qual a autora sugere a recuperação desse espírito de luta e dessa consciência, por parte do movimento feminista negro atual. Partindo de Sojourner Truth e do já referido discurso proferido em 1851, hooks sintetiza os incomensuráveis contributos das primeiras gerações de mulheres Negras livres nos EUA para a emancipação feminina e o envolvimento posterior das Mulheres Negras no feminismo, fazendo também uma espécie de síntese das principais ideias que defendeu durante os capítulos anteriores: o impacto do sexism nas Mulheres Negras durante a escravidão e seus legados até à atualidade, a desvalorização da feminilidade negra, o sexism dos homens negros (e a falsa ideia de emasculação do homem negro pela escravatura e pelas mulheres negras), o racismo e o classismo das feministas brancas.

Sem nunca aplicar conceitos como racismo estrutural ou interseccionalidade, hooks faz uma descrição, acessível a todos/as os/as leitores/as, do racismo enquanto fenômeno estrutural (presente na formação das estruturas sociais) e da forma como o racismo, o sexism e o classismo se interpenetram e se reforçam mutuamente enquanto eixos de opressão. Finalmente, bell hooks tenta levar-nos além de pressupostos racistas e sexistas e faz uma proposta concreta para a luta feminista:

É um compromisso para erradicar a ideologia da dominação que permeia a cultura ocidental em vários planos – sexo, raça e classe, para indicar apenas alguns – e um compromisso para reorganizar a sociedade norte-americana de maneira que a realização do eu possa prevalecer sobre o imperialismo e a expansão económica e os desejos materiais. (pp. 304-305)

A publicação desta obra em Portugal, em 2018, é uma consequência direta do crescimento do Movimento Negro Português e do discurso antirracista no país, mas só cumpre o seu verdadeiro desígnio se nos levar a indagar como as palavras de bell hooks ressoam na nossa realidade. Em que medida o racismo em Portugal tem as mesmas origens e a mesma construção do racismo nos EUA? Qual o papel das Mulheres Negras na sociedade portuguesa? Como têm sido representadas e/ou apagadas? Qual o envolvimento das Mulheres Negras no feminismo em Portugal? Qual a consciência antirracista e anticlassista do movimento feminista português, ao longo do tempo?

Em Portugal, como nos EUA, não faz sentido perguntar às Mulheres Negras se são feministas ou antirracistas, mas sim, a todas as feministas, se o podem ser sem serem antirracistas. Infelizmente, também por cá, lutar ao lado das mulheres brancas pode implicar endossar o seu racismo, mas permanecer numa luta que é antirracista (apenas) ajuda a legitimar a ordem social patriarcal, uma vez que a palavra “negros” se refere a homens negros e a palavra “mulheres” a mulheres brancas. A existência das Mulheres Negras tem sido invisibilizada no papel e na fala.

Referências bibliográficas

hooks, bell. 2018. *Não Serei Eu Mulher? As Mulheres Negras e o Feminismo*. Tradução de Nuno Quintas. Lisboa: Orfeu Negro, 2018.

Todos, presentes! Em Rapariga, Mulher, Outra, de Bernardine Evaristo. Tradução de Miguel Romeira. Amadora: Elsinore, 2020, 480 pp.

 Sheila Khan

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho,
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
sheilakhan31@gmail.com

Quando em 2000 Zadie Smith, até então uma jovem escritora desconhecida, publica *White Teeth*, as vozes da crítica literária foram unânimes em considerar este romance uma excelente estreia no que dizia respeito à reflexão sobre a pós-colonia-

lidade britânica. Com rigor, apoiando-me na minha memória enquanto leitora e aluna de doutoramento recentemente chegada ao Reino Unido, senti que o lugar do pensamento em torno do pós-colonial tinha largado com coragem os livros, os ensaios, tinha lançado a nossa atenção para o quotidiano, as experiências de vida com que se depararam milhares de imigrantes vindos/as quer das antigas colónias britânicas, quer de outros lugares que o desmoronamento dos impérios provocou, por um lado, e estimulou, por outro, convidando-os a embarcar num imaginário de plena integração, inclusão e de uma cidadania que, teoricamente, celebrava o respeito pela diversidade cultural (Meneses 2021; Ribeiro e Rodrigues 2022). Perceber a complexidade e as dificuldades inerentes a estes processos de construção de novas vidas foi, sem sombra de dúvida, um enorme desafio que as literaturas ditas pós-coloniais conseguiram alcançar, desmontando e desconstruindo a ilusão de uma versão de uma interação fácil e amistosa entre os europeus e os chamados sujeitos pós-coloniais. A literatura tem em si um dever de memória a partir do qual conseguimos compreender o quanto as políticas de multiculturalidade e de fraternidade entre povos falhou redondamente perante a sobrevivência de antigas lógicas de colonialidade ocidentais ainda remanescentes nas várias estruturais sociais, culturais e económicas na Europa (Khan, Can e Machado 2021; El-Enany 2020).

Em 1990, Hanif Kureishi, com *The Buddha of Suburbia*,⁸ romance irreverente, sarcástico, ousado e acutilante, lança o olhar sobre os problemas de estigmatização racial, cultural e homofóbica no espaço da multiculturalidade britânica. Teríamos de esperar vinte e nove anos para que, em 2019, Bernardine Evaristo fosse a primeira autora anglo-nigeriana a conquistar um dos mais importantes prémios literários, o Man Booker Prize, com o seu *Girl, Woman, Other*. Traduzido para a língua portuguesa e publicado em 2020 pela Elsinore, este livro é o grito aberto que Hanif Kureishi procurou anunciar no seu *Buda dos Subúrbios*.

O romance de Evaristo é um manual histórico, sociológico e profundamente humano das escolhas, dos dramas, dos desafios e das expectativas de quem não se limita, apenas, a pensar o sexo, a sexualidade, as opções de género como lugares-comuns que caem numa espécie de um estar na moda. Entrelaçando as vidas de várias mulheres, diferentes na sua origem social, geográfica, cultural e histórica, *Rapariga, Mulher, Outra* expõe de uma forma inteligente, sensível e inteira a relevância dos percursos de vida e de identidade e como estes se cruzam sob diferentes formas com outros modos de ser e de estar no mundo. Com minúcia e de uma forma airosa, o amor entre mulheres e entre homens é literariamente refletido de uma forma natural, como uma experiência humana tão nobre e completa como é o amor e as relações entre os outros da gramática heterossexual. Apoiada numa escrita feita de uma perspicácia humorística e criativa, as personagens maioritaria-

⁸ A tradução portuguesa (de José Vieira de Lima) foi publicada em 2015 com o título *O Buda dos Subúrbios* (Lisboa: Relógio D'Água).

mente femininas transpiram, no plano das suas vivências, paixões, fugas, conquistas, derrotas, amuos, viagens, processos de integração, de exclusão, de marginalização social e familiar, toda uma arqueologia de um saber dedicado ao legado do pensamento não apenas pós-colonial. Esta é a viragem do paradigma que este livro sinaliza: o que somos e o que sentimos quando já não basta falarmos de pós-colonialidade?

A destreza de Bernardine Evaristo vai a par de um conhecimento clarividente sobre o modo como as gerações e as estórias dentro do corpo de uma outra História (Ribeiro 2021) se interpelam, escrevendo nas suas relações perguntas, incentivando respostas que não são apenas de índole política e retórica. Bem pelo contrário, é através de um diálogo ativo de cidadania, de memória, de responsabilidade ética, cívica e histórica entre gerações, que essas estórias complementam e desafiam a hegemonia:

então o que diz a bell hooks?, ripostou ela, a fazer um rápido scroll pela bibliografia aconselhada para a cadeira de Questões de Género, Raça e Classe Social ou Kwame Anthony Appiah, Judith Butler, Aimé Césaire, Angela Davis, Simone de Beauvoir, Frantz Fanon, Julia Kristeva, Audre Lorde, Edward Said, Gayatri Spivak, Gloria Steinem, V.Y. Mudimbe e Cornel West, já para não falar nos outros todos? o pai ficou calado por aquela não esperava ele, que o discípulo superasse o mestre [...] o que eu quero dizer é isto: como raio podes ser professor de Vida Moderna quando todos os teus referenciais são masculinos – e brancos, diga-se de passagem (aqui, refreou-se e não chegou a acrescentar muito embora tu não sejas). (pp. 56-57)

Podemos chamar a esta obra um romance da reparação histórica? Sem forçar o debate em torno desta questão, importa dizer que Bernardine Evaristo transfere a sua contribuição para espaços em branco, aqueles lugares onde o silêncio, a solidão e a cegueira histórica predominam, demonstrando, sem qualquer laivo analítico, a importância da interseccionalidade para um mapeamento mais amplo, detalhado e completo para, hoje, percebermos os processos de memória, de consciência histórica, da partilha de memórias entre gerações, da elevação da dignidade humana, da urgência de um redimensionamento da nossa percepção e representação do Outro dentro de tantos outros também existentes em cada um de nós. Sem desativar a importância dos mecanismos de racialização, de ostracização sob vários moldes, *Rapariga, Mulher, Outra* dá um passo em frente, trazendo para o seu património vozes, narrativas, energias novas, com a serenidade e a sapiência de alguém que sabe ver para além do presente e sentir o pulsar de que “é uma lástima que, no Reino Unido, as pessoas de cor continuem a ser definidas precisamente pela sua cor, outros predicados não se firmaram” (p. 431).

Referências bibliográficas

- El-Enany, Nadine. 2020. *Bordering Britain. Law, race and empire*. Manchester: Manchester University Press.
- Evaristo, Bernardine. 2020. *Rapariga, Mulher, Outra*. Tradução de Miguel Romeira. Amadora: Elsinore.
- Khan, Sheila, Nazir Can, e Helena Machado. 2021. *Racism and Racial Surveillance. Modernity Matters*. London: Routledge.
- Kureishi, Hanif. 1990. *The Buddha of Suburbia*. London: Faber and Faber.
- Meneses, Paula. 2021. "Desafios à descolonização epistêmica: práticas, contextos e lutas para além das fraturas abissais." *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCa* 10(3): 1067-1097. DOI: <https://doi.org/10.31560/2316-1329.v10n3.10>
- Ribeiro, António Sousa (Org.). 2021. *A cena da pós-memória. O presente do passado na Europa pós-colonial*. Porto: Afrontamento.
- Ribeiro, Margarida Calafate, e Fátima da Cruz Rodrigues. 2022. *Des-Cobrir a Europa. Filhos de Impérios e pós-memórias europeias*. Porto: Afrontamento.
- Smith, Zadie. 2000. *White Teeth*. London: Hamish Hamilton.

ESTATUTO EDITORIAL

- A *ex æquo* é uma publicação semestral, fundada pela Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento, visibilização e legitimação do conhecimento produzido no âmbito dos Estudos sobre as Mulheres/Estudos Feministas/Estudos de Género. É um veículo de intercâmbio entre quem faz investigação sob a égide das perspetivas destes estudos, ao nível académico, governamental ou das organizações cívicas e culturais. Assim, destina-se a investigadores/as e a estudantes nestas áreas, procurando dirigir-se também ao público em geral no sentido da sensibilização para estes campos do saber.
- Reconhecendo que os Estudos sobre as Mulheres, do Género e Feministas se têm caracterizado pelo alargamento e entrosamento disciplinar, pela diversidade temática e pela pluralidade de perspetivas teóricas e epistemológicas, a revista assume-se interdisciplinar e multidisciplinar, aberta ao contributo das diversas disciplinas e correntes. Dado que a estrutura matricial da revista é a APEM, é objetivo da *ex æquo* contribuir para a alteração de práticas e representações estereotipadas e discriminatórias em função do sexo ou de outras pertenças identitárias, adotando, nomeadamente, uma linguagem não discriminatória, inclusiva e promotora da igualdade. No mesmo sentido, as investigações empíricas podem e devem sustentar artigos que incluam uma reflexão teórica e contribuam para a problematização das principais questões que afetam as relações sociais entre mulheres e homens na sociedade. A *ex æquo*, sem prejuízo da pluralidade e multiplicidade das perspetivas presentes nos textos que publica, reserva-se o direito de só aceitar textos que no respeito pelo princípio de defesa dos Direitos Humanos fundamentais, traduzam a valorização da diversidade da condição humana, bem como da sua integridade e dignidade.
- As áreas de interesse da revista são os Estudos sobre as Mulheres, os Estudos de Género e os Estudos Feministas. A *ex æquo* publica trabalhos originais em Português, Espanhol, Francês e Inglês, provenientes de todas as áreas científicas, que se inscrevam no quadro dos Estudos sobre as Mulheres ou dos Estudos de Género ou dos Estudos Feministas. Publica, ainda, recensões sobre obras publicadas nos referidos domínios.

PROCESSO DE APRECIAÇÃO DOS ARTIGOS

- Os artigos submetidos à revista são objeto de uma primeira triagem (realizada pela Equipa Editorial) para verificação de que cumprem todas as regras aqui apresentadas e de que são originais, com recurso a programas de deteção de plágio. Depois desta primeira apreciação, seguem para arbitragem científica.
- No caso de submissões feitas por membros da Equipa Editorial ou por editor/as de dossiers temáticos, o processo usual de dupla revisão anónima por pares da revista é conduzido por outros membros da Equipa Editorial.
- Os artigos apresentados à *ex æquo* para publicação são submetidos à emissão de pareceres por duas pessoas (*double blind peer review*), especialistas na área em que o texto se enquadra. Os textos são enviados sob anonimato aos/as *referees*, a quem é solicitado que o parecer emitido tenha em conta os seguintes aspetos: a adequação e enquadramento do artigo nos objetivos da revista; a sua qualidade

científica; a pertinência, originalidade, clareza e coerência de conteúdos; a adequação e atualidade; a pertinência, adequação e explicitação da metodologia e da informação; a clareza da escrita e a coerência e o equilíbrio formais. Os pareceres deverão incluir uma recomendação em relação a possível publicação, entre as seguintes: aceite; aceite com restrições (indicando quais); rejeitado. Será ainda solicitada a indicação de sugestões e sua justificação, para melhoria da qualidade científica do artigo submetido a parecer, a ser enviadas, sob anonimato, à(s) pessoa(s) autora(s).

- A Equipa Editorial pode sugerir aos/às autores/as a revisão dos artigos propostos, mediante as indicações constantes dos pareceres recebidos dos/das *referees* e condicionar a sua publicação a uma nova apreciação das versões revistas.
- A Equipa Editorial pode ainda comunicar aos/às autores/as que os artigos propostos foram aceites sem restrições ou rejeitados, baseando-se nos pareceres recebidos dos/as *referees*.

NORMAS DE PREPARAÇÃO, PUBLICAÇÃO E SUBMISSÃO DE ARTIGOS

1. INTRODUÇÃO

A *ex æquo* publica textos de múltiplas áreas disciplinares que contribuam para o conhecimento no âmbito dos estudos sobre as mulheres, estudos feministas e estudos de género. Os textos podem ser redigidos em português, espanhol, francês ou inglês, devendo adotar uma linguagem não discriminatória, inclusiva e promotora da igualdade.

2. TIPOS DE TEXTOS

i. Os textos propostos para publicação podem ser:

- Artigos científicos, com um limite máximo de 40.000 caracteres (incluindo espaços, tabelas, notas e referências bibliográficas, excluindo os resumos);
 - Recensões críticas de obras, com um limite máximo de 10.000 caracteres (incluindo espaços, notas e referências bibliográficas). A referência bibliográfica da obra deve ser incluída no final do texto;
 - Outros tipos de texto, tais como ensaios críticos, revisões de literatura, entrevisas ou biografias, poderão ser publicados se a Equipa Editorial considerar que se enquadram nos objetivos da revista. A revista encoraja propostas neste sentido, as quais serão avaliadas caso a caso e poderão ser debatidas entre autoras/es e editoras/es previamente à submissão.
- ii. Os artigos propostos para publicação devem ser inéditos, não tendo sido publicados nem se encontrando em qualquer outro processo de avaliação para publicação. Excetuam-se os trabalhos publicados em atas de eventos académicos ou decorrentes de teses e dissertações. Nesses casos, o/a primeiro/a autor/a do artigo deverá ser o/a mesmo/a que o/a do projeto original. O texto proposto deve conter indicação das suas versões anteriores sempre que existam, com os devidos elementos (autor/a, título e data da conferência, instituição e ano de defesa da tese ou dissertação, etc.). Os artigos apresentados para publicação são da total e exclusiva responsabilidade dos/as autores/as, garantindo estes/as que não infringem qualquer direito de autor ou outro direito de terceiras pessoas ou entidades.
- iii. Só muito excepcionalmente, e mediante justificação expressa, a *ex æquo* aceita a submissão de artigos ou outros textos com mais de 4 autoras/es.

3. PREPARAÇÃO DE MANUSCRITOS

Cada artigo proposto para publicação deve ser formatado de acordo com o modelo disponibilizado [aqui](https://exaequo.apem-estudos.org/files/2022-05/modelo-artigos-pt-final.docx?9bc99d31f8) <https://exaequo.apem-estudos.org/files/2022-05/modelo-artigos-pt-final.docx?9bc99d31f8>. A proposta deve incluir:

a) Ficheiro de texto com a identificação da autoria, incluindo para cada autor/a:

- i. Nome;
Indicação de ORCID ID (<https://orcid.org/>);
- ii. Nome completo e sigla das instituições de pertença (máximo duas) e respetivo endereço postal completo, com indicação do código postal e país;
- iii. Endereço de e-mail;
- iv. Nota biográfica, com um limite máximo de 500 caracteres;
- v. Especificar agradecimentos (onde deverão ser incluídas as referências a quaisquer colaboradoras ou colaboradores e/ou financiamentos);
- vi. Incluir declaração de interesses ou da sua inexistência.

Identificação do contributo de cada autor/a, com base na taxonomia CRediT (<https://credit.niso.org/>), sempre que seja submetido um texto de autoria coletiva. Deverá preencher-se a seguinte tabela, incluída no modelo para formatação de artigos disponível no *website* da revista.

Contributo	Nome de autor/a 1	Nome de autor/a 2	Nome de autor/a 3	Nome de autor/a 4
Conceitualização: ideias, formulação ou evolução de objetivos e metas abrangentes da investigação.				
Análise formal: aplicação de técnicas estatísticas, matemáticas, computacionais ou outras técnicas formais para analisar ou sintetizar os dados do estudo.				
Investigação: realização da investigação, executando especificamente as experiências e a recolha de dados/ evidências.				
Metodologia: desenvolvimento ou desenho da metodologia e/ou criação de modelos.				
Software: programação, desenvolvimento de <i>software</i> , conceção de programas de computador, implementação do código de computador e algoritmos de suporte, teste de componentes de código existentes.				
Validação: verificação, seja como parte da atividade ou separadamente, da replicabilidade geral dos resultados e das experiências e outros resultados da investigação.				
Redação do rascunho original: preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, redação específica do rascunho inicial (incluindo tradução substantiva).				
Redação – revisão e edição: preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado por pessoas do grupo de pesquisa original, revisão crítica, comentário ou revisão, incluindo as etapas de pré ou pós-publicação.				
Outra. Especifique				

b) Ficheiro de texto anonimizado, revisto de gralhas, em formato Word. Os artigos devem incluir:

- > Um título e um resumo com o máximo de 750 caracteres. Quer o título, quer o resumo devem ser traduzidos para três línguas (sendo o português e o inglês obrigatórios; a terceira língua pode ser o espanhol ou o francês).
- > Indicação de 4 ou 5 palavras-chave, traduzidas nas mesmas línguas dos resumos, apresentadas em minúsculas (com exceção da 1.^a da lista), separadas por vírgula e terminadas em ponto final.
- > Um título abreviado (no máximo 4 palavras), destinado ao cabeçalho.

c) Na **composição e formatação dos textos**, deve tomar-se em conta as seguintes orientações:

- Os textos devem ser formatados de acordo com o modelo disponibilizado.
- Sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, sem numeração ou com numeração árabe.
- As transcrições deverão abrir e fechar com aspas, quando não excederem 40 palavras (ou 4 linhas); no caso de citações mais longas, devem ser entalhadas e transcritas sem aspas e sem itálico.
- Os vocábulos noutras línguas que não aquela em que o artigo está escrito devem ser formatados em *itálico*, sem aspas.
- Todas as citações devem ser traduzidas para a língua em que o texto é publicado. O texto original, no entanto, deve ser incluído em nota de rodapé.
- No caso de textos na língua portuguesa, deve ser usada a grafia do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Em caso de dúvida, consultar: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=lince>
- Os elementos não textuais devem ser organizados em quadros, gráficos ou figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos; todos devem ter um título e indicar a respetiva fonte. As tabelas devem ser compostas com recurso à função “inserir tabela” do Word. Usar espaços ou tabulações criará problemas quando a tabela for composta e poderá resultar em erros. Em paralelo, todas as imagens ou tabelas devem ser enviadas em ficheiro à parte, em formato png ou jpg, com clara identificação da sua inserção no texto.
- Nas chamadas de notas de rodapé deve utilizar-se apenas números sem parênteses.

d) A *ex aequo* adota o estilo de referenciamento Chicago (sistema Autor-Data), cujas regras podem ser consultadas aqui: https://www.chicagomanualofstyle.org/tools_citationguide/citation-guide-2.html. Referem-se e exemplificam-se a seguir algumas dessas regras.

Normas de inclusão de referências bibliográficas no corpo do texto

- Entre parênteses, de acordo com o seguinte padrão (sem vírgula entre o apelido e a data de publicação e com vírgula a anteceder a indicação das páginas): (Leach 1993, 103); (Balibar e Wallerstein 1991, 80-84); (Yuval-Davis 1997a); (Yuval-Davis 1997b).
- Quando se citam autores/as ou obras diferentes sobre uma mesma questão, deve respeitar-se a ordem cronológica, elencando as referências da mais antiga para a mais recente e a ordem alfabética dos apelidos, quando se trata de obras com a mesma data. Ex: (Rosende 2002; Miller e Clark 2008; Lo Sasso *et al.* 2011; Riska 2011).

No final do artigo deve ser incluída a lista de todas as obras referidas ao longo do texto (e apenas estas), por ordem alfabética, organizadas de acordo com o Chicago Manual of Style. Alguns exemplos:

- **Livro com um/a autor/a:** Apelido, Nome próprio. Ano. *Título do livro* (em itálico). (edição) (se for relevante). Local de edição: Editora.
Ex: Lamas, Maria. 1948. *As Mulheres do Meu País*. Lisboa: Actuália Lda.
 - **Livro com duas/ois ou três autoras/es:** Apelido, Nome próprio, Nome próprio Apellido, e Nome próprio Apellido. Ano. *Título do livro* (em itálico). (edição) (se for relevante). Local de edição: editora.
Ex: Pimentel, Irene Flunser, e Helena Pereira de Melo. 2015. *Mulheres Portuguesas – História da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança*. Lisboa: Clube do Autor.
 - **Livro com quatro ou mais autoras/es:** Apelido, Nome próprio (da/o 1.ºº) et al. Ano. *Título do livro* (em itálico). (edição) (se for relevante). Local de edição: editora.
 - **Capítulo ou parte de livro:** Apelido, Nome próprio. Ano. “Título do capítulo.” In *Título do livro* (em itálico), editado (ou organizado) por Nome Próprio Apellido, Nome Próprio Apellido, e Nome Próprio Apellido, números das páginas unidos por hífen. Local de edição: editora.
Ex: Piscitelli, Adriana. 2009. “Gênero: a história de um conceito.” In *Diferenças, igualdade*, organizado por Heloísa Buarque de Almeida, e José Szwako, 116-149. São Paulo: Berlendis & Vertecchia.
 - **Artigo de revista:** Apelido, Nome próprio. Ano. “Título do artigo entre aspas.” *Título da revista* (em itálico) volume (número): números das páginas unidos por hífen.
Ex: Guimarães, Elina. 1986. “A mulher portuguesa na legislação civil.” *Análise Social* XXII(92-93): 557-577.
- No caso de o artigo ter DOI, a referência deve ser incluída do seguinte modo, sem parágrafo:
- Crenshaw, Kimberle. 1993. “Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color.” *Stanford Law Review* 43(6): 1241-1299. DOI: <https://doi.org/10.2307/1229039>
- **Sempre que a publicação tenha associado um DOI, este deve ser impreterivelmente incluído nas referências bibliográficas, como no exemplo anterior.**
 - **Artigo com duas/ois ou três autoras/es:** Apelido, Nome próprio, Nome próprio Apellido, e Nome próprio Apellido. Ano. “Título do artigo entre aspas.” *Título da revista* (em itálico) volume (número): números das páginas unidos por hífen.
 - **Documento na Internet:** Apelido, nome próprio. Ano. Título do documento. Disponível no endereço ... [Consultado em (data segundo a fórmula dia de mês de ano)]
 - **Publicações em revistas na Internet:** Apelido, Nome próprio. Ano. “Título do Artigo (entre aspas).” *Título da Revista* (em itálico) volume (número): números das páginas unidos por hífen. Disponível em DOI: (se não estiver disponível, acrescente o URL).
 - **Locais na Internet e páginas pessoais ou de instituições sem data:** Nome. Título do Documento. Disponível em [Consultado em (data segundo a fórmula dia de mês de ano)].
 - **Em caso de dúvidas ou para outro tipo de referências,** consultar: http://www.chicagomanualofstyle.org/tools_citationguide/citation-guide-2.html

4. SUBMISSÃO DE ARTIGOS

- O ficheiro informático (em Word) deve ser submetido através da plataforma OJS, disponível em <https://apem-estudos.org/ojs>. Para tal, bastará criar uma conta nesta plataforma clicando em “Registo” (canto superior direito) e seguir os passos indicados. Caso já possua uma conta na plataforma, clique em “Acesso” (canto superior direito) e autentique-se com o seu nome de utilizador/a e senha.
- Na plataforma, aquando da submissão, ser-lhe-á pedido que indique, no campo intitulado “Comentários à equipa editorial”, pelo menos 4 especialistas que tenham no seu *curriculum* trabalho/publicações na temática tratada no artigo, com o intuito de poderem ser contactados/as para avaliar o texto, caso passe a triagem inicial (ver secção 4 acima). Caso seja autor/a de recensão, por favor valide este item para poder prosseguir, mas sem necessidade de indicar especialistas.

5. INCLUSÃO DE MATERIAIS SUPLEMENTARES ONLINE

A revista pode colocar materiais suplementares *online*, disponíveis através do artigo publicado no seu *website*. Decisão tomada caso a caso.

Sempre que solicitado pela autoria dos artigos, poderão ser incluídos *links* para materiais suplementares que se encontrem alojados em repositórios de dados em regime de *acesso aberto*. Todos os dados em *acesso aberto* são geridos pelas/os autoras/es dos artigos, estando sujeitos às condições das plataformas em que se encontram alojados. Esta informação deverá ser incluída em secção própria, antes das referências bibliográficas.

A revista não se responsabiliza pelo acesso e/ou manutenção dos dados/*links* disponibilizados nesta secção.

PRÉMIOS EX ÆQUO/APEM

- A partir de 2023, a revista distingue, de dois em dois anos, o melhor artigo publicado na *ex æquo*, que será selecionado por um júri composto por três especialistas independentes (750€) (a 1.ª edição, em 2025, abrangerá os artigos publicados em 2023 e 2024).
- A revista distingue, de dois em dois anos, o melhor parecer para artigo submetido à *ex æquo*, que será selecionado pela Equipa Editorial (250€) (a 1.ª edição, em 2025, abrangerá os pareceres emitidos em 2023 e 2024).

DIREITOS DE PUBLICAÇÃO

- Os/as autores/as dos textos publicados na *ex æquo* autorizam a transferência dos direitos de edição, publicação, distribuição e reprodução dos artigos para a revista, tanto nos suportes em papel como eletrónico. A transferência destes direitos é feita a título gratuito, não cabendo à *ex æquo* outra retribuição para além da oferta aos/às autores/as de 2 exemplares do número da revista em que o seu texto tenha sido publicado.
- No caso de os/as autores/as pretenderem republicar, reutilizar, distribuir ou depositar num repositório institucional um artigo aceite para publicação na *ex æquo*, poderão fazê-lo, sendo apenas obrigatória a referência à publicação original na *ex æquo*, tal como definido pela licença Creative Commons Atribuição CC BY NC, que a revista adotou.

DECLARAÇÃO DE ÉTICA E DE BOAS PRÁTICAS DA EX ÆQUO

A Revista *ex æquo* é uma revista com arbitragem científica, interdisciplinar e multidisciplinar, aberta ao contributo das diversas disciplinas e correntes. A *ex æquo*, sem prejuízo da pluralidade e multiplicidade das perspetivas presentes nos textos que publica, reserva-se o direito de só aceitar textos que respeitem os Direitos Humanos fundamentais, traduzam a valorização da diversidade da condição humana, bem como da sua integridade e dignidade.

A *ex æquo* é uma publicação da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM) estando por conseguinte vinculada à sua missão de apoiar, promover e dinamizar os Estudos sobre as Mulheres / Estudos de Género / Estudos Feministas em todas as áreas do saber.

Na Revista *ex æquo* são defendidos os princípios da declaração de ética e de boas práticas na publicação de acordo com o Código de Conduta e Normas de Boas Práticas para Editores de Revistas do Comité sobre Ética na Publicação – COPE (disponível em <http://publicationethics.org/>).

RESPONSABILIDADES DA EQUIPA EDITORIAL (EDITORAS E EDITORAS DE SECÇÕES)

Decidir quais os artigos submetidos à revista que devem ser publicados. Esta decisão é orientada pelas normas da revista (Normas para apresentação e publicação de textos da *ex æquo*, disponíveis em <http://www.apem-estudos.org/pt/page/submissao-de-artigos>) e pelos requisitos legais em matéria de difamação, violações de direitos de autoria e plágio;

Orientar a/o(s) organizador/a(s) convidada/o(s), autor/a(s) e avaliador/a(s) sobre o seu papel, bem como esclarecer sobre o processo de arbitragem científica por pares;

Informar os novos elementos do corpo editorial sobre as suas funções, práticas em vigor e projetos em lançamento;

Avaliar os artigos exclusivamente com base no seu mérito científico e intelectual, independentemente de fatores como: raça, idade, sexo, orientação sexual, deficiência, origem étnica, crença religiosa, nacionalidade, orientação política ou classe social da/o(s) autor/a(s);

Assegurar que o processo de arbitragem científica dos artigos é anónimo (*double-blind peer review*), justo, rigoroso e isento e que toda a informação a eles relativa permanece confidencial. Assegurar, ao mesmo tempo a proteção da identidade das autoras e dos autores e das avaliadoras e avaliadores;

Constituir e manter uma base de dados de avaliadoras/es pertinentes nas diferentes áreas disciplinares, sempre atualizada;

Garantir uma seleção adequada das avaliadoras/es em cada nova edição da revista;

Garantir que os materiais não publicados não são utilizados na investigação realizada por membros do Corpo Editorial sem consentimento expresso por escrito da(s) autora(s) ou autor(es);

Responder atempadamente a eventuais reclamações apresentadas sobre um artigo submetido ou publicado. Perante suspeita de má conduta, seguir os fluxogramas do COPE, disponíveis em <http://publicationethics.org/files/Full%20set%20of%20flowcharts.pdf>;

Publicar correções, esclarecimentos, retratações e pedidos de desculpa sempre que necessário.

Boas práticas a observar pela equipa editorial

Auscultar a visão de autoras/es, leitoras/es, avaliadoras/es, revisoras/es e membros do corpo editorial sobre a forma de melhorar a revista **ex æquo**.

Encorajar e estar consciente da investigação levada a cabo pela revisão por pares e publicar e reavaliar os processos da **ex æquo** à luz de novas investigações.

Apoiar iniciativas para informar e sensibilizar as/os investigadoras/es sobre as regras de ética da **ex æquo**.

Avaliar os efeitos das suas políticas editoriais sobre autoras e autores e avaliadoras/es, incentivando um comportamento responsável e desencorajando as más condutas.

Garantir que todos os relatórios de investigação e revisão de investigação foram revistos por avaliadoras/es com a devida qualificação (incluindo análise estatística quando apropriado), capazes de julgar os textos propostos e livres de desqualificar interesses concorrentes.

Respeitar os pedidos de autoras/es para excluir alguém de rever os textos submetidos, se estes forem bem fundamentados.

Incentivar avaliadoras/es a fazer comentários sobre a originalidade do manuscrito e estar alerta para publicações redundantes e plágio e tomar medidas para garantir um elevado nível de qualidade.

RESPONSABILIDADES DO CONSELHO CIENTÍFICO

Apoiar o Conselho de Redação na interpretação e orientação da política editorial da revista;

Assegurar a arbitragem de propostas de artigos desde que inseridos nas respetivas áreas de especialização;

Estabelecer a ligação a potenciais avaliadoras/es [referees] para o processo de arbitragem científica e em situações em que as propostas originaram pareceres antagónicos ou outro tipo de dúvidas, analisar pareceres e, com base neles, recomendar a rejeição ou publicação de originais;

Divulgar os apelos a contributos na sua rede de contactos;

Contribuir para a divulgação da revista **ex æquo**;

Participar em reuniões da Comissão Científica que eventualmente venham a ser convocadas.

RESPONSABILIDADES DE QUEM FAZ A AVALIAÇÃO [peer review]

Contribuição para a decisão editorial

A revisão por pares ajuda a equipa editorial na decisão e pode também contribuir para a melhoria do manuscrito submetido.

Prontidão

Cada avaliador/a convidada/o que considere não possuir a qualificação para avaliar o manuscrito submetido ou que antevêja a impossibilidade de comunicar a sua avaliação em tempo oportuno deverá informar de imediato a equipa editorial ou a pessoa que fez o convite para que possam ser encontradas alternativas em tempo útil.

Confidencialidade

Quaisquer trabalhos recebidos para avaliação devem ser tratados como documentos confidenciais. Não devem ser mostrados ou discutidos com outras pessoas, exceto se for autorizado pela equipa editorial.

Padrões de objetividade

Os comentários devem ser apresentados de forma objetiva. Críticas pessoais são inaceitáveis. As opiniões devem ser claras com argumentos justificativos adequados.

Conhecimento das fontes

Devem identificar obras publicadas relevantes e que não tenham sido citadas. E devem, também, chamar a atenção da equipa editorial para qualquer semelhança substancial ou sobreposição entre o manuscrito em questão e quaisquer outras informações ou publicações sobre as quais tenham conhecimento pessoal.

Conflito de interesses

Informações privilegiadas ou ideias obtidas através da avaliação por pares devem ser mantidas confidenciais e não usadas para vantagem pessoal. Quem avalia não deve aceitar participar quando existem conflitos de interesse resultantes da concorrência, colaboração, ou outros relacionamentos ou ligações com as/os autoras/es, empresas ou instituições ligadas à submissão.

RESPONSABILIDADES DO/A AUTOR/A

Autoria do manuscrito

A autoria diz respeito a quem fez contribuições significativas para o estudo. Todas as pessoas que contribuíram significativamente devem ser listadas como co-autoras. Outras que tenham participado em certos aspectos substantivos do projeto de pesquisa devem ser listadas nos agradecimentos ou contributos. Cara autora e/ou autor deve garantir que toda a co-autoria devida está incluída no manuscrito, e que viu e aprovou a versão final do documento e concordou com a sua apresentação para publicação.

Padrões de apresentação

Os resultados de pesquisas originais devem ser acompanhados da apresentação clara e precisa do trabalho realizado, bem como de uma análise objetiva do seu significado. Um documento deve conter detalhes e referências suficientes para permitir que outras pessoas possam replicar o trabalho. Declarações fraudulentas ou intencionalmente imprecisas são inaceitáveis. As regras da revista devem ser escrupulosamente observadas.

Originalidade e plágio

Cada autora e cada autor deve garantir que escreveu obras inteiramente originais, devendo o trabalho e/ou as palavras de outras autoras e autores ser objeto da devida citação ou referência.

Declarações e conflito de interesses

Cada autora e cada autor deve divulgar no manuscrito qualquer contradição significativa financeira ou outra de interesse que possa ser interpretada no sentido de influenciar os resultados ou a sua interpretação no manuscrito. Todas as fontes de apoio financeiro para o projeto devem ser divulgadas.

Publicação múltipla, redundante ou concorrente

É considerado um comportamento não ético de publicação descrever a mesma pesquisa em vários artigos e submeter o mesmo artigo a mais de uma revista.

Erros fundamentais em obras publicadas

Quando um/a autor/a descobre um erro significativo ou imprecisão no manuscrito submetido, deve notificar imediatamente a equipa editorial.

Remoção

Os artigos publicados serão removidos se avaliadoras/es, leitoras/es, bibliotecárias/os, equipa editorial ou outras entidades detetarem erros significativos ou plágio. Antes de retirar um artigo, o conselho editorial contactará de imediato as/os respetivas/os autoras/es, estabelecendo um prazo suficiente para obter as explicações devidas. Se for decidido que o artigo deve ser retirado então ele deve sair de imediato das bases de dados em linha onde esteja, incluindo o website da APEM, e na versão impressa deve ser referida a sua retirada no número seguinte de forma visível.

RESPONSABILIDADES DA EMPRESA EDITORA*Autonomia editorial*

A Empresa Editora garante a autonomia de decisões editoriais, sem influência de anunciantes ou de outros parceiros comerciais.

Propriedade intelectual e direitos autorais

A Empresa Editora protege a propriedade intelectual e direitos de autoria, o material impresso, autoras/es e parceiros de publicação promovendo e mantendo o registo de cada versão publicada. Defende a transparência de cada artigo publicado no que diz respeito a: conflitos de interesse, de publicação e de financiamento da investigação, de publicação e de ética em investigação, má conduta de publicação e investigação, confidencialidade, autoria, correções do artigo, esclarecimentos, e publicação atempada de conteúdo.

Má conduta científica

Em casos de alegada ou provada má conduta científica, publicação fraudulenta, a entidade responsável pela publicação em estreita colaboração com a equipa editorial, tomará todas as medidas adequadas para esclarecer a situação e para alterar o artigo em questão. Isso inclui a publicação rápida de um comunicado, correção ou errata ou, nos casos mais graves, a retração da obra afetada.

CONSELHO CIENTÍFICO/SCIENTIFIC BOARD

- Louise ACKERS (U. Salford, UK)
 Tindara ADDABBO (U. Modena e Reggio Emilia, ITA)
 Teresa ALVAREZ (U. Aberta, PRT)
 Lígia AMÂNCIO (ISCTE – IUL, PRT)
 Ana Luísa AMARAL (U. Porto, PRT)
 Helena Costa ARAÚJO (U. Porto, PRT)
 Madeleine ARNOT (U. Cambridge, UK)
 Adriana BEBIANO (U. Coimbra, PRT)
 Chiara BERTONE (Inst. Piemonte Orientale ‘Amedeo Avogadro’, ITA)
 Josefina BIRULES BERTRAN (U. Autònoma Barcelona, ESP)
 Gisela BOCK (Freie Universität Berlin, DEU)
 Carolyn BYERLY (Howard U., USA)
 Erica BURMAN (U. Manchester, UK)
 Rosa CABECINHAS (U. Minho, PRT)
 Pat CARLEN (U. Leicester, UK)
 Nuno CARNEIRO (U. Porto/U. Complutense Madrid, ESP)
 Sara Falcão CASACA (U. Lisboa, PRT)
 Fernando CASCAIS (U. Nova Lisboa, PRT)
 Richard CLEMINSON (U. Leeds, UK)
 Zowie DAVY (U. Lincoln, UK)
 Jonathan DEAN (U. Leeds, UK)
 Maria Angeles DURAN (Higher Council for Scientific Research, ESP)
 Antonia FERNANDEZ VALENCIA (U. Complutense Madrid, ESP)
 Juana GALLEGOS (U. Autònoma Barcelona, ESP)
 Silvana Vilodre GOELLNER (U. Federal do Rio Grande do Sul, BRA)
 Jack HALBERSTAM (U. Southern California, USA)
 Jeff HEARN (U. Örebro, SWE)
 Tone HELLESUND (U. Bergen, NOR)
 Fernanda HENRIQUES (U. Évora, PRT)
 María Jesús IZQUIERDO (U. Autònoma Barcelona, ESP)
 Elisa JATO (U. Santiago Compostela, ESP)
 Celia JENKINS (U. Westminster, UK)
 Jane JENSON (U. Montreal, CAN)
 Teresa JOAQUIM (U. Aberta, PRT)
 Maria KARAMESSINI (Panteion U. Social and Political Sciences, GRC)
 Maria José MAGALHÃES (U. Porto, PRT)
 Barbara MERRILL (U. Warwick, UK)
 Sofia NEVES (Instituto Universitário da Maia, PRT)
 Áine NÍ LÉIME (National U. Ireland, IRL)
 Conceição NOGUEIRA (U. Porto, PRT)
 Karen OFFEN (U. Stanford, USA)
 João Manuel de OLIVEIRA (Inst. Universitário de Lisboa, PRT)
 Joanna OSTROUCH-KAMIŃSKA (U. Warmińsko-Mazurski Olsztynie, POL)
 Heloísa PERISTA (Centro Estudos para Intervenção Social, PRT)
 Teresa PINTO (U. Aberta, PRT)
 Vânia C. PINTO (Universidade de Brasília, BRA)
 Adriana PISCITELLI (U. Estadual Campinas, BRA)
 Lucas PLATERO (U. Rey Juan Carlos, ESP)
 Sílvia PORTUGAL (U. Coimbra, PRT),
 Marco Aurélio PRADO (U. Federal Minas Gerais, BRA)
 Alicia PUÑEO (U. Valladolid, ESP)
 Rebecca ROGERS (U. Paris-Descartes, FRA)
 Karen ROSS (U. Northumbria, UK),
 Jill RUBERY (U. Manchester, UK)
 Ana Cristina SANTOS (U. Coimbra, PRT)
 Gina dos SANTOS (U. Minho, PRT)
 Joan W. SCOTT (Institute for Advanced Study – Princeton, USA)
 Lynne SEGAL (U. London, UK)
 Paula SILVA (U. Porto, PRT)
 Teresa TAVARES (U. Coimbra, PRT)
 Filomena TEIXEIRA (Inst. Politécnico Coimbra, PRT)
 Teresa TOLDY (U. Fernando Pessoa, PRT)
 Juracy TONELI (U. Federal Santa Catarina, BRA)
 Anália TORRES (U. Técnica Lisboa, PRT)
 Miguel VALE DE ALMEIDA (ISCTE – IUL, PRT)
 Paola VILLA (U. Trento, ITA)
 Karin WALL (U. Lisboa, PRT)
 Claire WALLACE (U. Aberdeen, UK)
 Michelle ZANCARINI-FOURNEL (U. Lyon-1, FRA)

PROPOSTA DE ASSINATURA

Se deseja assinar a **ex æquo** recorte este talão e envie-o, devidamente preenchido,
para edições afrontamento,
Rua de Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto

---< -----

- Assino a revista **ex æquo**
(n.º 41, 42)

Continente 35 €
Regiões autónomas 40 €
Europa 55 €
Extra-Europa 60 €

[Estes preços incluem IVA à taxa de 5% e portes]

Pagamento

Junto envio o cheque n.º _____ à ordem de _____
Edições Afrontamento, no valor de _____
Número de identificação fiscal _____
Assinatura _____

Nome: _____

Morada: _____

Tel: _____ Fax: _____

E-mail: _____

Visite o sítio na internet das Edições Afrontamento em www.edicoesafrontamento.pt

ARTIGOS

STRUGGLING FOR «WOMAN»: A RECONCILIATION WITH THE ORDINARY. *Camila Lobo*

GENDER EQUALITY UNDER SIEGE: PERCEPTIONS AND SATISFACTION OF TELECOMMUTING WOMEN WORKERS WITH THE DISTRIBUTION OF UNPAID WORK DURING THE COVID-19 LOCKDOWN. *Maria Helena Santos, Miriam Rosa, Rita B. Correia e Eduardo Xavier*

ENTRE A PANDEMIA E O POPULISMO: UM OLHAR SOBRE AS CANDIDATURAS FEMININAS ÀS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2021 EM PORTUGAL. *Carla Martins, Ana Cabrera e Isabel Ferin Cunha*

«O PROBLEMA DO GÊNERO» NA POLÍTICA EDUCATIVA: DOS MARCOS INTERNACIONAIS AO QUADRO ATUAL DO BRASIL. *Priscila Freire*

BARRERAS EN EL ACCESO A SALUD SEXUAL Y REPRODUCTIVA: EXPERIENCIAS DE MUJERES CON DISCAPACIDAD EN EL EXTREMO SUR DE CHILE. *Melissa Hichins-Arismendi y Andrea Yupanqui-Concha*

«SE QUIERE DESALENTAR EL MATRIMONIO». LA HETERONORMA EN LAS DISCUSIONES SOBRE EL ACUERDO DE UNIÓN CIVIL EN CHILE. *Rodolfo Morrison*

LA COMERCIALIZACIÓN DE LOS CUERPOS EN EL CINE DE LI YU. *Cora Requena*

INFLUENCIAS FAMILIARES Y EDUCATIVAS EN LA INFANCIA Y JUVENTUD DE MUJERES ALTAMENTE CREATIVAS. *Marina Porto y Manuela Romo*

FEMINISMO E REPUBLICANISMO NA IMPRENSA DE PORTUGAL: INCURSÃO INVESTIGATIVA NO JORNAL A CAPITAL (1910). *Charlton José dos Santos Machado e Juliana Aparecida Lemos Lacet*

RECENSÕES

A ECONOMIA XX. O ÉPICO POTENCIAL DAS MULHERES, DE LINDA SCOTT. TRADUÇÃO DE LINDA CAETANO. LISBOA: CONJUNTURA ACTUAL EDITORA, 2021, 392 PP. *Lígia Amâncio*

MULHERES EMPRESÁRIAS E EMPREENDEDORAS, DE ANA PAULA MARQUES. V.N. FAMALICÃO: HÚMUS, 2021, 281 PP. *Rosa Monteiro*

LE CARE, THÉORIES ET PRATIQUES, DE HELENA HIRATA. PARIS: LA DISPUTE, 2021, 208 PP. *Albertina Jordão*

THE GENDER-SENSITIVE UNIVERSITY. A CONTRADICTION IN TERMS?, ORGANIZADO POR EILEEN DREW E SIOBHÁN CANAVAN. LONDON: ROUTLEDGE, 2021, 208 PP. *Caynná de Camargo Santos*

MULHERES DA MINHA ILHA, MULHERES DO MEU PAÍS. IGUALDADES QUE ABRIL ABRIU, DE ANA CRISTINA PEREIRA. LISBOA: BERTRAND EDITORA, 2022, 263 PP. *Alexandra Oliveira*

NÃO SEREI EU MULHER? AS MULHERES NEGRAS E O FEMINISMO, DE BELL HOOKS. TRADUÇÃO DE NUNO QUINTAS. LISBOA: ORFEU NEGRO, 2018, 320 PP. *Ana Cristina Pereira*

TODOS, PRESENTES! EM RAPARIGA, MULHER, OUTRA, DE BERNARDINE EVARISTO. TRADUÇÃO DE MIGUEL ROMEIRA. AMADORA: ELSINORE, 2020, 480 PP. *Sheila Khan*

15€

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

ISSN 0874-5560

46



9 770874 556002